



48

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2017

Revista Portuguesa
de História

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Revista Portuguesa de História

TOMO XLVIII

Coimbra 2017

Estatuto editorial/Editorial guidelines

A *Revista Portuguesa de História* foi criada em 1941, no âmbito do Instituto António de Vasconcelos, designado, desde 1975, Instituto de História Económica e Social. Está empenhada na divulgação dos resultados da investigação histórica nas áreas da História Portuguesa e Mundial, sob a forma de artigos, recensões críticas e notícias. Todos os artigos publicados nesta revista anual são objeto de rigorosa arbitragem científica. A RPH segue o Código de ética e Guia de Boas Práticas da Imprensa da Universidade de Coimbra. A RPH está indexada nas seguintes plataformas: Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences e Scopus.

The *Revista Portuguesa de História* (*Portuguese Journal of History*) was created in 1941, as a scientific organ of the Instituto António de Vasconcelos, renamed, since 1975, Instituto de História Económica e Social (Institute of Economic and Social History) in the Faculty of Arts of the University of Coimbra. The RPH is strongly committed to spreading the outcomes of historical research in the fields of Portuguese and World History through articles, critical reviews and news. All articles published in this annual journal have undergone a rigorous blind peer review process. The RPH follows the Code of Ethics and Good Practice Guide of the University Press. A RPH is indexed in: Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences e Scopus.

Antigos diretores Past directors

Torquato de Sousa Soares

Luis Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Maria Helena da Cruz Coelho

Diretora Director

Margarida Sobral Neto

Coordenação científica do volume

Scientific coordinator of the volume

Ana Isabel Ribeiro

Conselho de Redação Redactional Board

Ana Isabel Ribeiro (FLUC)

António Martins da Silva (FLUC)

Irene Maria Vaquinhas (FLUC)

João Paulo Avelãs Nunes (FLUC)

Leontina Ventura (FLUC)

Maria Alegria Marques (FLUC)

Maria Antónia Lopes (FLUC)

Maria José Azevedo Santo (FLUC)

Maria do Rosário Morujão (FLUC)

Maria Teresa Nobre Veloso (FLUC)

Rui Rascão (FLUC)

Saul António Gomes (FLUC)

Conselho Consultivo Advisory Board

Amélia Polónia (U. Porto)

António de Oliveira (FLUC)

Antonio Eiras Roel (U. Santiago de Compostela)

António Marques de Almeida (U. Lisboa)

Armando Luís de Carvalho Homem (U. Porto)

Eloy Fernández-Clemente (Universidad de Zaragoza)

Fernando Taveira da Fonseca (FLUC)

Filipe Themudo Barata (U. Évora)

Filipe Ribeiro de Meneses (National University of Ireland)

Gaspar Martins Pereira (U. Porto)

Giovanni Chérubini (U. Florença)

Inês Amorim (U. Porto)

Jaime Reis (ICS, Lisboa)

Jean-Marc Moriceau (Universidade de Caen)

João Marinho dos Santos (FLUC)

José Amado Mendes (FLUC)

José Ángel Ladero Quesada (U. Complutense de Madrid)

José Damião Rodrigues (U. Lisboa)

Luís Enríques Bezares (U. Salamanca)

Luís Miguel Duarte (U. Porto)

Márcia Motta (U. Federal Fluminense)

Maria Eugénia Mata (U. Nova de Lisboa)

Maria Helena da Cruz Coelho (FLUC)

Martina de Moor (Institute for History; University of Utrecht)

Patrick J. Geary (UCLA)

Paulo Pinheiro Machado (U. Federal Fluminense)

Pegerto Saavedra (U. de Santiago de Compostela)

Pedro Cardim (U. Nova de Lisboa)

Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

Vacca Lorenzo (U. Salamanca)

Coordenação técnica e administrativa

Technical and administrative coordination

Maria Manuel Almeida

Endereço

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Largo da Porta Férrea

3004-530 Coimbra Portugal

<http://www.uc.pt/fluc/ihes/publicacoes/rph>

rphdir@fl.uc.pt

Telefone/Phone (351) 239 859 984

Capa Cover Design

Rodrigo Fonseca

Edição Edition

Imprensa da Universidade de Coimbra

Infografia Infographics

Impressão Printing

Depósito Legal n.º 1409/82

ISSN 0870.4147

ISSN digital: 2183-3796

DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_48

Editorial

A *Revista Portuguesa de História*, patrocinada pelo Instituto de Alta Cultura, com arranjo gráfico e impressão na Tipografia da Atlântida, teve a sua primeira publicação no ano de 1941. No topo da capa ostentava o nome da instituição que lhe servia de berço – a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – e do Instituto a que ficaria ligada até ao ano de 1975 – O Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos. Abaixo do nome da revista, no centro, vê-se a marca do *Instituto de Estudos Históricos*, carimbo adaptado da zincogravura criada por António Augusto Gonçalves (1848-1932) para o *ex-libris* de António de Vasconcelos. O desenho representa um monge, numa postura de escrita, iluminado por uma candeia, tendo como legenda, a divisa: *Interroga et diligenter investiga*.

Vivia-se no 4.º Grupo (História) da Faculdade de Letras, nas palavras de António de Oliveira, um tempo “de grande vigor historiográfico” conforme se atesta pelas áreas de especialidade, e pela obra, dos membros do corpo redatorial da RPH: Damião Peres (História dos Descobrimentos), Joaquim de Carvalho (História da Cultura e da Filosofia), Virgílio Correia (Arqueologia), Manuel Lopes de Almeida (História Social e das Instituições), Paulo Merêa e Luiz Cabral de Moncada (História do Direito e das Instituições), Mário Brandão e Torquato Sousa Soares (História das Instituições). A partir de março de 1941, o ambiente intelectual viria a enriquecer-se graças ao convívio com o medievalista francês Pierre David (1882-1955) que encontrou na FLUC o refúgio seguro para continuar a exercer as funções de docência e de investigação que passou a dedicar à História da Idade Média Portuguesa.

A justificação para a criação da RPH, os seus objetivos e princípios orientadores enunciavam-se, de forma clara, no editorial: “A falta cada vez mais sensível de uma revista portuguesa de História levou a Direção do Instituto de Estudos Históricos a promover a publicação de um anuário que seja simultaneamente o testemunho vivo da sua atividade cultural e a projeção dessa atividade em todo o País. Assim, existindo, essencialmente, para arquivar a produção do núcleo de estudiosos que se agrupam no Instituto, nem por isso enjeita a contribuição de estranhos que queiram trabalhar de harmonia com os seus métodos de investigação e crítica histórica. E porque o trabalho histórico é, por natureza, um trabalho de colaboração, procurará ainda a Revista Portuguesa de História pôr-se desde já em contacto com os diversos países da Europa e da América, dando a conhecer, por intermédio dos seus valores mais

representativos, os resultados da sua atividade científica — resultados esses que tanto podem dar novos rumos à historiografia nacional que a nossa revista procura, sobretudo, impulsionar e servir”.

Do texto atrás transcrito, realçamos o facto de a RPH ter como principal objetivo a divulgação dos resultados da pesquisa histórica, referentes à História de Portugal, elaborada pelos membros do Instituto de Estudos Históricos, podendo igualmente publicar textos de outros historiadores que quisessem trabalhar “de harmonia com os seus métodos de investigação e crítica históricos”. A metodologia de pesquisa e de construção históricas constituía-se, assim, como critério de inclusão ou de exclusão de artigos. Aberta ao exterior, a RPH ambicionava “dar novos rumos à historiografia nacional”, desiderato que concretizou sobretudo nos primeiros números através da inclusão de recensões sobre historiografia estrangeira.

Uma apreciação das orientações historiográficas da RPH passa, sobretudo, pela análise dos textos nela publicados. Em termos de cronologia, o primeiro tomo da RPH definiu o que haveria de constituir uma das suas marcas identitárias até à década de 70: o estudo da Idade Média, área de especialidade da maioria dos membros do Instituto de Estudos Históricos e, de forma particular, de Torquato de Sousa Soares, alma impulsionadora deste periódico até aos anos setenta.

A vida do Instituto de Estudos Históricos António de Vasconcelos passou a ser, no entanto, marcada, na viragem dos anos 50 para os 60, pelos jovens assistentes Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira. O primeiro integrou a direção da RPH, na qualidade de Secretário, a partir do tomo 8 (1959); o segundo, a partir do 9 (1960). O secretariado composto pelos medievalistas Torquato de Sousa Soares, Avelino de Jesus da Costa e Salvador Dias Arnaut passou a contar com a colaboração de dois historiadores modernistas sensíveis a novos temas, em particular aos que constituíam objeto da sua investigação conducente à elaboração das teses de doutoramento: a História do Império, em particular do Brasil, e a História Económica e Social.

O tomo 15 da RPH, publicado com data de 1975, constitui um volume de transição entre dois tempos. Saiu com três artigos dedicados à Idade Média e cinco referentes à Época Moderna, sendo um deles de António de Oliveira sobre demografia histórica e outro de Luís Ferrand de Almeida referente ao problema da aclimação de plantas do Oriente no Brasil; por sua vez, Maria Helena da Cruz Coelho recenseou o volume das *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Historicas*, (Historia Medieval), realizadas em Santiago de Compostela. Marcavam presença três historiadores responsáveis pela abertura da Revista, agora sem constrangimentos ideológicos, aos vários campos da pesquisa historiográfica.

Extinto o *Instituto de Estudos Históricos António de Vasconcelos* a Revista Portuguesa de História foi acolhida pelo *Instituto de História Económica e Social*, criado em 1976. Desde essa data até à atualidade, integraram o corpo redatorial da RPH os docentes do IHES (Ana Isabel Ribeiro; António Martins da Silva; António de Oliveira, Irene Maria Vaquinhas; João Lourenço Roque; João Paulo Avelãs Nunes; José Amado Mendes; Leontina Ventura; Margarida Sobral Neto, Maria Alegria Marques; Maria Antónia Lopes; Maria Helena da Cruz Coelho; Maria Teresa Nobre Veloso; Rui Cascão; Sérgio Soares) destacando-se a dedicação que a este periódico devotou o Professor Luís Ferrand de Almeida. Damos agora as boas vindas aos nossos colegas do Instituto de Paleografia: Maria José Azevedo Santos, Maria do Rosário Morujão e Saul António Gomes

Circunscrevendo-nos a uma apreciação genérica da vida da RPH nos 40 anos que decorrem entre 1976 e 2016 podemos afirmar que continuou fiel ao lema inscrito no *ex-libris* de António de Vasconcelos: *Interroga et diligenter investiga*: pôr problemas, e tentar encontrar a sua resposta em investigações conduzidas com solidez metodológica, configura-se como um dos principais propósitos de uma história credível, independentemente do campo ou do período cronológico em que se situe o seu objeto de análise.

A mudança política ocorrida em 1974, associada à renovação do corpo redatorial da RPH proporcionou as condições para que este periódico cumprisse, efetivamente, os desígnios enunciados no editorial do primeiro tomo, passando a publicar artigos referentes a “problemas” de interesse para a História “nos seus diferentes aspetos”. As mudanças registaram-se, sobretudo, na abertura à área da História Contemporânea e numa prevalência de artigos do campo da História Económica e Social. Ao longo das últimas 4 décadas, a RPH manifestou uma tendência para a publicação de volumes temáticos: o tomo 23 publicou as Atas do Colóquio “A Revolução Francesa e a Península Ibérica”, o 25 dedicou-se à história da Indústria e o 33 comemorou a passagem dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil (“Portugal e o Brasil. Rotas de culturas”).

Esta tendência tornou-se num princípio editorial desde o tomo 37 dedicado a “Formas e contextos da violência”. Com efeito, os tomos seguintes integraram dossiers temáticos sobre: “Guerras e conflitos no século XX” (38); “Da teoria da História à didática da História” (39); “Religião, religiões e diálogo inter-religioso” (40); “História Rural” (41); “Historiografia portuguesa” (42); “Água: vida, economia e cultura” (43); “A nobreza: tempos, espaços e poderes”(44); “Depois da guerra”, volume dedicado à guerra na época contemporânea (45); a “Presença de Portugal no mundo” (46) e “Quotidianos e vida privada” (47).

Entre 2006 e 2016, a Doutora Maria Helena da Cruz Coelho exerceu com grande empenhamento as funções de diretora da Revista Portuguesa de História. Para além de ter procurado sintonizar a revista com a agenda historiográfica atual, preservando, no entanto, as suas marcas identitárias, conformou-a com as exigências da internacionalização de periódicos em vigor na atualidade. A partir do tomo 41, foram adotadas as normas internacionais no que concerne à avaliação prévia dos artigos por pares e a outras exigências como a rigorosa periodicidade anual. Os frutos da dedicação votada à RPH pela nossa consagrada medievalista traduziram-se na sua indexação nas seguintes plataformas: *Web of Science*, *Latindex*, *Scientific Journal Impact*, *Dialnet*, *European Reference Index for the Humanities and Social Sciences e Scopus*.

Por decisão dos membros do Conselho de Redação da RPH assumi no mês de maio de 2016 a função de Diretora deste periódico, cargo que procurarei desempenhar honrando, na medida do possível, o precioso legado construído com dedicação e proficiência por todos os que assumiram ao longo do tempo a direção da Revista.

Graças ao desenvolvimento científico e técnico, uma parte da humanidade conseguiu vencer hoje o espaço – um dos principais obstáculos à circulação de mercadorias, capitais, pessoas e ideias existente na era pré-industrial (“o inimigo número um” nas palavras de Braudel) – beneficiando, em múltiplas perspetivas, do mundo que funciona como aldeia global. Paradoxalmente, outra parte da humanidade para além de não beneficiar dos progressos civilizacionais, é obrigada a deixar a sua terra natal, aonde chegam apenas os progressos das armas letais, para procurar pão e paz em paragens idealizadas.

A diversidade de mobilidades de pessoas, de migrações, na multiplicidade das suas facetas, interpela o homem de hoje e, de forma particular, o historiador quando confronta o presente com o passado. Neste contexto, a RPH decidiu dedicar o tomo 48 a esta problemática. A chamada de artigos assumiu a seguinte formulação: “Num momento em que a questão das migrações está e cada vez mais presente no nosso quotidiano, a Revista Portuguesa de História propõe, no seu número de 2017, uma reflexão histórica multiperspetivada sobre os processos de mobilidade (de pessoas, de ideias, de cultura material), as suas motivações (políticas, sociais, económicas, religiosas), as suas trajetórias e os seus impactos imediatos e duradouros. Convidam-se a entregar propostas de textos para eventual publicação especialistas nos vários períodos históricos (pré-medieval, medieval, moderno e contemporâneo), portugueses e de outros países, da área da História, mas também de outras Ciências Sociais e Humanas”. Respondendo a este repto, submeteram artigos para publicação no tomo 48 da RPH um número muito expressivo de investigadores de que resultaram, após

apreciação por especialistas de várias áreas, os textos que se dão agora a lume. Os seus autores são maioritariamente historiadores. Enriquecem, no entanto, este volume as análises e reflexões vindas de outros campos como a geografia, a literatura ou os estudos fílmicos.

O sentido histórico congrega, no entanto, todos os autores: evocando as palavras de Magalhães Godinho, a História é “uma forma de pensar os problemas do nosso tempo”, talvez a melhor forma se for multiperspetivada, atenta à diversidade dos contextos e à espessura temporal das vivências humanas e assumir um olhar crítico e problematizador.

O prestígio da Revista Portuguesa de História deve-se ao contributo de um conjunto de colaboradores que ao longo do tempo, em diversos planos, a enriqueceram. Deixaram-nos este ano dois generosos e conceituados colaboradores: o Professor Eiras Roel, da Universidade de Santiago de Compostela, e o Professor Marques de Almeida, da Universidade de Lisboa. Aqui lhe expressamos uma sentida homenagem.

Cumpramos finalmente agradecer a todos aqueles que tornaram possível a publicação deste volume. Aos autores dos artigos e das recensões agradeço o facto de terem proposto à RPH a divulgação dos resultados da sua pesquisa e reflexão.

À Doutora Ana Isabel Ribeiro manifesto o meu reconhecimento pela coordenação científica deste tomo e à Dr^a. Maria Manuel Almeida agradeço o trabalho de coordenação técnica.

Aos especialistas que aceitaram efetuar a revisão científica dos artigos agradeço a generosa colaboração.

Apresento ainda o meu reconhecimento ao Sr. Diretor da FLUC e ao Sr. Diretor do DHEEAA o suporte institucional dado à Revista Portuguesa de História.

Ao Sr. Diretor da Imprensa da Universidade, Doutor Delfim Leão, agradeço o acolhimento da publicação do tomo 48 da Revista Portuguesa da História bem como o empenhamento na sua valorização. Agradecimento extensivo a todos os colaboradores da Imprensa da Universidade de Coimbra.

Finalmente, faço votos para que os resultados da investigação e reflexão patentes neste tomo da Revista Portuguesa de História se traduzam num enriquecimento do conhecimento histórico, contribuindo ainda para o aguçar do olhar dos leitores sobre a espessura histórica e multifacetada do fenómeno das migrações, sobretudo as que envolvem atualmente um intolerável sofrimento humano.

A diretora da Revista
Margarida Sobral Neto

Nota Introdutória

Mobilidades e migrações: este foi o mote proposto para o volume 48, cujo resultado foi um dossiê que aborda, de forma diferenciada e em amplo espectro, a questão dos processos de mobilidade e migrações no passado e no presente, na sua expressão populacional, fundadora de identidades e realidades territoriais, mas também, na vertente de mobilidade e migração de ideias, de práticas, de manifestações artísticas, construtoras de novas expressões culturais.

Os treze artigos que constituem este volume traduzem, pois, visões diferenciadas destes dois eixos de abordagem, ancorando-se em perspetivas históricas, mas também geográficas, sociológicas, artísticas, respondendo ao repto de uma abordagem multiperspetivada e transepocal da capacidade transformadora dos fenómenos de mobilidade.

O presente volume abre com um artigo *Migraciones y movilidad en el interior de la Península Ibérica: Trujillo y su partido en el primer cuarto del siglo XIX* de Raquel Tovar Pulido que explora, numa perspetiva microanalítica, os movimentos migratórios que alimentaram e moldaram a população da cidade de Trujillo, em Espanha, durante o primeiro quartel do século XIX.

Ainda no século XIX, Anndrea Tavares, em *Descobrendo fortunas, contando histórias: panorama patrimonial de portugueses no Brasil (Belém, 1870-1909)*, leva-nos a conhecer o impacto da imigração portuguesa no crescimento económico e nas transformações sociais da cidade de Belém do Pará, nos anos de ouro de economia extrativa da borracha (1870-1909).

Fábio Faria, no seu artigo *Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)*, explora o impacto que o afluxo de refugiados espanhóis, durante o período de Guerra Civil, teve em Portugal, procurando caracterizar esse fluxo, mas também, as formas de controlo desenvolvidas pelas autoridades portuguesas no controle dessas entradas.

Heloisa Paulo propõe-se, em *Migrações e exílios: identidades e nacionalismo*, analisar e debater os conceitos de cidadania e nacionalismo entre os emigrantes e os exilados políticos portugueses no Brasil, procurando refletir sobre a forma como estas duas ‘comunidades’ se posicionaram relativamente ao Estado Novo e como o regime as foi utilizando na consolidação do seu sistema de valores.

Ainda no contexto da cronologia do Estado Novo e das movimentações de população assentes em motivações políticas, Fernando Pimenta (*Causas do*

Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975) procura compreender as causas e a contextura política que envolveu o êxodo das minorias brancas de Angola e de Moçambique durante o processo de descolonização português.

Sabemos que as migrações são poderosos motores de transformação/construção identitária. Neste âmbito, Inês Branco, no artigo *A comunidade portuguesa de Macau: integração e (re)construção identitária na história recente*, procura caracterizar a comunidade portuguesa em Macau, tendo em perspectiva dois momentos da história recente que influenciaram as correntes migratórias de portugueses para o território (a entrega de Macau à República Popular da China, em 1999 e a crise económica vivida em Portugal, a partir de 2008) e a forma como esta comunidade (re)define a sua identidade num território que também atravessa um processo de transformação identitária.

Olegário Pereira integra uma equipa multidisciplinar que propõe um outro tipo de olhar sobre o fenómeno da mobilidade e da migração – neste caso, através do estudo da influência da colonização portuguesa nas técnicas de pesca na região lagunar de Araruama, Rio de Janeiro, Brasil, pretende abrir o debate, a partir de estudos ainda preliminares, sobre o impacto que a colonização portuguesa em Cabo Frio teve na transformação das práticas piscatórias da região. Trata-se de compreender, não só o trânsito pessoas, mas sobretudo de técnicas que transformaram as práticas existentes antes da colonização portuguesa.

Já Hugo Pereira, em *Passado, presente e futuro da mobilidade no vale do Tua (séculos XIX a XXI)*, propõe-nos uma viagem não pelos movimentos populacionais, mas antes uma análise em longa duração pelos sistemas de mobilidade do vale do Tua, do advento do caminho de ferro ao desenvolvimento da locomoção automóvel, através de um percurso que se traduziu na transformação das funcionalidades das formas de mobilidade que, como o autor sublinha, foram passando de um serviço quotidiano para um serviço turístico ou de apoio ao património local.

Pedro Marques através do artigo *Portuguese complementary education in the United Kingdom* explora a evolução do ensino e aprendizagem da língua portuguesa, no Reino Unido, no contexto das comunidades emigradas de origem portuguesa e brasileira, analisando a relação dessas comunidades com a língua, num primeiro momento, como ferramenta de manutenção identitária, para, em tempos mais recentes, se transformar em ferramenta potenciadora de estabelecimento de relações com a comunidade alargada e globalizada de falantes de português, com as potencialidades económicas a ela associadas, tornando a aprendizagem da língua, para muitos, em um investimento educativo.

As migrações e os fenômenos de mobilidade são fenômenos que desde cedo se constituíram como áreas de interesse para as artes, sobretudo para o cinema. O artigo de Fátima Velez de Castro (*O Cinema e a História: compreensão da dinâmica cronotópica das migrações contemporâneas a partir do filme “The Immigrant”, de Charlie Chaplin (1917)*), propõe uma abordagem do filme enquanto objeto de análise, mas sobretudo, como construtor de ambientes históricos e de paisagens. Partindo da análise do filme ‘the Immigrant’ de Charles Chaplin, a autora analisa a dinâmica das migrações contemporâneas, sobretudo para o continente americano, fazendo incidir a sua reflexão na forma como o tempo, o espaço e os acontecimentos se relacionam e são recriados pela construção filmica.

Jacques Fux e Darlan Santos propõem no seu artigo, *Shanghai: Gueto e diáspora. Documentário, ficção e testemunho*, a reflexão artística, mas sobretudo a reflexão acerca construção de memória presente em dois filmes – *Shanghai Ghetto* e *Exil Shanghai* – que retratam a comunidade judaica de Xangai no contexto da Segunda Guerra Mundial. A partir de dois objetos filmicos os autores exploram as representações, construções e contradições na abordagem a uma realidade de diáspora e de exílio de uma comunidade.

Mateus Skolaude e Marçal Paredes abordam, em *Lusofonia em perspectiva: “pan-lusitanismo, luso-brasileirismo e luso-tropicalismo”*, não a migração, mas antes as tentativas de miscigenação de conceitos e abordagens culturais Portugal/Brasil, entre os anos 30 e os anos 50, na procura de uma compreensão da lusofonia enquanto perspectiva discursiva de matriz cultural. Abordando, na sua reflexão historicamente enquadrada, o *panlusitanismo* do Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, o *lusobrasileirismo* de Nuno Simões e o *lusotropicalismo* de Gilberto Freyre.

O dossiê temático encerra com o artigo *Sobre a utilidade da teoria na historiografia: mobilidade de conceitos e história comparada dos regimes políticos no século XX*, através do qual João Paulo Avelãs Nunes desenvolve um análise crítica em torno da forma como a historiografia e as suas projeções fazem (ou não) utilizações operatórias de conceitos teóricos que o autor assume como instrumentos que têm por objetivo reconstituir, entender e comparar objetos de estudo complexos e que podem contribuir para uma análise comparativa de realidades para lá das suas especificidades, incentivando mobilidades teóricas e o alargamento do debate historiográfico na discussão das ruturas, mas também das continuidades do processo histórico.

A coordenadora científica do volume
Ana Isabel Ribeiro

Dossier temático
Mobilidade e migrações

Migraciones y Movilidad en el Interior de la Península Ibérica: Trujillo y su Partido en el Primer Cuarto del Siglo XIX

Migrations and Mobility in the Interior of the Iberian Peninsula: Trujillo and its Partido in the First Fourth Century of the Nineteenth Century

RAQUEL TOVAR PULIDO¹
Universidad de Extremadura (España)
rtovarp@unex.es

Texto recibido em/Text submitted on: 27/01/2017
Texto aprobado em/Text approved on: 11/07/2017

Resumen

La ciudad de Trujillo se convierte, durante el Antiguo Régimen, en un foco de movimientos de población, que absorbe inmigrantes procedentes de comunidades rurales, así como experimenta la salida de personas que se dirigen a otros territorios. Como fuente para este estudio, hemos utilizado los Padrones de habitantes que se conservan en el Archivo Municipal de Trujillo, en los años veinte del siglo XIX. Analizamos en este trabajo, a partir de un análisis microhistórico, los movimientos de la población de Trujillo en dos vertientes: por un lado, analizamos las características biológicas y socio-profesionales de las personas que migran, así como sus circunstancias familiares. Por otro lado, analizamos las posibles causas de la movilidad y si los movimientos migratorios entre personas procedentes de comunidades rurales se producen a corta, media o larga distancia.

Palabras clave:

Movilidad poblacional. Familia. Extremadura. Partido de Trujillo. Antiguo Régimen.

Abstract:

During the Ancien Regime, in the city of Trujillo there are population movements, because it absorbs immigrants from rural communities, as well as experiencing the departure of people who go to other territories. As a source for this study, it is used the Census of Population that are preserved in the Municipal Archive of Trujillo, in the twenties of the nineteenth century. The micro-historical analysis is done in two ways: on the one hand, it is analyzed the biological and socio-professional characteristics of the people who migrate, as well as their family circumstances. On the other hand, it is analyzed the possible causes of mobility and whether migrants between people from rural communities occur in a short, medium or long distance.

Keywords:

Population mobility. Family. Extremadura. Partido of Trujillo. Ancien Regime.

¹ Este trabajo ha sido financiado gracias a la concesión de una beca para la Formación de Profesorado Universitario (FPU) por el Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (MECD). El trabajo se inserta en el marco del Proyecto de Investigación “Familia y comunidad rural: mecanismos de protección comunitaria en el interior peninsular (ss. XVIII-1900)” (con referencia HAR2013-48901-C6-5-R), Plan Nacional I+D del MINECO, cuyo Investigador principal es José Pablo Blanco Carrasco.

Introducción

J. Leguina² define el movimiento migratorio como el fenómeno demográfico cuyo suceso característico es la migración, el desplazamiento de un individuo desde un lugar hacia otro. En cambio, en las comunidades rurales muchas veces este desplazamiento no es definitivo. Las causas de tales movimientos migratorios derivan de las potencialidades y límites de las economías campesinas, de una estacionalidad de las tareas, que pudo haber ocasionado momentos de auge de las migraciones hacia la ciudad, seguidas de momentos de posterior retorno al lugar de origen, en su caso, a las zonas rurales, al endurecerse las condiciones de vida urbanas o por motivos de distinta índole³.

Durante el Antiguo Régimen, las pequeñas ciudades con economía rural suponían un foco de atracción de población para los entornos cercanos y en ocasiones más lejanos⁴. Si bien la ciudad era un foco de movimientos migratorios, también era un foco de miseria, insalubridad y mortandad⁵. Pero, en cualquier caso, la movilidad supuso una estabilidad para la sociedad del momento, caracterizada por escasas oportunidades económicas y formas de vida difíciles⁶.

Por tanto, la ciudad se constituye durante la época moderna en un centro de actividad económica, donde el comercio y la artesanía ocupan un importante lugar. Pero la economía de las ciudades pequeñas, como Trujillo, también va a ser eminentemente agrícola, fruto de la actividad desempeñada en los territorios rurales circundantes y en los huertos interiores: se trata, por tanto, de lo que algunos autores han denominado ciudades rurales o intermedias⁷. Asimismo, a las actividades económicas existentes en la ciudad del Antiguo Régimen

² Joaquín Leguina, *Fundamentos de demografía*. Madrid, 1981, p. 241.

³ María José Vilalta, "Ciudades rurales en la España Moderna: el protagonismo de las continuidades", p. 34-35. *Revista de Demografía Histórica*, (2003), vol. 21, n.º 1, p. 15-43.

⁴ M. J. Vilalta, "Ciudades rurales en ...", cit., p. 34. Y M. Lázaro Ruiz; P. A. Gurría García y A. R. Ortega Berruguete, "La inmigración a la ciudad de Logroño durante el Antiguo Régimen". *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, (1991), IX, 2, p. 7-50. Y N. Castells, "Els moviments migratoris en la Catalunya Moderna: el cas de la immigració envers la ciutat de Girona (1473-1576)", *Actes del Primer Congrés d'Història de Catalunya*, 1984, vol. 1, Barcelona, p. 65-74.

⁵ J. A. Salas Auséns, "Migraciones y fenómeno urbano en la sociedad preindustrial (España, siglos XVI-XIX)", p. 32-39, en *IV Congreso de la Asociación de Demografía Histórica. Demografía urbana, migraciones y crecimiento*, 1999, vol. 1. Bilbao, Universidad del País Vasco, p. 15-49.

⁶ D. S. Reher, *Town and country in pre-industrial Spain*. Cuenca, 1550-1870, Cambridge, Cambridge, U. P., 1990, p. 245-298.

⁷ Peter Clark, (ed.), *Small towns in Early Modern Europe*. Cambridge, Cambridge, U. P., 1995.

se suma el hecho de que se convierte en un núcleo en el que se concentra el poder político⁸.

En el estudio de las Migraciones a lo largo de la Historia, la falta de fuentes específicas ha dificultado la cuantificación de la movilidad de personas a lo largo de la época moderna, teoría que sostienen autores reconocidos como A. Eiras Roel y C. Fernández Cortizo, los cuales realizaron una recopilación de algunos de los trabajos más interesantes sobre la investigación de las migraciones modernistas y contemporáneas en la Europa Latina y que publicaron hace más de una década. En su artículo hacen referencia al aparente sedentarismo de las poblaciones como modelo respaldado “por los métodos de la Demografía Histórica”⁹. Sobre movimientos migratorios en la Península Ibérica se han realizado trabajos en las últimas décadas del siglo pasado¹⁰, pero también en años más recientes del presente siglo y, concretamente, en Extremadura los trabajos se han centrado en áreas rurales pero también en ciudades como Badajoz¹¹, si bien en un contexto anterior al que abordamos para Trujillo.

⁸ María José Vilalta, “Ciudades rurales en...”, cit., p. 17. Y J. Merrington, “Ciudad y campo en la transición del feudalismo al capitalismo”, p. 177-190, en R. Hilton (ed.), *La transición del feudalismo al capitalismo*. Barcelona. Crítica, 1979, p. 177-190.

⁹ Un trabajo de síntesis de los estudios realizados al respecto en el sur de Europa durante las últimas décadas: Vid. Camilo Fernández Cortizo y Antonio Eiras Roel, (2003), “Movilidad y migraciones internas en la Europa Latina”, p. 144. *Obradoiro de historia moderna*, n.º 12, p. 143-165.

¹⁰ Vid. Camilo Fernández Cortizo, y Antonio Eiras Roel (2003), “Movilidad y migraciones internas...”, cit., p. 144.

¹¹ Vid. José Pablo Blanco Carrasco (2003), “Notas para un estudio sobre las migraciones y la movilidad geográfica en el entorno urbano extremeño (1500-1860)”. *Revista de Demografía Histórica*, XXI, I, p. 70-111; — (2012), “Migraciones pendulares en la Península Ibérica durante la época moderna. Notas acerca del papel de la trashumancia en la determinación del sistema migratorio de la España interior”. *Estudios Humanísticos, Historia*, 11, p. 121-146; Miguel Rodríguez Cancho y José Pablo Blanco Carrasco (2007), “Conflicto bélico y población: movimientos migratorios en Extremadura durante la Guerra de Sucesión (c. 1690-1725)”. En Jesús Cañas Murillo y José Roso Díaz (coords.), *Aufklärung: estudios sobre la Ilustración española dedicados a Hans-Joachim Lope*, Badajoz, p. 39-58. Algunos de estos trabajos son fruto del esfuerzo realizado desde la institución de la Universidad de Extremadura, en la que, desde el Departamento de Historia, se han desarrollado proyectos entorno a la movilidad de la población, tales como el proyecto de investigación regional “Movimientos migratorios, movilidad e integración social en Extremadura durante el Antiguo Régimen” (Referencia PRI09100), financiado por la Junta de Extremadura, Consejería de Economía, Comercio e Innovación, y bajo la dirección de José Pablo Blanco Carrasco.

La coyuntura social por la que atravesó la ciudad de Trujillo en las fechas objeto de nuestro estudio – años veinte del siglo XIX – deriva de la crisis política, económica y social por la que atraviesa la Monarquía Hispánica, preludio del final del Antiguo Régimen. En un plano económico, la crisis agraria de 1817 en Extremadura se suma al estancamiento productivo y comercial que arrastraba la región desde el inicio de la Guerra de la Independencia y que se prolongará hasta la década de los años treinta del siglo XIX¹². En un plano político, tras el Trienio Liberal (1820-1823), se inicia la Década Ominosa (1823-1833), hasta el final del absolutismo en España¹³. Por aquel entonces Trujillo era la capital del Partido homónimo y uno de los principales núcleos de población de la Alta Extremadura¹⁴. Fue una de las ciudades más importantes de Extremadura durante la época moderna; y, en la década de los años veinte del siglo XIX, experimenta una transformación en un plano administrativo, cuando se crea el Partido Judicial de Trujillo¹⁵.

Las fuentes que hemos empleado para este análisis son los Padrones de habitantes que se conservan en el Archivo Municipal de la ciudad de Trujillo, en los años veinte del siglo XIX. El único padrón que recoge la procedencia de parte de la población entre 1824 y 1829 es el de 1824, de modo que es el que hemos tomado como referencia para estudiar la movilidad de la población, así como el padrón de 1825 nos permite comparar los cambios que se producen en las familias en uno y otro año, en cuanto a la entrada y salida de personas de los hogares y de la ciudad.

¹² Vid. Juan García Pérez, “La economía extremeña durante la crisis del antiguo régimen y el tiempo del liberalismo clásico (1808-1874)”, *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LXIX, n.º I, (2013), p. 212-219.

¹³ En la década de los veinte del siglo XIX, la inestabilidad política generada en España por liberales y realistas se pone de manifiesto en la ciudad de Trujillo. Tras el Trienio Liberal, en 1823 el ayuntamiento liberal y constitucional de la ciudad es sustituido por un gobierno de tinte realista, hasta el final del reinado de Fernando VII. Vid. Francisco Javier Pizarro Gómez, *Arquitectura y urbanismo en Trujillo (siglos XVIII y XIX)*, Cáceres, 1987, p. 149.

¹⁴ En los años veinte del s. XIX se produce un crecimiento del número de residentes en la ciudad de Trujillo, cuyo casco urbano – sin contar los arrabales – pasa de tener una población de entorno 2.700 habitantes, en los primeros años del decenio, a verse aumentada a alrededor de 2.900 almas a finales de la década.

¹⁵ Se trata de una organización administrativa de tipo tributario, que únicamente abarca las poblaciones de la Extremadura Oriental. A fines del s. XVIII, Trujillo es uno de los ocho partidos con los que contaba Extremadura y que funcionaban como subdelegaciones de renta. En 1822 se crea el denominado Partido Judicial de Trujillo, pero fue suprimido con la restauración del absolutismo. Vid. Fernando Sánchez Marroyo, “Estructura político-institucional de Extremadura (1808-1874)”. p. 147-151, *Revista de estudios extremeños*, (2013), vol. 69, n.º 1, p. 207-248.

La estructura de la fuente recoge a la población *calle hita*, casa por casa. De modo que las listas nominativas que ofrecen los padrones¹⁶ objeto de análisis, permiten distinguir los hogares entre sí, así como las relaciones de parentesco entre los individuos que componen el hogar, a partir de los cuales detectamos el número de personas que forman parte de cada hogar¹⁷. Esta recomposición de familias¹⁸ nos permite percibir la salida de estos hogares de individuos que se marchan de la ciudad, así como la incorporación de nuevos individuos a la familia como consecuencia de la inmigración¹⁹. Veremos, por tanto, que las unidades de corresidentes en una misma vivienda establecen un vínculo entre los miembros que la constituyen, pero estos lazos de cohesión no son siempre biológicos²⁰.

En un plano metodológico, así pues, mediante un análisis microhistórico, abordamos a partir de la documentación manejada, la movilidad de la población en esta ciudad en varias vertientes: por un lado, analizamos las características de las personas que migran, las edades y el sexo, así como sus circunstancias familiares, si inmigran en solitario o acompañadas por amigos o familiares. Por otro lado, nos interesa conocer el motivo del viaje, que con frecuencia es económico pero otras veces responde a la solidaridad familiar. Además, el rastreo de los núcleos de origen, así como la distancia que los separaba de Trujillo, nos permite observar si los movimientos migratorios entre personas procedentes de comunidades rurales se producen a corta, media o larga distancia.

En definitiva, consideramos de interés el presente trabajo para el análisis de la movilidad y de las migraciones campo-ciudad. En la medida en que la pequeña ciudad española se concibe como lugar de atracción de población, que acude a trabajar principalmente desde zonas rurales, ya a finales de la época moderna. Por tanto, en las páginas siguientes, establecemos una aproximación a las características definitorias de los movimientos migratorios que protagoniza la ciudad de Trujillo en los años finales del periodo plurisecular que engloba el Antiguo Régimen, en esta etapa intermedia que da paso a la edad contemporánea como son las primeras décadas del siglo XIX.

¹⁶ Archivo Municipal de Trujillo (AMT). *Padrones 1824-1825*, legajo 1004.

¹⁷ Louis Henry, *Manual de demografía histórica*. Barcelona, 1983, p. 30-38.

¹⁸ Louis Henry, *Manual de demografía...*, cit., p. 248-249.

¹⁹ Ver Francisco García González, "Las estructuras familiares y su relación con los recursos humanos y económicos", p. 164. En F. Chacón y J. Bestard (dirs.), *Familias. Historia de la sociedad española (del final de la Edad Media a nuestros días)*, Madrid, Cátedra, 2011, p. 159-254.

²⁰ Felicísimo García Barriga, *Familia y sociedad en la Extremadura rural de los tiempos modernos (siglos XVI-XIX)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2009, p. 122.

1. De la comunidad rural a la ciudad

El ciclo de vida guarda una relación directa con las posibilidades de promoción socio-profesional mediante el acceso al trabajo²¹. De la misma manera que los vínculos y lazos de solidaridad familiar se consolidan y construyen, a partir de dependencias y relaciones de distinto tipo²², que habrían contribuido al acogimiento, en algunos hogares, de parientes cercanos que acuden a la ciudad en busca de trabajo.

El cotejo de los padrones de habitantes de dos años consecutivos, dada la estructura de la fuente, nos ha permitido percibir la llegada de personas a la ciudad en 1825, de las que no se tiene constancia en el año anterior. Se trata de 237 personas, entre las cuales no existen grandes diferencias en cuanto a sexo, puesto que el número de varones y de mujeres es un 47,67% y 52,32% respectivamente (ver Tabla 1).

Tabla 1 – Inmigración por sexo. Trujillo (1825)

Sexo	Número de migrantes	Porcentajes
Varones	113	47,67%
Mujeres	124	52,32%
Total	237	100,00%

Fuente: Archivo Municipal de Trujillo [AMT]. Padrones 1824-1825.
Legajo 1.004. Elaboración propia.

Las características de las personas que llegan a Trujillo son heterogéneas, pues se produce el desplazamiento de personas solas pero también de familias completas que deciden instalarse en la ciudad.

Por un lado, encontramos familias, integradas por el matrimonio y uno o varios vástagos, dando lugar a la incorporación a la ciudad de una nueva familia

²¹ Francisco Chacón Jiménez y Ana Chacón Martínez, “Hogar y Familia: corrientes interpretativas y realidades sociales. Los ejemplos de movilidad de la población (1771) y movilidad social (1797) en Lorca”, p. 50. *Revista de Demografía Histórica*, Vol. 33, n.º 2, (2015) (Ejemplar dedicado a: Dossier homenaje a Richard Wall. Nuevas miradas sobre la población de la comunidad al individuo / coord. por Francisco Chacón Jiménez), p. 29-63.

²² Francisco Chacón Jiménez y Ana Chacón Martínez, “Hogar y Familia: corrientes...”, cit., p. 48.

nuclear simple²³. Se trata de familias integradas por padres e hijos que instalan su residencia en Trujillo. Y, por otro lado, se produce la llegada de personas solas: entre ellos hay adultos que ejercen el rol de cabezas de familia en un hogar solitario, mientras que otros individuos se incorporan a otros hogares, bien porque son parientes o bien porque comienzan a trabajar como criados de la familia a la que se incorporan, que se convierte en una familia nuclear compleja o familia extensa²⁴.

Entre los cabezas de familia encontramos un significativo número de jornaleros, que suponen el 9,7% de las inmigraciones, los siguientes en número son los escribientes, eclesiásticos y oficiales de rentas – entre un 1,27% y un 1,69% del total de inmigraciones –. Entre los demás encontramos todo tipo de oficios, desde el corregidor, el médico, el militar y el abogado, hasta personas que ejercen el oficio de carpintero, recatonero y peón, pasando por el labrador, albéitar y cajero, entre otros oficios (ver Tabla 2). Ejemplo de esta movilidad familiar es la que tiene lugar en el barrio del Campillo, donde se instala una nueva familia cuyo origen desconocemos, la del jornalero Pedro Bernardo – de 40 años –, su esposa de 23 años y sus dos hijos de entre tres y seis años.

Los inmigrantes que acuden para trabajar en el servicio doméstico constituyen el 24,89% de las personas que inmigran y figuran en el padrón como criados que acuden a la ciudad para trabajar en casa de una familia. En este caso sí observamos una diferencia entre sexos, pues un 72,88% de estos criados son mujeres. Por tanto, el oficio de criada va a ser el único que se le atribuye a la mujer y lo va a ejercer cuando se desplaza sola y siendo soltera.

²³ Este modelo de análisis de la familia, como método de aproximación a la estructura del hogar a partir de las unidades de corresidentes, fue diseñado por Laslett y el grupo constituido entorno a la Escuela de Cambridge, a finales de la década de los sesenta y principios de los años setenta del siglo XX. Vid., Peter Laslett, “La famille et le ménage: approches historiques”. *Annales, ESC.*, 1972, p. 847-872. Y Peter Laslett, “Introduction: the History of the Family”; en Peter Laslett y R. Wall (eds.), *Household and Family in past time*, Cambridge, 1974, p. 1-90.

²⁴ La Familia nuclear simple es aquella que está constituida bien por una pareja conyugal con o sin hijos, o bien por uno de los miembros de la pareja conyugal con hijos. Y la Familia nuclear extensa está formada por una pareja conyugal que está acompañada de familiares de distinto grado de consanguinidad, no únicamente de tipo descendente, así como también por personas de otra condición, como el personal doméstico. Louis Henry, *Manual de demografía...*, cit.

Tabla 2 – Inmigración por estado u ocupación y sexo. Valores relativos

Estado u ocupación	%Profesiones	%Mujeres	%Varones
Criado	24,89	72,88	27,12
Jornalero	9,70		100
Oficial de rentas	1,69		100
Escribiente	1,69		100
Eclesiástico	1,27		100
Otras profesiones	11,81		100
<i>Mujeres, niños y viudos</i>	<i>48,95</i>	<i>69,83</i>	<i>30,17</i>
Total	100	–	–

Fuente: La misma que en la tabla anterior. Elaboración propia.

La movilidad poblacional está protagonizada en mayor medida por población joven. El 76,5% de los inmigrantes que llegan a la ciudad de Trujillo no superan los 40 años y el 30,5% no alcanza los 16 años de edad. En este sentido, además de los hijos de los cabezas de familia que acuden a Trujillo a trabajar, encontramos niños que a edades muy tempranas, entre los 9 y 13 años, llegan solos a la ciudad para trabajar como criados (ver tabla 3). El resto de inmigraciones de personas jóvenes corresponden a parientes que se incorporan a una nueva familia, como sobrinos de corta edad.

Por tanto, algunos de los motivos de la movilidad son ejercer un nuevo empleo y también están movidos por el acogimiento familiar. Pero, además de estos factores, otra de las causas de la movilidad poblacional va a ser la nupcialidad. El volumen de individuos que llegan a Trujillo para contraer matrimonio supera el 4% del total de la muestra, ya sea en primeras o en segundas nupcias. Los matrimonios en primeras nupcias se dan entre la población más joven, en algunos casos se trata de varones, como jornaleros, que contraerán matrimonio con mujeres jóvenes que vivían en Trujillo, algunas de ellas criadas, oficio que abandonan al contraer matrimonio. Pero también hemos encontrado algunos casos de matrimonio en segundas nupcias, en los que alguno de los miembros de la pareja conyugal aporta hijos de un matrimonio anterior. En este sentido, encontramos mujeres que emigran porque van a contraer matrimonio con un varón que ya vivía en Trujillo, y algunas incluso van acompañadas de hijos de un anterior matrimonio.

Uno de estos matrimonios en segundas nupcias es el relativo a Francisco Méndez y Ana Bonilla, de 25 y 36 años respectivamente. En 1825 establecen una nueva familia en la calle San Pedro, familia a la que la esposa incorpora tres hijos de un matrimonio anterior, con los cuales habría emigrado a esta ciudad para contraer nupcias con el jornalero Francisco, que ya residía en Trujillo, donde antes de contraer matrimonio trabajaba como criado.

Llama la atención, no obstante, el número de viudos solitarios que llegan a la ciudad, los cuales principalmente son mujeres; en conjunto suponen un 8,3% del total y todos superan los 45 años. Aunque, la soledad unida a la vejez y viudedad pueden ser un factor que invite a la movilidad; junto a ello encontramos a viudos acompañados de hijos. Asimismo, la edad más avanzada entre las personas que han perdido al cónyuge es 86 años y corresponde a Francisca, una viuda pobre que se instala en el barrio de Campillo en estas fechas.

Tabla 3 – La edad de los migrantes (1825). Valores relativos

Grupos de edad	Porcentajes
<16	30,54%
16 a 40	46,02%
>40	23,43%
Total	100

Fuente: [AMT]. Padrón de 1825. Leg. 1.004. Elaboración propia.

Así pues, las razones para emigrar y las formas pueden ser diversas. Algunos llegan con sus familias y otros viajan solos, al permanecer solteros, y con el simple objetivo de trabajar. Tal y como indicamos para Trujillo, otros autores documentan, del mismo modo que nosotros en Extremadura, un protagonismo de población joven en estos movimientos de población en el noreste de la Península Ibérica, como en Cataluña²⁵ y en Aragón²⁶, si bien estos parámetros pueden ser trasladados a todo el interior peninsular.

²⁵ J. Nadal y E. Giralt, *Inmigració i redreç demogràfic. Els francesos a la Catalunya dels segles XVI i XVII*, 2000, p. 51-77. Vic, Eumo Editorial (original, 1960).

²⁶ J. A. Salas Auséns, “La inmigración francesa en Aragón en la Edad Moderna”, *Estudios*, Departamento de Historia Moderna, Zaragoza, (1985-1986), p. 51-77. Y C. Lange, *La inmigración francesa en Aragón (siglo XVI y primera mitad del siglo XVII)*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 1993.

2. Movimientos de ida y vuelta: la salida de la ciudad

Al igual que los núcleos urbanos acogen la llegada de personas que se instalan en la ciudad, Trujillo también va a contar con pérdidas de población como consecuencia de la salida de personas que han emigrado a otros lugares. Aunque desconocemos las edades, en cualquier caso, parece probable que se tratara de población joven, principalmente criados.

De las 215 emigraciones que hemos localizado entre 1824 y 1825, el 25,58% están protagonizadas por criados que abandonan el núcleo familiar en el que trabajaban, de manera que dejan vacante un empleo que en la mayoría de los casos vuelve a ser cubierto por nuevos criados. Si bien el 54,54% de estos criados que se marchan son mujeres y el 45,45% varones, por lo que no se producen grandes diferencias entre un sexo y otro en este aspecto.

No obstante, no sólo se producen emigraciones de individuos de modo independiente, sino que hemos detectado familias enteras de hasta seis y siete personas, que se marchan de la ciudad. Constituyen el 74,41% de los emigrantes y se trata de familias completas, bien matrimonios sin hijos o bien familias extensas con varios hijos y acompañados, además, de familiares como cuñados y sobrinos e incluso los criados. En este segundo grupo encontramos un 45% de mujeres y un 55% de varones (ver tabla 4), de modo que prácticamente emigran por igual mujeres y hombres²⁷.

Tabla 4 – Emigración. 1824-1825

Emigración	Total	%Total	Mujeres	Varones	%M	%V
Criados	55	25,58	30	25	29,41	22,12
Familias/ otros	160	74,42	72	88	70,59	77,88
Total	215	100	102	113	100	100

Fuente: [AMT]. Padrones 1824-1825. Leg. 1004. Elaboración propia.

²⁷ En el caso de las personas que emigran solas, existe la posibilidad de que algunas no hubieran emigrado, sino que el motivo de su ausencia fuera el fallecimiento. Asimismo, en algunos casos encontramos nombres que coinciden pero de los que dudamos que se trate de la misma persona. En ambos casos, ante la duda, hemos optado por excluirlos del recuento realizado para las migraciones.

Advertimos que el modelo de inmigración es similar al de emigración, porque en ambos casos una cuarta parte son criados, de modo que los que se marchan son sustituidos por los que llegan, ya que observamos que en las casas en las que tienen empleados personal doméstico, cuando sale una criada de la casa inmediatamente se incorpora otra criada de la misma edad o incluso más joven que la que se ha marchado, pues pasaría a realizar las mismas funciones. No obstante, en 1825 el número de mujeres que llegan a la ciudad para trabajar como criadas supera al de varones, pues tres de cada cuatro criados son mujeres, ya que los hombres se incorporan para trabajar en otros oficios; mientras que en 1824 entre los criados hay prácticamente igualdad de hombres y mujeres en el conjunto.

La soltería, así pues, a menudo convertía la ciudad en un lugar para contraer matrimonio, pero no siempre era así y con frecuencia una parte de estos nuevos habitantes de la ciudad se marchaba transcurrido un tiempo sin haber creado una familia²⁸. El cotejo de los padrones de habitantes de Trujillo hasta finales de la década de los años veinte, nos ha permitido comprobar que la mayor parte de las criadas son solteras jóvenes y excepcionalmente hay alguna viuda de mayor edad²⁹. Lo que quiere decir que las criadas que se marchan serían mujeres solteras que trabajan en la ciudad de manera temporal, quizá hasta reunir el dinero que les permitiera regresar a su lugar de origen y contraer allí matrimonio.

3. La aldea y la comunidad rural: los lugares de procedencia

El Padrón de 1824 recoge la procedencia de parte de la población que permanece en la ciudad, de modo que podemos estimar no sólo la inmigración entre 1824 y 1825, sino también la que se produce antes de 1824, ya que conocemos qué personas no son originarias de la ciudad. Así, a partir del número de individuos de los cuales conocemos que procedían de otros lugares, estimamos que al menos el 3,79% de la población que reside en Trujillo en 1824 es inmigrante, el 2,2% está integrado por mujeres y el 1,58% por varones. En total suman 103 individuos.

En lo que respecta a la estructura socio-profesional, observamos que el 86,4% trabajan como criados, entre los cuales el volumen de mujeres es considerablemente superior al de varones, 62,92% y 37,07% respectivamente. Un 8,73% de la inmigración estaba constituida por sobrinos que pasan a ser

²⁸ M. J. Vilalta, "Ciudades rurales en...", cit., p. 15-43.

²⁹ [AMT]. Padrones 1825-1829, Legajo, 1.004.

miembros de un nuevo núcleo familiar del que son parientes cercanos; y en este caso el número de varones duplica al de mujeres. La inmigración restante, un 4,85% del total, la constituyen familiares de otro tipo y empleados, la mayor parte son varones (ver tabla 5). Por consiguiente, llegamos a la conclusión de que los parámetros que definen las migraciones son semejantes en 1824 y 1825, en cuanto a la población que entra y sale de la ciudad, donde alcanza un protagonismo notable el servicio doméstico y especialmente la mujer y su trabajo como criada.

Tabla 5 – Inmigración previa a 1824. Ocupación y sexo

Inmigrantes	Total	Mujeres	Varones	%Total	%Mujeres	%Varones
Criados	89	56	33	86,41	62,92	37,08
Sobrinos	9	3	6	8,74	33,33	66,67
Otros (familiares y empleados)	5	1	4	4,85	20,00	80,00
Total	103	60	43	100,00	–	–

Fuente: [AMT]. Padrón de 1824. Elaboración propia.

Desconocemos las edades del 50,48% de la población inmigrante en 1824 pues no figuran en el padrón de 1825. Como hemos mencionado, entendemos que podrían haber regresado a sus localidades de origen. Pensamos que se trataría de población joven en su mayoría, consideramos esto porque del 49,51% restante – cuya edad sí conocemos porque corresponde a la población que no se ha marchado de Trujillo³⁰ – el 36,89% no supera los 24 años; mientras que el 12,62% alcanza la edad máxima de 41 años entre los varones y 64 años en el grupo de las mujeres (ver tabla 6).

³⁰ El Padrón de 1824 no proporciona la edad de los habitantes de la ciudad.

Tabla 6 – Inmigración previa a 1824. Edades por sexo

Edades	Mujeres	%M	Edades	Hombres	%V	Total %M y H
Desconocida	31	30,09	Desconocida	21	20,39	50,48
11 a 24	22	21,35	8 a 24	16	15,53	36,89
25 a 64	7	6,79	25 a 41	6	5,825	12,62
Total	60	–	Total	43	–	100

Fuente: La misma que en la tabla anterior. Elaboración propia.

Percibimos un significativo número de coincidencias en cuanto al lugar de procedencia de la población. En gran medida se trata de localidades del Partido de Trujillo, pero también se produce la llegada de individuos procedentes de territorios más lejanos. El lugar que recoge un mayor volumen de inmigrantes es Jaraicejo, localidad de la que proceden el 12,62% de los inmigrantes; el segundo pueblo emisor es Guadalupe, con un 9,7%; el tercero es La Madroñera, que constituye el 4,85% del total; mientras que el cuarto y quinto puesto en orden de procedencia lo ocupan Garciaz y Deleitosa, ambos con un 3,8%. Se trata de localidades muy cercanas a Trujillo, lo cual indica que la población rural tiende a emigrar a la ciudad más próxima. De hecho, hemos localizado a algunos individuos procedentes de los arrabales, concretamente de Huertas de Ánimas (ver mapa 1 y tabla 7). El resto de los forasteros se reparte entre hasta 57 localidades distintas, casi todas integradas en la provincia de Cáceres. De la provincia de Badajoz figuran Montijo, Jerez de los Caballeros y Don Benito, entre otras localidades.

Como señala Vilalta³¹, durante la época moderna eran frecuentes las migraciones circulares, en las que no se producían cambios significativos en los hábitos de vida, de ahí la cercanía del destino elegido, cercanos frecuentemente desde una perspectiva económica y cultural. En definitiva, la ciudad va a ser foco de atracción de personas procedentes de zonas rurales³², que protagonizaron

³¹ M. J. Vilalta, “Ciudades rurales en...”, cit., p. 35.

³² V. Pérez Moreda y D. Reher, “Hacia una definición de la demografía urbana: España en 1787”, p. 114. *Revista de Demografía Histórica*, (2003), XXI, I, p. 113-140.

migraciones de las que precisamente van a depender los núcleos urbanos pequeños para lograr tasas de crecimiento³³.

Sobre movilidad a corta distancia y sedentarismo durante el Antiguo Régimen se han desarrollado trabajos, como los de J. P. Poussou³⁴, J. Dupâquier³⁵, G. Pizzorusso³⁶ y A. L. Head-König³⁷; los cuales sostienen que los desplazamientos a corta distancia no suponen el desarraigo del lugar de origen, sino que están vinculados al ciclo de vida y espacio habitual. En el sur de Europa, Francia, Italia y Suiza, los autores coinciden en señalar el predominio de la micromovilidad motivada por la búsqueda o el aprendizaje de un oficio, el empleo en el servicio doméstico y para contraer matrimonio³⁸.

³³ V. Pérez Moreda y D. Reher, “Hacia una definición...”, cit., p. 116.

³⁴ Jean Pierre Poussou, “Les migrations dans la France d’autrefois (XV-XIX siècles)”. En *Movilidad y migraciones internas en la Europa latina = Mobilité et migrations internes de l’Europe latine*: p. 33. Actas del coloquio europeo, Santiago de Compostela, 9-11 de noviembre de 2000 / coord. por Domingo L. González Lopo, Antonio Eiras Roel, 2002, p. 15-38.

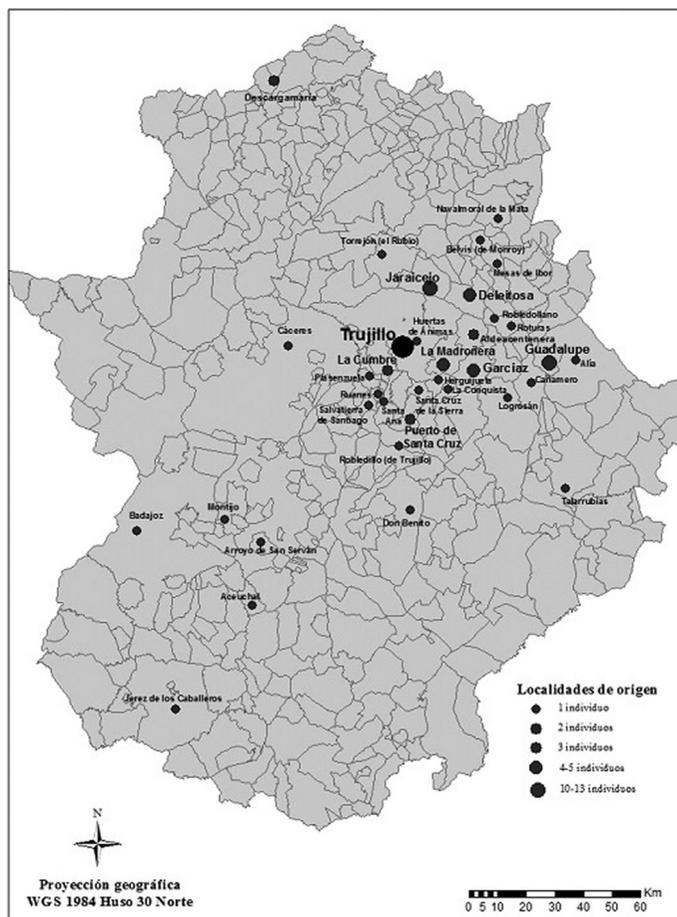
³⁵ Jacques Dupâquier, “Mobilité géographique et mobilité sociale”, p. 102-103. En Antonio Eiras Roel y Ofelia Rey Castelao (dirs.), *I Conferencia Europea de la Comisión Internacional de Demografía Histórica*, vol. 1 (Les migrations internes et à moyenne distance en Europe, 1500-1900), 1994, p. 3-25.

³⁶ Giovanni Pizzorusso, “Le migrazioni degli italiani all’interno della Penisola e in Europa in età moderna”, p. 34-35. En Domingo L. González Lopo y Antonio Eiras Roel (coord.), *Movilidad y migraciones internas en la Europa latina = Mobilité et migrations internes de l’Europe latine*: actas del coloquio europeo, Santiago de Compostela, 9-11 de noviembre de 2000, 2002, p. 55-86.

³⁷ A.-L. Head-König, “Hommes et femmes dans la migration: la mobilité des Suisses dans leur pays et en Europe (1600–1900)”, p. 40-41, en A. Eiras Roel y O. Rey Castelao (eds.), *Migrations internes et mediumdistance en Europe, 1500–1900. Ière Conférence européenne de la Commission internationale de démographie historique, Santiago de Compostela 1993*, 1993, p. 205-225.

³⁸ Fernández Cortizo, Camilo y Eiras Roel, Antonio, “Movilidad y migraciones internas...”, art. cit., p. 145-149.

Mapa 1 – Procedencia regional de las migraciones a la ciudad de Trujillo



Fuente: Base Cartográfica Nacional. 1:250.000. (AMT). *Padrón de 1824. Legajo 1004*. Elaboración propia.

Tabla 7 – Procedencia de Extremadura. Ciudad de Trujillo

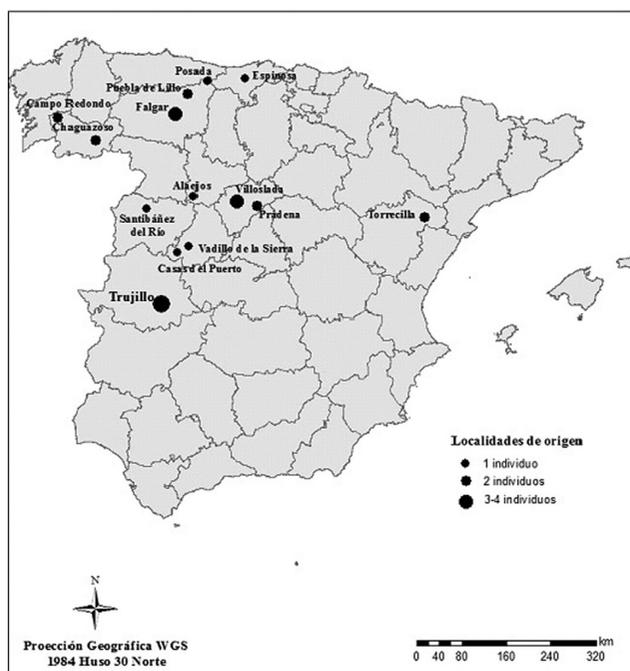
Procedencia regional	1 persona	2 personas	3 personas	4-5 personas	10-13 personas
Aceuchal	x				
Aldea Centenera		x			
Alía	x				
Arroyo de San Serbán	x				
Badajoz	x				
Belvis	x				
Cáceres	x				
Cañamero	x				
Deleitosa				x	
Descargamaría		x			
Don Benito	x				
Herguijuela	x				
Garciaz				x	
Guadalupe					x
Huertas de Ánimas	x				
Jaraicejo					x
Jerez de los Caballeros	x				
La Conquista	x				
La Cumbre	x				
La Madroñera				x	
Logrosán	x				
Mesas de Ibor	x				
Montijo	x				
Navalmoral	x				
Plasenzuela	x				
Puerto de Santa Cruz			x		
Robledillo	x				
Robledollano	x				
Roturas	x				
Ruanes	x				

Salvatierra de Santiago	x				
Santa Ana	x				
Santa Cruz	x				
Talarrubias	x				
Torrejón	x				

Fuente: [AMT]. Padrón de 1824. Leg. 1004. Elaboración propia.

La inmigración no es sólo extremeña y también llegan a la ciudad personas procedentes de territorios castellanos, como Salamanca (Santibáñez del Río), Segovia (Villoslada), León (La Puebla de Lillo) y Ávila (Badillo de la Sierra); así como los flujos de población proceden de zonas situadas en el norte peninsular (ver mapa 2 y tabla 8), tales como Orense (Chaguazoso) y Santander (Espinosa).

Mapa 2 – Procedencia peninsular de las migraciones a la ciudad de Trujillo



Fuente: Base Cartográfica Nacional. 1:6.000.000. *Padrón de 1824*.
Archivo Municipal de Trujillo. Elaboración propia.

Tabla 8 – Procedencia de la Península Ibérica

Procedencia peninsular	1 persona	2 personas	3-4 personas
Alaejos	x		
Campo Redondo		x	
Casas del Puerto	x		
Chaguazoso		x	
Espinosa	x		
Falgar			x
Posada	x		
Prádena		x	
Puebla de Lillo		x	
Santibáñez del Río	x		
Torrecilla		x	
Vadillo de la Sierra	x		
Villoslada			x

Fuente: La misma. Elaboración propia.

La distancia media resultante de los flujos migratorios es 113,04 km, con una desviación media de 178,5 y una desviación estándar de 311, distancia estándar que separa el punto de salida del de llegada. La lejanía de las localidades que rebasan los límites fronterizos de la región de Extremadura repercute en el resultado de la distancia estándar, que se diferencia al alza con respecto a la distancia media. Con la pretensión de establecer una comparativa con otras ciudades de la región, hemos excluido para la realización de los cálculos los lugares de procedencia no extremeños, el resultado es una media de 90 km, una desviación media de 57,1 y una distancia estándar de 75,04. Se trata de un recorrido superior a la que presenta la ciudad de Badajoz entre 1809 y 1818, con una distancia estándar de alrededor de 19 y 24 km para mujeres y varones respectivamente y para cuyo cálculo Blanco Carrasco tiene en cuenta únicamente las procedencias regionales³⁹.

³⁹ No obstante, en este contexto Badajoz es una plaza fronteriza, por lo que presenta unas características migratorias marcadas por la llegada de efectivos de las poblaciones más cercanas, en busca de la seguridad que podía ofrecer el sistema amurallado de la

4. Propuestas de interpretación: el por qué de la movilidad

Se dan dos formas de movilidad de acuerdo a la duración, de tal modo que podemos distinguir entre migraciones temporales y migraciones definitivas, pues ambas se ven reflejadas en la muestra representativa objeto de nuestro análisis.

Por un lado, hemos señalado que una parte de la población que inmigra corresponde a personas de edad avanzada, principalmente mujeres viudas, solitarias y pobres. Pues bien, sabemos que, en los momentos finales de la vida o “al menos una vez se ha salido del mercado laboral”⁴⁰ era frecuente regresar a la localidad de nacimiento, cuando en el lugar de destino en el que se habían establecido no habían logrado forjar las redes de solidaridad que eran necesarias para el sostenimiento de las familias, ya en edades avanzadas en el ciclo vital. Tal vez estos motivos explicarían la llegada de este tipo de inmigrantes a Trujillo, se trataría por tanto de trujillanos que se habrían marchado años atrás a otro lugar y que regresan en este momento. De ser así, habrían pasado de ser emigrantes de esta ciudad en un inicio a inmigrantes tiempo después; de modo que si la migración es en este último caso definitiva, en el primero fue temporal.

La emigración temporal, por otro lado, adquiere un sentido económico, lo cual hemos observado en la población inmigrante que acude a Trujillo para desempeñar un trabajo como los mencionados, ya sea de criado, ya sea de jornalero, médico, abogado, eclesiástico, o movidos por la necesidad de ejercer un cargo público como el de corregidor, militar, cobrador de rentas etcétera. Asimismo, lo hemos observado también entre la población emigrante, aquella que después de haber desempeñado durante cierto tiempo un oficio en la ciudad decide marcharse; hablamos en este caso de las criadas que abandonan Trujillo, tal vez con el objetivo de regresar a sus localidades de origen. En un contexto en el que primaba la concentración de la propiedad de la tierra, parte de los que migran pertenecen a familias campesinas con una difícil situación económica, por lo que serán precisamente los estrechos márgenes de la economía de

ciudad en un periodo de enfrentamiento bélico como el que acontece en los primeros años del siglo XIX. Ver J. P. Blanco Carrasco, *Demografía, familia y sociedad en la Extremadura moderna, 1500-1860*. Cáceres, 1999, p. 234-235. Y Henry S. Shryock; Jacob S. Siegel y Associates, *The Methods and Materials of Demography*, San Diego, California, 1976, p. 72-76. Y J. P. Blanco Carrasco, “Notas para un estudio...”, cit., p. 98-106.

⁴⁰ J. P. Blanco Carrasco, *Demografía, familia y sociedad...*, cit., p. 240.

subsistencia, en la que se encontraba sumida la población, el principal causante de las migraciones⁴¹.

No obstante, los movimientos migratorios no necesariamente tienen que estar condicionados por factores únicamente económicos, como hemos comprobado al percatarnos de la celebración de matrimonios concertados.

A todo ello se une un cuarto motivo para migrar, el personal y condicionado por circunstancias familiares, como podría ser la muerte prematura de los progenitores, factor que explicaría la acogida de sobrinos de corta edad en núcleos familiares, en los que se produce una transformación de familia simple a familia compleja.

Atendiendo a las características geográficas de la inmigración, podemos decir que las migraciones que, en los años veinte del siglo XIX, afectan a Trujillo son de índole fundamentalmente comarcal y regional, que tan sólo se extienden a territorios más lejanos en casos muy particulares, se trata de migraciones a corta distancia, tal y como era habitual en las sociedades preindustriales. Es significativo el hecho de que la población no extremeña proceda en su totalidad de tierras castellanas y del norte, tal vez tengan algo que ver en ello, dentro de la red de comunicaciones terrestre, las rutas trashumantes que conectaban dichos territorios con Extremadura.

De hecho, algunos autores destacan la presencia de leoneses, gallegos y cántabros entre la población inmigrante presente en tierras extremeñas, movimiento poblacional que si bien parece tener su origen en migraciones pendulares relacionadas con el tránsito de ganado, con el tiempo desembocan en asentamientos estables⁴²; precisamente buena parte de la inmigración que hemos detectado en la muestra analizada procede igualmente de localidades pertenecientes a Galicia, León y Cantabria. En lo que respecta a la red de caminos regional, ésta giraba en torno a dos grandes ejes: la Ruta de la Plata, que conectaba el norte de la provincia de Cáceres con el sur de la provincia de Badajoz, y el Camino Real que, de noreste a noroeste, se adentraba en la región desde el valle del Tiétar con dirección a Trujillo y conectaba con Portugal a través de Badajoz⁴³.

⁴¹ *Ibidem*, p. 235-240.

⁴² J. P. Blanco Carrasco, "Migraciones pendulares en...", cit., p. 121-130.

⁴³ J. P. Blanco Carrasco, *Demografía, familia y sociedad...*, cit., p. 241-242.

Conclusiones

Del análisis de los movimientos migratorios que se suceden en la muestra analizada, concluimos que los protagonistas de la emigración e inmigración son personas jóvenes en su mayoría, familias simples y complejas, así como solitarios. Pero observamos, además, un significativo volumen de personal doméstico que nos invita a pensar que Trujillo se había convertido en un importante núcleo que daba salida a los desempleados de las zonas rurales más próximas, pero también de otras más lejanas, lo cual es un indicio del papel económico que jugaba esta ciudad al menos en las primeras décadas del siglo XIX, foco de atracción de jóvenes trabajadores, aunque la estancia de estos en muchos casos se diera de manera temporal. Tal y como advertimos al comparar la emigración y la inmigración, el personal doméstico que se incorpora a las familias reemplaza en cierto modo al contingente emigrante, aunque en el segundo caso el volumen de mujeres supera al de varones.

Entre los cabezas de familia que se desplazan encontramos todo tipo de oficios, si bien el mayor volumen de jornaleros podría indicar que la carencia de tierras en el territorio de procedencia sea el factor causante de la llegada a la ciudad. También este sector socio-profesional forma parte del mercado matrimonial. Los matrimonios en primeras y en segundas nupcias serán otra de las causas de la movilidad poblacional, que si en el primer caso afectan a la población más joven, en el segundo tipo de nupcialidad suelen estar relacionados con mujeres viudas que aportan hijos de un matrimonio anterior. El número de viudos solitarios que llega a la ciudad, en su mayoría mujeres, es significativo, así como la avanzada edad de la mayor parte parece reflejar su deseo de pasar en Trujillo la última etapa de su ciclo vital, quizá movidos por un sentimiento de soledad que les lleva a regresar al lugar de nacimiento del que tiempo atrás salieron. Mientras que habrían sido circunstancias familiares, como la muerte prematura de los progenitores, las que explicarían la acogida de sobrinos de corta edad en núcleos familiares en los que se produce una transformación de familia simple a familia compleja.

En cualquier caso, se trata principalmente de migraciones a corta distancia, tal y como era habitual en las sociedades preindustriales, y que tienen como origen las localidades que formaban parte del propio Partido de Trujillo.

Descobrimo fortunas, contando histórias: panorama patrimonial de portugueses no Brasil (Belém, 1870-1909)

Discovering fortunes, telling stories: patrimonial panorama of portuguese in Brazil (Belém, 1870-1909)

ANNDREA CAROLINY DA COSTA TAVARES

Programa de Pós Graduação em História Social da Amazônia – UFPA
anndreatavares23@hotmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2017

Texto aprovado em/Text approved on: 11/07/2017

Resumo:

O presente artigo analisa a composição das fortunas de imigrantes portugueses em Belém, capital da então província do Grão Pará, entre os anos de 1870 a 1909, caracterizado pela historiografia como o período de *boom* da economia extrativa da borracha, reconhecida como atrativo aos diferentes grupos de (i) migrantes que se aventuravam para usufruto dos rendimentos por ela alcançados. Fortunas sustentadas sobre novas demandas sociais e econômicas que a borracha haveria de trazer às terras amazônicas, e que evidenciam novas tendências de investimentos, em grande medida, às estruturas modernas do capitalismo, que permaneceram mesmo nos períodos de crise da economia extrativa da borracha, demonstrando a sólida consolidação de novos símbolos de poder e riqueza. O estudo esteia-se na análise serial de 328 autos cíveis de inventários *post mortem* e insere-se num período marcado por um crescimento demográfico acentuado, pela reorganização do espaço urbano de Belém e pelo recrudescimento econômico do mesmo espaço.

Palavras Chave:

Belém; Imigração; Portugueses; Borracha; Fortunas.

Abstract:

This paper analyses the fortune formation of Portuguese immigrants' in Belém, capital of the Grão Pará province, between the years of 1870 to 1909, period which is characterized by historiography as the *boom* of the rubber extractive economy, a known attractive to the different groups of migrants that would adventure themselves seeking to take part on the earnings produced by it. Fortunes that where only possible because of the new social and economic demands that were brought over to the Amazon landscape and made clear the new investments trends, remarkably, the modern capitalist structures, ones that remained even in crisis periods of the rubber extractive economy, demonstrating the solid consolidation of the power and wealth new symbols. The paper sustain itself in the serial analyses of 328 *post mortem* inventory civil suits and is inserted among a period which is trend marked by a sharp demographic growth, by the urban space reorganization and economic rejuvenation of the city of Belém.

Keywords:

Belém; Immigration; Portuguese; Rubber; Fortunes.

Aspectos gerais da imigração portuguesa em Belém

A historiografia portuguesa reconhece que a imigração exerce, há mais de um século, uma profunda ação na sociedade lusitana. Tida como um fenômeno antigo, tomou novas formas no século XIX, quando deixou de estar atrelada ao projeto imperial português e tornou-se uma resultante das distorções do desenvolvimento do capitalismo independente, após o rompimento com o antigo regime¹. De fato, a presença e ocupação portuguesa na Amazônia, onde se localiza o estado do Pará, antiga província do Grão Pará, remete ao período colonial², no entanto daremos ênfase à presença portuguesa durante os meados do século XIX e início do XX, quando esta se fará mais visível nos diferentes espaços da cidade.

Os lusitanos constituíram o grupo mais numeroso de imigrantes que adentraram ao Brasil, com números na faixa dos 1,9 milhão de sujeitos (1822-1950), presentes em praticamente todo o território brasileiro³. Apesar disso, a temática que aborda este fluxo para o Brasil consolidou suas bases de estudo recentemente, na medida em que as fontes foram sendo dispostas e os questionamentos, para a ampliação das problemáticas, foram sendo revisitados.

Provenientes de distintas localidades do território português, o que por si já confere pluralidade aos sujeitos, os imigrantes viam no Brasil, sobretudo nos destinos mais conhecidos como São Paulo e Rio de Janeiro e nos emergentes como a Província do Pará, uma oportuna possibilidade de estabelecimento, na perspectiva de inserção nos mercados de trabalho em ascensão, cumular fortuna e retornar a terra natal ou, como ocorreu com uma parcela considerável de imigrantes, apenas sobreviver e esperar ou por uma oportunidade de retorno, ou pelo fim da vida.

Nos últimos anos do século XIX, o Estado do Pará desponta com um dos principais destinos procurado pelos portugueses que partiam para o Brasil. No final do século XIX ele chega a aparecer com um percentual bem maior de escolha para os grupos de imigrantes que a própria cidade de São Paulo, que atraía não somente mão de obra rural, mas também operária e intelectual,

¹ Miriam H. Pereira, *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Bauru-Sp, Edusc, 2002, p. 11.

² Sobre o processo de ocupação e colonização da Amazônia cf. Rafael Chambouleyron, *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*, Belém, Editora Açai, 2010.

³ Maria Izilda Matos, *Portugueses: Deslocamentos, Experiências e Cotidiano – São Paulo, séculos XIX e XX*, Bauru, SP, Edusc, 2013, p. 34.

sobretudo pelo crescimento que a economia exportadora do café proporcionava ao cinturão paulista.⁴

Belém foi das cidades que se manteve como a terceira escolha dos portugueses no Brasil, demonstrando assim a atração que a economia da borracha poderia desempenhar para a vinda dos portugueses. Estes sujeitos viveram em cidade portuária, que era ponto de partida de todo tipo de mercadorias para o interior do estado e da região, e porta de saída das exportações da borracha para o mundo. Belém tornara-se uma cidade cosmopolita, onde a expressiva presença dos portugueses promoveu a grande visibilidade de sua cultura até hoje⁵.

A maioria dos imigrantes provinha da região dos minifúndios do médio e Norte de Portugal, deixando aldeias, freguesias, quintas e suas querências ao longo do rio Douro, Minho e Tejo. Quase todos jovens e humildes, eram filhos de agricultores e sitiantes, de numerosa família patriarcal, com rígida educação doméstica e obedientes á tradição e valores familiares. O norte português era reconhecido por sua tradição agrícola, com predomínio dos minifúndios, em posse de proprietários com família numerosa que – sem terem como encaminhar seus filhos para a lavoura, uma vez que as parcelas de terras, com a divisão da herança, se tornaram tão pequenas que eram incapazes de sustentar uma família – viam a solução na emigração para as regiões de colonização, ou com uma comunidade portuguesa que lhes garantisse auxílio na chegada e promovesse sua inserção no meio sócio econômico do novo lugar, como no caso do Pará⁶.

A presença destes imigrantes sempre fora notável na região, seja por sua proporção ou por sua representatividade, uma vez que muitos acabaram adquirindo destaque no meio social, em virtude de sua projeção econômica que, estando de acordo com a nova ordem de organização da economia, relacionava-se às atividades comerciais e beneméritas que exerciam. No que diz respeito à cidade de Belém, esta presença de imigrantes é constatada a partir de várias documentações. Em 1872, o recenseamento apontava a existência de 12% de estrangeiros na cidade, sendo que desse total os portugueses correspondiam a cerca de 80% dos imigrantes.

⁴ Jorge Fernandes Alves, “Lógicas migratórias no Porto oitocentista”, in Maria Beatriz Nizza da Silva [et. al], *Emigração/Imigração em Portugal, Actas do Colóquio Internacional Emigração/Imigração em Portugal (séc. XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos.

⁵ Edilza Fontes, *Preferem-se portugueses (as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*, Tese de Doutorado, Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

⁶ Samuel Benchimol, *Amazônia: Formação Social e cultura*, 3.^a ed. Manaus, Valer, 2009.

Os registros de casamento das Paróquias da Sé e de Nazaré analisados por Cristina Cancela, entre 1870 a 1920, igualmente mencionam o expressivo número de estrangeiros nos autos de casamento na Sé chegando a 10% e 6% na paróquia de Nazaré. Os portugueses predominam entre os estrangeiros nos registros das duas paróquias, seguidos dos espanhóis e sírio-libaneses⁷. Esta presença pode ter sido ainda maior se levarmos em conta o possível impacto causado pela Grande Naturalização de 1891 na população de origem portuguesa⁸, o que pode ter ocasionado uma invisibilidade de parte destes sujeitos. O possível impacto refere-se detidamente a dois aspectos principais: primeiramente a representatividade dos “casamentos portugueses”, em comparação à tendência geral, pode ser mais impactante do que mensuramos, isto porque diversos noivos descritos como brasileiros poderiam ser, na realidade, de origem portuguesa. Em segundo lugar, porque a naturalização poderia tornar invisíveis diversos “casamentos portugueses”, onde os noivos possuísem mais de 35 anos de idade, pois já poderiam estar naturalizados no instante do casamento⁹.

Os dados acerca do movimento imigratório no porto de Belém, no século XX e que se encontram registados no Anuário Estatístico do Brasil de 1912, confirmam a representatividade da imigração na Amazônia. De acordo com o Anuário Estatístico do Brasil, entre os anos de 1908 e 1910, chegaram a Belém aproximadamente 13.500 estrangeiros de diversos países, sobressaindo os portugueses com uma porcentagem de 48,67%, à frente dos espanhóis (15,98%), ingleses (7,18%), turcos-árabes (4,69%) e dos italianos (4,15%). O crescimento econômico da Amazônia, decorrente da elevação dos preços da borracha nesse período, pode ter constituído fator motivador dessa expressiva imigração¹⁰.

Os imigrantes portugueses eram desejáveis pelo Governo do Pará, sobretudo pelo forte vínculo entre o Pará e Portugal, a propaganda feita pelos governos brasileiro e paraense, a proximidade cultural e a sua facilidade de adaptação à vida na capital, além da fama de pacíficos e morigerados. Não causava nenhum

⁷ Cristina Cancela, *Casamento e família em uma capital amazônica (Belém 1870-1920)*, Belém, Ed. Açai, 2011.

⁸ Sobre a Grande Naturalização de portugueses no Brasil, cf. José Sacchetta Ramos Mendes, *Laços de Sangue: Privilégios e Intolerância à Imigração Portuguesa no Brasil (1822-1945)*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2011.

⁹ Cristina Cancela e Daniel Barroso, “Imigração portuguesa e Casamento: Um olhar a partir do gênero, da geração e da atividade (Belém, 1908-1920)”, in Maria de Nazaré Sarges [et. al]. *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*, Belém, Editora Paka-Tatu, 2010, p. 32-41.

¹⁰ Marília Emmi, *A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: o caso dos portugueses*, XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP Caxambú-MG. http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_1/abep2010_2086.pdf.

estranhamento a presença dos lusitanos na cidade, fruto da intensa colonização e da forte ligação com Lisboa, tanto que o Pará foi a última província brasileira a aderir à Independência do Brasil de Portugal, em 1823¹¹.

Os finais do século XIX e início do XX também são conhecidos pela consolidação, expansão e decadência da economia extrativa do látex, a borracha¹², considerada uma das, se não a principal, força motriz para a vinda de (i)migrantes à Amazônia, entre eles os portugueses, que viam no trabalho com a borracha, ou com as atividades impulsionadas (in)diretamente por ela, a possibilidade de novos arranjos profissionais. Os anos de 1870 a 1909 são referidos como o momento de consolidação e expansão desta economia na região, também conhecido como *boom* da borracha. Em 1882, a produção dos gomais amazônicos já influía consideravelmente no processo econômico do Império, ocupando o terceiro lugar no quadro de exportação, apenas o café e o açúcar se lhe mantinham à frente¹³. Com o aumento das exportações de borracha e a alta dependência em que a economia regional mantinha com tais, às receitas públicas só lhes restava crescer, a liquidez econômica foi sentida na ampliação das estruturas urbanas da capital da província, no melhoramento dos serviços públicos, na ampliação das redes bancárias e seguradoras, pompas e riquezas que trariam à Amazônia os ares da *Belle Époque*¹⁴.

A fortuna portuguesa no Boom da Borracha

Quando em 1870 a borracha alcança equilíbrio nas pautas de exportação e os preços estão mais estáveis, sente-se o crescimento acelerado do comércio, dos bancos e estabelecimentos afins, fazendo com que a fortuna estivesse ligada aos novos elementos constituintes da economia amazônica. Weinstein considera que os últimos anos da década de 1870 foram os que assinalaram o início da

¹¹ Maria de Nazaré Sarges e Cauê Morgado, “Os portugueses nos autos judiciais: sociabilidades e tensões”, in Maria de Nazaré Sarges [et. al], *Entre Mares: O Brasil dos Portugueses*, Belém, Pakatatu, 2010.

¹² A borracha é o produto final dentro da cadeia de exploração do látex, a partir da *hévea brasiliensis*, árvore nativa amazônica, também conhecida por seringueira. A seiva extraída da árvore, após passar por uma série de processos químicos, é transformada em borracha, matéria prima para uma diversidade de indústrias, à época de seu *boom* na Amazônia era utilizada, principalmente, nas indústrias automobilísticas norte americanas e europeias.

¹³ Ernesto Cruz, *História de Belém*, Belém, Universidade Federal do Pará, 1973, p. 310-311.

¹⁴ Sobre a Belle Époque Amazônica, cf. Maria de Nazaré Sarges, *Riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*, Belém, Paka Tatu, 2010.

expansão da borracha. O volume de produção, na década de 1880, quase que duplicou, depois de ter a maior alta nos anos de 1860.

As fortunas neste período tornam-se vultuosas, embora não sejam compostas por uma grande variedade de bens, ou seja, concentravam-se em poucos investimentos.

Tabela 1 – Valores das fortunas nos anos de 1870 a 1909 (réis)

Montantes	Quantidade	Percentual (%)
Sem indicação	91	27,7
Abaixo de 9:999\$999	52	15,9
10:000\$000-39:999\$999	64	19,5
40:000\$000-69:999\$999	26	7,9
70:000\$000-99:999\$999	23	7,0
Acima de 100:000\$000	72	22,0
Total	328	100,0

Fontes: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1870-1909).

Chamamos atenção para as fortunas com montantes acima dos 100 contos de réis, um total de 72, entre as quais 48 possuíam relação direta com o setor terciário da economia, dividindo-se entre firmas comerciais, casas de comércio, comércio de ações, lojas varejistas, capitalistas, entre outros. O que confirma a importância que o comércio ganhou no passar dos anos e com o crescimento da economia na cidade de Belém, independente do gênero, tornara-se uma das principais, se não a principal, fonte de sustento dos sujeitos e famílias na capital da província do Pará, de nossa amostra. O investimento em imóveis, sobretudo terrenos e casas, será muito frequente. Entre os 72 sujeitos, 44 investiram em propriedade de casas, 27 em terrenos e 24 investiam em ambos.

A maior fortuna nessa faixa pertencia a Domingos José Dias, Visconde de São Domingos, calculada em 1.530:049\$600 réis (77. 572 £)¹⁵. Lino de Macêdo o menciona como o “decano da colônia portuguesa e seu respeitado mentor,

¹⁵ Inventário de Domingos José Dias, ano de 1904. Centro de Memória da Amazônia, 11.^a Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

fora antigo negociante aviador¹⁶ onde lograva fartos meios de fortuna. Na Beneficente Portuguesa¹⁷ exerceu durante anos a sua presidência, anos seguidos presidiu na Associação Comercial de Belém, foi membro da comissão consultiva do consulado português em Belém, até seu falecimento”¹⁸. Em 1890, estava na diretoria do Banco de Belém, um dos frutos da ampliação das estruturas bancárias que a borracha promoveu no Pará¹⁹. Seu inventário encontra-se incompleto, o que não nos permite visualizar em que investia o português, no entanto imaginamos que a maior parte de sua riqueza fosse oriunda dos lucros de sua firma aviadora.

O impacto demográfico e econômico do negócio da borracha só viria a ser plenamente sentido com o advento dos “anos dourados” da Amazônia, entre 1880 e 1910, mas desde os meados do XIX as exportações de borracha estavam tendo efeito claramente perceptível sobre as “estatísticas vitais” do Pará²⁰. No relatório de 1889 o Presidente da Província Antônio Braga lamenta a desorganização dos órgãos ligados à migração, que não souberam aproveitar

¹⁶ Aviador era um dos vocativos recebidos pelos donos das Casas Aviadoras, representante financeiro e legal dos seringais nas grandes capitais, como Belém e Manaus. Recebiam a borracha e atendiam aos pedidos de mercadoria para sustento dos trabalhadores na floresta. Providenciavam o transporte e a distribuição da mão de obra para os seringais, espécie de recrutadores.

¹⁷ No ano de 1854, surgiu a ideia, entre alguns portugueses residentes em Belém, da criação de uma sociedade beneficente que servisse de amparo aos seus associados nas provações da vida e enfermidade. À frente do projeto estava Francisco Gonçalves de Medeiros Branco, empregado no comércio em Belém. Em setembro do mesmo ano, reuniram-se com Medeiros Branco um grupo de compatriotas, com o objetivo de tratar da instalação da sociedade beneficente. Após dias, foram enfim apresentados os estatutos, e a então sociedade foi nomeada como *Beneficente*, que tinha por fim essencial, reunir e socorrer fraternalmente os seus sócios, para além de questões de saúde, como diária de 600 a 1.200 réis a sócios desempregados ou doentes, pagamento de passagens para fora da província no caso de moléstia, desemprego ou perseguição, enterro decente aos mortos, entre outros. Mesmo com a escolha anterior de alguns nomes que pudessem dirigir, temporariamente, a recém sociedade, na mesma reunião de apresentação do nome, em 8 de outubro, foi escolhido o primeiro corpo oficial de dirigentes, tendo Medeiros Branco como seu primeiro presidente. A joia de admissão a *Beneficente* era no valor de 20.000 réis e a mensalidade no valor de 1.000 réis, in *História da Sociedade Portuguesa de Beneficente do Pará*. Pará, Gillet de Torres & C^a, 1914, p. 7-22.

¹⁸ Lino de Macedo, *Amazônia: Repositório Alfabético de termos, descrições de localidades, homens notáveis, aminaes, aves, peixes, lendas, costumes, clima, população, riquezas, monumentos, progressos, tarifas, indicações úteis, propriedades e curiosidades do grandioso vale do Amazonas*, Lisboa, Typ. Adolpho Mendonça, 1906, p. 269-2.

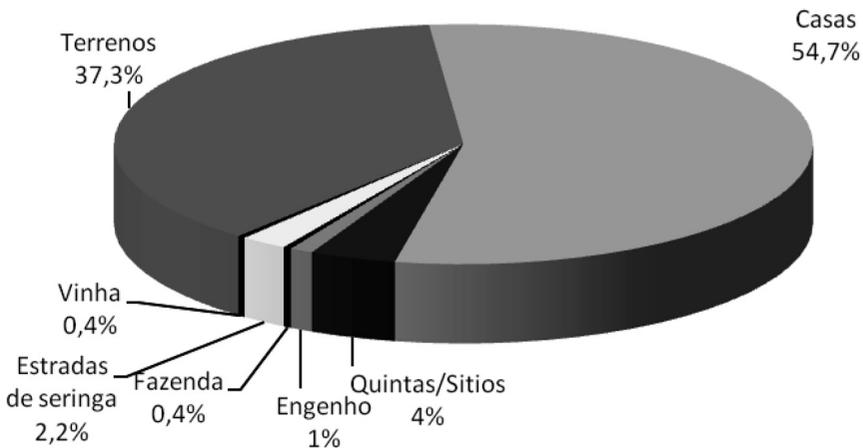
¹⁹ Pinto Barbosa, *Almanak do Pará: Commercial, Industrial e Administrativo*, Pará, Typ. dos Editores Proprietários Pinto Barbosa & C., 1890, p. 147.

²⁰ Bárbara Weinstein, *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*, São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1993, p. 55-56.

melhor “os retirantes das províncias flagelados pela seca”²¹ que já disputavam espaço na província do Pará com a leva de imigrantes estrangeiros, de maioria portuguesa²².

A expansão da economia da borracha trouxe consigo não somente a evolução demográfica, mas também a necessidade da cidade proporcionar a essa população estruturas básicas de acomodação, tornando a demanda por moradia e por melhores estruturas urbanas acentuada. Demandas evidentes pelo número de portugueses que declararam a posse de casas na cidade neste período de crescimento acentuado do meio urbano, conforme se pode observar no gráfico seguinte.

Gráfico 1 – Bens Imóveis (Belém, 1870-1909)



Fontes: Inventários post mortem do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1870-1909)

As casas, que incluem sobrados, prédios térreos, quarto de casas, representam 54,7 % dos bens, compondo a fortuna de um total de 151 imigrantes. Entre a comunidade portuguesa se fala que todo português gosta de ter sua própria casa,

²¹ Relatório, Presidente Antonio Jose Ferreira Braga, em 18 de setembro de 1889. Typ. de A. Fructuoso da Costa, p. 19.

²² Sobre a migração nordestina para o Pará durante o século XIX e XX, cf. Franciane Lacerda, *Migrantes cearenses no Pará: Faces da sobrevivência (1889-1916)*, Belém, Editora Açaí, 2010.

seu lar, porém neste caso, a posse de mais de um bem habitacional representa uma quantia a mais na renda familiar, se não sua renda total, especialmente em uma cidade demograficamente crescente. Os imóveis se configuravam na alternativa mais viável de investimento, tendo em vista as oscilações do sistema de crédito bancário que geravam desconfiança entre os proprietários²³. Embora os investimentos em ações bancárias, firmas e prestadoras de serviços também estejam entre os mais frequentes e numerosos investimentos encontrados.

Em muitos casos, como aponta Weinstein, muitos lotes em áreas suburbanas que haviam sido adquiridos por uma família décadas antes da expansão acelerada da cidade tornavam-se imóveis de qualidade e bem localizados na medida em que a cidade ia além dos limites iniciais. Comerciantes ou não, indivíduos com certo cabedal começaram a adquirir residências, terrenos, prédios comerciais em zonas não desenvolvidas, tornando-se, em muitos casos, os únicos bens descritos nos inventários²⁴.

Em 1877, o português Antônio da Silva Maia, natural do Porto, declara a posse de 28 imóveis na cidade de Belém. Sem informar sua ocupação, o inventariado leva a crer que sua renda provinha dos aluguéis dos numerosos imóveis que possuía. As propriedades estavam localizadas em 12 endereços distintos, incluindo a Travessa São Mateus (atual Pe. Eutíquio, com 4 casas), Rua Formosa (com 3 casas), Rua dos Mártires (atual 28 de Setembro, com 3 casas), Rua do Bailique (com 3 casas) e a Travessa das Mercês (atual Frutuoso Guimarães, com 3 casas). Portanto, boa parte dessas casas estava localizada em ruas das áreas de comércio da cidade ou próximas a elas, como a dos Mártires e das Mercês, esta última havia recebido o “tão reclamado” calçamento em paralelepípedos no ano de 1873, o que insinua uma valorização dos imóveis em virtude de beneficiamentos²⁵. Imóveis em áreas iniciais de ocupação da cidade²⁶.

Um dos imóveis situados na travessa São Mateus era um sobrado de dois andares, sob o n.º 5A. No primeiro andar havia duas janelas com grades de ferro, alcova, varanda, dois quartos, dispensa e cozinha, todo o espaço forrado, exceto a cozinha. Neste andar o sobrado ainda contava com um pavimento para armazém, com paredes de pedra e cal. O segundo andar tinha sala, alcova e

²³ Cristina Cancela, *Casamento e família...*, cit., p. 306.

²⁴ Bárbara Weinstein, *A Borracha na Amazônia...*, cit., p. 106.

²⁵ Relatório com que o excellentíssimo senhor doutor Domingos José da Cunha Junior, presidente da província, abriu a 2.ª sessão da 18.ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial em 1.º de julho de 1873. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1873, p. 36.

²⁶ Inventário de Antônio da Silva Maia, ano de 1877. Centro de Memória da Amazônia. 2.ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

varanda, espaços todos forrados. Paredes de pedra e cal, ares de perna manca e ripas, medindo 13 braças e um palmo de frente por 11 braças e meia de fundos, avaliado em 16:000\$000 réis (1. 697 £), o maior valor atribuído entre os tantos imóveis. Ainda na São Mateus, o português dispunha de uma casa térrea, sem número, com alcova, varanda, *puchada*²⁷ com três quartos, cozinha e saguão, tendo ainda dois fornos para padeiro, ares de perna manca, ripas e caibros, toda assoalhada, medindo duas braças e seis palmos de frente com dezessete braças de fundo, avaliada em 6:000\$000 réis (636 £).

Percebemos nas avaliações de Antônio que não bastava o imóvel ser bem localizado, importava também a utilidade que este poderia ter. Embora o segundo tivesse os fornos para padaria, o primeiro possuía espaço para armazém, o que em uma área próxima ao centro comercial, como a Rua São Mateus, poderia agregar mais lucro, especialmente pela locação do espaço.

Entre a herança deixada por Antônio de Araújo Sampaio²⁸, em inventário aberto em 1905, além de ações encontramos dinheiro proveniente dos alugueis de imóveis em Belém, localizados em São Brás, recente área de expansão dos domínios do centro urbano. O processo de Araújo Sampaio não descreve os imóveis, apenas menciona os limites dos terrenos. Um deles localizado em São Braz possuía dois metros de frente por vinte e três metros de fundos, avaliado em 4:000\$000 réis (261 £). Nos autos, o valor cobrado em alugueis correspondia a 207\$197 réis (13 £).

Em 1906, Adriano Cândido Puga destinava dois de seus três prédios para aluguel, porém não especifica quais eram os alugados: se os que ficavam na Oliveira Belo (letras A e B) ou o que estava próximo à Travessa Oriental do Mercado, n.º 3, na área comercial²⁹.

Além das casas, a posse de terrenos também era significativa em meio aos portugueses, sejam terrenos ainda vazios ou com alguma benfeitoria. Um total de 103 indivíduos, que representam 37,3% de nossa amostra, apostavam seus investimentos em terrenos, tanto em áreas urbanas, quanto em áreas rurais.

O maior investidor em terrenos era José Coelho da Silva Junior, comerciante que possuía 24 posses de terras, todas em Portugal, com árvores frutíferas, uvas,

²⁷ Puchada corresponde a uma construção simples, geralmente externa à construção do imóvel para alocação de compartimentos extras.

²⁸ Inventário de Antônio de Araújo Sampaio, ano de 1905. Centro de Memória da Amazônia. 2.ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

²⁹ Inventário de Adriano Cândido Puga, ano de 1906. Centro de Memória da Amazônia. 2.ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

carvalhos, pinheiro e terras incultas³⁰. Embora os bens estivessem em Portugal, eles foram citados no traslado de seu testamento, em anexo ao inventário, a fim de declarar sua existência, que depois deveriam ser divididos entre os herdeiros, conforme a vontade estabelecida em testamento.

Antônio Augusto Bento de Almeida Júnior, natural do distrito de Guarda, possuía terrenos ao longo da Estrada de Ferro de Bragança e próximos uns dos outros. À margem esquerda estava o lote n.º 86 onde mantinha um barracão, contíguo a um engenho, com pequena fábrica de rapadura e alambiques para a água. À margem direita estavam os lotes de número 86 e 88, o primeiro com uma casa e o segundo com barracas. O mesmo investimento foi feito por José Henriques de Oliveira, com 8 lotes ao longo da estrada de ferro, todas no valor de 300:000 réis³¹. Nota-se a posse de bens dos portugueses em áreas recentes de expansão ao entorno de Belém, neste caso a Estrada de Ferro de Bragança³².

As quintas/sítios contabilizam 11 propriedades descritas. As quintas ou sítios na região amazônica exprimem o mesmo conceito que aquelas dos arredores de Lisboa, a exemplo³³. Podendo materializar aspectos de uma aristocracia ou da elite comercial, que buscavam lugares de descanso, sempre jardins, demonstrando o afastamento dos alvoroçados ares da cidade.

Dos 11 portugueses com essas propriedades, 6 informavam suas localizações. Quatro mantinham suas propriedades dentro da então Província do Pará, nas regiões de Chaves, Acará, Ourém e Bujará, sem informações adicionais sobre suas explorações. Dois deles mantinham quintas em Portugal, o comerciante Manoel José Pereira Junior³⁴ e o proprietário José Pereira Barbosa³⁵, ambas no distrito de Viana do Castelo de onde eram naturais. Por estes bens poderiam

³⁰ Inventário de José Coelho da Silva Junior, ano de 1880. Centro de Memória da Amazônia. 11.ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

³¹ Inventário de José Henriques de Oliveira, ano de 1897. Centro de Memória da Amazônia. 11.ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

³² Com início de sua instalação no ano de 1883, considerada pelos poderes públicos o grande marco de desenvolvimento dessa região, ligando Belém à cidade de Bragança, com uma distância de aproximadamente 293 quilômetros, em uma área bem pouco povoada, para tanto o então presidente da província, Barão de Maracaju, acreditava que esta seria uma estratégia de atrair povoamentos e civilização nas áreas de percurso do trem.

³³ Rui Casção, “Modos de habitar”, in José Mattoso (dir.) e Irene Vaquinhas (org.). *História da Vida Privada em Portugal – A Época Contemporânea*, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2011, p. 27.

³⁴ Inventário de Manoel José Pereira Junior, ano de 1886. Centro de Memória da Amazônia. 2.ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

³⁵ Inventário de José Pereira Barbosa, ano de 1904. Centro de Memória da Amazônia. 11.ª Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

agregar capital simbólico, junto não apenas à comunidade lusa local mas também com os que viviam em Portugal, sustentado no mito de riqueza que girava em torno do Brasil, ou mesmo a manutenção dos laços com a terra natal e o apoio ao sustento da família que lá ainda fixava moradia. Os bens portugueses eram referidos, mas não eram partilhados nos autos do processo aberto em terras brasileiras.

Em torno desse ideário de manter laços com a terra natal, podemos inserir ainda a perspectiva do retorno, seja ele temporário ou definitivo, uma vez que para muitos portugueses a ideia era migrar e agregar rendimentos que pudessem garantir junto ao retorno melhores condições de vida para ele e para os seus. Como esclarece Alves, no refluxo do movimento migratório, muitos emigrantes voltam episódica ou definitivamente. Este, o retornado sem capital acumulado, mais discreto, procurando fazer passar despercebido o seu infortúnio ou evidenciando a doença que lhe corroeu o corpo e o ânimo. Aquele marcado pelo sucesso, “com sotaque na fala, indumentado de calças brancas, casado de ganga, chapéu de Chili, adereçado de cadeia de oiro e anel de brilhante” num exotismo de modos que o romantismo fixará para sempre, recriando o estereótipo do *brasileiro*³⁶. Na quinta de José Pereira Barbosa ainda havia uma morada de casas e um campo de lavrar com vinha, o que deveria ajudar no sustento da família na terra natal.

Os engenhos representam 1% da amostra, no total de 3 unidades. Localizados na região de Acará, Distrito de Benfica e Estrada de Bragança, não sabemos sua principal produção, uma vez que nos processos apenas eram citados como “engenhos”, exceto o na Estrada de Bragança voltado para a fabricação de água ardente e rapadura³⁷. Em relação à região do Acará, há tempos que esta área havia sido ocupada por diversos sujeitos, estrangeiros e nacionais, em virtude da maior oferta de terras em áreas do interior e a facilidade de circulação entre elas e a capital. Na mesma região, foram doadas, pelo menos, cinco sesmarias, que revelam uma lógica particular de ocupação do território pela agricultura, a partir do sistema fluvial composto pelos rios Acará, Moju, Capim e Guamá³⁸.

³⁶ Jorge Alves, *Os brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*. (Dissertação), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993, p. 12.

³⁷ Água ardente é uma bebida de teor alcoólico elevado obtida pela destilação do caldo da cana-de-açúcar, do vinho, do bagaço de uvas, de cereais, raízes, tubérculos, frutos e outros produtos vegetais doces, depois de fermentados. A Rapadura é o açúcar retirado após a fervura do caldo da cana, solidificado, vendida em forma de tabletes, utilizada em receitas e remédios.

³⁸ Rafael Chambouleyron, *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*, 1.^a ed. Belém, Açai/Centro de Memória da Amazônia/PPHIST-UFGA, 2010, p. 104.

As fazendas se resumiam em duas unidades: uma em Mosqueiro e outra em Soure, na Ilha do Marajó. Nesta última área, definida por Weinstein como a zona preferida para a pecuária, sobretudo a região leste, era possível encontrar pastagens prontas para serem utilizadas na criação de gado³⁹. Na descrição da fazenda de Manoel José Lourenço de Carvalho, em Mosqueiro, são descritos apenas bovinos. O inventário, porém, não traz o valor do montante final da fortuna⁴⁰. Em Soure, na propriedade de Fernando Maria da Cunha são descritos animais bovinos e cavalares, tendo montante calculado em 484:930\$128 réis (38£)⁴¹.

Nesse período, a novidade dos bens inventariados são as estradas de seringa, que aparecem em 6 processos, num total de 329 estradas. Embora pareça um número muito pequeno em relação à amostra, são importantes por nos apontarem o investimento direto na borracha, mas também a posse de terras em áreas rurais, que estavam tradicionalmente concentradas em mãos de nacionais, principalmente na região do Marajó, área tradicionalmente de sesmarias, heranças de gerações, limitando sua posse por estrangeiros. Portanto, a existência de inventariados com posses de fazendas, particularmente na Ilha do Marajó, mostra os poucos que conseguiram comprar terras e não apenas viver da abertura de firmas comerciais. Até mesmo por serem os portugueses mais frequentes no setor terciário ligado à borracha com aviamentos, consignações e comissões e, não na extração da goma elástica. Este é o caso de um dos maiores comerciantes de borracha do Pará, Bento Rebelo de Andrade, sócio na firma *Darlindo Rocha & Companhia*, voltada para o comércio de aviamento, importações, comissões e outras transações, com sede em Belém.⁴²

No Pará, as maiores concentrações da *hevea brasiliensis* eram encontradas na região das ilhas e ao longo dos rios Xingu e Tapajós⁴³. Entre os 6 portugueses que possuíam em suas propriedades estradas de seringa, três estavam na Ilha do Marajó, com seringueiras registradas no município de Anajás e um em Chaves. O coronel José Antônio de Resende Júnior, natural de Aveiro, possuía 235 pés da *hevea* no seu seringal, junto com casa de vivenda e um barracão, seringal avaliado em 94:000\$000 réis (4.668 £), cada seringueira na quantia de

³⁹ Bárbara Weinstein, *A Borracha na Amazônia...*, cit., p. 57.

⁴⁰ Inventário de Manoel José Lourenço de Carvalho, ano de 1885. Centro de Memória da Amazônia. 11.^a Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

⁴¹ Inventário de Fernando Maria da Cunha, ano de 1887. Centro de Memória da Amazônia. 11.^a Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

⁴² Inventário de Bento Rebelo de Andrade, ano de 1900. Centro de Memória da Amazônia. 2.^a Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

⁴³ Bárbara Weinstein, *A Borracha na Amazônia...*, cit., p. 57.

400\$000 réis (19 £)⁴⁴, e o comerciante Antônio Alves da Silva Cunha com 26 estradas registradas na Intendência de Anajás, comarca de Afuá, sem avaliação quanto o valor do seringal⁴⁵.

Ainda nessa área, Antônio Joaquim da Cruz mantinha 14 estradas na Ilha Caviana, pertencente a Chaves. Percebemos então uma formação triangular no cinturão de exploração do látex na Ilha do Marajó por estes sujeitos, circuncidando as localidades de Anajás, Chaves, Afuá e a Ilha Caviana, pontos distantes da capital, como observamos na imagem.

Imagem 1 – Ilha do Marajó e Municípios



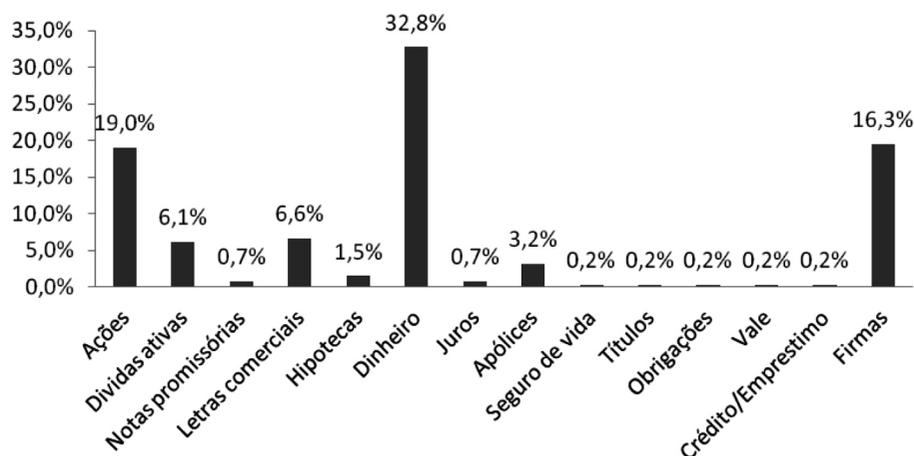
Fonte: [http:// agracadodia.blogspot.com](http://agracadodia.blogspot.com). Acessado em 17/11/2015, grifo da autora.

⁴⁴ Inventário de José Antônio de Resende, ano de 1903. Centro de Memória da Amazônia. 2.ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

⁴⁵ Inventário de Antônio Alves da Silva Cunha, ano de 1904. Centro de Memória da Amazônia. 2.ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

Quanto aos bens móveis, principalmente os investimentos financeiros, percebemos uma expressiva presença, sobretudo do dinheiro (32,8 % da amostra, correspondente a 135 portugueses), ações comerciais (19 %, 78 investidores), seguida das letras (27 investidores, 6,6 % da amostra), dívidas ativas (6,1 % da amostra, correspondendo a 25 investidores) e finalmente as apólices diversas (3,2%, 13 portugueses), além das firmas comerciais (16,3% dos portugueses, 67 investidores), conforme o gráfico seguinte.

Gráfico 2 – Bens Móveis – Investimentos financeiros (Belém, 1870-1909)



Fontes: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1870-1909)

Mesmo em meio ao crescimento econômico que Belém vivenciava, muitos paraenses e estrangeiros ricos com restrições de conseguir crédito a longo prazo que, justificando pelo capital escasso e fragmentado em pequenas fortunas particulares e ainda a escassez de recursos privados o baixo nível de progresso agrícola e industrial da região, optaram por investimentos prósperos provenientes dos negócios da borracha, como em ações de banco que chegavam a oferecer rendimentos bem maiores e mais rápidos, juntamente com investimentos nos imóveis urbanos de onde os lucros eram mais viáveis⁴⁶. Até o ano de 1880, havia apenas um banco de capital na região, o Banco Comercial do Pará, com um capital de mil contos até os anos de 1870, valor insuficiente para atender à demanda comercial que a comunidade mercantil do Pará precisava à época.

⁴⁶ Bárbara Weinstein, *A Borracha na Amazônia...*, cit., p. 107.

Mobilizados pela expansão econômica promovida pela borracha, foram fundados outros cinco novos bancos com capitais investidos do Pará e do Amazonas. Essa expansão do setor de crédito não é restrita à região amazônica e à borracha, em regiões como o Vale do Paraíba paulista, sobretudo a partir da década de 1850 com o estabelecimento do Código Comercial e da legislação hipotecária de 1864/65⁴⁷.

Mudanças que condicionaram e foram condicionadas pelas transformações econômicas da economia brasileira de maneira geral. Marcondes destaca que o avanço do capitalismo no país promoveu alterações nas condições de financiamento, reduzindo o espaço do “capital comercial e/ou usuário e incentivando o capital bancário”. A modernização do mercado de capitais, que inclui bancos, sociedades acionárias, entre outros, encontrava-se limitada pelas imperfeições de mercado (elevados custos de transação e assimetria de informações, principalmente em regiões distantes dos centros comerciais) que asseguravam a predominância do crédito pessoal, pautado em uma rede de relações de amizade, parentesco e dependência pessoal, que facilitavam na obtenção de informações sobre o devedor e no controle dos débitos⁴⁸.

Longe de limitarem seus investimentos em ações bancárias, os portugueses aproveitaram a remodelação da cidade para garantir boas aplicações na área de serviços públicos. Um dos empreendimentos mais importantes nessa área talvez tenha sido a Companhia das Águas do Grão-Pará, que dirigiu a construção, o funcionamento e a manutenção do abastecimento de água em Belém durante os anos de 1881 a 1895. Com ações no valor de 100 mil réis a companhia conseguiu atrair um grande número de acionistas, como José Augusto Corrêa, estabelecido com firma comercial em Belém que, à data de abertura de seu inventário, em 1892, possuía 1200 ações da Companhia das Águas, tendo declarado ainda investimentos em imóveis em Portugal, 120 ações da Companhia Urbana, 2 ações da Companhia de Seguros Paraense, 100 ações do Banco Comercial do Pará, 307 letras hipotecárias, 5 apólices, 14 apólices do Estado do Pará e dinheiro⁴⁹.

Cabe-nos ainda destacar a presença e representatividade das firmas comerciais como um dos investimentos mais expressivos, num total de 67 estabelecimentos, que atuavam em várias frentes, seja em pequenos comércios do varejo de mercadorias, livrarias, empresas de consignações e comissões,

⁴⁷ Renato Marcondes, “O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87)”, *Revista Brasileira de Economia*, (2002) Janeiro/Março de 2002, p. 147.

⁴⁸ Renato Marcondes, “O Financiamento”... cit., p. 148.

⁴⁹ Inventário de Jose Augusto Correa, ano de 1892. Centro de Memória da Amazônia. 2.^a Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

importados, entre outros. E, a maior parte destes empreendimentos ligada a indivíduos com montantes acima dos 100 contos de réis.

A *Casa Pekin*, sob a firma João Costa & C^a, era do português Jose da Costa Braga⁵⁰ e João Moreira Costa (nacionalidade desconhecida), especializada em louças, cristais, vidros e candeeiros, estabelecida na rua Conselheiro João Alfredo nº 96. A loja tinha seis sessões: louças e porcelanas, cristais e vidraçaria, lustres e candeeiros, christofle e eletro-plate (talheres, artigos de mesa, serviços para chá e café, porta joias e bibelôs), artigos de bohemia e vários artigos. Trabalhava com importações da França, Inglaterra, Alemanha, Áustria, China, Japão e América do Norte, e aceitava consignações de toda espécie. Considerada como um empreendimento “digno da prosperidade” pela qual passava a Amazônia, fazendo parte do livro “*O Pará Commercial*”, distribuído na exposição de Paris de 1900, a fim de que fosse do conhecimento dos “países cultos o progresso e prosperidade do estado do Pará”⁵¹.

A *Ribeiro da Silva & Companhia*, uma das maiores firmas de Belém, voltada para o comércio de ferragens e de aviamento, era propriedade de José Caetano Ribeiro da Silva⁵², matriculada na Junta Comercial do Pará em 1899, em sociedade com seu filho José Caetano Junior e com Antônio José Alves e Manoel Rodrigues de Santana, os dois últimos, respectivamente, português e brasileiro. Um elemento que nos chama atenção na composição da firma *Ribeiro da Silva & Companhia*, é a presença de um sócio brasileiro, possivelmente paraense, o que poderia garantir à firma maior credibilidade, confiança no mercado da província, principalmente quando consideramos os conflitos que de antemão nortearam a relação entre portugueses e paraenses na primeira metade do século XIX que culminaram na Cabanagem⁵³. Além disso, a presença de um sócio português nos leva a entender que, por estarem distantes de sua terra natal, os imigrantes ainda buscavam manter laços com seus conterrâneos, uma rede de solidariedade que também estreitava os laços com a terra natal.

⁵⁰ Inventário de Jose da Costa Braga, ano de 1903. Centro de Memória da Amazônia. 1.ª Vara Cível – Cartório Santiago.

⁵¹ Arthur Caccavoni, *Pará Commercial na Exposição de Paris*, Pará, 1900, p. 5-30.

⁵² Inventário de José Caetano Ribeiro da Silva, ano de 1900. Centro de Memória da Amazônia. 2.ª Vara Cível – Cartório Odon Rhossard.

⁵³ Revolução social que dizimou boa parte da população amazônica e abarcou um território muito amplo, entre os anos de 1835 e 1840. Contrastando com este cenário amplo e internacional, foi, e ainda é, analisada como mais um movimento regional típico do período regencial do Império do Brasil. A bandeira de luta dos levantados resumia-se na morte aos portugueses e aos maçons.

Em seu inventário datado de 1900, José Caetano possuía uma fortuna calculada em 1.169:638\$819 contos de réis (45. 615 £) composta por casas, num total de 18 unidades, terrenos, 2 unidades, e o capital proveniente da firma comercial. Percebemos, então, que a fortuna do dito português retrata a nova tendência de investimentos vigente na sociedade paraense, onde as estruturas ligadas à terra decrescem, dando espaço para os investimentos na cidade, principalmente em casas e terrenos em áreas de expansão do centro urbano.

O português também se destaca por sua atuação na *Praça do Comércio*, que mais tarde mudou seu nome para Associação Comercial do Pará, onde, ao lado do influente comerciante português Bento Rebello de Andrade, participou das reuniões que reorganizaram aquela associação, tendo seus nomes revezados nos seus diversos cargos, desde a presidência às diretorias⁵⁴. A projeção de José Caetano também se estende à Beneficente Portuguesa, para onde foi eleito vice presidente em 1857⁵⁵. Em 1858 foi eleito para a comissão julgadora das contas da diretoria da instituição beneficente. José Caetano ainda pode ser encontrado em notas de jornais locais como doador de valores para os náufragos do brigue português “Rocha”, em 1859⁵⁶, comprovando a rede de solidariedade que havia entre a comunidade portuguesa no Pará.

Além dos investimentos financeiros, encontrou-se uma variedade de bens móveis, como embarcações, móveis domésticos, joias e mercadorias, as últimas especialmente em inventários de comerciantes, como o processo inventarial do proprietário de uma livraria, o português Francisco Xavier Pinheiro Braga, onde se lê uma relação de vários livros⁵⁷. Há ainda Manoel Joaquim de Souza, estabelecido com a firma comercial *Moreira Gomes & Companhia* destinada à venda a grosso ou retalho de mercadorias e gêneros, especialmente ferragens, com trabalhos de compra e vendas, exportação e importação de ferragens, trânsito e comércio bancário, havendo a descrição de vários itens de ferragens no arrolamento de bens⁵⁸.

A descrição desses bens materiais no decorrer dos anos vai sendo substituída pela citação ampla dos investimentos financeiros, que incluem ações, letras, apólices e outros, notadamente pela maior valorização destes em meio a um

⁵⁴ Cristina Cancela, *Casamento e família...*, cit., p. 366.

⁵⁵ *História da Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará*, cit., p. 28.

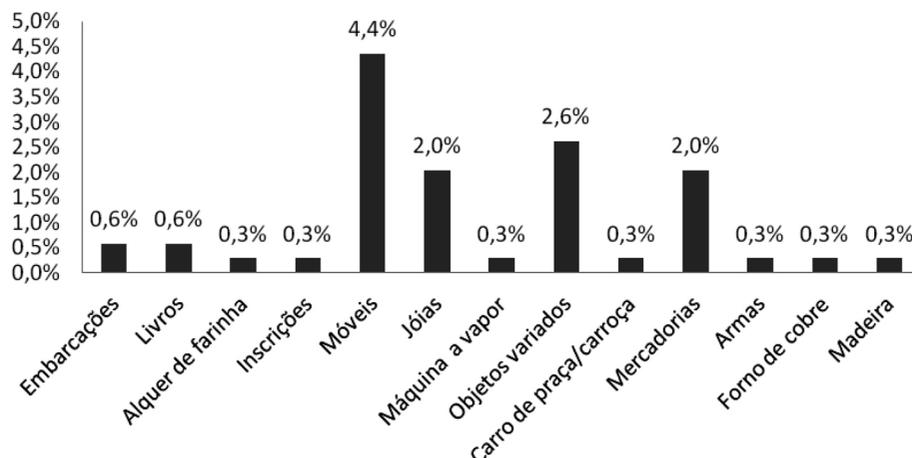
⁵⁶ *Jornal Gazeta Oficial*, 12 de Janeiro de 1859, p. 22.

⁵⁷ Inventário de Francisco Xavier Pinheiro Braga, ano de 1889. Centro de Memória da Amazônia. 11.^a Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

⁵⁸ Inventário de Manoel Joaquim de Souza, ano de 1907. Centro de Memória da Amazônia. 11.^a Vara Cível – Cartório Fabiliano Lobato.

contexto que vive intensamente as mudanças advindas da economia pulsante de exportação da borracha.

Gráfico 3 – Bens Móveis – Materiais (Belém, 1870-1909)



Fontes: Inventários *post mortem* do Centro de Memória da Amazônia. Cartórios Santiago, Leão, Sarmento, Fabiliano Lobato e Odon Rhossard (1870-1909)

O número de proprietários de bens semoventes, sobretudo escravos e animais, ainda é expressivo, porém a posse de cativos negros já demonstra queda.

Entre junho de 1885 e maio de 1887, a taxa de declínio da população escrava no Grão Pará alcançou 47,9%, diminuindo de 20.218 cativos para 10.535 cativos, sendo então a quinta maior do Império, atrás de localidades no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba e Paraná. Essas elevadas taxas de declínio podem ser explicadas como resultado de falecimento, pela aplicação da legislação emancipadora ou pelo avanço do abolicionismo nessas localidades nos anos finais da escravidão. Além disso, o número de ingênuos filhos de mulheres escravas libertos pela Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871 até 30 de junho de 1885, na província paraense eram na ordem de 10.685 crianças; o número das libertações dos escravos sexagenários no Pará, da ordem de 919 pessoas entre 1885 e 1887; o Fundo de Emancipação no Pará libertou mais de 687 indivíduos por alforrias pagas pelos escravos, e as concedidas pelos senhores, entre 1871 e 1885, libertou 7.258 cativos⁵⁹.

⁵⁹ José Maia Bezerra Neto e José Maia, *Escravidão negra no Grão Pará*, Belém, PakaTatu, 2001, p. 116.

Os animais, em posse de 6 proprietários, se distribuem entre as fazendas e as quintas/sítios encontrados. São, sobretudo, gado vacum, garrotes e cavalares. Nesta amostra encontramos 13 proprietários de escravos que juntos possuíam um plantel com 42 indivíduos. A maior parte dos cativos, um número de 10, pertenciam ao comendador Joaquim da Silva Arantes, que possuía entre terrenos e casas, um sítio sem localização exata.

Concluindo

O destino do imigrante é construído em Belém pelas oportunidades que encontravam no momento da chegada. A formação de um patrimônio, em boa parte centrado na área urbana, indica a facilidade de acesso às áreas centrais, ao contrário dos espaços rurais, que centrados na mão de grupos estabelecidos bem antes de sua chegada, não foram igualmente disponíveis aos recém-chegados. Porém, este fato não isenta a ocorrência de portugueses com negócios ligados à terra, como exploramos anteriormente. Na Belém “rica”, dos grandes seringalistas, dos “barões e viscondes”, que crescia na economia, na população e no traçado urbano, os portugueses puderam projetar a sonhada “arvore das patacas”, a fonte da riqueza, e dela se apropriaram de modo que se tornaram tão conhecidos e influentes quanto os naturais.

Entre os anos de 1869 e 1909, na *Belle Époque* paraense, a área urbana da cidade já se mostrava mais desenvolvida, concentrando boa parte dos portugueses no setor terciário da economia. Observamos a ampliação nos investimentos em imóveis na cidade, entre casas e terrenos, a diminuição já esperada do acúmulo de cativos, e como novidade as estradas de seringa, em localidades do interior do estado, especialmente na região da Ilha do Marajó, onde desde o período colonial havia uma concentração de nacionais por conta das distribuições de sesmarias.

No mesmo período, os imóveis dividiam espaço com as dezenas de firmas, dezenas por vezes milhares de ações das mais variadas companhias e instituições bancárias, de clubes, de empresas de serviços públicos, que vieram junto à criação de uma Belém moderna, à altura da riqueza que a borracha garantia aos cofres da província, não à toa que o dinheiro corrente era elemento comum na maioria das heranças. As fortunas se concentram acima dos cem contos de réis, pertencentes a indivíduos atuantes no setor terciário da economia, reafirmando a importante participação que os portugueses tiveram para a consolidação de uma ampla rede comercial na cidade.

Podemos afirmar, então, que a borracha teve papel importante para a elevação dos níveis e formas de alocação da riqueza entre os portugueses inventariados em Belém, sendo, inclusive, a maior responsável pelo enriquecimento de diversas famílias portuguesas ou mesmo de sujeitos isolados. Riqueza da borracha que se estendeu pelas vias públicas, pelas áreas de entretenimento, pelos portos, não se estendendo, porém, às demais parcelas da população.

Interessa-nos mencionar também a igualdade que pudemos observar entre os imigrantes e os nacionais quanto a aquisição de bens, mesmo havendo uma distribuição maior de terras entre nacionais, os portugueses ainda conseguiram arrematar posses nos interiores e mesmo nas áreas próximas à cidade. A participação em negócios no interior e nas cidades ainda demonstra a circularidade que estes sujeitos tinham entre as localidades, demonstrando que sua condição de imigrante não fora um elemento regulador ou proibitivo para o estabelecimento de redes pessoais e profissionais.

Os bens adquiridos durante os anos de maior liquidez econômica puderam ser conservados mesmo durante a crise da economia da borracha, demonstrando estabilidade entre as estruturas econômicas e, conseqüentemente, nos negócios portugueses empreendidos em Belém durante a maior parte do século XIX e início do XX.

Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939)

Refugees in Portugal. Frontier and vigilance at the time of Spanish Civil War (1936-1939)

FÁBIO ALEXANDRE FARIA¹

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL),
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL)
fabiofaria19@hotmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2017

Texto aprovado em/Text approved on: 26/05/2017

Resumo:

Em contexto de ditadura, instituída oficialmente em 1933, regime autoritário e receoso do contacto com o exterior, o poder viu-se confrontado com a entrada massiva de refugiados, consequência da Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e da II Guerra Mundial (1939-1945).

Com o início da Guerra Civil em Espanha, a 18 de julho de 1936, milhares de espanhóis, civis e militares, republicanos e franquistas, tentaram abandonar o país receando os perigos decorrentes do conflito. Portugal, pela sua proximidade geográfica, foi um país especialmente procurado pelos foragidos espanhóis como lugar de refúgio.

Dada a natureza do regime, foi prioridade controlar e vigiar a entrada destes estrangeiros no país. Com esse objetivo, os postos fronteiriços de vigilância foram

reforçados, especialmente nos primeiros meses do conflito espanhol, e estreitou-se a colaboração entre as diversas forças policiais portuguesas.

Não obstante estas medidas, muitos espanhóis passaram a fronteira portuguesa clandestinamente e refugiaram-se no país, contando com o auxílio de portugueses e de outros espanhóis residentes em Portugal.

Explora-se, neste artigo, a presença destes refugiados em Portugal e dá-se particular destaque à vigilância das fronteiras e às operações policiais desenvolvidas na região norte do país nos primeiros meses da Guerra Civil de Espanha, no sentido de controlar este fluxo.

Palavras-chave:

Refugiados, Guerra Civil de Espanha, Estado Novo, Espanhóis.

¹ Bolseiro de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (Referência SFRH/BD711483/2016). Doutorando em História Moderna e Contemporânea – Defesa e Relações Internacionais no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. O autor agradece à Professora Doutora Maria João Vaz (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa) pela partilha de conhecimentos e por todas as sugestões apresentadas.

Abstract:

In dictatorship context, officially established in 1933, authoritarian regime and afraid of contact with the outside, the rulers were faced with the massive influx of refugees from the Spanish Civil War (1936-1939) and World War II (1939-1945).

With the outbreak of the Spanish Civil War on July 18, 1936, thousands of Spanish, civilians and military, republicans and *franquistas*, tried to leave the country fearing the dangers arising from the conflict. Portugal, because of its geographical proximity, was a country especially sought by Spanish fugitives as a place of refuge.

Given the nature of the regime, it was priority to control and monitor the entry of these foreigners into the country. To this end,

border surveillance posts were strengthened, especially in the first months of the Spanish conflict, and close collaboration was developed between the various Portuguese police forces.

Despite these measures, many Spanish crossed the Portuguese border clandestinely and took refuge in the country, counting on the help of Portuguese and other Spanish residing in Portugal.

This article explores the presence of these refugees in Portugal and highlights the border surveillance and police operations carried out in the north of the country in the early months of the Spanish Civil War to control this flow.

Keywords:

Refugees, Spanish Civil War, *Estado Novo*, Spanish.

Introdução

Inscrito no século dos fascismos, o Estado Novo é geralmente caracterizado como sendo um regime autoritário, conservador, antiparlamentar, antidemocrático e antiliberal², distinguindo-se, contudo, de outros movimentos autoritários da época, como o nazismo de Adolf Hitler e o fascismo de Benito Mussolini, «não só pela origem histórica, mas também ideológica e politicamente, tanto na sua política interna como na sua política externa, conseguindo por isso mesmo sobreviver à derrocada de ambos após a derrota na II Guerra Mundial»³, conflito em relação ao qual Portugal se declarou como não beligerante.

Mas o salazarismo partilha um vasto conjunto de características com estes regimes totalitários, bem como com outros regimes de cariz próximo, como foi o caso do franquismo, como salienta Fernando Rosas⁴, a respeito da tentativa dos Estados de moldarem os súbditos aos seus ideais, fazendo uso de órgãos desenvolvidos especificamente para tal, ou António Costa Pinto, quando se debruça sobre a composição das elites ministeriais salazarista e franquista, considerando que existiu uma similaridade, embora admita algumas diferenças⁵. Um outro aspeto comum a estes regimes totalitários prendeu-se com a constante preocupação com a segurança do Estado, elemento central para a própria manutenção dos regimes, que se traduziu na criação de uma polícia política. No caso português, foi criada, em 1933, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), transformada na Polícia Internacional de Defesa do Estado, após o final da II Guerra Mundial.

A PVDE, subordinada ao Ministério do Interior, foi chefiada pelo capitão Agostinho Lourenço e tinha como principais competências a vigilância e o controlo de estrangeiros em Portugal, conforme consta do decreto-lei n.º 22.992, de 29 de agosto de 1933, que a institucionalizou. Desta forma, cabia à PVDE «[...] Impedir a entrada no País de estrangeiros indocumentados ou indesejáveis; Organizar o registo geral e cadastro dos estrangeiros com residência permanente ou eventual no País; Exercer sobre os estrangeiros que residam ou transitarem pelo País a ação policial necessária [...]»⁶.

² Yves Léonard, *Salazarismo e Fascismo*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1996.

³ Manuel Braga da Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

⁴ Fernando Rosas, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, Vol. XXXV (157), 2001, p. 1031-1054.

⁵ António Costa Pinto, “O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)”, *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2000, p. 1-22.

⁶ Diário do Governo, I Série, n.º 195, 29 de agosto de 1933, p. 1584.

Nos anos imediatamente a seguir à sua constituição, a PVDE confrontou-se com diversos episódios, motivados por acontecimentos internacionais, que colocaram à prova o desempenho destas funções, de que são exemplo os fluxos de refugiados que procuraram abrigo em Portugal, primeiro em consequência das perseguições a setores da população existente no seio dos totalitarismos europeus, demonstrando o movimento de fronteiras que a partir de 1932-1933 a entrada de estrangeiros se intensifica, depois devido à Guerra Civil de Espanha (1936-1939) e, por último, por motivo da II Guerra Mundial e das perseguições nazis (1939-1945). De facto, no contexto do Estado Novo, regime autoritário e autocrata, que receava o contacto com o exterior e a perniciosa influência que tal poderia ter na sociedade portuguesa, os governantes viram-se confrontados com a entrada massiva de refugiados, um dos principais problemas com que Salazar e as autoridades portuguesas tiveram de lidar durante este período.

A centralidade desta questão levou o próprio Agostinho Lourenço a atribuir «enorme importância a uma boa fiscalização das fronteiras e ao controlo dos estrangeiros, como meios fundamentais à defesa da ordem»⁷. Devido à complexidade do problema, a PVDE não atuou sozinha e contou com uma colaboração bastante próxima de outras forças policiais, como foi o caso da Guarda Nacional Republicana (GNR), da Polícia de Segurança Pública (PSP) e da Guarda Fiscal (GF), esta última diretamente responsável pelo controlo e vigilância das fronteiras.

Este artigo centra-se, portanto, na análise do papel desempenhado pelas forças policiais portuguesas perante a chegada de refugiados ao território nacional que procuravam escapar da Guerra Civil de Espanha, sendo dado particular enfoque às ações de vigilância na fronteira luso-espanhola.

Conceito de Refugiado: uma abordagem histórica

A consulta de dicionários editados em diferentes épocas permite-nos conhecer a evolução que um determinado termo teve ao longo do tempo. O conceito de refugiado parece ter sido um conceito que surgiu apenas no século XX, uma vez que não consta dos dicionários do século XIX consultados, de que são exemplo os da autoria de António de Morais Silva, havendo apenas uma pequena

⁷ Maria da Conceição Ribeiro, *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945). Génese, funções e atuações da PVDE*, Dissertação de Mestrado na Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1992, policopiado.

referência ao termo enquanto participio passado do verbo refugiar⁸. Ressalve-se que, no dicionário de 1823, refúgio surge identificado como «asilos que buscam quem foge ou vem perseguido», definição que se aproxima da realidade vivida pelos refugiados da Guerra Civil de Espanha de 1936-1939.

Como refere Carolina Henriques Pereira, foi efetivamente a partir da adoção da Convenção das Nações Unidas relativamente ao Estatuto dos Refugiados, em 1951, que se verificou o despontar de uma maior preocupação a nível mundial relativamente ao problema dos refugiados⁹. No entanto, como qualquer conflito de grande escala, a I Guerra Mundial (1914-1918) já havia produzido um assinalável deslocamento de pessoas, quer dentro dos próprios países, quer entre os Estados, agravando os problemas destes para lidar com questões humanitárias. Cite-se, a título de exemplo, a preocupação do Governador Civil de Leiria, no final de 1917, com a necessidade de fazer sair do país os alemães que se encontravam concentrados nas Caldas da Rainha, alegando as mediocres condições de alojamento e as dificuldades de abastecimento do concelho, em virtude da escassez de géneros registada¹⁰, não se devendo esquecer, contudo, que Portugal era beligerante e a Alemanha era inimiga.

Na sequência deste conflito foram enviados esforços por parte da Sociedade das Nações, constituída no final da guerra, no sentido de se definirem as principais responsabilidades dos Estados relativamente aos refugiados. Nesse sentido, a 28 de outubro de 1933, ano em que se instituiu o auto-denominado Estado Novo, surgiu a Convenção sobre o Estatuto Internacional dos Refugiados. Esta Convenção, antecedida por outros acordos intergovernamentais, nomeadamente de 5 de Julho de 1922, de 31 de maio de 1924, de 12 de maio de 1926 e de 30 de junho de 1928, foi inicialmente assinada pela França, a Bélgica, a Bulgária, a Noruega e o Egito¹¹. Segundo o estipulado na Convenção, esta aplicava-se aos refugiados russos, arménios e assimilados e garantia-lhes o acesso a passaportes

⁸ António de Morais Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Tomo II, Lisboa, Tipografia de António José da Rocha, 1858 (6.ª ed.); António de Morais Silva, *Dicionário da Língua Portuguesa recopilado de todos os impressos até ao presente*, tomo II, Tipografia de M. P. de Lacerda, 1823 (3.ª ed.).

⁹ Carolina Henriques Pereira, “A presença de refugiados nas Caldas da Rainha durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)”, *Caderno de Estudos Leirienses*, 8 (2016), p. 323-339.

¹⁰ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Maço 78, Livro 67/68, n.º 963.

¹¹ Texto da Convenção disponível em <https://www.wdl.org/pt/item/11580/> (consultado em 2016/12/21).

Nansen¹². A Convenção de 1933 procurava abranger uma multiplicidade de áreas relativamente ao apoio a dar aos refugiados, de entre as quais se destacavam a condição jurídica, a área laboral, o plano da assistência e da providência, a instrução e educação e o regime fiscal.

Uma das principais preocupações dos signatários passava por garantir aos refugiados os mesmos direitos e privilégios de que usufruíam os cidadãos nacionais, tal como consta, por exemplo, do artigo 6.º, referente à condição jurídica. Verifica-se, ao longo do texto da Convenção, que os indivíduos contemplados pela mesma surgem sempre identificados pelo termo “refugiados”, e não por qualquer outra terminologia similar, o que demonstra que este termo já se encontrava internacionalmente em voga naquela época. Estipulava-se também a organização de um comité central ou de vários comités para os refugiados em cada um dos países signatários, devendo as disposições dos acordos internacionais anteriores permanecer em vigor, no caso de serem compatíveis com a Convenção que à data se assinava. Saliente-se ainda que todos os Estados signatários colocaram reservas à assinatura do texto internacional, destacando-se o governo egípcio que, dando primazia à segurança interna do país, concedia às autoridades egípcias o direito de expulsarem os refugiados a qualquer momento quando estes colocassem em risco a segurança pública.

Observa-se que, apesar de consagrar a proibição de expulsão dos refugiados para países onde pudessem vir a ser alvo de perseguição, a eficácia desta Convenção ficou reduzida pelo facto de ter sido ratificada por um pequeno número de países, os quais ainda colocaram algumas reservas¹³. Efetivamente, até março de 1936, de entre os vinte e três países participantes na reunião, apenas os cinco Estados mencionados acima haviam ratificado esta Convenção¹⁴.

Em 1936, em virtude do incremento da perseguição nazi a cidadãos residentes na Alemanha, e também porque a Convenção de 1933 não contemplava os refugiados alemães, houve a necessidade de se alterar a situação. Para tal, teve lugar uma reunião internacional em julho desse ano. No acordo resultante desse encontro considerava-se que um refugiado alemão era qualquer indivíduo que

¹² A denominação atribuída a estes passaportes vem na sequência da nomeação do norueguês Friedtjof Nansen para desempenhar o importante cargo de primeiro Alto-Comissário para os Refugiados, em 1921.

¹³ Leonor Amaro Gonçalves Vieira, *Actos de perseguição religiosa e proteção dos refugiados na União Europeia – análise do Acórdão do Tribunal de Justiça Bundesrepublik Deutschland contra Y e Z*, Dissertação de Mestrado na Universidade do Minho – Escola de Direito, 2014, policopiado.

¹⁴ Ansgar Schaefer, *Portugal e os refugiados judeus provenientes do território alemão*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

se encontrasse num país de acolhimento, que apenas possuísse a nacionalidade alemã e que não usufruísse da proteção do governo germânico. O artigo 4.º, respeitante à questão da segurança, assegurava que nenhum refugiado seria expulso ou colocado na fronteira, processo designado por *refoulement*¹⁵.

Este acordo não satisfaz totalmente as necessidades inerentes à situação de refugiado, constantemente aumentadas pelo agravamento da situação internacional, pelo que os Estados concordaram na urgência em se realizar um novo encontro internacional, o qual teve lugar em fevereiro de 1938, contudo, diferindo pouco do seu antecessor. Outra das razões que levou os governos mundiais a mostrarem-se unânimes quanto à necessidade de se organizar uma nova Convenção prendeu-se com a pouca adesão ao acordo de 1936, algo que também se verificou relativamente aos pactos anteriores. Neste aspeto, Portugal assumiu um papel de destaque.

De facto, os diferentes regimes políticos portugueses que vigoraram ao longo das décadas de 1920 e de 1930 (I República, Ditadura Militar e Estado Novo) mostraram-se pouco ativos relativamente aos acordos internacionais respeitantes aos refugiados, provavelmente dada a forte instabilidade governativa interna. Assim, como assinala Susana Chalante, Portugal apenas deu o seu parecer positivo relativamente à concessão de bilhetes de identidade a refugiados russos e arménios e rubricou as recomendações respeitantes aos títulos de identidade e de viagem¹⁶. Apesar de o número de indivíduos que procuravam abrigo em Portugal ter aumentado consideravelmente ao longo da década de 1930, o Estado Novo parece ter-se mostrado pouco preocupado em desenvolver legislação específica relativa aos refugiados, considerando o Governo que, caso tivessem entrado no país de forma legal e possuíssem documentos de identificação válidos, estes deveriam ser tratados da mesma forma que os restantes estrangeiros¹⁷. Saliente-se, contudo, que conforme se avança na década, o regime salazarista parece mostrar-se mais atento à questão dos refugiados e, exemplo disso, é o facto de ter decidido fazer-se representar na conferência de fevereiro de 1938, algo que nunca acontecera nos encontros intergovernamentais anteriores¹⁸.

¹⁵ Ansgar Schaefer, *Portugal e os refugiados...*, cit., p. 32 e 33.

¹⁶ Susana Chalante, “O discurso do Estado salazarista perante o «indesejável» (1933-1939)”, *Análise Social*, 198 (2011), p. 41-63.

¹⁷ Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ofício de F. de Andrade, 3.º P., A. 28 M. 49 “REFUGIADOS”, Pasta: Office Internacional NANSEN, Passaportes e títulos de identificação dos refugiados, 23/10/1935.

¹⁸ Ansgar Schaefer, *Portugal e os refugiados...*, cit., p. 43.

Os acordos internacionais que iam surgindo a partir da I Guerra Mundial eram elucidativos do que se entendia por refugiado naquela época, uma vez que uma das principais preocupações demonstradas nesses acordos era garantir abrigo a quem se deslocasse em busca de asilo e proteção. Como consta dos dicionários do século XX, entendia-se exatamente por refugiado «aquele que se refugiou», ou seja, aquele que se deslocou para «esconder-se ou abrigar-se; expatriar-se; procurar abrigo ou proteção»¹⁹.

No mesmo sentido, Agostinho de Campos define refúgio como um «lugar para onde alguém se retira para estar seguro; auxílio»²⁰. Idêntica significação apresentam Augusto Moreno, José da Silva Bandeira e J. T. da Silva Bastos²¹, sendo também comum a todos estes autores a definição do verbo refugiar-se. Este último é quem apresenta uma definição mais completa, considerando que este termo pode significar «retirar-se; esconder-se ou abrigar-se; expatriar-se; procurar abrigo, proteção».

Observamos que não existiam grandes diferenças na definição destes conceitos no que concerne aos séculos XIX e XX, sendo que já no século XIX se identificava refúgio como espaço de proteção e de abrigo procurado por quem se encontrava fugido. A principal diferença reside no facto de o termo refugiado não ser utilizado no vocabulário do século XIX, parecendo ser um conceito que surge no século seguinte.

Movimentos populacionais em contexto de guerra: o caso da Guerra Civil de Espanha

Os conflitos bélicos são, indubitavelmente, causadores de grandes movimentos populacionais, sejam confrontos envolvendo dois ou mais Estados ou guerras dentro do mesmo país opondo forças distintas. Cite-se, a título de exemplo para o século XX, os casos da I Guerra Mundial e da II Guerra Mundial, ambas geradoras de um enorme número de refugiados que percorreram não só a Europa, como também todo o mundo em busca de abrigo. No que respeita à II Guerra Mundial, esse movimento agravou-se ainda mais em consequência

¹⁹ Cândido de Figueiredo, *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, volume II, Lisboa, Livraria Bertrand, 1982 (15.^a ed. [1913]).

²⁰ Agostinho de Campos, *Dicionário de Língua Portuguesa para uso das escolas*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1938.

²¹ Augusto Moreno, *Dicionário Elementar da Língua Portuguesa*, Porto, Editora Educação Nacional, 1934; José da Silva Bandeira, *Dicionário de Sinónimos da Língua Portuguesa*, Coimbra, Tipografia da Gráfica de Coimbra, 1931; J. T. da Silva Bastos, *Dicionário Etimológico, Prosódico e Ortográfico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1928.

da perseguição anti-semita levada a cabo pelo nazismo alemão, a que se deve acrescentar, seguramente, os números resultantes da repressão desenvolvida por outros regimes totalitários, como o fascismo italiano e o comunismo estalinista. No interregno entre estes dois grandes conflitos mundiais teve lugar a Guerra Civil de Espanha, geralmente considerada como a antecâmara da II Grande Guerra.

Nos últimos 30 anos, o tema da Guerra Civil de Espanha e do seu impacto em Portugal tem despertado o interesse de investigadores não só no domínio da História, mas também noutras Ciências Sociais, como a Antropologia. De entre os diversos autores e das várias abordagens desenvolvidas, destacam-se: do ponto de vista da política externa e das relações diplomáticas, Iva Delgado e César Oliveira; segundo uma abordagem política e ideológica, Manuel Loff; sob a perspetiva da relação com a Igreja Católica, Valentim Alexandre; do ponto de vista da presença de refugiados espanhóis nas zonas raianas portuguesas e das solidariedades fronteiriças, Dulce Simões, João Urbano Pires, Maria Fernanda Candeias e Paula Godinho, os três primeiros sobre a zona alentejana e a última para o caso de Cambedo da Raia (Chaves)²².

Iniciado a 18 de julho de 1936, pelas mãos de Francisco Franco, que se opunha ao regime republicano vitorioso das eleições espanholas de fevereiro desse mesmo ano, este conflito foi responsável pela deslocação de inúmeras pessoas para Portugal, dada a proximidade geográfica entre ambos os territórios.

Com efeito, logo desde os primeiros dias imediatamente a seguir ao deflagrar do conflito, as fronteiras portuguesas viram-se assaltadas por um sem número de indivíduos que tentavam escapar ao conflito, o que, naturalmente, dificultou a atuação das forças policiais. Facilitada pela proximidade com Portugal, a

²² Iva Delgado, *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, s.l., Europa-América, 1980; César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 1987; Manuel Loff, *Salazarismo e Franquismo na Época de Hitler (1936-1942). Convergência política, preconceito ideológico e oportunidade histórica na redefinição internacional de Portugal e Espanha*, Porto, Campo das Letras, 1996; Valentim Alexandre, *O roubo das almas. Salazar, a Igreja e os totalitarismos (1930-1939)*, Lisboa, D. Quixote, 2006; Dulce Simões, *Fronteira e Guerra Civil de Espanha. Dominação, resistência e usos da memória em Barrancos*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011; João Urbano Pires, *A memória da Guerra Civil de Espanha no Baixo Alentejo*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, 1997; Maria Fernanda Candeias, *O Alentejo e a Guerra Civil de Espanha. Vigilância e fiscalização das povoações fronteiriças*, Tese de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1997; Paula Godinho, *Oir o galo cantar duas vezes. Identificações locais, culturas de marxés e construção de nações na fronteira entre Portugal e Galicia*, Ourense, Imprensa da Deputación, 2011.

presença de espanhóis no país já era assinalável antes do início da Guerra Civil de Espanha, sobretudo durante a época balnear, atividade que será muito menos procurada com o início do conflito, como assinala Irene Vaquinhas para o caso da Figueira da Foz, lugar de eleição para os veraneantes do país vizinho²³. De facto, contrariamente ao que seria expectável, o início do conflito, em vez de provocar um aumento, significou uma profunda diminuição do número de espanhóis que procuravam Portugal para lazer, sendo a sua maioria constituída por aqueles que tentavam entrar no país para escapar à guerra.

Se tivermos em conta as estatísticas elaboradas pela PVDE, em julho de 1939, verificamos que a comunidade estrangeira residente em Portugal nos anos que antecederam a Guerra Civil de Espanha era dominada pelos cidadãos de origem espanhola. Para o ano de 1934, a PVDE registava a entrada em Portugal de 34.317 espanhóis, a grande maioria por via terrestre, e a saída de 31.903 indivíduos. No ano seguinte, o número de espanhóis que davam entrada no país subiu ligeiramente para 35.677, tal como aumentou para 34.615 o número daqueles que deixavam o território. Em 1936, ano do despontar do conflito espanhol, a PVDE assinalava o decréscimo de espanhóis que haviam entrado em Portugal para 30.356, número que se aproximava bastante do correspondente aos espanhóis que abandonaram o país nesse mesmo ano (30.277). Nos dois anos seguintes é visível a redução significativa dos espanhóis que entraram em Portugal (16.160 em 1937 e 10.217 em 1938), sendo estes números suplantados em ambos os anos pela quantidade de indivíduos que deixaram o território (17.912 em 1937 e 10.879 em 1938). Esta presença de espanhóis em Portugal é tanto mais significativa se tivermos em consideração que, tal como consta do referido relatório, em 1934, 1935 e 1936 o seu número representava mais metade do total de estrangeiros que tinham entrado no país²⁴.

No entanto, revela-se difícil descortinar se este relatório incluía também os espanhóis que entravam em Portugal clandestinamente em busca de refúgio ou apenas os que procuravam o país por motivos de turismo ou sazonalmente. No entender de César Oliveira, os indivíduos espanhóis que podem ser efetivamente considerados refugiados, uma vez que, procurando escapar a guerra estavam obrigados a abandonar as suas terras e posses, não foram considerados neste relatório. Este autor considera que «[...] os números adiantados pelo relatório

²³ Irene Vaquinhas, “*Huyendo de la Guerra Civil: los refugiados españoles en Figueira da Foz (1936-1939)*”, Pensar com la historia desde el siglo XXI, Actas del XII Congreso de la Asociación de Historia Contemporánea, Madrid, Uma Ediciones, p. 4833-4854, 2015.

²⁴ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, n.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

da PVDE não tomaram em linha de conta os 1550 «refugiados vermelhos» levados a Tarragona pelo Niassa em outubro de 1936, nem certamente os «vermelhos» entregues às autoridades nacionalistas em agosto, setembro e outubro de 1936, embora devam comportar, eventualmente, os «refugiados vermelhos» escondidos em Portugal e capturados pela PVDE.»²⁵.

Se atentarmos nas estatísticas fornecidas pela PVDE no citado relatório sobre os estrangeiros expulsos de Portugal no período de 1931 a 1938, constatamos que o grande pico de expulsões teve lugar durante a Guerra Civil de Espanha e correspondeu a indivíduos de nacionalidade espanhola. Assim, em 1936 registou-se a expulsão de 126 espanhóis, aumentando para praticamente o dobro (246) no ano seguinte e decrescendo ligeiramente para 206 pessoas em 1938. Ao considerarmos apenas estes três anos, o número de espanhóis obrigados a sair do território português torna-se ainda mais significativo, visto que de um total de 202 estrangeiros expulsos em 1936, 126 eram espanhóis (62,4%), dos 274 estrangeiros que foram obrigados a abandonar o país no ano seguinte, 89,8% eram de nacionalidade espanhola, e os 206 espanhóis que foram expulsos em 1938 representaram 80,2% de todos estrangeiros expulsos de Portugal nesse ano (257)²⁶.

Esta situação é comprovada pela consulta do Registo Geral de Presos da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado²⁷. De facto, a partir do despontar do conflito espanhol regista-se um incremento significativo no número de indivíduos espanhóis detidos pela PVDE. Observa-se que, nos meses em que houve uma maior afluência de espanhóis às fronteiras portuguesas, julho, agosto e setembro de 1936, muitos indivíduos foram capturados unicamente por motivo dos «acontecimentos revolucionários em Espanha», sendo estes maioritariamente originários da região de Zamora. A PVDE refere como outros motivos para as detenções: «refugiado comunista», «indocumentado e comunista», «refugiado de Espanha», «foragido político», «suspeito de pertencer à Frente Popular» e «suspeito de pertencer às milícias comunistas». Encontra-se em evidência nestas expressões uma das principais preocupações, se não mesmo a principal, do Estado Novo nesta altura: o receio de que o comunismo se difundisse em Portugal por intermédio dos refugiados. É de salientar também o emprego do termo «refugiado» por parte dos operacionais

²⁵ César Oliveira, *Salazar...*, cit., p. 179.

²⁶ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, n.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

²⁷ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Registo Geral de Presos, Livros 18 a 33.

da PVDE nestes registos, demonstrando entender que um refugiado naquele tempo era alguém que estava obrigado a abandonar a sua área de residência por motivo de guerra.

Estes foram os principais motivos apresentados pela PVDE para a detenção dos cidadãos espanhóis que chegavam às fronteiras portuguesas em busca de refúgio nos primeiros meses seguintes ao início da Guerra Civil de Espanha. Contudo, conforme se aproxima o fim de 1936, verifica-se que estas expressões vão sendo substituídas por outras não tão diretamente conectadas à situação espanhola, como «emigração clandestina e indocumentado», «suspeito» e «averiguações», observando-se ainda que, nos primeiros meses de 1937, aumentou o número de detidos espanhóis residentes em Portugal, pelo que não podem ser considerados refugiados. Efetivamente, com o despontar do conflito, parece ter existido um controlo mais apertado sobre os espanhóis que já viviam no país.

Segundo as informações constantes dos registos da PVDE, uma parte considerável dos refugiados capturados pela policia política esteve detida no Forte de Caxias, ao passo que uma outra parte, menor, esteve presa no Aljube do Porto, sendo que a grande maioria destes detidos embarcou para Tarragona, localidade costeira próxima de Barcelona, a 10 de outubro de 1936. Cite-se, a título de exemplo, o caso de Claudino Gonzalez Rodriguez, espanhol natural de Pontevedra e residente em Lubian (Zamora), que foi detido pelas autoridades portuguesas em Chaves, a 26 de julho de 1936, por estar indocumentado e ser comunista. Após a detenção, foi conduzido para a Cadeia Civil da Comarca de Chaves, de onde foi transferido para a Delegação do Porto, a 11 de agosto de 1936. No dia seguinte passou para o Forte de Caxias, onde permaneceu até ser repatriado para Tarragona, em outubro desse ano²⁸.

Segundo César Oliveira, o número de espanhóis que passaram pelo Forte de Caxias não excedeu os 250²⁹, embora não apresente referências para tal afirmação, ao passo que Dulce Simões considera que a única estimativa conhecida que comprova a passagem de refugiados espanhóis pelo Forte corresponde a 82 indivíduos, aqueles que, em agosto de 1936, requeriam que lhes fossem fornecidas roupas interiores e calçado³⁰. No entanto, de acordo com uma relação da existência de presos estrangeiros, produzida pela PVDE, encontravam-se, em 25 de setembro de 1936, 255 espanhóis no Forte de

²⁸ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Registo Geral de Presos, Livro 18, n.º 3531.

²⁹ César Oliveira, *Salazar...*, cit., p. 158.

³⁰ Dulce Simões, *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos, 1936*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Barrancos, 2007.

Caxias. Em Bragança encontravam-se presos 99 espanhóis, em Elvas 61, em Moura 38, em Castelo Branco 18, em Chaves 12, em Barrancos 8, em Vilar Formoso 4, e em Valença e Campo Maior 1. Assim, de um total de 500 estrangeiros detidos em Portugal à data de 25 de Setembro de 1936, 496 eram de nacionalidade espanhola³¹.

Apesar de muitos refugiados terem sido capturados pelas forças policiais portuguesas e de vários outros terem sido entregues aos nacionalistas, como afirma, entre outros, Oliveira Marques, apontando que o número dessas entregas poderá ter ascendido aos milhares³², houve casos de espanhóis que, contando com ajuda de espanhóis residentes em Portugal e também de cidadãos portugueses, conseguiram evitar o regresso a Espanha. Manuel Reys Lindo, natural de Badajoz e residente no Barreiro, foi detido pela PVDE, a 6 de dezembro de 1936. Como motivo para a detenção, os operacionais da polícia política alegaram o facto de este ser suspeito de «dar guarida a refugiados espanhóis». No entanto, este espanhol, nascido em 1879, acabaria por ser restituído à liberdade exatamente um mês depois³³. Diferente sorte teve Jacinto Vasquez Perez, espanhol de 27 anos, capturado pela PVDE a 13 de fevereiro de 1937. Segundo os registos da polícia política, Vasquez Perez, natural de Lovios e residente em Lisboa, foi preso por «suspeita de se dedicar a conseguir papéis de nacionalidades aos refugiados espanhóis», acabando por ser expulso pela fronteira de Elvas, em 7 de março de 1937. Pelo delito, ficou-lhe interdita a entrada no país³⁴.

Estes dois casos exemplificam a solidariedade que houve para com os refugiados por parte de espanhóis já fixados em Portugal antes do despontar da guerra. Por seu turno, os portugueses não ficaram atrás na ajuda prestada aos fugitivos espanhóis. Esta realidade encontra-se estudada por Dulce Simões, especificamente sobre o caso dos refugiados em Barrancos, apresentando a autora diversos testemunhos que comprovam o auxílio dado pela população portuguesa àqueles que procuravam escapar da guerra em Espanha, de que é exemplo o que se segue: «Da guerra de Espanha só me recordo de ver muitos espanhóis aqui na rua, e recordo-me, porque o meu pai naquela época tinha

³¹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, CO/IN-8C, caixa 332, pt. 1. Informações da PVDE sobre presos políticos portugueses e estrangeiros.

³² Oliveira Marques, *História de Portugal*, Volume III, Lisboa, Palas Editores, 1986.

³³ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Registo Geral de Presos, Livro 28, n.º 5419.

³⁴ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Registo Geral de Presos, Livro 31, n.º 6054.

um carro de mulas, de ir com ele à Coitadinha levar mantimentos ao campo de concentração que existia ali, onde estavam os espanhóis [...]».³⁵

Não foram só civis que prestaram auxílio aos refugiados espanhóis. Houve ainda militares portugueses que, levados pelo impulso humanitário, ajudaram os indivíduos que iam chegando às povoações portuguesas. Há a destacar, neste contexto, a atuação do Tenente da Guarda Fiscal António Augusto de Seixas, caso também já amplamente estudado por Dulce Simões. O Tenente Seixas é o exemplo mais conhecido de ajuda proporcionada aos refugiados espanhóis por um não civil, auxiliado pelos filhos Gentil e Amável de Valadares. Este oficial, que desempenhava o cargo de Tenente na secção de Safara (Alentejo), foi suspenso da sua atividade, em novembro de 1936, por dois meses e, posteriormente, passou à reforma. Augusto Seixas foi acusado de ter permitido a concentração de centenas de espanhóis na sua zona de vigilância, de ter ocultado a existência de campos de refugiados e de omitir o número exato de fugidos espanhóis que se encontravam naquela zona³⁶. Porém, em dezembro de 1937, este castigo acabaria por ser levantado e António Augusto de Seixas regressaria à Guarda Fiscal³⁷.

Esta penalização foi imposta por Salazar ao Tenente Seixas pouco tempo após o embarque de 1.445 refugiados espanhóis para Tarragona, contabilidade que consta do relatório do Capitão Ruy Pessoa, escrito a bordo do *Niassa*, embarcação que conduziu esses indivíduos àquela localidade espanhola³⁸.

A 6 de outubro de 1936, o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros informava o ministro do Interior que o Governo espanhol havia aceitado a proposta portuguesa de repatriamento de refugiados. Segundo esta comunicação, o Governo português garantia, à sua custa, o repatriamento

³⁵ Dulce Simões, *Frontera y Guerra Civil Española. Dominación, resistencia e usos de la memoria*, Badajoz, Diputación de Badajoz/Departamento de Publicaciones, 2013. (Testemunho de Agostinho Gavino Carvalho, que, em criança, viajou com o pai à Herdade da Coitadinha. Entrevista concedida a Dulce Simões em janeiro de 2008. Tradução minha).

³⁶ Francisco Espinosa Maestre, “Barrancos, 1936: O caso do tenente Seixas e a aventura do *Niassa*” in Dulce Simões, *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha. Memórias e Testemunhos, 1936*, Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Barrancos, 2007, p. 119-147. Ver também Dulce Simões, *Frontera y Guerra Civil Española...*, cit., p. 219-284.

³⁷ Pedro Prostres da Fonseca, *Contra as ordens de Salazar*, Lisboa, Edições Matéria-prima, 2016.

³⁸ Arquivo José Pacheco Pereira, Relatório da PVDE de 16 de outubro de 1936, “Repatriação de extremistas espanhóis que se haviam refugiado em Portugal”, disponível em <https://ephemerajpp.com/2011/12/31/policia-de-vigilancia-e-defesa-do-estado-repatriacao-de-extremistas-espanhois-que-se-haviam-refugiado-em-portugal-relatorio-16-de-outubro-de-1936/> (consultado em 2017/01/09).

de todos os refugiados que desejassem ir para Tarragona, porto escolhido pelo Governo espanhol. Salazar alertava, contudo, que, caso não aceitassem o repatriamento ou não saíssem para outro país por sua conta, poderiam permanecer em Portugal, mas teriam de se sujeitar ao regime que o Governo lhes impusesse³⁹.

Como se pode observar pelo exposto anteriormente, apesar dos esforços governamentais e da atuação das autoridades portuguesas para tentar impedir a entrada em Portugal de refugiados espanhóis, receando o regime, particularmente, a disseminação de ideias subversivas, estes indivíduos conseguiram penetrar no território português, contando para isso com ajuda não só de espanhóis já estabelecidos no país, como também de cidadãos portugueses, tanto civis como militares. São precisamente estas tentativas de vigilância e controlo da fronteira luso-espanhola e as ações das principais forças policiais portuguesas no terreno o assunto de que se ocupa o próximo capítulo.

Vigilância de fronteira e operações policiais no norte do país

Com o início da Guerra Civil em Espanha, a 18 de julho de 1936, diversas localidades portuguesas, próximas ou afastadas da fronteira, viram-se povoadas por espanhóis que procuravam refúgio dos horrores do conflito fratricida. Foram os casos de, por exemplo, Barrancos e Figueira da Foz. No entanto, estes refugiados passaram por muitas outras partes de Portugal, com particular incidência, naturalmente, para as povoações fronteiriças.

Existiam, em 1938, 22 pontos de passagem ao nível da fronteira terrestre portuguesa, que se estendiam de norte a sul do país: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Peso (Melgaço), São Gregório, Vila Verde da Raia, Portelo, Quintanilha, Barca de Alva, Vilar Formoso, Segura, Beirã (Marvão), Galego, Campo Maior, Elvas (Caia e Estação), Mourão, Barrancos, Sobral da Adiça, Ficalho e Vila Real de Santo António⁴⁰. Contudo, muito mais do que estes pontos de passagem fronteiriça em que havia presença policial, era toda a raia, seca ou molhada, não vigiada que preocupava e dava mais trabalho às autoridades portuguesas, sobretudo após o deflagrar da Guerra Civil de Espanha,

³⁹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 8/10, Ofício do secretário geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros para o Ministro do Interior, de 06/10/1936.

⁴⁰ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, n.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

situação que levava a PVDE a afirmar, no já citado relatório, que «Não só a vigilância de fronteira absorvia uma grande parte do pessoal, como a que era preciso exercer-se internamente, esgotava o restante.»⁴¹.

Ressalve-se, no entanto, que logo após a vitória da Frente Popular nas eleições espanholas de fevereiro de 1936, vários espanhóis procuraram refúgio em Portugal por recearem os problemas que poderiam resultar dessa vitória eleitoral. Segundo o ofício do comandante geral da Guarda Nacional Republicana, General Augusto Manuel Farinha Beirão, para o ministro do Interior, todos estes indivíduos apresentavam-se legalmente documentados à entrada em Portugal⁴². Num outro documento, intitulado “Reflexões sobre a vigilância da fronteira”, não assinado nem datado, o autor assume esta mesma preocupação com as graves consequências que poderiam advir das eleições em Espanha e com a necessidade de se vigiar a fronteira nacional. Este documento demonstra uma clara inquietação do Estado Novo relativamente à difusão de ideias comunistas em Portugal, assinalando também as dificuldades enfrentadas pela Guarda Fiscal no desempenho da principal função que lhe estava atribuída, a vigilância da fronteira. Assim, «Quase toda a gente desconhece os efetivos, os elementos de que ela dispõe para cumprir a sua missão normal (repressão dos delitos fiscais), e desconhece a orografia e hidrografia da fronteira que em largas extensões de terreno dificultam enormemente a sua missão normal e a missão eventual de vigilância [...] Não se pensa sequer nos seus efetivos limitados, na densidade de ocupação na linha fronteiriça (1 homem por quilómetro) e na incapacidade de muitos dos seus homens.»⁴³.

Esta ação de vigilância revelou-se difícil de concretizar. Como refere Maria da Conceição Ribeiro, «A vigilância das fronteiras depende, acima de tudo, do trabalho e da eficiência dos agentes colocados nas delegações e nos postos que constituíam as extensões regionais e locais da Secção Internacional da polícia política. [...] embora sucessivamente melhorada – quer quanto ao número de delegações e postos quer quanto ao seu apetrechamento técnico e humano – foi

⁴¹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo da PIDE/DGS, Direção dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, Serviços Centrais, n.º 9258, Relatório da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (1932-1938).

⁴² Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 480, pt. 5/7, Ofício do Comandante Geral da GNR para o Ministro do Interior, de 26/02/1936.

⁴³ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo Oliveira Salazar, CO/FI-25, pt. 1. Reflexões sobre a vigilância da fronteira. (Embora não se encontre datado, subentende-se, pelo conteúdo do documento, que data de inícios de 1936, nas vésperas das eleições espanholas de fevereiro de 1936).

sempre relativamente reduzida [a rede da PVDE]. Como tal, a colaboração com outras polícias e, designadamente, no que concerne às fronteiras, com a Guarda Fiscal (mas também com a PSP e com a GNR) constituiu sempre um imperativo para a PVDE.»⁴⁴. Esta necessidade de colaboração entre a PVDE e as restantes forças policiais portuguesas foi uma questão que não passou despercebida a Leone Santoro, chefe da Missão Italiana de Polícia que estudou a polícia portuguesa entre 1937 e 1940, precisamente durante o período em que ocorreram dois dos mais importantes conflitos europeus e mundiais do século XX e em que a manutenção da ordem interna era uma prioridade para Salazar.

Com efeito, Santoro salientava que «A vigilância sobre os estrangeiros é insuficiente, bem como a das fronteiras [...] sem que haja uma colaboração estreita e eficaz com outros órgãos, designadamente com a Guarda Fiscal. [...] A cooperação, a todos os níveis, entre as diversas polícias – PVDE, PSP, GNR, Polícia de Trânsito, Polícia Marítima, Guarda Fiscal – deveria, com benefício, ser reforçada. [...] Os agentes e os oficiais da PVDE mostram-se mal preparados para o exercício das suas funções, tornando-se indispensável a criação de escolas de polícia [...]»⁴⁵.

No que concerne ao caso específico da Guerra Civil de Espanha, esta colaboração entre as diversas forças policiais portuguesas para vigilância da fronteira e repressão dos refugiados parece ter existido, logo desde o início do conflito. Uma das primeiras zonas do território nacional a ser procurado pelos fugitivos espanhóis foi a região norte, com particular destaque para os distritos de Viana do Castelo, Vila Real e Bragança, por a Galiza ter sido um dos primeiros espaços a ser fustigado pela revolta nacionalista. Se atentarmos ao já citado Registo Geral de Presos, verificamos que os primeiros espanhóis detidos pela PVDE após o despoitar da guerra são oriundos de localidades situadas próximas da fronteira norte de Portugal, de que são exemplo Ourense, Requejo e Padornello, estas últimas duas pertencentes à região de Zamora. Condiicionados pela localização geográfica, os habitantes destas e de outras regiões confinantes que procuravam escapar à guerra não tinham outra alternativa a não ser tentar entrar em Portugal, uma vez que do lado de Espanha estavam ameaçados pelas forças nacionalistas de Franco e do lado oposto encontravam-se perante a imensidão do oceano Atlântico, que lhes dificultava a fuga por esse caminho.

⁴⁴ Maria da Conceição Ribeiro, *A Polícia Política...*, cit., p. 90.

⁴⁵ Relatório de Leone Santoro ao Ministério do Interior sobre os estudos feitos na PVDE pela Missão Italiana de polícia, citado por Maria da Conceição Ribeiro, *A Polícia Política...*, cit., p. 153-154.

A vigilância da fronteira foi uma preocupação das autoridades portuguesas desde os primeiros momentos da guerra em Espanha. Logo nos primeiros dias imediatamente a seguir ao despontar do conflito foram produzidos relatórios que demonstravam esta preocupação e que permitem também conhecer a forma como estava disposto o serviço de vigilância.

Segundo o relatório assinado pelo Comandante do Batalhão 5 da GNR, coronel Luís José da Mota, a vigilância da fronteira localizada entre Vinhais (distrito de Bragança) e o rio Tejo, aproximadamente 450 quilómetros, estava a cargo de 14 postos, distribuídos entre a 4.^a, a 5.^a e a 6.^a Companhias⁴⁶. Assim, a 4.^a Companhia era responsável por 5 postos: Figueira de Castelo Rodrigo (12 praças), Almeida (12 praças), Vilar Formoso (13 praças), Souto (4 praças) e Sabugal (13 praças); a 5.^a Companhia também tinha a seu cargo 5 postos: Penamacor (10 praças), Salvaterra do Extremo (8 praças), Zebreira (6 praças), Rosmaninhal (8 praças) e Malpica (8 praças); a 6.^a Companhia deveria garantir a vigilância da fronteira através de 4 postos: Vinhais (14 praças), Bragança (2 oficiais e 34 praças), Vimioso (8 praças) e Miranda do Douro (11 praças).

Com o intensificar do conflito em Espanha, reforçaram-se alguns destes postos, como Vinhais, Bragança, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Vilar Formoso, Salvaterra do Extremo, Rosmaninhal e Malpica, apresentando-se como principais justificações para o mesmo o facto de o terreno ser, por vezes, demasiado acidentado e a grande área que estes postos tinham de cobrir, o que dificultava o trabalho dos operacionais. Pelo exposto no citado relatório, observa-se que não era dada particular atenção às zonas dos rios que, pelas suas características naturais, se consideravam serem inacessíveis, como se verificou no caso dos rios Douro e Tejo. Um dos principais aspetos a salientar sobre este relatório é a preocupação em reforçar a ideia de que existia um bom entendimento e constante comunicação entre as diversas autoridades que operavam no terreno, nomeadamente a GNR, a Guarda Fiscal e o Comando Militar de Bragança, responsável pelo serviço de vigilância naquela zona.

Ainda de acordo com o relatório do coronel Luís José da Mota, entendia-se não ser necessário reforçar os postos fronteiriços que confinavam com regiões espanholas que se encontravam em poder dos nacionalistas por se entender que nestas reinava a ordem. Sobre os refugiados que então entravam em Portugal pelas regiões onde se encontravam estes postos, refere-se que estes eram

⁴⁶ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/18, Relatório do Comandante do Batalhão 5 da GNR, Coronel Luís José da Mota, de 13/08/1936. (Embora o relatório date de agosto de 1936, o seu conteúdo respeita ao que se verificava em julho desse mesmo ano).

maioritariamente mulheres e crianças, destacando-se a entrada de dois oficiais gerais, um comandante e nove civis fiéis aos republicanos no posto de Vinhais. Comprovando a prática comum que se verificou ao longo de toda a guerra civil, os militares foram entregues no comando militar, neste caso de Bragança, e os civis ao Delegado da Polícia Internacional destacado para aquela zona.

Um outro relatório, elaborado pelo comandante do Batalhão 3 da GNR, coronel João Rodrigues Batista, em julho de 1936, permite conhecer a distribuição dos postos de vigilância localizados mais a sul de Portugal⁴⁷. À 4.^a Companhia estavam atribuídos 8 postos: Nisa (1 oficial e 14 praças), Castelo de Vide (7 praças), Marvão (5 praças), Portagem (8 praças), Alegrete (4 praças), Arronches (7 praças), Campo Maior (13 praças) e Elvas (1 oficial e 14 praças); a 3.^a Companhia era igualmente responsável pelo controlo de 8 postos: São Brás (9 praças), Mocissos (6 praças), Beatas (6 praças), Defesas (9 praças), Moinho do Gato (2 praças), Herdade da Abegoaria (7 praças), Herdade da Ameada (8 praças) e Herdade da Galiana (7 praças); a 2.^a Companhia era responsável também por 8 postos: Barrancos (10 praças), Sobral da Adiça (1 furriel e 10 praças), Vila Verde de Ficalho (1 oficial e 17 praças), Crespo (2 praças), Valcovo (2 praças), São Marcos (2 praças), M. de São Domingos (1 oficial e 13 praças) e Pomarão (6 praças); por seu turno, à 5.^a Companhia cabia a vigilância de 5 postos: Almada de Ouro (4 praças), Foz de Odeleite (4 praças), Vila Real de Santo António (6 praças), Castro Marim (10 praças) e Alcoutim (11 praças).

Neste relatório considera-se que, apesar dos fracos efetivos, a Guarda Fiscal e a Guarda Nacional Republicana eram suficientes para vigiar e controlar toda a fronteira terrestre, assinalando-se também, tal como no relatório anterior, que a entrada de refugiados em Portugal era muito pouco significativa. O autor do relatório defende ainda que a entrada reduzida de comunistas se devia ao facto de estes não sentirem um ambiente favorável em Portugal e que a pouca presença de indivíduos de direita se justifica pela vigilância que lhes era feita pelos comunistas.

As fontes consultadas fazem referência particularmente a refugiados comunistas e simpatizantes da Frente Popular, o que nos leva a colocar algumas interrogações relativamente à escassa referência a refugiados nacionalistas. A PVDE não os perseguia porque não os considerava uma ameaça devido a serem defensores de um tipo de governo próximo daquele que vigorava

⁴⁷ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/18, Relatório do Comandante do Batalhão 3 da GNR, Coronel João Rodrigues Batista, de julho de 1936.

em Portugal? Devido ao facto de a fronteira ter sido rapidamente dominada pelos nacionalistas, os seus simpatizantes não tinham razões para entrar em Portugal? Estas questões parecem ter uma resposta positiva, uma vez que, tal como adianta César Oliveira, assim que se provasse que eram afetos à ideologia nacionalista, eram libertados e facilmente podiam dirigir-se para qualquer zona controlada pelas tropas de Franco⁴⁸. Sobre este tema, e referindo-se à zona de Barrancos, João Urbano Pires salienta que no início do conflito, numa altura em que a fronteira não estava ainda controlada pelos franquistas, mas sim pelos «vermelhos», eram os nacionalistas quem procurava refúgio em Portugal⁴⁹.

A vigilância da fronteira luso-espanhola não era repartida apenas entre a Guarda Nacional Republicana e a Guarda Fiscal, havendo também a colaboração com a Polícia de Segurança Pública. A 15 de agosto, o major de Cavalaria Aníbal Franco, Comandante do Batalhão 4 da GNR, dava conta que o serviço de vigilância no posto de Valença, a cargo da 5.^a Companhia, era feito em colaboração com a Guarda Fiscal e com os agentes da PSP que tinham sido destacados para aquela zona da fronteira⁵⁰. Para além do posto de Valença, a 5.^a Companhia era ainda responsável pelos postos de Monção e de Caminha, ao passo que a 6.^a Companhia estava encarregue dos postos de Chaves e de Montalegre. À semelhança do que considerou o coronel Luís José da Mota, também o major Aníbal Franco entendia que, devido ao facto de toda a fronteira norte estar em poder dos nacionalistas, a ordem estava garantida nessa zona. Assim, mandou-se retirar a Companhia que havia sido destacada para Valença.

Apesar do estabelecimento de todos estes postos de vigilância e da colaboração direta existente entre as diversas forças policiais, a entrada de refugiados espanhóis foi constante, sobretudo durante os meses iniciais do conflito espanhol, com particular destaque para o distrito de Bragança. Disso mesmo dava conta o governador civil desse distrito, Salvador Nunes Teixeira, ao ministro do Interior em vários relatórios e telegramas. Assim, ao longo destes primeiros meses o governador civil de Bragança assinalava a entrada em Portugal de foragidos espanhóis, tanto civis como militares.

A 26 de julho de 1936, Salvador Nunes Teixeira comunicava ao ministro do Interior a entrada pelo posto da Guarda Fiscal de Moimenta (concelho de Vinhais) de três generais governamentais e nove civis, desarmados, que foram

⁴⁸ César Oliveira, *Salazar...*, cit., p. 156.

⁴⁹ João Urbano Pires, *A memória da Guerra Civil de Espanha...*, cit., p. 145.

⁵⁰ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/26, Relatório do Comandante do Batalhão 4 da GNR, Major Aníbal Franco, de 15 de agosto de 1936.

entregues ao administrador do concelho de Vinhais que, por sua vez, os fez chegar à Polícia Internacional⁵¹. No final do mês seguinte, este governador civil continuava a relatar as detenções de refugiados espanhóis que procuravam entrar no país, como por exemplo, a que ocorreu a 28 de agosto. Neste dia, dois civis espanhóis residentes em Zamora foram capturados pela Guarda Fiscal instalada em Deilão (concelho de Bragança), alegando que procuravam refugiar-se em Portugal por recearem ser fuzilados, algo que viram acontecer a alguns dos seus vizinhos. Estando desarmados, foram também entregues à Polícia Internacional⁵². A 16 de setembro de 1936, já depois de mais de mil refugiados terem sido repatriados para Tarragona, o governador civil de Bragança, registou a captura de mais dois civis espanhóis no posto de Deilão, os quais, afirmando não terem qualquer fação política, procuravam esconder-se no país por estarem a ser perseguidos pelos fascistas. Consta ainda deste ofício o relato de um episódio que comprova a existência de solidariedades locais na fronteira luso-espanhola durante a guerra de 1936-1939, bem como os perigos que os habitantes locais corriam por se relacionarem com os refugiados espanhóis. A 12 de setembro, os falangistas detiveram os portugueses Francisco Pedro Martins e Basílio Augusto, residentes em Vinhais, suspeitando-se que o primeiro dera guarida a um refugiado e que o segundo levava uma carta para um foragido espanhol. No entanto, acabaram por sair em liberdade passados dois dias⁵³.

Também o general Augusto Manuel Farinha Beirão ia comunicando ao ministro do Interior a situação na fronteira portuguesa. Assim, a 27 de julho de 1936, este oficial chamava a atenção para a detenção de doze espanhóis no concelho de Vinhais, dos quais dois eram generais e um era comandante⁵⁴. Passados dois meses, a 29 de setembro, Augusto Farinha Beirão assinalava que a situação na fronteira parecia estar mais calma, destacando que não se registava

⁵¹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/10, Telegrama de Salvador Nunes Teixeira para o ministro do Interior, de 26 de julho de 1936.

⁵² Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 479, pt. 28/2, Relatório de Salvador Nunes Teixeira para o ministro do Interior, de 29 de agosto de 1936.

⁵³ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 479, pt. 8/9, Ofício de Salvador Nunes Teixeira para o ministro do Interior, de 16 de setembro de 1936.

⁵⁴ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/9, Telegrama do General Augusto Manuel Farinha Beirão para o ministro do Interior, de 27 de julho de 1936.

a presença de refugiados na fronteira que compreendia os distritos de Viana do Castelo e Vila Real, exceção feita a Melgaço e a Peso⁵⁵.

No distrito de Viana do Castelo a situação apresentava-se mais complicada, sendo constantes os pedidos e as ações de reforço dos postos fronteiriços de vigilância. A 31 de julho de 1936, o Comandante da PSP de Viana do Castelo, Tenente Francisco Pimenta da Gama, comunicava ao comando geral que, em consequência do grande movimento de pessoas na fronteira, resultante do ataque franquista à cidade de Tuy, havia deslocado vinte e dois guardas e um graduado para reforçar os postos fronteiriços da Polícia Internacional e da Guarda Fiscal⁵⁶. Já o governador civil desse distrito, Tomás Frago, requeria ao ministro do Interior que fosse reforçado o posto da GNR de Melgaço devido ao facto de se ter registado a entrada por Castro Laboreiro de espanhóis armados que procuravam localizar os adversários políticos que se tinham refugiado em Portugal⁵⁷.

Esta região parece ter sido uma das mais complicadas de vigiar, sobretudo devido ao terreno acidentado e montanhoso. Em finais de agosto de 1936, foi nomeada uma patrulha com a particular missão de investigar se as casas dos habitantes de Castro Laboreiro estavam a ser alvo de buscas por parte de espanhóis armados, concluindo-se que estes eventualmente teriam entrado em Portugal perseguindo algum fugitivo e não para alterar a ordem pública por meio de buscas domiciliárias e ameaças⁵⁸. Segundo este ofício, foram detidos, na mesma altura, quatro cidadãos que estavam escondidos na região de Castro Laboreiro e o chefe da Polícia Internacional de São Gregório multou os portugueses que tinham acolhido os refugiados, considerando que o fizeram por amizade e não por identificação política.

Para colmatar as dificuldades existentes nesta zona, a PVDE considerava que a reduzida fiscalização dos postos, geralmente levada a cabo por apenas três praças, só melhoraria com um forte reforço, dada a grande extensão da área, e

⁵⁵ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/36, Ofício do General Augusto Manuel Farinha Beirão para o ministro do Interior, de 29 de setembro de 1936.

⁵⁶ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/16, Ofício do Comandante da PSP de Viana do Castelo para o comando geral, de 31 de julho de 1936.

⁵⁷ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 35/32, Ofício do Comandante da PSP de Viana do Castelo para o comando geral, de 25 de agosto de 1936.

⁵⁸ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 26/1, Ofício do Comandante Aníbal Franco para o ministro do Interior, de 5 de setembro de 1936.

que o destacamento de praças da GNR deveria ser deslocado de São Gregório para Castro Laboreiro de forma a garantir uma fiscalização mais eficaz⁵⁹.

Também o distrito de Braga foi procurado pelos refugiados como ponto de entrada em Portugal. Sobre esta situação, o Comandante do Batalhão 4 da GNR dava conta da entrada de espanhóis pela fronteira de Portela do Homem, alguns dos quais eram responsáveis pela propaganda comunista na aldeia de Covide, pelo que pedia o envio de agentes para essa localidade. Em resposta, o comandante geral da GNR informava sobre o destacamento de um furriel e catorze praças para estabelecer um posto de vigilância nessa zona⁶⁰.

Com o decorrer dos meses, a situação na fronteira luso-espanhola acalmou. Esta parece ter sido uma realidade particularmente notória a partir de finais de outubro 1936, o que não significa, contudo, que não continuassem a entrar refugiados em Portugal. Foram vários os ofícios do comandante geral da GNR para o ministro do Interior pedindo que fossem retirados os reforços de alguns postos fronteiriços, como Guarda, Castelo Branco, Bragança e Vinhais, ou que fossem reduzidos os efetivos, como se verificou no caso dos postos sedeados no distrito de Viana do Castelo. Como justificação para estes requerimentos, Augusto Farinha Beirão salientava ter sido informado de que nada se passava nas localidades espanholas fronteiriças, em virtude de estarem já controladas pelos nacionalistas⁶¹.

Observou-se a partir do início da guerra civil em Espanha uma clara preocupação do regime português em reforçar os postos de vigilância fronteiriços, receando a entrada massiva de espanhóis que poderiam implementar ideias consideradas subversivas pelo Estado Novo, sobretudo no que dizia respeito aos comunistas, os chamados «refugiados vermelhos». Para tal, existiu uma colaboração próxima entre as várias forças policiais nacionais, PVDE, GNR, PSP e Guarda Fiscal. Contudo, este reforço policial e a maior preocupação com a vigilância da fronteira, mais evidentes nos primeiros meses do conflito espanhol, diminuindo de intensidade com o passar do tempo, foram impotentes para evitar a entrada de inúmeros refugiados em Portugal.

⁵⁹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 481, pt. 8/3, Ofício do secretário geral da PVDE para o ministro do Interior, de 7 de setembro de 1936.

⁶⁰ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 482, pt. 3/8, Ofício do Comandante Geral da GNR para o ministro do Interior, de 22 de agosto de 1936.

⁶¹ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, Maço 480, pt. 5/74; pt. 5/86; pt. 5/95, Ofícios do Comandante Geral da GNR para o ministro do Interior, de 10 de novembro, 30 de outubro e 17 de outubro de 1936, respetivamente.

Conclusão

Dada a sua condição de país confinante, Portugal foi procurado como lugar de refúgio por muitos espanhóis que pretendiam escapar à guerra civil. Apesar das esperadas dificuldades que estes foragidos encontraram no país, tendo em consideração a natureza do regime salazarista, fechado e receoso do contacto com o exterior, e o seu estatuto colaboracionista com os nacionalistas de Franco, os espanhóis puderam comprovar a solidariedade e a humanidade do povo português da raia que, desafiando as ordens de Salazar e arriscando ser punidos, como de resto aconteceu em alguns casos, não deixou de lhes prestar auxílio. Ressalve-se que este espírito solidário atingiu não só civis, como também militares.

Antes do início da guerra em Espanha, muitos espanhóis procuravam Portugal por veraneio, lazer e razões económicas, situação que se alterou a partir de 1936, registando-se um decréscimo acentuado desse número, passando a vir essencialmente refugiados.

Com o despostrar do conflito espanhol cresceram as preocupações do Estado Novo relativamente à vigilância da fronteira terrestre com Espanha, receando Salazar o contacto da população portuguesa com os «refugiados vermelhos». Neste sentido, muitos postos fronteiriços foram reforçados com efetivos de várias forças policiais, registando-se também um acentuado aumento de operações no terreno, procurando-se localizar os foragidos que se internavam em Portugal, que contou com uma estreita colaboração entre as diversas autoridades.

Não obstante esta conjugação de esforços, durante o período que durou a guerra civil espanhola, sobretudo nos primeiros meses, o território português viu-se ocupado por indivíduos que procuravam a todo o custo escapar aos horrores do conflito e às perseguições dos nacionalistas. Não sendo possível quantificar com exatidão o número de espanhóis que procuraram abrigo em Portugal, sabe-se que este rondou, no mínimo, os 1.500, visto haver registo do repatriamento de 1.445 indivíduos para Tarragona a 10 de outubro de 1936. Para além destes, vários foragidos foram entregues pela polícia aos franquistas, ao passo que outros tiveram melhor sorte e, sendo ajudados por portugueses ou por espanhóis já residentes no país, acabaram por conseguir escapar à perseguição e fixar-se em Portugal. É de destacar o facto de muitos refugiados, sobretudo os pertencentes à Frente Popular, ou pelo menos os que temiam a perseguição dos franquistas, para além dos que simplesmente fugiam da guerra, terem arriscado procurar entrar num país onde o regime instaurado era simpatizante das ideias nacionalistas.

Migrações e exílios: identidades e nacionalismo

Migrations and exiles: identities and nationalism

HELOÍSA PAULO

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

Universidade de Coimbra (Ceis20)

Heloisapaulo25@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2017

Texto aprovado em/Text approved on: 23/05/2017

Resumo:

Uma das marcas do século XX foi a ascensão de regimes autoritários que reelaboraram os ideais de Nação e cidadania e deram origem a novas levas de exilados, fruto de perseguições políticas. A necessidade de suporte internacional destes regimes, como o fascista ou o Salazarista, fê-los buscar apoios nas suas comunidades no exterior, redefinindo, na ótica do regime, a condição do emigrante. Em contrapartida, aos exilados é-lhes é retirada a cidadania e a condição de pertença ao novo recorte da “Nação”. O artigo pretende uma análise sumária de como os conceitos de cidadania e de nacionalismo são empregues no Portugal de Salazar, considerando o caso dos emigrantes e dos exilados portugueses no Brasil.

Palavras-Chave:

cidadania, Estado Novo, emigração e exílio.

Abstract:

Among the hallmarks of the 20th century were the rise of authoritarian regimes, which reformulated the ideals of nation and citizenship, and the consequent flow of exiles fleeing political persecution. The need for international endorsement led fascist countries, such as Salazar’s New State, to look for supporters in their own colonies, thus redefining their emigrants’ status according to their ideology. Exiles, on the other hand, were stripped of their citizenship and deprived of their condition of belonging to their nation’s new makeup. This article provides a brief analysis of how the concepts of citizenship and nationalism were used in Portugal under the Salazar’s regime, considering the cases of emigrants and Portuguese exiles in Brazil.

Keywords:

citizenship, New State, emigration and exile.

1. A construção da identidade nacional e a emigração: da Itália fascista ao Portugal de Salazar

Trazeis os olhos saudosos da terra da Pátria que havia de parecer-vos bela ainda que lhe não houvéssemos tocado; mas, morta a saudade, a reflexão e a memória do passado poderão ajudar-vos a fazer as necessárias comparações. No fundo, trata-se apenas de saber se desde que partistes o povo é mais numeroso, a economia mais sólida, a finança mais sã, a instrução mais acessível, a paz social mais firme, a vida mais saudável e mais alta, o vínculo nacional mais forte, e se para tanto em alguma coisa contribuiu a nova conceção de vida política e do Estado de há dez anos a esta parte¹.

O fascismo, tal como as demais formas de autoritarismo, constrói a imagem de uma ordem social centrada em duas ideias oriundas dos sistemas liberais que condenam: a cidadania e a nacionalidade. A definição da nacionalidade e da cidadania passam a fazer parte da esfera do Estado e está condicionada por suas diretrizes políticas. Daí, este mesmo Estado apresenta-se como o defensor máximo de uma determinada ideia de “Nação”, princípio fundamental para a delimitação desta visão de nacionalidade. O exercício da cidadania e a “defesa” do sentimento nacional são vistos como partes de uma mesma postura que, por sua vez, é determinada pela aceitação das normas ditadas pelo Estado. Desta forma, os cidadãos destes regimes são parte de uma Nação abstrata, da qual o Estado se diz defensor e delinea a imagem, cabendo àqueles a quem foi outorgado o estatuto de cidadão a aceitação das regras impostas e a passividade frente ao poder. A partir destes pressupostos, a imagem do cidadão é apresentada a partir de uma determinada leitura de valores da cultura popular, o que contribui para a identificação do indivíduo com os ideais impostos pelo regime².

Essa nova forma de pensar a cidadania pelos regimes intervencionistas e ampliada para além dos limites geográficos, fá-los buscar nas colónias de emigração dispersas pelo estrangeiro um apoio para a continuidade das suas políticas internas e para a defesa dos seus posicionamentos internacionais. Na

¹ António de Oliveira Salazar, “A Embaixada da Colónia Portuguesa no Brasil e a nossa política externa”, in *Discursos. 1935-1937*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1945, p. 275-276.

² Ver, entre outros, Emilio Gentile, *La grande Italia: il mito della nazione nel XX secolo*. Roma-Bari, Laterza, 2011; Stefano Cavazza, “Tradizione regionale e riesumazioni demologiche durante il fascismo”, in *Studi Storici*, Aprile-Settembre 1993, p. 625-655, ou ainda, do mesmo autor, “Arte popolare e intellettuali durante il nazismo”, in *Italia Contemporanea*, Dicembre, 1993, p. 637-661.

Itália, a preocupação do governo fascista com o contingente de italianos no exterior é manifestada já no final dos anos 20 com a criação, em 18 de Janeiro de 1923, de um Comissariado Geral da Emigração. Em 1924, é realizada uma conferência internacional sobre a emigração, aberta pelo próprio Mussolini e são enviados “comissários de emigração” para os Estados Unidos e para a Austrália, com o objetivo de se estabelecer um contacto permanente com os emigrantes. Cada italiano, onde quer que se encontre, é um cidadão ao serviço da Nação Italiana, na compreensão fascista do termo “nação”³.

Em Portugal, o Estado Novo, mesmo que não desenvolva a sofisticação das instituições fascistas italianas, possui o mesmo parâmetro para a definição do “bom cidadão”. O salazarismo, para além da característica lealdade e defesa dos valores do regime, recupera, de forma peculiar, os valores da chamada “cultura popular”, construindo uma imagem de cidadania marcada pelos estereótipos regionais, nomeadamente rurais, que, tal como em Itália, assumem-se como representativos da nacionalidade⁴.

De igual forma, o regime português busca ampliar a sua base de apoio junto das comunidades emigrantes. Para tal, essa leitura determinada do universo rural contribui, em muito, para a aceitação, por parte dos mais diversos núcleos de emigração portuguesa, dos novos valores impostos pelo regime. Ao trabalhar com dados que fazem parte da memória sensorial do emigrante, ou seja, com os dados armazenados da sua própria experiência pessoal, a propaganda oficial ou oficiosa do regime fornece ao emigrante uma imagem da aldeia, respondendo à ansiedade que ele tem de visualizar a sua terra natal⁵.

Complementando esta imagem do emigrante, a emigração em si ganha um conteúdo heroico, revivendo as epopeias passadas da história nacional. O português, neste quadro, passa a ser apresentado como um “novo herói”, que trabalha e “vence” em terras alheias, num lugar estranho e em condições adversas, apesar da “prosperidade” do seu próprio país. Um cidadão fiel

³ Sobre a questão da emigração italiana e cidadania na Itália de Mussolini, ver, entre outros, Emilio Franzina, *Una patria espatriata. Lealtà nazionale e caratteri regionali nell'immigrazione italiana all'estero (secoli XIX e XX)*, Roma, Settè Città, 2014, John Diggins, *L'America, Mussolini e il fascismo*, Roma-Bari, Laterza, 1982; Benedetta Garzarelli, *Parleremo al mondo intero: la propaganda del fascismo all'estero.*, Alessandria, Edizione dell'Orso, 2004.

⁴ Ver, entre outros, Luís Reis Torgal e Heloísa Paulo, “Cidadania, Nacionalismo e Propaganda Política” in Ana Peixinho, Carlos Camponez, Isabel Vargues e João Figueira. *20 Anos de Jornalismo contra a Indiferença*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 169-188.

⁵ Sobre o tema ver, entre outros, Heloísa Paulo, *Aqui também é Portugal! A colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra. Quarteto, 2000.

ao Portugal que vê como o novo regime “reconheceu” a sua dignidade de “emigrante”.

A ideia do “português” como um “homem triunfante” aparece, de forma clara e explícita, nos textos de Salazar, facilitando a aceitação deste tipo de mensagem pela parcela mais bem-sucedida da colónia. Por outro lado, ele recupera da marginalidade, a que fora destinada no imaginário social português, a imagem do emigrante, atribuindo a esta elite, e à comunidade emigrante em geral, qualificações excepcionais que demarcam o estereótipo da nacionalidade portuguesa no discurso salazarista.

Indentado: Não há dúvida de que o português, transplantado, brilha entre os primeiros nas Academias e Universidades estrangeiras, vemo-lo triunfar, até sem grandes letras, inteligente e ousado, pelo Rio, por Paris ou Nova Iorque, no comércio e na indústria do grande mundo⁶.

Ao criar uma imagem positiva do emigrante, a propaganda do regime encontra novos aliados, crescendo, em parte graças à própria colónia ou, pelo menos, a uma parte dela, que, por seu lado, orienta a sua ação no sentido de demonstrar apoio ao novo regime. No Brasil, a mais numerosa comunidade portuguesa no exterior até a década de 50, o Estado Novo e o salazarismo ganham uma leitura específica, adaptada aos contornos de uma vida portuguesa em terras brasileiras. É necessário ter em conta, porém, as limitações impostas pela própria realidade brasileira no sentido de coibir ou apoiar a existência de um “pequeno Portugal” no Brasil, o que limita o campo de atuação dos emigrantes, quer sejam eles “salazaristas” ou opositores ao regime.

2. O emigrante e a “Nação” salazarista: cidadania e fidelidade ao regime de Salazar

Portugal, espalhado por quatro continentes, em partes de uma só peça que a distância não desune, é o resultado palpável do que foi a caminhada heroica do seu povo, pequeno em número mas unido, projetando na universalidade da sua sombra marcos dos maiores da história da humanidade.

Tu o representas⁷.

⁶ António Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas. 1938-1943*, vol. III, Coimbra, Coimbra Editora, s.d., p. XI-XII.

⁷ JUNTA DE EMIGRAÇÃO. *Instruções para o uso dos Portugueses que se destinam ao Brasil*, Lisboa, Junta de Emigração, 1959.

Portugal sempre foi considerado um país de emigrantes, tendo alcançado números inusitados no decorrer dos séculos XIX e XX. A imagem do português recém-chegado da “terrinhã” ou “vitorioso” na sua empreitada no estrangeiro é comum no imaginário das sociedades receptoras dos fluxos desta emigração, como é o caso da brasileira, norte-americana, venezuelana ou francesa. Já as figuras do emigrado político ou exilado proveniente do território português, apesar de marcarem presença no exterior desde o miguelismo, só após a implantação da Ditadura Militar e do salazarismo vão constituir um contingente considerável nos países que tradicionalmente sempre abrigaram colônias lusas⁸.

No Estado Novo, o emigrante assume contornos de relevância na definição da cidadania. De facto, a Constituição de 1933, no artigo 3º afirma que “constituem a Nação, todos os cidadãos portugueses residentes dentro ou fora do seu território, os quais são considerados dependentes do Estado e das leis portuguesas, salvas as regras aplicáveis de direito internacional”⁹. Deste modo, os emigrantes, assim como os seus filhos, são, em princípio, considerados portugueses e sujeitos, portanto, à autoridade do regime. Ainda no citado texto, é atribuída ao Estado a função de “proteger os emigrantes e disciplinar a emigração”¹⁰. Porém, esse tipo de atuação do regime já se faz sentir desde 1927, com as primeiras leis que regulam o processo emigratório¹¹. Neste contexto, é iniciado um “diálogo” entre Estado e emigrante, que, no decorrer dos anos, se vai acentuando pelos vínculos estabelecidos entre o contingente de portugueses adeptos do Salazarismo, residentes no estrangeiro, e o regime situado em Lisboa.

Ao contrário das tentativas mais “intervenientes” e coercivas do regime fascista, o Estado Novo vai recorrer a outros meios para que a sua mensagem seja incorporada pelos portugueses emigrados. Ao atrelar a visão do “emigrante” ao imaginário rural, o salazarismo trabalha com duas variantes: a aldeia e a ação do próprio regime, que, mantendo o universo rural, promove o “bem-estar” do país. A aparente assistência ao emigrante e o recurso à difusão do salazarismo no seio da colônia portuguesa, em especial no Brasil, são os instrumentos primordiais do regime para se “fazer ouvir” pelos portugueses no estrangeiro.

Assim sendo, o Estado Novo é apresentado como um momento excecional para Portugal, sendo Salazar o mentor e o artesão de uma nova realidade económica, política e social, motivo suficiente para repor nos portugueses

⁸ Heloísa Paulo, *Aqui também...*, cit.

⁹ *Constituição Política da República Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935, p. 6.

¹⁰ Parágrafo 4.º, Artigo 31.º do Título IV. “Da ordem económica e social”. *Constituição Política da República Portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1935, p. 19.

¹¹ Heloísa Paulo, *Aqui também...*, cit.

emigrados a confiança no regime e na posição de Portugal no contexto mundial. O salazarismo é, pois, uma fórmula que encaminha o país em direção à modernidade, vivenciada pelo emigrante nos grandes centros urbanos onde está fixado, sem alterar o “espírito” da vida aldeã, aquela que o emigrante “sublima” na sua memória. Salazar, por sua vez, espelha a imagem que o emigrante projeta de si próprio, a de um homem do campo que, sem renegar as suas origens, consegue traçar um futuro mais promissor¹².

Por outro lado, o regime lança mão de mecanismos oficiais e oficiosos que buscam condições para o estabelecimento de um diálogo entre o emigrante e o Estado Novo, estabelecendo duas frentes de ação neste sentido: uma legal e outra diplomática. A atuação legal do regime encontra-se expressa no conjunto legislativo regulador do processo emigratório que retoma os pontos básicos do Regulamento Geral dos Serviços de Emigração do período republicano. Uma nova leitura deste texto resulta no aperfeiçoamento gradativo, no decorrer da legislação promulgada através dos anos, de normas relativas ao regime de emigração e à proteção das condições de partida do emigrante¹³. A frente diplomática, “oficiosa”, é assumida pelos representantes diplomáticos, que atuam junto às colônias, cumprindo as instruções detalhadas do governo de Lisboa, coibindo as oposições e favorecendo as manifestações favoráveis ao regime.

Para o Estado Novo é preciso, portanto, “acompanhar, por meio dos agentes diplomáticos e consulares, a atividade das associações, instituições ou organismos científicos, de colaboração política, de propaganda ou de ensino portugueses estabelecidos no estrangeiro, promover a sua organização ou federação, onde for possível e procurar obter a sua unidade de ação”¹⁴. Deste modo, as autoridades consulares vão buscar a aproximação e a ingerência nas diversas associações da colônia, mas sobretudo nas casas regionais, já que são

¹² Sobre o tema ver, entre outros, Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2009, v. 1., p. 126 e seguintes.

¹³ No Regulamento são previstas as diversas etapas do processo emigratório, reguladas as condições de embarque, dos contratos de trabalho, das cartas de chamada, das agências de emigração e das passagens, e do fundo de emigração, e organizados os serviços gerais que abrangiam a repatriação e o serviço diplomático em relação à assistência ao emigrante. O seu texto complementa o anteriormente exposto no Decreto 5 624, de 10 de Maio de 1919, que cria o Commissariado Geral dos Serviços de Emigração. Ver, respetivamente: Decreto 5 886, de 19 de Junho de 1919 e Regulamento em anexo, *Diário do Governo*, 19 de Junho de 1919, I.ª série, n.º 117, p. 1620-1633, e Decreto 5 624, de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo*, 10 de Maio de 1919, I.ª série, n.º 98, p. 981-987.

¹⁴ Item 4 do Artigo 28.º do Decreto n.º 26 162, de 28 de Dezembro de 1935, in *Diário do Governo*, I.ª série, n.º 302, 28 de Dezembro de 1935, p. 1941.

locais privilegiados para a manutenção da identidade cultura do emigrante. Essas instituições, pelo apelo que fazem aos valores culturais do regionalismo, são instrumentos fundamentais para a mensagem do regime, dada a sua função como organismos de reforço dos laços internos da colónia e de manutenção da vinculação do emigrante à terra natal. A evocação de uma visão idílica do país de origem e o trabalho de preservação da memória afetiva do espaço levados a cabo por estas associações vão de encontro à visão oficial do Portugal de Salazar. São estes grupos, para além das diversas associações, de cunho assistencial e associativo, que são o alvo da ação consular e da propaganda do regime¹⁵.

Neste quadro, o principal alvo das ações de controlo e de propaganda é a maior colónia portuguesa no estrangeiro. É para os emigrantes radicados no Rio de Janeiro, Brasil, que Salazar, em 1933, endereçou um pronunciamento radiofónico. A intenção é criar uma sensação de proximidade entre o emigrante e o poder de Lisboa, personificado em Salazar:

Não é sem profunda comoção que tento fazer ouvir a minha voz aos portugueses de Além-Atlântico, como se estivessem diante dos meus olhos os que sempre temos no coração, pelo seu trabalho, pela sua iniciativa, pela sua dedicação patriótica, pelo seu amor à terra-mãe de todos nós¹⁶.

De facto, no Brasil, os emigrantes portugueses no Brasil serão os que darão ao Salazarismo a sua maior expressão de continuidade, fornecendo “provas” da sua lealdade em manifestações públicas de apoio ao regime e na exaltação das figuras de Salazar, Carmona, Craveiro Lopes, ou, posteriormente ao período analisado, de Américo Tomás. O discurso salazarista, mais do que qualquer outro, vai oferecer à colónia a experiência da “cumplicidade”, tomando por base a imagem de vivência rural partilhada pelo emigrante e pelo Presidente do Conselho, estabelecendo assim um diálogo “intimista”, entre Salazar e o auditório emigrante¹⁷. Para além disto, a distância e os contactos diretos, esporádicos ou não, com a realidade portuguesa contribuem para a perpetuação do quadro idílico construído para o país, já que a memória do emigrante possui a tendência para “apagar” os registos negativos da sua experiência no país de origem.

¹⁵ Heloísa Paulo, “Aqui também é Portugal...”, cit.

¹⁶ António de Oliveira Salazar, “Saudação aos portugueses do Brasil”. Palavras radiodifundida da cidadela de Cascais em 22 de Outubro de 1933. in *Discursos e Notas Políticas. 1928-1934*, vol. I., Coimbra, Coimbra Editora, p. 253.

¹⁷ Heloísa Paulo, “Salazar: a elaboração de uma imagem”, *Revista de História das Ideias* 18 (1996), I, p. 245-276.

Como resposta aos mecanismos de promoção empreendidos pela propaganda oficial do regime, a colónia emigrante vai avivar antigas “liturgias”, fornecendo-lhes uma nova leitura. A “Nação” ganha espaço apropriado, onde estão reunidos os símbolos que a exteriorizam e, conseqüentemente, são objeto de “culto”. Ao Altar da Pátria do Real Gabinete Português de Leitura¹⁸, no Rio de Janeiro, datado de 1922, vai juntar-se, em Junho de 1937, o retrato de Salazar, uma cópia do quadro de Eduardo Malta, que se encontra num dos seus salões. Ao mito da herança “civilizadora” do Império acrescenta-se o culto da Pátria distante perpetuado em novos rituais como a comemoração do “Dia da Raça”. À tradição regionalista, cultivada pelas associações das comunidades portuguesas como forma de afirmação da identidade coletiva, soma-se a propaganda do regime, com o seu discurso marcadamente influenciado por uma releitura da cultura popular¹⁹.

Para além do discurso de reafirmação da sua “lealdade à Pátria”, configurado nos cerimoniais praticados pela colónia no Brasil e na persistência da perpetuação dos seus dados culturais de origem, o emigrante pratica um tipo de discurso mais “direto”, revelador do seu ideal de total envolvimento na realidade portuguesa, o da manifestação de apoio. Nestes momentos, a sua cidadania passiva é deixada de lado, dando lugar à afirmação política assumida como uma forma de “defesa da Pátria”, apesar do cuidado da colónia em “adaptar” o seu posicionamento ao quadro da realidade que vivencia no Brasil²⁰. Assim sendo, as manifestações de apoio à política do Estado salazarista, realizadas em terras brasileiras ou em solo português, são transformadas em verdadeiros “rituais” simbólicos que atestam a fidelidade do emigrante ao sistema. São, igualmente, verdadeiros espetáculos de propaganda do regime para o público brasileiro, que vê, nas ruas, as imagens de Salazar e da sua política serem defendidas pelos seus “patrícios” de além-mar²¹.

¹⁸ Esta peça de prata e marfim foi encomendada pela colónia brasileira ao ourives António Maria Ribeiro, ourives da cidade do Porto. A escultura pretende assinalar os principais momentos da História dos Descobrimentos Portugueses. Tendo por inspiração *Os Lusíadas*, representou Portugal na Exposição do Rio de Janeiro, em 1922, comemorativa do Centenário da Independência do Brasil. Exposta no Pavilhão Português da Feira de Amostras, realizada no evento, passou a integrar o acervo do Real Gabinete Português de Leitura no ano seguinte.

¹⁹ Heloísa Paulo, *Aqui também...* cit.

²⁰ Tomando por base o trabalho de T. H. Marshall. *Cidadania, classe social e status*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967, e as reflexões acerca da cidadania desenvolvidas por Marilena Chauí. *Cultura e democracia*. São Paulo, Editora Moderna, 1984.

²¹ É o caso da série de manifestações que, em 1954, protestam contra as pretensões de Nehru de anexar as possessões portuguesas na Índia. Sobre o tema, ver, entre outros, Heloísa Paulo, “Uma abordagem do problema colonial pela oposição antisalazarista: a “questão indiana” e os

Neste processo de imagens, uma deve ser destacada, pelo relevo e pela dimensão que alcança na colônia: a imagem do Presidente do Conselho. Longe de ser, para o emigrante, mais um homem no poder em Portugal, Oliveira Salazar, graças à imagem que o regime dele apresenta, é alguém com um passado bem semelhante ao seu. A ascensão do filho de um feitor de Santa Comba Dão, feito “doutor” e, finalmente, Presidente do Conselho, é, para muitos membros da colônia, assimilado à sua própria história de vida. Assim sendo, a identificação entre as duas trajetórias, presente na maioria das obras destinadas ao público da colônia portuguesa do Brasil, não é despropositada, nem tampouco desprovida de sentido. A imagem de Oliveira Salazar, objeto de culto na colônia, é, para estes emigrantes, a de um igual, um homem da aldeia que “venceu” na cidade, sem esquecer, contudo, as suas origens. E se, para o emigrante, Salazar é “um dos seus”, o regime que encabeça deve ser o de todo os emigrantes. Desta forma, a colônia, integrada no ideário salazarista, está investida de uma “missão”, ou seja, representar Portugal, e defender o regime de Salazar, que passa a ocupar um lugar de destaque nos seus cultos cívicos e nas suas manifestações coletivas.

Consequentemente, quando os oposicionistas lhes oferecem uma outra imagem de Portugal, contrária ao regime de Lisboa, a resposta é, normalmente, negativa. Na verdade, para além do conservadorismo construído ao longo dos anos e da sua ascensão social, o emigrante deseja, em última instância, ouvir e ver a imagem idealizada de um país que deixou para trás, em busca de dias melhores. Do tempo de ontem, da miséria do campo, que o forçou a emigrar, resta uma memória depurada, na qual a tónica maior reside nos momentos bons, nas “marcas” deixadas pelo ciclo do mundo rural, com as suas festas e com as comemorações dos eventos importantes. O tempo vivido no Brasil, a memória dos primeiros anos e das dificuldades passadas, sobretudo para aqueles que conseguiram um padrão médio de vida, fazem com que se sintam próximos dos discursos mais conservadores, como o anticomunismo, próprio do regime, mas também característico dos meios médios urbanos brasileiros na década de cinquenta. Do regime vigente em Portugal, na verdade, ele pouco conhece da sua atuação concreta e dos seus reais efeitos na sociedade portuguesa.

A cidadania “possível” oferecida pelo salazarismo ao emigrante é marcada pela evocação dos valores culturais do regionalismo português e pela lealdade política ao regime que o promoveu como parte integrante da nova ideia de “Nação”. Em resposta, os emigrantes demonstram a sua solidariedade,

exilados no Brasil”, F. Rollo, M. Ribeiro, A. Pires e Nunes, J. P. (coord.), *Actas do Iº Congresso de História Contemporânea*, 2010, Lisboa (<http://hdl.handle.net/10362/10684>).

afirmando, pela ligação ao ideário oficial do Estado, a sua “lusitanidade” e “presença” nas questões relacionadas com Portugal. Quando, em 1954, a invasão de Nagar Aveli e Dandrá suscita a reacção do governo salazarista em defesa da presença portuguesa na Índia, é em nome da “glória de um Portugal maior” e dos valores cristãos portugueses que o “patrício” vai para as ruas do Rio de Janeiro apoiar o regime, reafirmando, frente à sociedade brasileira, a sua identidade. Tantas vezes mal visto neste meio, ele pode, enfim, exteriorizar o seu “orgulho” de ser português e demonstrar que, afinal, Portugal não é uma terra “ruim”, pobre, ou pequena. Desta forma, afirma a sua cidadania e a sua inserção nos postulados do regime de Lisboa²².

2. O não-cidadão: a negação da cidadania aos opositores ao salazarismo

“Al margen del grado e integración alcanzado, para el “verdadero” exilado la dimensión política se convierte así en su misma razón de ser, en una seña de identidad a la que no cabe, por tanto, renunciar.”²³

Para os regimes fascistas, a perda voluntária da nacionalidade, em especial por parte daqueles que compõem a comunidade emigrante no estrangeiro, representa um grave “atentado” à integridade da Nação, necessitada do apoio de todos os seus membros. No entanto, há um contingente para quem a perda da nacionalidade é um ato imposto pelo próprio regime. Os opositores antifascistas são comumente designados por “não-nacionais”, inimigos que são de uma “Nação” que só o Estado vigente pode defender²⁴.

Em Portugal, a partir da implantação da Ditadura Militar, a preocupação com a desnacionalização do emigrante é uma constante no discurso legal ou institucional sobre a emigração promovido no seio do regime, ou ainda, pelos seus adeptos. No texto de alguns decretos, como o Decreto n.º 13 367, de 28 de Março de 1927, que regula a situação dos refratários da Grande Guerra, fica patente a necessidade de vinculação ao país como reforço do nacionalismo. Em 1935, um dos objetivos da Comissão de estudos relativos às colónias de portugueses no estrangeiro é o estudo das “causas que possam concorrer

²² *Idem*.

²³ Milagrosa Romero Samper, *La Oposición durante el franquismo/3. El exilio republicano*. Madrid, Encuentro, 2005.

²⁴ Heloísa Paulo, A identificação do inimigo: a propaganda oposicionista e os ataques ao salazarismo (1930-1974), in Alberto Pena Rodriguez e Heloísa Paulo (ed.), *A cultura do poder. A propaganda nos estados autoritários*, Coimbra, Imprensa da Universidade. 2016, p. 43-454.

para a sua desnacionalização e os meios de a ela obstar, mantendo vivo o sentimento português”²⁵.

Paralelo ao objetivo de salvaguardar o nacionalismo nas colônias de emigração, há o de coibir a atuação daqueles que, em dissonância com o regime de Lisboa, partem de forma voluntária ou não para outros países. A emigração política é a primeira ameaça concreta contra o Estado português ditatorial, pois é no seio das associações políticas no exterior que aparecem as primeiras manifestações contrárias ao governo português a partir de 1926. As autoridades consulares não fazem valer o seu poder de influência para demandar todo um processo de coibição e controlo destas associações por parte dos governos das sociedades receptoras. São inúmeros os ofícios expedidos por diversos consulares a relatarem os expedientes desenvolvidos junto das autoridades locais para proibirem associações e publicações, dirigidas por emigrados e exilados, contrárias ao Estado Novo²⁶.

No entanto, com relação ao emigrado político nada pode ser feito de concreto pela perda formal do seu direito à cidadania, ainda que seja a imposta pelo regime. Ele está livre para retornar ao país, sendo reconhecido formalmente como nacional. No entanto, tal não acontece com aqueles que são obrigados a exilar-se. As razões da sua ida definem o limite da sua cidadania, já que podem ser “notificados para abandonarem o território nacional”, como foi o caso de Jaime Cortesão e Jaime de Morais, ou ainda, simplesmente saírem de forma clandestina do país, após um mandato de captura ou prisão, no caso dos exilados das décadas de cinquenta e sessenta. Neste último caso, a maioria das vezes, a perseguição legal movida pelo regime de Lisboa impede a legalização de qualquer documento junto às autoridades consulares portuguesas, levando muitos exilados à condição de apátridas²⁷.

Impedido de retornar e sem nenhum dos alegados direitos atribuídos aos cidadãos do regime, o exilado pode até possuir um registo consular, mas nunca será considerado um “nacional” pelas autoridades do seu país. Ele é classificado como “traidor”, sendo constantemente rotulado de “comunista” ou “anarquista”,

²⁵ Item 3 do Artigo 70.º do Decreto n.º 26 162, de 28 de Dezembro de 1935, in *Diário do Governo*, I.ª série, n.º 302, 28 de Dezembro de 1935, p. 1947.

²⁶ Heloísa Paulo, “A militância oposicionista portuguesa exilada na América Latina e a diplomacia de Salazar: a presença do regime no exílio”, in *Actas da II Jornadas de Trabajo Exilios Políticos del Cono Sur en el Siglo XX*, Montevideo. 2014, p. (<http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar/actas-publicadas>).

²⁷ Heloísa Paulo, “Exilados e imigrantes: exílio, sobrevivência e luta política” in Alda Mourão e Ângela Castro Gomes (coord.), *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2014, p. 455-470.

termos aos quais a propaganda oficial atribui uma carga negativa e marcada pelo interesse pessoal colocado sempre em primeiro plano e em detrimento do interesse coletivo²⁸.

Por outro lado, opositor ao regime não aceita a delimitação da cidadania imposta pelo regime, assim como a ideia de ordem edificada em torno do ideal de uma “Nação abstrata”. No exílio, a sua identidade é reconstruída a partir dos valores políticos que defende, apesar da sua identificação com muitas das características do salazarismo utilizadas para identificar o “ser português”²⁹.

Neste sentido, os elementos que compõem a estrutura da identidade nacional dos republicanos exilados, também presentes no conjunto de valores do salazarismo levam à vivência de situações contraditórias por partes dos opositores do regime no exílio. A questão do colonialismo é um dos pontos delicados para a oposição, quando a questão dos movimentos independentistas começa a surgir nos territórios ditos coloniais. A ideia de um Portugal formado por colónias é um dado adquirido, tanto para os velhos republicanos como para o regime, e, em nenhum dos casos, a ideia de “usurpação de um território alheio” aparece associada ao processo da expansão colonial portuguesa. Assim sendo, quando Nehru ameaça invadir Nagar-Aveli e Dadrá, os exilados republicanos confrontam-se com a contradição entre o apoio ao regime, a permanência de valores coloniais na definição que defendem de Pátria e o posicionamento político democrático, que defende o direito à soberania dos Estados:

“[...] O silêncio seria caso de traição à Pátria e eu já estou cansado desse velho emprego. E o patriotismo de Alcabideche seria ridículo! Tenho para mim uma fórmula sucinta: Portugal tem *direito pleno* a Goa, que não desmembrou de nenhum reino ou Império. Mas o Nehru *tem razão* em não querer nenhum espinho no corpo da sua grande Nação”.³⁰

²⁸ Heloísa Paulo, “A identificação do inimigo: a propaganda oposicionista e os ataques ao salazarismo (1930-1974)”, cit.

²⁹ Sobre a questão da identidade do exilado são inúmeras as reflexões filosóficas, sociológicas e culturais, que abrangem um grande leque de trabalhos, desde a obra de Edward Said, *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003, até os inúmeros estudos sobre o exílio republicano espanhol e os exílios latino-americanos contemporâneos. Somente em alguns deles a questão da identidade política é tratada com alguma relevância. Para uma abordagem multidisciplinar e extraterritorial ver, entre outros, Ariel Arnal “El asqueroso olor de la tortilla. sumas y restas en la construcción identitaria del exiliado chileno en México”, in Josep Sánchez Cervelló y Alberto Reig Tapia (coords.), *Exílios en el mundo contemporáneo: vida y destino*. México, UAM, SIMO, URV, 2016, p. 286-301.

³⁰ Carta de Moura Pinto a Jaime de Morais, 12 de Agosto de 1955, AJM, FMS.

No entanto, a sua condição de exilado não deixa de ser sempre um forte componente na definição de pertença nacional, pois ele não só pertence ao território e ao universo cultural do seu local de origem, mas está permanentemente preso ao seu passado político. Neste sentido, a figura do opositor e do combatente ser assimilada como o exemplo máximo do verdadeiro ideal de cidadania e de portuguesismo.

“[...] Eu acho que ser português é ser republicano. Portugal, hoje, é dos Carmonas e Salzares. Não é dos republicanos. Quando tornar a ser, lá estarei, republicano e português como sempre, a lutar pelo progresso da minha pátria”³¹

3. Conclusão: da cidadania passiva à sua negação

Para os regimes autoritários e, nomeadamente para o Estado Novo de Salazar, o conceito de cidadania está subordinado aos parâmetros de uma fidelidade total às imposições de um Estado forte que, supostamente, geria os conflitos internos, estabelecendo a harmonia através de uma visão corporativa do papel dos indivíduos. Este “cidadão” do regime ganha rosto e características que se coadunam com os estereótipos regionais, elevados à categoria de símbolos nacionais, com os demais valores históricos e culturais que marcam a sociedade portuguesa nos séculos XIX e XX.

A defesa de uma “Nação”, expressa no lema do regime, “Tudo pela Nação, nada contra Nação”, diz respeito à integração total do indivíduo ao conjunto de regras ditadas pelo Estado; mas também é uma espécie de afirmação de coesão de uma sociedade em torno de um ideal. Neste processo de coesão, a construção de uma imagem para a cidadania torna-se fundamental para a difusão do ideário do regime. Se os ideólogos do regime definem os valores da cidadania e da liberdade do cidadão, a visão do nacionalismo, a partir do universo cultural e histórico dos diversos segmentos regionais do país, sedimenta esta imagem de cidadania para o público. O “cidadão” que fornece apoio ao regime tem “rosto”, ele é o campino, o pescador ou outro elemento que sinta pertencer ao universo de estereótipos trabalhados pela propaganda oficial. Negar estes valores torna-se difícil até mesmo para os opositores.

Na verdade, e não só em Portugal, toda a propaganda fascista, elaborada a partir do apelo aos valores tradicionais do mundo rural, encontra profundo eco

³¹ Declarações de João Martins Ribeiro, in. *Portugal Republicano*, 29 de Outubro de 1932, p. 8.

entre a população. Ela é de tal forma “emotiva” que leva Massimo Salvadori, um antifascista radicado nos Estados Unidos nos anos trinta, a admitir a impossibilidade de atuar contra esta espécie de mensagem que, apesar de seu posicionamento e visão crítica, o comovia: “perciò ogni attacco lanciato contro Mussolini e il suo governo veniva sentito come un insulto diretto contra la stessa Italia”³².

No entanto, a chave para responder a esta espécie de “apelo” são os valores políticos defendidos por exilados ou emigrados políticos. A esperança do retorno aos antigos ideais republicanos, ou ainda, a construção de uma outra ordem política no país de origem, que permita o fim dos exílios, surge como pano de fundo para a argumentação dos opositores antissalazaristas no exterior. As imagens idílicas das aldeias são combatidas com a crítica das condições miseráveis vivenciadas no meio rural, opondo uma visão mais realista da vida sob o regime aos cartazes da propaganda oficial.

³² Citado por John Diggins, *L’America, Mussolini e il fascismo*. Roma-Bari, Laterza, 1982, p. 98.

Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)

The Exodus of White Settler Minorities from Portuguese Africa: Causes and Driving Forces (1974/1975)

FERNANDO TAVARES PIMENTA

Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra-CEIS20
Instituto Português de Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa
fernandopimenta_2000@yahoo.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2017

Texto aprovado em/Text approved on: 19/04/2017

Resumo:

Neste artigo analisamos as causas do êxodo das minorias brancas de Angola e de Moçambique durante o processo de descolonização português. O nosso objetivo é compreender o contexto histórico e político que enformou o êxodo dessas populações e, muito especialmente, demonstrar as razões que determinaram a fuga de cerca de meio milhão de colonos brancos para Portugal. Demonstramos assim que o êxodo da população branca foi o resultado de um conjunto de condicionantes – entre as quais a violência racial – e de opções políticas que não tiveram em devida consideração as especificidades sociais e culturais dessa população que, pela sua condição de estrato colonizador, não se situava no mesmo plano político da maioria colonizada.

Palavras-Chave:

Descolonização, Angola, Moçambique, Deslocados, Colonos Brancos.

Abstract:

In this article we analyze the causes of the white settlers' exodus from Angola and Mozambique during the Portuguese decolonization process. Our scope is to understand the historical and political context that shaped the settlers' exodus and, especially, to demonstrate the reasons that determined the flight of about half a million white refugees to Portugal. Thus, we will show that the exodus of the white population was the result of a set of constraints, including racial violence, and of political choices that did not take into account the social and cultural background of the white minority that, because of its colonial status, wasn't on the same political plane of the colonized majority.

Keywords:

Decolonization, Angola, Mozambique, Displaced Persons, White Settlers.

Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975)¹

Neste artigo analisamos as causas do êxodo das minorias brancas das duas principais colónias portuguesas em África, ou seja, Angola e Moçambique. O nosso objetivo é compreender o contexto histórico e político que enformou o êxodo dessas populações e, muito especialmente, demonstrar as razões que determinaram a fuga de cerca de meio milhão de colonos brancos para a ainda metrópole durante a descolonização. Para o efeito, colocamos em perspetiva os processos de implosão das sociedades coloniais brancas da África Portuguesa, tendo em consideração o papel de vários agentes político-militares, nomeadamente do Estado Português, do Movimento das Forças Armadas (MFA), das guerrilhas africanas e dos movimentos políticos formados por brancos. Em termos cronológicos, focamos fundamentalmente o biénio relativo à derrocada do Império colonial, ou seja 1974/1975, ainda que o êxodo se tenha prolongado – mas de forma muito menos intensa – até ao final da década de 1970, em particular no caso de Moçambique.

Por sua vez, convém desde já salientar que o êxodo das minorias brancas das colónias portuguesas permanece um assunto pouco estudado², inclusivamente pelos historiadores que se debruçaram sobre a descolonização portuguesa³, sendo na maior parte das vezes objeto de um exame sucinto e pouco problematizador dos factos históricos. A este respeito, constituem exceções os trabalhos pioneiros de Rita-Ferreira⁴, sobre o caso moçambicano, e de Rui Pena Pires⁵, cuja análise é essencialmente de cariz sociográfico. Falta, contudo, uma obra de carácter estrutural sobre o tema e que aborde a questão numa perspetiva comparada. De facto, o êxodo das minorias brancas deve ser entendido no contexto mais lato

¹ Agradeço à Dra. Guilhermina Mota a leitura e revisão do texto.

² Ao invés, o tema tem inspirado um conjunto apreciável de obras de ficção literária, bem como alguns trabalhos jornalísticos, com um significativo sucesso editorial. A título de exemplo veja-se: Dulce Maria Cardoso, *O Retorno*, Lisboa, Tinta da China, 2011.

³ Sobre a descolonização portuguesa veja-se: Norrie Macqueen, *A descolonização da África Portuguesa*, Lisboa, Inquérito, 1998; António Costa Pinto, *O fim do Império Português. A cena internacional, a guerra colonial e a descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001; Tiago Moreira de Sá, *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*, Lisboa, Dom Quixote, 2011; Fernando Rosas, Pedro Aires de Oliveira e Mário Machaqueiro (ed.), *O Adeus ao Império – 40 anos de descolonização*, Lisboa, Nova Vega, 2015.

⁴ A. Rita-Ferreira, “Moçambique post-25 de Abril. Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática” in AA.VV., *Moçambique: cultura e história de um país*, Coimbra, Instituto de Antropologia, 1988, p. 121-169.

⁵ Rui Pena Pires, *Os retornados: um estudo sociográfico*, Lisboa, IED, 1984.

do fim dos Impérios coloniais europeus após 1945. Assim, a descolonização foi caracterizada por fluxos migratórios de deslocados coloniais para as respetivas metrópoles, particularmente nas colónias com maior número de brancos, as chamadas colónias de povoamento europeu. Para além das colónias portuguesas, esses fluxos de deslocados aconteceram, por exemplo, na Líbia italiana, no Congo belga, na Argélia francesa e, embora de forma mais gradual, no Quênia e na Rodésia do Sul (Zimbabwe), ambas colónias britânicas. Porém, o caso português foi proporcionalmente o mais significativo, pois o número de deslocados desembarcados na metrópole representou um quantitativo superior a 5% do total da população metropolitana. Em números absolutos, foi o segundo maior êxodo de brancos coloniais, apenas superado pelo mais de um milhão de franceses – os chamados *pieds noirs* – que abandonaram a Argélia em 1962⁶.

Dito isto, vejamos alguns dados demográficos sobre as populações brancas da África Portuguesa. Segundo o IV Recenseamento Geral da População ultramarina (1970), os brancos eram cerca de 290.000 em Angola e 162.967 em Moçambique, constituindo respetivamente 5,1 % e 2,0% do total das populações dessas colónias. Os brancos angolanos constituíam então a segunda maior comunidade branca da África Austral, logo atrás da sul-africana e à frente da rodesiana (*vide* Quadro I). Em ambas as colónias portuguesas, o número de colonos continuou a aumentar de forma acelerada até 1974. Neste ano, os brancos seriam cerca de 335.000 em Angola e quase 200.000 em Moçambique. Este crescimento exponencial foi motivado pela política de fomento do povoamento branco com famílias provenientes da metrópole nos últimos anos da dominação colonial. O Estado Novo promoveu a instalação dessas famílias através da Junta de Povoamento do Ultramar e mediante a criação de um conjunto lato de novos colonatos, sobretudo nas melhores zonas agrícolas dos planaltos ou nos vales dos rios Cunene (Angola) e Limpopo (Moçambique)⁷.

⁶ Charles-Robert Ageron et M. Michel (ed.), *L'ère des décolonisations*, Paris, Éditions Karthala, 1995.

⁷ Ao longo do século XX, o ritmo de crescimento da população branca das duas colónias portuguesas não foi constante, tendo conhecido uma clara aceleração após 1945. Em Angola, os brancos passaram de 20.700 em 1920, para 30.000 em 1930, 40.000 em 1940, 78.000 em 1950, 172.000 em 1960 e 290.000 em 1970. Em Moçambique, os brancos passaram de 17.842 em 1928, para 27.438 em 1940, 48.213 em 1950, 97.245 em 1960 e 162.967 em 1970. Sobre o povoamento branco da África Portuguesa veja-se: Cláudia Castelo, *Passagens para África. O povoamento de Angola e de Moçambique com naturais da metrópole*, Porto, Afrontamento, 2007; Fernando Tavares Pimenta, “Emigração madeirense para Angola e Moçambique (1930-1948). O Caso do Arquivo da Agência Ferraz”, *Isleña*, n.º 54, (2014), p. 93-110.

Quadro I – Proporção da população branca em relação à população total de alguns territórios de povoamento europeu na África Austral em 1970⁸

Território	População Branca		População Total
África do Sul	3.773.000	17,3%	21.794.000
Angola	290.000	5,1%	5.673.046
Rodésia do Sul	271.000	4,5%	5.971.000
Moçambique	162.967	2,0%	8.168.933

No entanto, este cenário de incremento demográfico inverteu-se logo após o 25 de Abril de 1974. No espaço de um ano e meio, a maioria dos colonos abandonou os dois territórios, gerando um fluxo de deslocados para a metrópole e, em grau menor, para os países vizinhos, nomeadamente para a África do Sul e a Rodésia. Um número apreciável de brancos, sobretudo provindos de Angola, foi para o Brasil. Não dispomos de valores exatos do número de deslocados nesses países, mas temos valores bastante aproximados relativamente ao êxodo para Portugal. Segundo o XII Recenseamento Geral da População Portuguesa (1981), o número de deslocados provenientes das colónias teria sido 471.427. Este valor não inclui os indivíduos que, tendo vindo inicialmente para a metrópole, depois emigraram para outros países, bem como os que faleceram nos anos anteriores à realização do recenseamento. De Angola teriam vindo 290.504 indivíduos, ou seja 61,6% do total, e de Moçambique 158.945, ou seja 33,7%. Um número diminuto de deslocados – cerca de 21.975 (4,7%) – proviria de outras colónias, nomeadamente da Guiné-Bissau, de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste. Segundo o mesmo censo, quase dois terços dos deslocados teriam nascido em Portugal, mais precisamente 298.848 indivíduos (63,4%). Ao invés, 164.346 (34,9%) seriam naturais das ex-colónias e 8.233 (1,7%) doutros países⁹.

Uma vez chegados à metrópole, esses deslocados foram designados – sem distinção de naturalidade – de “retornados”. Esta expressão está profundamente enraizada no léxico popular, em larga medida devido ao facto do governo

⁸ Sobre os dados demográficos veja-se: Fernando Tavares Pimenta, *Angola. Os Brancos e a Independência*, Porto, Afrontamento, 2008, p. 461.

⁹ Cf. Rui Pena Pires, “O regresso das colónias”, in Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (ed.), *História da Expansão Portuguesa*, vol. V. *Último Império e recentramento, 1930-1998*, Lisboa, Temas e Debates, 2000.

português ter criado um Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), pelo decreto-lei n.º 169/75, de 31 de março de 1975. Mas a utilização dessa expressão é contestada por muitos desses alegados “retornados”, nomeadamente pelos que, não tendo nascido na metrópole, não conheciam outra “pátria” que não os territórios africanos, sendo que alguns nunca teriam vindo sequer à Europa. De facto, pelo menos um terço dos chamados “retornados” não nasceu em Portugal. Mais recentemente, tem-se generalizado, pelo menos na comunicação social, o termo “refugiados” para denominar os deslocados das colónias. No entanto, a classificação de “refugiados” coloca alguns problemas do ponto de vista do direito internacional, na medida em que os deslocados coloniais não reentram nos parâmetros definidos pela Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951¹⁰. Com efeito, essa Convenção define os refugiados como pessoas que estão fora do seu país de nacionalidade “devido a fundados temores de perseguição”. Ora, os deslocados das colónias movimentaram-se dentro do espaço imperial português, não atravessando por isso uma fronteira internacional, sendo nacionais e cidadãos de pleno direito do território de destino (Portugal). Por isso, aplica-se-lhes melhor a “classificação” de deslocados, ou seja pessoas que foram constrangidas a deixar as suas casas, mas que não cruzaram nenhuma fronteira internacional. Isto é, a deslocação – ou, por assim dizer, a fuga – aconteceu dentro do mesmo país. Contudo, importa salientar que o êxodo para a metrópole de cerca de meio milhão de pessoas provenientes das colónias africanas apresenta especificidades próprias dos fluxos de deslocados coloniais. Tal como nos casos dos belgas no Congo ou dos franceses na Argélia, o êxodo dos colonos portugueses implicou uma viagem sem retorno de milhares de quilómetros, entre dois continentes, da África para a Europa, para uma terra que, sendo formalmente parte do mesmo país, era muitas das vezes estranha a boa parte dos deslocados. E, cronologicamente, aconteceu no momento em que a construção imperial estava em processo de dissolução, com a consequente

¹⁰ No termos da referida Convenção, o estatuto de refugiado é reservado à pessoa “que temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da protecção desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”. A Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados foi adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n.º 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954, de acordo com o artigo 43. Cf. *Série Tratados da ONU*, n.º 2545, vol. 189, p. 137.

amputação dos territórios de origem do fluxo migratório (as colónias) ao todo nacional, doravante adstrito à metrópole.

Por fim, refira-se que, concomitante ao êxodo dos brancos, ocorreu a fuga de um número significativo de mestiços e de africanos de origem indiana, bem como de alguns negros, que optaram por viver na metrópole¹¹. Isto é, nem todos os deslocados eram brancos. E, no caso dos mestiços, a sua inserção na sociedade portuguesa foi facilitada pela Lei da Nacionalidade de 1975 (Decreto-lei n.º 308-A, de 24 de Junho de 1975), que estipulou a nacionalidade para os indivíduos provindos das (ainda) colónias portuguesas com base no critério da ascendência. Este critério excluiu a população negra, ou seja a grande maioria da população africana, mas permitiu o reconhecimento da nacionalidade portuguesa aos brancos e aos mestiços nascidos nas colónias, mas com ascendentes (pais, avós) portugueses. Além disso, os indianos residentes em Moçambique, mas naturais do Estado Português da Índia, também puderam manter a nacionalidade portuguesa. Não cabe no âmbito deste artigo fazer a história da fuga para a metrópole deste “subgrupo” mestiço (e indiano) no seio da população deslocada. Mas importa ressaltar a sua presença no quadro maior do êxodo dos deslocados coloniais para Portugal.

Feitas estas considerações, vejamos então o contexto histórico-político que enformou o êxodo das minorias brancas¹².

O 25 de Abril e a descolonização

O 25 de Abril de 1974 criou as condições para a realização da descolonização do Império Africano. Inicialmente, o Estado Português deu a entender que o processo de descolonização obedeceria a princípios democráticos, garantindo a participação de todas as correntes políticas e estratos demográficos, incluindo os brancos. Esta pretensão foi alimentada principalmente pelo General António

¹¹ Stephen C. Lubkemann, “Unsettling the Metropole: Race and Settler Reincorporation in Postcolonial Portugal”, in Caroline Elkins; Susan Pedersen (ed.), *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*, New York, Routledge, 2005, p. 257-270.

¹² Utilizamos aqui a expressão “minorias brancas” com base num critério demográfico e com a ressalva de que estas não constituíam um bloco homogêneo do ponto de vista social, político e identitário. Porventura, alguns brancos não se viam a si próprios como tal; e outros casos havia em que mestiços, indianos e até alguns negros assimilados se consideravam a si mesmos brancos em virtude da enorme distância social que os separava da imensa maioria da população indígena. Sobre a questão das identidades sociais e políticas dos brancos coloniais veja-se: Fernando Tavares Pimenta, *Angola no Percurso de um Nacionalista. Conversas com Adolfo Maria*, Porto, Afrontamento, 2006, p. 7-27.

de Spínola, na qualidade de Presidente da Junta de Salvação Nacional e, depois, de Presidente da República, mas também pelo I Governo Provisório liderado por Palma Carlos¹³.

No entanto, não havia consenso quanto à questão da descolonização no seio do novo poder revolucionário, havendo duas linhas antagónicas. Por um lado, havia a linha encabeçada por Spínola, que defendia a formação de uma federação de Estados entre a metrópole e as colónias, cuja aprovação seria submetida – por referendo – ao escrutínio das populações coloniais. Caso a solução federal fosse rejeitada nas urnas, as colónias acederiam à independência de forma pacífica e ordeira, após um período de transição¹⁴. Por outro lado, havia uma linha mais “revolucionária”, em maioria no seio do Movimento das Forças Armadas (MFA), e que contava com o apoio do General Costa Gomes e dos partidos de esquerda. Esta linha considerava que não havia condições objetivas para manter um exército em África a fim de assegurar a aplicação do plano de Spínola, nem isso era desejado pela maioria da população metropolitana, que estava cansada da guerra. Neste sentido, defendia a independência imediata das colónias mediante a transferência de poderes diretamente para as mãos das guerrilhas nacionalistas. Além disso, não atribuía qualquer legitimidade política a outros movimentos que não os que efetivamente tivessem feito a guerra. Isto é, considerava que a guerra tinha dado às guerrilhas uma espécie de legitimidade revolucionária que não era compartilhada por quaisquer outros movimentos políticos. De referir que este também era o entendimento da generalidade da comunidade internacional. Por isso, as grandes potências, a maioria dos países europeus, sobretudo os de orientação marxista e social-democrata, a Organização de Unidade Africana, o Comité de Descolonização das Nações Unidas defendiam a realização de uma descolonização rápida através da passagem de poderes para as guerrilhas nacionalistas que teriam, por assim dizer, uma legitimidade política acrescida face a quaisquer outros movimentos aparecidos depois do 25 de Abril de 1974¹⁵. E foi precisamente este entendimento que acabou por triunfar em setembro de 1974¹⁶.

¹³ António de Spínola, *Ao serviço de Portugal*, Lisboa, Bertrand, 1976, p. 12-14 e 29-30.

¹⁴ António de Spínola, *Portugal e o futuro*, Lisboa, Arcádia, 1974. Sobre o spinolismo veja-se: Francisco Bairrão Ruivo, *Spinolismo: viragem política e movimentos sociais*, Lisboa (Tese de doutoramento em História apresentada à FCSH), 2014.

¹⁵ Pedro Aires Oliveira, “A descolonização portuguesa: o puzzle internacional” in Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira (ed.), *O Adeus ao Império. 40 anos de descolonização portuguesa*, Lisboa, Nova Vega, 2015, p. 70-71.

¹⁶ Fernando Tavares Pimenta, *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização, 1890-1975*, Porto, Afrontamento, 2010, p. 135-139.

De facto, a estratégia spinolista não logrou obter resultados satisfatórios, na medida em que as tentativas de conversações com as guerrilhas falharam por completo, à exceção do caso da UNITA, que assinou umas tréguas com os portugueses em 17 de junho de 1974. Para além disso, em 9 de julho de 1974, Palma Carlos resignou ao cargo de Primeiro-Ministro, na sequência da rejeição pelo Governo Provisório da sua proposta para avançar com as eleições presidenciais ainda em 1974. A Palma Carlos sucedeu um governo liderado por Vasco Gonçalves, um militar de esquerda, próximo do PCP, que acentuou a pressão para uma mudança da política colonial. Pressionado pelo governo, pelos partidos de esquerda, pelo MFA e por uma parte significativa da comunidade internacional, que via o Império Português como uma realidade desfasada da História, Spínola teve de aceitar a realização de modificações na sua estratégia colonial.

Neste sentido, em 26 de julho de 1974, Spínola promulgou uma nova Lei Constitucional, a lei n.º 7/74, que reconheceu “o direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a aceitação da independência dos territórios ultramarinos”. Da mesma forma, o projeto federalista foi posto de parte. Mas o Presidente da República ainda tentou chamar a si a condução do processo de descolonização de Angola, que era a colónia que tinha o maior número de brancos e a que estava mais bem controlada do ponto de vista militar, uma vez que as guerrilhas ainda em luta (MPLA e FNLA) estavam muito enfraquecidas. Mas o malogro da “Manifestação da Maioria Silenciosa”, em 28 de setembro de 1974, convocada para reafirmar a supremacia política do Presidente da República, ditou o afastamento de Spínola da Presidência, em 30 de setembro de 1974. O General Costa Gomes assumiu então o lugar de Presidente da República¹⁷.

Claramente, a evolução da situação política metropolitana condicionou largamente o processo de descolonização. Vejamos então em maior detalhe a evolução do processo, primeiro em Moçambique, por uma questão cronológica, e depois em Angola.

Moçambique

O 25 de Abril suscitou uma grande efervescência política na sociedade moçambicana, em especial entre a população branca que acompanhou o desenrolar da revolução com curiosidade, mas também com receio pelo seu futuro

¹⁷ Public Record Office (PRO, Londres), FCO 9/2059, *Change of Government in Portugal*, October 1974.

no território¹⁸. Rapidamente surgiu um número elevado de partidos políticos, com posições divergentes relativamente à questão da independência. De facto, o novo poder revolucionário permitiu a constituição de formações partidárias, quer entre a população africana, quer entre a minoria branca. Entre a população africana teve um certo relevo o Grupo Unido de Moçambique (GUMO), cuja liderança era multirracial, e o Comité Revolucionário de Moçambique (Coremo), este último com uma existência anterior de tipo guerrilheiro. Entre a minoria branca, as formações politicamente mais significativas foram: o movimento dos Democratas de Moçambique, que reivindicou uma “total identificação ideológica com a Frelimo”; a Convergência Democrática de Moçambique, que defendeu a instituição de um regime parlamentar de inspiração social-democrata e, como tal, se opôs a qualquer tipo de ditadura ou regime de partido único; e a Frente Independente de Convergência Ocidental (FICO), que foi uma organização mais conservadora, anti-frelimista, cujo principal objetivo era garantir a continuidade da hegemonia europeia no território¹⁹.

No entanto, aquele que era considerado o líder mais destacado da comunidade branca, o engenheiro Jorge Jardim, político e empresário sediado na Beira, foi coibido de desenvolver atividades políticas. Antes do 25 de Abril, mais propriamente em setembro de 1973, Jorge Jardim tinha negociado com a Frelimo – por intermédio do Presidente Kaunda, da Zâmbia – uma espécie de acordo de princípios para a independência de Moçambique. Denominado de Programa de Lusaka, esse acordo nunca foi aceite por Marcelo Caetano e, a seguir à revolução metropolitana, foi renegado pela Frelimo. Impedido pelo poder revolucionário de viver em Moçambique, Jardim permaneceu inicialmente na metrópole como conselheiro do General Spínola. Mas, perante a emissão de um mandato de captura, fugiu para Espanha e depois para a África Austral, onde permaneceu em constante movimento entre o Malawi, a Suazilândia e a África do Sul²⁰.

Neste contexto, o movimento que teve maior impacto político no processo de descolonização foi o dos Democratas de Moçambique. Com a conivência das estruturas locais do MFA, os Democratas conseguiram ocupar posições chave na administração colonial. Assim, um dos seus líderes mais destacados

¹⁸ *Notícias*, n.º 16.122, 28 de Abril de 1974, p. 1 e 5.

¹⁹ Fernando Tavares Pimenta, “La decolonizzazione e l’indipendenza del Mozambico: coloni bianchi e movimenti nazionalisti”, *Storicamente. Laboratorio di Storia*, 12, n.º 26, (2016), p. 1-38.

²⁰ PRO, FCO 9/2065, *Relations Between Portugal and Africa*, 1974 (British High Commission, Blantyre, 31/07/1974). Cf. Jorge Jardim, *Moçambique terra queimada*, Lisboa, Intervenção, 1976, p. 91-135.

– o advogado António Almeida Santos – foi nomeado Ministro da Coordenação Interterritorial²¹ e outro dos seus dirigentes – o advogado Soares de Melo – foi indigitado Governador-Geral de Moçambique. Os Democratas também conseguiram controlar os principais meios de informação, em especial a imprensa da capital e a Rádio Clube de Moçambique. O controlo do aparelho do Estado colonial e dos meios de informação possibilitou-lhes levar a cabo uma intensa campanha política a favor da Frelimo²².

No entanto, o seu discurso radical, de crítica severa ao capitalismo e com laivos de marxismo, bem como a sua recusa em reconhecer a legitimidade de outras forças políticas que não a Frelimo, acabou por assustar a população branca. De facto, os Democratas procederam à demonização política de todos os que se opunham à entrega do poder em regime de monopólio à Frelimo²³. Todos os que exprimiam posições divergentes foram classificados de “colonial-fascistas”:

“Só aos colonial-fascistas, com efeito, a não transferência de poderes para a Frente de Libertação de Moçambique interessa. E porque assim é, não me cansarei de lançar este apelo: O Poder para a Frelimo! O Poder para a Frelimo! O Poder para a Frelimo!”²⁴.

Os Democratas contaram com o apoio do MFA para neutralizar os partidos rivais. Foi o caso da Convergência Democrática, que denunciou o perigo da instalação de uma ditadura de partido único caso o poder fosse transmitido exclusivamente para a Frelimo. Assim, a 28 de julho de 1974, na sequência duma reunião com a Comissão Coordenadora do MFA, a Convergência Democrática anunciou a suspensão das suas atividades, não sem antes denunciar o extremismo de quem tinha “fugido à discussão dos problemas”. Num derradeiro comunicado à população moçambicana, a Convergência Democrática denunciou a existência de “controlo ideológico” da imprensa e da rádio por parte de grupos políticos interessados em promover sistematicamente a imagem da Frelimo e em negar e denegrir outros pontos de vista²⁵.

²¹ O Ministério da Coordenação Interterritorial sucedeu ao Ministério do Ultramar, herdando a sua estrutura político-administrativa. Cf. António Almeida Santos, *15 meses no governo ao serviço da descolonização*, Lisboa, Asa, 1975.

²² Fernando Tavares Pimenta, “La decolonizzazione...”, cit., p. 16-19 e 27-28.

²³ *Notícias*, n.º 16.209, 28 de Julho de 1974, p. 1 e 5.

²⁴ *Notícias*, n.º 16.232, 21 de Agosto de 1974, p. 12.

²⁵ *Notícias*, n.º 16.210, 29 de Julho de 1974, p. 5.

Neste sentido, os Democratas de Moçambique, que afirmavam ter por objetivo preparar a minoria branca para a independência, canalizando o seu apoio para a Frelimo, acabaram por ter uma ação contraproducente, uma vez que alienaram as eventuais simpatias dos brancos, ao mesmo tempo que geraram fortes tensões no seio da comunidade.

Para além disso, a continuação da luta armada por parte da Frelimo, após o 25 de Abril, teve um impacto negativo na “psicologia” da maioria da população branca, acentuando os receios de eventuais retorsões depois da independência. Com efeito, a 3 de maio de 1974, a Frelimo decidiu aumentar a intensidade da luta armada contra a tropa portuguesa, de forma a explorar o ambiente de confusão gerado pelo golpe em Portugal. A Frelimo pretendia assim redobrar a pressão militar e psicológica sobre o lado português, de modo a entrar numa posição de força em eventuais negociações²⁶. A Frelimo rejeitou também a ideia de constituição de uma federação com Portugal e recusou a participação de outras forças políticas no processo de independência, reivindicando a exclusividade da representação política do povo moçambicano²⁷. Nas primeiras conversações havidas entre representantes portugueses e da Frelimo, em Lusaka, em 5/6 de junho de 1974, Samora Machel apresentou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Mário Soares, as três condições essenciais para o estabelecimento de um cessar-fogo: 1.º) o reconhecimento do direito à independência imediata de Moçambique; 2.º) o reconhecimento da Frelimo como única legítima representante do povo moçambicano; 3.º) a transferência do poder para as mãos da Frelimo²⁸.

As reivindicações frelimistas não foram bem acolhidas por Spínola, mas foram aceites pelo MFA. Para o MFA, o mais importante era colocar um ponto final na guerra, mesmo à custa de entregar o país de “mão beijada” à Frelimo. Assim, a 1 de julho de 1974, a Comissão Coordenadora do MFA em Moçambique exigiu a realização de conversações com a Frelimo e, dez dias depois, recomendou o reconhecimento da Frelimo como o mais válido representante do povo de Moçambique. A 23 de julho, o Governador-Geral de Moçambique informava Lisboa que as Comissões do MFA de Tete e de Cabo Delgado²⁹ tinham emitido um ultimato no qual ameaçavam declarar unilateralmente o cessar-fogo caso o governo português não o tivesse negociado até ao final do mês³⁰. Estas pressões tiveram uma influência significativa sobre

²⁶ Norrie MacQueen, *A Descolonização...*, cit., p. 159-160.

²⁷ *Notícias*, n.º 16.123, 29 de Abril de 1974, p. 1.

²⁸ Norrie MacQueen, *A Descolonização...*, cit., p. 164-167.

²⁹ Ao longo do texto, usamos a toponímia em voga na fase final do período colonial.

³⁰ Norrie MacQueen, *A Descolonização...*, cit., p. 161.

o processo político português, tendo contribuído para a promulgação da já referida Lei Constitucional n.º 7/74, a qual abriu as portas à independência das colónias. Daí que novas rondas negociais entre Portugal e a Frelimo tenham tido lugar logo a partir de 30 de julho de 1974, tendo o Estado Português cedido às pretensões da Frelimo.

Por outro lado, os receios da minoria branca foram agravados pelo ambiente de crispação política e social nas principais cidades. Uma onda de greves, de manifestações e de protestos varreu o território, o que teve graves repercussões na economia e até no abastecimento de géneros de primeira necessidade às populações. O crime e a violência contra pessoas e bens cresceram de forma exponencial. Grupos de bandoleiros espalharam o pânico nas zonas rurais do centro e do norte de Moçambique, causando numerosas vítimas entre negros, brancos, mestiços e indianos. Paralelamente, certas unidades militares portuguesas começaram a negociar acordos separados de cessar-fogo com os guerrilheiros, nomeadamente em Cabo Delgado e no Tete. Aliás, a guarnição militar de Omar, na fronteira com a Tanzânia, rendeu-se à Frelimo, tendo os soldados portugueses sido feito prisioneiros e evacuados para a Tanzânia. Foi um acontecimento com uma enorme repercussão mediática e que baixou ainda mais o moral da população branca³¹.

O êxodo dos brancos teve início em agosto de 1974, na sequência de uma tentativa de “limpeza étnica” por parte de grupos de africanos armados contra as minorias branca e indiana na região compreendida entre Quelimane e António Enes e, numa forma geral, na zona de Nampula. Ocorreram então ataques a povoações e a famílias brancas indefesas por parte desses grupos armados. A Frelimo negou qualquer envolvimento nos acontecimentos e nunca se conseguiu apurar com exatidão quem esteve por detrás dessa “onda de violência anti-branca”. Mas o facto é que o medo se apossou da população branca, de tal forma que, todas as semanas, estavam a sair da colónia cerca de mil brancos³².

Esta situação agravou-se em setembro de 1974, na sequência da assinatura do acordo de independência, em Lusaka, na Zâmbia. Assinado a 7 de setembro, o Acordo de Lusaka estabeleceu o reconhecimento português da independência de Moçambique e a transferência de poderes exclusivamente para as mãos da Frelimo, marcando a data da independência para 25 de junho de 1975. O Acordo definiu também a constituição de um Governo de Transição, formado por seis

³¹ *Idem*, p. 161.

³² *Notícias*, n.º 16.222, 10 de Agosto de 1974, p. 1; *Notícias*, n.º 16.225, 13 de Agosto de 1974, p. 1-2; *Notícias*, n.º 16.227, 15 de Agosto de 1974, p. 1.

ministros nomeados pela Frelimo e três por Portugal. O Governo de Transição seria chefiado por um Primeiro-Ministro indicado pela Frelimo. Portugal nomearia um Alto-Comissário, mas que não teria qualquer autoridade direta sobre o Governo de Transição³³. Por outro lado, o Acordo não salvaguardou os direitos da minoria branca, nem sequer o direito à nacionalidade moçambicana. De facto, muitas questões ficaram por resolver, entre as quais os direitos de propriedade e a segurança dos cidadãos portugueses residentes em Moçambique. Foram excluídas do processo de independência e tornadas ilegais todas as outras forças políticas, preparando assim o terreno para a criação dum regime de partido único³⁴. Tudo isto contribuiu para o aumento da desconfiança e da incerteza no futuro da maioria dos brancos, que julgaram não ter lugar no país depois da independência.

Neste contexto, o Acordo de Lusaka provocou uma reação imediata das forças políticas excluídas do processo de descolonização, nomeadamente da FICO e de alguns movimentos políticos formados por negros, como por exemplo o Partido de Coligação Nacional, que resultara da fusão do Coremo e do GUMO. Dirigentes políticos brancos – Gomes dos Santos, Hugo Velez Grilo, Gonçalo Mesquitela – e negros – Joana Simião, Uria Simango, Kawandame, Gumane – juntaram-se numa única plataforma política para impedir a aplicação do Acordo, o Movimento Moçambique Livre (MML). A este se associou uma organização paramilitar denominada “Dragões da Morte”. O MML desencadeou, no próprio dia da assinatura do Acordo, uma rebelião em Lourenço Marques (Maputo), ocupando a Rádio Clube de Moçambique e, momentaneamente, o aeroporto. O MML conseguiu mobilizar centenas de manifestantes que desfilaram nas ruas da capital a favor do movimento. Através da Rádio Clube, batizada Rádio Liberdade, os rebeldes apelaram à intervenção sul-africana, cujas tropas estavam estacionadas na fronteira, a escassos quilómetros de Lourenço Marques. Na Beira e em Vila Pery também houve manifestações de apoio aos insurretos. Jorge Jardim, então em Johannesburg, era considerado o líder dos rebeldes³⁵.

Do lado português houve inicialmente alguma reticência em atuar contra a rebelião. De facto, a polícia e as forças militares permaneceram “indiferentes” perante o desenrolar dos acontecimentos, abstendo-se de intervir a favor ou

³³ Luís Moita, “Não há uma mas várias descolonizações”, in Associação 25 de Abril, *Seminário 25 de Abril. 10 anos depois*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 289.

³⁴ AA.VV., “O acordo de Lusaka inconstitucional e antidemocrático não defende os interesses de Portugal e dos povos de Moçambique”, *Jornal Português de Economia & Finanças*, n.º 325, de 16 a 31 de Dezembro de 1974, p. 7-12.

³⁵ PRO, FCO 9/2503, *Overseas Territories of Portugal*, 1974. Cf. Jorge Jardim, *Moçambique...*, cit., p. 347-354.

contra os rebeldes. E o Presidente da República, General António de Spínola, optou por enviar delegados para conversar com os líderes da rebelião. Mas a situação política alterou-se rapidamente a desfavor dos rebeldes devido à ação do MFA e do General Costa Gomes. Assim, em 9 de setembro de 1974, Spínola, sob pressão do MFA, ratificou o Acordo de Lusaka, o que retirou aos insurretos qualquer esperança de apoio da parte do Presidente. Os sul-africanos também optaram por não intervir militarmente em Moçambique, oferecendo apenas asilo político aos revoltosos. Sem o apoio de verdadeiras forças militares, a rebelião estava condenada ao fracasso. No dia 11 de setembro, por ordem direta do General Costa Gomes, tropas paraquedistas portuguesas, provenientes do norte de Moçambique, colocaram um ponto final na rebelião, que provocou um número considerável de mortos e de feridos³⁶.

De facto, durante a revolta, grupos de extremistas brancos efetuaram *raides* aos subúrbios pobres da capital, disparando de forma indiscriminada sobre a população africana, com o objetivo talvez de a amedrontar e causando feridos e mortos. Mas estes ataques tiveram precisamente o efeito oposto, pois espoletou a violenta reação de milhares de populares negros que marcharam sobre a “cidade de cimento”, armados de catanas, paus, pedras e ferros, e “deixando um manto de destruição à sua passagem”. A este respeito, Benedito Machava, com base em relatos de alguns africanos que participaram nos acontecimentos, descreve um quadro particularmente “chocante” da forma como foram chacinados os brancos pela multidão em fúria: brancos assassinados no interior das respetivas casas ou queimados vivos, dentro de automóveis, quando tentavam fugir; mulheres esquartejadas; cadáveres abandonados nas ruas; etc. Dominada a custo por intervenção de um grupo de nacionalistas moçambicanos (o “Grupo Galo”, conotado com a Frelimo, mas não integrante da sua estrutura política), esta onda de violência provocou o terror entre a população branca de Lourenço Marques, conduzindo à saída apressada de milhares de brancos para a África do Sul e a Rodésia³⁷.

Embora de forma mais contida, a violência racial continuou nas semanas seguintes, por meio de agressões, roubos e destruição de bens e propriedades de

³⁶ Sobre o 7 de Setembro veja-se: Ricardo de Saavedra, *Aqui Moçambique Livre*, Johannesburg, Livraria Moderna, 1975; Clotilde Mesquitela, *Moçambique 7 de Setembro*, Lisboa, A Rua, 1976; Fernando Couto, *Moçambique 1974. O fim do Império e o nascimento da nação*, Lisboa, Caminho, 2011; Ribeiro Cardoso, *O Fim do Império: Memórias de um Soldado Português. O 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques*, Lisboa, Caminho, 2014.

³⁷ Benedito Machava, “Galo amanheceu em Lourenço Marques: o 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 106, Maio 2015, p. 72-75.

brancos. E, em 21 de outubro de 1974, na sequência de uma rixa entre militares portugueses, ocorreu uma nova “explosão” de violência, de depredações e de homicídios que afetou sobretudo a população branca. Cinquenta brancos foram mortos e muitos mais foram agredidos por grupos de “marginais” antes que a ordem fosse restabelecida em Lourenço Marques³⁸. Por consequência, mais alguns milhares de brancos fugiram para a África do Sul.

Estes acontecimentos impulsionaram o êxodo para Portugal de brancos, indianos, mestiços e até de alguns negros que não se identificavam com a Frelimo. A violência racial e o medo de retorsões foram claramente duas das principais causas do êxodo. De facto, durante anos, a propaganda salazarista incutiu o temor na população branca, descrevendo os guerrilheiros como um grupo de bandidos e de terroristas. Ora, a onda de violência que afetou muitos pontos do território moçambicano a partir de agosto de 1974, seguida dos distúrbios raciais espoletados pela rebelião de Lourenço Marques, não só confirmaram os receios da minoria branca, como acabaram por desencadear o seu êxodo. Por sua vez, os discursos radicais de Samora Machel, durante a sua “viagem triunfal” do Rovuma a Maputo, iniciada em maio de 1975, alarmaram ainda mais a minoria branca, que se sentiu hostilizada pelo máximo dirigente da Frelimo. Tal como sublinha a historiadora moçambicana Amélia Neves de Souto, os discursos de Machel “vão levar ao êxodo de milhares de portugueses pois não os tranquilizavam nem lhes davam qualquer segurança em relação ao seu próprio futuro no país”³⁹.

Mas houve outros motivos que contribuíram para a saída da população branca, nomeadamente as políticas seguidas pela Frelimo logo após a independência. Com efeito, a adoção de políticas sociais e económicas de cariz marxista por parte do governo da Frelimo conduziu ao gradual afastamento de muitos brancos que inicialmente tinham permanecido no país. Com efeito, em julho de 1975, a Frelimo nacionalizou os serviços sociais e o sistema de ensino do país, o que gerou o ressentimento entre muitos brancos, que não aceitavam que os seus filhos tivessem uma educação permeada pela ideologia marxista da Frelimo. A Igreja Católica também foi duramente hostilizada pelo regime frelimista e os brancos, sendo na sua maioria católicos, foram duramente criticados pela sua

³⁸ Esta “explosão” de violência é descrita de forma detalhada em Carlos Camilo, “Moçambique. Os acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974”, in Associação 25 de Abril, *Seminário 25 de Abril. 10 anos depois*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 341-343. Cf. Norrie MacQueen, *A Descolonização...*, cit., p. 186-187.

³⁹ Amélia Neves de Souto, “Moçambique, descolonização e transição para a independência: herança e memória”, in Fernando Rosas, Mário Machaqueiro, Pedro Aires Oliveira (ed.), *O Adeus ao Império. 40 anos de descolonização portuguesa*, Lisboa, Nova Vega, 2015, p. 150.

filiação religiosa, inclusivamente nas escolas⁴⁰. No plano económico, terras e habitações foram nacionalizadas em fevereiro de 1976, o que afugentou ainda mais a minoria branca, à exceção dos que se identificavam ideologicamente com os princípios defendidos pela Frelimo⁴¹.

Por outro lado, a instituição de um regime ditatorial, onde o “Estado era dirigido pelo partido único a todos os níveis e em todos os domínios”, associada a uma excessiva centralização do poder nas mãos do Presidente da República (Samora Machel) geraram um ambiente de acentuada repressão política e social, tanto mais que a Frelimo tinha pretensões de dirigir e de modelar a sociedade moçambicana segundo um modelo revolucionário, porventura importado dos países comunistas, e que tinha em vista a “construção do homem novo”. Assim, milhares de pessoas consideradas “reacionárias” ou simplesmente antissociais (“improdutivos, desempregados, prostitutas, mães-solteiras, ladrões, marginais, mas também intelectuais dissidentes”) foram enviadas para “campos de reeducação”, onde eram compelidas ao trabalho manual. Relativamente aos brancos, Amélia Neves de Souto salienta ainda que a Frelimo “excluiu camadas significativas da população europeia que se mostrava na altura, perante transformações tão profundas, e apesar de apoiar a independência de Moçambique, indecisa sobre o caminho e a posição a tomar”⁴². Aliás, a repressão da dissidência política afetou centenas de brancos, muitos deles com nacionalidade portuguesa. Em 1978, cerca de duzentos cidadãos portugueses estariam encarcerados sem julgamento nas prisões moçambicanas, havendo lugar a execuções sob acusação de atividades rebeldes⁴³. Neste sentido, o regime ditatorial de inspiração marxista imposto pela Frelimo afugentou os restos da comunidade branca, tornando claro que não havia lugar para “colonos” no novo Moçambique independente.

Angola

Feita a análise da situação moçambicana, vejamos agora o caso angolano.

Tal como em Moçambique, o 25 de Abril suscitou em Angola o interesse de parte substancial da população branca que, de uma forma geral, exprimiou a

⁴⁰ Marta Vilar Rosales, “Retornos e recomeços: experiências construídas entre Moçambique e Portugal”, in Fernando Rosas, Mário Machaqueiro, Pedro Aires Oliveira (ed.), *O Adeus ao Império. 40 anos de descolonização portuguesa*, Lisboa, Nova Vega, 2015, p. 217.

⁴¹ Norrie MacQueen, *A Descolonização...*, cit., p. 271-272.

⁴² Amélia Neves de Souto, *Moçambique...*, cit., p. 151-152.

⁴³ A. Rita-Ferreira, *Moçambique...*, cit., p. 121-169.

sua adesão à nova situação política⁴⁴. De resto, as expectativas eram elevadas relativamente à concretização das ideias enunciadas pelo General Spínola no seu livro *Portugal e o Futuro*. Com efeito, o protesto autonomista dos brancos angolanos tinha raízes profundas, remontando à 1.^a República. E, a partir da década de 1940, tinham surgido vários movimentos nacionalistas formados por brancos, dos quais o mais relevante foi a Frente de Unidade Angolana (FUA). Estes movimentos exigiam a independência de Angola no quadro duma espécie de *Commonwealth Lusitana* – a muito propalada Comunidade Lusíada. Ideia que estava em parte subjacente ao projeto federalista de Spínola. Por outro lado, a minoria branca dava sinais de confiança no seu futuro no país, não só devido à sua demografia em constante incremento, mas sobretudo porque as guerrilhas africanas – FNLA, MPLA e UNITA – estavam muito enfraquecidas e divididas entre si e não pareciam constituir uma ameaça à sua permanência no território. Muitos acreditavam que Angola poderia ser um “novo Brasil”, isto é, um país governado pelos descendentes dos colonos portugueses, brancos e mestiços, com a colaboração das emergentes classes médias negras que aliás aparentavam não estar interessadas no revolucionarismo das guerrilhas⁴⁵.

Logo após o 25 de Abril de 1974, o Estado Português restabeleceu as liberdades de expressão e de associação política, o que permitiu a formação e a legalização de partidos. Houve então uma verdadeira “explosão de partidos políticos”, alguns formados por negros, outros por brancos e mestiços. Podemos agrupar estes últimos em dois conjuntos. Por um lado, os movimentos democráticos, criados pelos sectores intelectuais da antiga oposição democrática ao Estado Novo, que defendiam a negociação imediata da independência com as guerrilhas e apoiavam o MPLA. O principal movimento democrático estava sediado em Luanda e assumiu a designação de Movimento Democrático de Angola (MDA). Existiam movimentos democráticos mais pequenos em Benguela, Nova Lisboa (Huambo), Lobito, Sá da Bandeira (Lubango), Bié,

⁴⁴ A análise da imprensa colonial, nomeadamente do jornal *A Província de Angola*, permite aferir o impacto da revolução metropolitana na sociedade angolana, em especial entre a minoria branca. Nas primeiras semanas subsequentes ao golpe militar, foram múltiplas as manifestações populares de apoio à Junta de Salvação Nacional. Essas manifestações envolveram sobretudo brancos e mestiços, mas também um número muito significativo de negros residentes nas principais zonas urbanas. Refira-se que a população de Benguela foi a primeira a reagir à queda da ditadura, com uma manifestação de regozijo, em 28 de abril de 1974. Cf. *A Província de Angola*, 28 de Abril de 1974, p. 2. Seguiram-se o Lobito e Luanda, com manifestações semelhantes, em 1 de maio de 1974. Cf. *A Província de Angola*, 3 de Maio de 1974, p. 1 e 4.

⁴⁵ Cf. Fernando Tavares Pimenta, *Angola. Os Brancos e a Independência*, Porto, Afrontamento, 2008.

Uíge, Cela e Cuba⁴⁶. Por outro lado, os partidos conservadores, suscitados por certos sectores das elites económicas, que defendiam o projeto federalista ou a independência em moldes neocoloniais. Entre estes, o mais significativo foi o Partido Cristão Democrático de Angola (PCDA), cujo principal mentor foi Joaquim Fernandes Vieira, Presidente da Associação Comercial de Luanda. O PCDA defendia uma “descolonização consensual”, com base numa participação eleitoral ilimitada que definisse o futuro de Angola, e tinha como porta-bandeira a multirraciedade. À direita do PCDA, situava-se a Frente de Resistência Angolana (FRA), mais extremista e que pretendia obter pela força uma representação própria na mesa das negociações para a independência, mediante a realização de um golpe secessionista, à maneira rodesiana⁴⁷.

Num plano político completamente diferente situou-se a Frente de Unidade Angolana (FUA), cuja primeira fundação datava de 1961, mas que tinha sido duramente reprimida pela ditadura, para além de ter sido hostilizada pelo MPLA e pela FNLA. Em 1974, a FUA foi reativada pelo engenheiro Fernando Falcão, o seu primeiro presidente e um importante empresário branco do Lobito. A FUA tinha por objetivo obter a unidade do campo nacionalista de modo a garantir a construção de uma Angola independente e democrática, onde todos os angolanos tivessem lugar. Em termos programáticos, a FUA entendia que o processo de descolonização deveria passar pela formação de um governo provisório de coligação, a promulgação da lei eleitoral, a eleição duma Assembleia Constituinte com ampla participação dos partidos existentes, a promulgação e referendo da Constituição Política de Angola e a eleição do Chefe de Estado, por sufrágio direto e universal, após a qual se faria a transmissão de poderes para o novo Estado independente⁴⁸.

À exceção dos movimentos democráticos, que reivindicavam uma identificação com o MPLA, os demais movimentos formados por brancos tiveram o apoio político do General Spínola. Efetivamente, mesmo depois da promulgação da Lei Constitucional n.º 7/74, Spínola continuou a acalentar as pretensões da minoria branca, tendo apresentado um plano de descolonização de Angola – com a duração de três anos – em 9 de agosto de 1974. Este plano consistia na realização dum cessar-fogo com as guerrilhas e a constituição de um governo provisório de coligação que representasse “todos os movimentos de libertação, em paralelo com os agrupamentos étnicos mais expressivos

⁴⁶ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), Arquivo PIDE/DGS, Delegação de Angola, Eugénio Bento Ferreira, Processo 53686, 8912.

⁴⁷ PRO, FCO 45/1504, *Political Situation in Angola*, 1974.

⁴⁸ *A Província de Angola*, 2 de Setembro de 1974, p. 5.

do Estado de Angola”, incluindo a “etnia branca”. Ao governo de coligação competiria elaborar uma lei eleitoral, que garantisse a livre expressão de toda a população de Angola, e proceder ao recenseamento eleitoral na base de “um homem um voto”. O governo provisório deveria também realizar, no prazo de dois anos, a eleição duma Assembleia Constituinte por sufrágio universal, direto e secreto, à qual competiria a elaboração da Constituição do Estado Angolano. Aprovada a Constituição, proceder-se-ia a novas eleições, das quais resultaria a formação de uma Assembleia Legislativa e de um Governo representativo da “vontade soberana do povo de Angola”. O plano de Spínola previa ainda o envolvimento das Nações Unidas, nomeadamente através do envio de observadores internacionais aos “actos de consulta popular”⁴⁹. Desta forma, Spínola pretendia assegurar o carácter democrático do processo de descolonização e criar as condições para a permanência dos brancos no país, garantindo-lhes uma representação no governo provisório.

No entanto, o plano spinolista foi recusado pelo MPLA e pela FNLA, que não aceitaram a participação dos movimentos políticos não armados, incluindo a FUA, no processo de independência. MPLA e FNLA reclamavam uma legitimidade política acrescida – relativamente aos movimentos aparecidos depois do 25 de Abril – pelo facto de terem conduzido a luta armada contra o colonialismo durante mais de uma década. Por isso, decidiram continuar a guerra contra os portugueses. Assim sendo, só a UNITA se mostrou disponível em negociar com Portugal, tendo assinado as já mencionadas tréguas em junho de 1974.

Não era porém a reduzida capacidade bélica das guerrilhas que preocupava a administração colonial, mas sim o ambiente de grande tensão social e política que afetava os bairros pobres – os musseques – de Luanda. Na verdade, os musseques – onde também viviam muitos “brancos pobres” – concentravam uma boa dose de tensão social acumulada. Após o 25 de Abril de 1974, com o abrandamento da vigilância policial, os contrastes sociais aumentaram significativamente, assumindo contornos raciais. Em 11 de julho de 1974, a situação conheceu um agravamento após o assassinato de um taxista branco no bairro da Cuca. O homicídio provocou a reação dos sectores mais extremistas da minoria branca, registando-se um conjunto de agressões à população negra dos musseques, que produziram um número elevado de mortos. Estas agressões provocaram a reação violenta da maioria negra, que saqueou as cantinas

⁴⁹ *A Província de Angola*, 10 de Agosto de 1974, p. 1-2.

pertencentes aos brancos (e aos imigrantes cabo-verdianos). Foi o início duma onda de violência racial que se prolongou nos meses seguintes⁵⁰.

Por outro lado, o MFA, que inicialmente estava mal organizado no território, foi adquirindo um peso cada vez maior no processo político. E, tal como em Moçambique, o MFA estava interessado numa descolonização rápida, mediante a entrega do poder diretamente às guerrilhas. A nomeação de Rosa Coutinho, um militar de esquerda, próximo do PCP, para Presidente da Junta Governativa de Angola, em finais de julho de 1974, fez pender a balança para o lado do MFA⁵¹. Assim, em 18 de setembro de 1974, num plenário realizado no Palácio de Governo de Luanda, cerca de quinhentos oficiais portugueses decidiram que o processo de descolonização só deveria ter em consideração “as forças políticas verdadeiramente representativas do povo angolano”, ou seja os movimentos guerrilheiros que tinham combatido pela independência de Angola. Todas as outras forças políticas – FUA incluída – não passavam de “pseudo-partidos fantoches, formados por elementos reaccionários, servidores de interesses fascistas-colonialistas do antigo regime”⁵².

A FUA reagiu à decisão tomada nesse plenário, considerando que a moção desses militares constituía “uma grave ingerência na vida política de um Estado em formação”, na medida em que os militares portugueses pretendiam impor diretrizes num processo político que aos angolanos caberia decidir⁵³. Em resposta, a FUA foi acusada de encobrir os interesses colonialistas responsáveis pela exploração do povo angolano⁵⁴.

Em 30 de setembro de 1974, a resignação do General Spínola à Presidência da República deitou por terra as expectativas da minoria branca. De facto, a partir desse momento, o Estado Português optou por negociar rapidamente a independência com os três principais movimentos guerrilheiros – e só com esses movimentos –, ou seja a FNLA, o MPLA e a UNITA. Provavelmente não havia da parte portuguesa uma intenção deliberada em “abandonar” a população branca, mas também não havia a vontade de continuar a combater para assegurar a sua participação no processo de independência. Assim sendo, a exclusão política dos brancos afigurava-se simplesmente como necessária

⁵⁰ Movimento Democrático de Angola, *Massacres em Luanda*, Lisboa, África Editora, 1974, p. 43-49.

⁵¹ Pedro Pezarat Correia, *Descolonização de Angola: a jóia da coroa do Império português*, Lisboa, Inquérito, 1991.

⁵² *A Província de Angola*, 22 de Setembro de 1974, p. 1 e 5; Idem, 23 de Setembro de 1974, p. 5 e 11.

⁵³ *A Província de Angola*, 22 de Setembro de 1974, p. 1 e 5.

⁵⁴ PRO, FCO 45/1504, *Political Situation in Angola*, 1974.

para garantir a obtenção de um entendimento célere com as guerrilhas. E, de facto, foi possível obter a assinatura de um acordo de tréguas com a FNLA, em 10 de outubro, e com o MPLA, em 21 de outubro. As três guerrilhas foram então autorizadas a abrir delegações em Luanda, sendo que os guerrilheiros passaram a poder circular livremente – e armados – dentro do território angolano⁵⁵.

Ao mesmo tempo, as autoridades portuguesas procederam à repressão dos partidos formados por brancos. O PCDA foi duramente afetado pela repressão, sob a acusação de que daria cobertura política à FRA, a qual estaria a organizar um golpe na colónia. Por ordem de Rosa Coutinho, foram efetuadas várias detenções de civis e de militares acusados de participar nessa alegada tentativa de golpe, que estaria previsto para 26 de outubro de 1974. Interpelado sobre o assunto pelo Cônsul Geral Britânico em Luanda, um membro da Junta Governativa de Angola afirmou que, se fosse necessário, as Forças Armadas estariam dispostas a abrir fogo sobre os brancos⁵⁶.

A minoria branca ainda tentou resistir às determinações das autoridades, por via da realização de manifestações e de greves, das quais a mais saliente foi a greve dos camionistas em novembro de 1974. Esta greve paralisou a economia do país, isolando Luanda e as demais cidades das suas fontes de abastecimento. Na zona do Lobito, o comércio e a indústria paralisaram numa ação de apoio à greve, ao passo que foram cortadas as estradas que ligavam o Lobito ao Huambo e a Luanda. As entradas das principais localidades foram bloqueadas por piquetes. Na capital, a escassez de géneros alimentares provocou o recrudescimento dos incidentes e da violência, sobretudo nos musseques. Esta situação foi explorada em termos políticos por alguns dirigentes das associações económicas, que procuraram tirar partido do potencial reivindicativo da greve. Foi então apresentado um caderno de reivindicações, cujo objetivo era obrigar o governo a garantir a participação dos brancos no processo de independência⁵⁷.

Mas a reação à greve foi vigorosa. Na imprensa, os camionistas foram acusados de sabotagem da economia e de serem instrumentos da “reação branca”. E as associações económicas foram classificadas de “inimigas” do povo angolano pelo MPLA. Por arrastamento, a minoria branca foi reduzida ao estatuto de camada reacionária da sociedade colonial⁵⁸. Por sua vez,

⁵⁵ Fernando Tavares Pimenta, *Angola...*, cit., p. 389-396.

⁵⁶ PRO, FCO 45/1504, *Political Situation in Angola*, 1974. Pompílio da Cruz, *Angola: os vivos e os mortos*, Lisboa, Intervenção, 1976, p. 199 e 201-203.

⁵⁷ *A Província de Angola*, 11 de Novembro de 1974, p. 3.

⁵⁸ *A Província de Angola*, 16 de Novembro de 1974, p. 1 e 11.

Rosa Coutinho deu ordem de prisão aos principais responsáveis pela greve, inclusivamente ao Presidente da Associação Comercial de Luanda, Fernandes Vieira. Para o efeito, Rosa Coutinho teve o apoio do governo de Lisboa, que o elevou à condição de Alto-Comissário de Angola. O MFA também decidiu tomar uma posição veemente, ameaçando usar a força contra qualquer grupo que colocasse em causa as diretivas do Alto-Comissário⁵⁹. Perante isto, os camionistas e os dirigentes das associações económicas recuaram nas suas posições. Tomou-se consciência de que ninguém em Angola tinha força suficiente para enfrentar abertamente as Forças Armadas Portuguesas⁶⁰.

Neste contexto, em 30 de novembro de 1974, Rosa Coutinho anunciou a realização duma cimeira entre Portugal e os três movimentos armados com o objetivo de definir os moldes da independência. Não participariam representantes de quaisquer outras forças políticas⁶¹. A FUA acusou então o Alto-Comissário de “esquecer ou negar” as promessas feitas pela Junta de Salvação Nacional, que teriam garantido a participação de representantes da minoria branca no processo de independência. E, sobretudo, “esquecer ou negar” os princípios democráticos preconizados pelo 25 de Abril⁶². Com efeito, a FUA considerava inconcebível, em democracia, a ideia da marginalização no processo de independência de todas as forças políticas que não os três movimentos armados⁶³. A FUA também alertou para o facto de as guerrilhas continuarem a enquadrar elementos nos seus exércitos como que preparando um regresso à guerra⁶⁴. A FUA exprimia assim a sua preocupação pela provável eclosão de uma guerra civil entre os três movimentos logo que o poder lhes fosse transferido em regime de exclusividade⁶⁵.

No entanto, Portugal optou por ignorar os avisos da FUA, tendo assinado o Acordo de independência com as três guerrilhas no Alvor, em 15 de janeiro de 1975. O Acordo reconheceu a FNLA, o MPLA e a UNITA “como os únicos e legítimos representantes do povo angolano”, de modo que todas as outras forças políticas deixaram de ter legitimidade política para continuar a existir. Como

⁵⁹ *A Província de Angola*, 28 de Novembro de 1974, p. 5.

⁶⁰ *A Província de Angola*, 30 de Novembro de 1974, p. 1.

⁶¹ *A Província de Angola*, 30 de Novembro de 1974, p. 2.

⁶² *A Província de Angola*, 3 de Dezembro de 1974, p. 3 e 5.

⁶³ *A Província de Angola*, 7 de Dezembro de 1974, p. 1-2; Idem, 12 de Dezembro de 1974, p. 9.

⁶⁴ *A Província de Angola*, 13 de Dezembro de 1974, p. 9 e 14.

⁶⁵ *A Província de Angola*, 10 de Janeiro de 1974, p. 2.

tal, deveriam dissolver-se ou integrar-se num dos três movimentos armados⁶⁶. O poder seria transmitido em regime de exclusividade para as três guerrilhas, tendo sido estabelecida a criação de um Governo de Transição, liderado por um colégio presidencial de três membros, um em representação de cada um dos três movimentos. Ao Governo de Transição caberia organizar eleições para uma Assembleia Constituinte. Mas às eleições só seriam admitidos os candidatos dos três movimentos. Portugal nomearia um Alto-Comissário, mas que não teria poder sobre o Governo de Transição. A data da independência foi marcada para 11 de novembro de 1975⁶⁷.

Neste sentido, o Acordo do Alvor não estabeleceu as condições necessárias para que a população angolana pudesse decidir sobre o seu próprio futuro, no quadro de um multipartidarismo amplo e não apenas restrito a três movimentos. Além disso, ao excluir as demais forças políticas do processo de independência, cada uma das três guerrilhas ficou com as “mãos livres” para preparar sozinha a tomada do poder, em detrimento dos outros dois parceiros. Por outro lado, o Acordo não tentou assegurar a permanência dos brancos no país, na medida em que os signatários optaram por ignorar o problema do estatuto jurídico e político dessa minoria, dois terços da qual nascida fora do país, que pela sua condição de população colonizadora se colocava num plano político necessariamente diferente da maioria colonizada. A comunidade branca ficou portanto numa situação de grande vulnerabilidade, ficando à mercê da boa vontade dos guerrilheiros. Estavam assim criadas as condições para o seu êxodo.

Neste contexto, a guerra civil eclodiu poucas semanas depois da assinatura do Acordo do Alvor. A partir de 24 de março de 1975, o MPLA e a FNLA envolveram-se em violentos confrontos em Luanda. As reações das autoridades foram pouco veementes. O Alto-Comissário, General Silva Cardoso, exigiu o fim do conflito, mas por alguma razão não utilizou o potencial militar que ainda tinha à sua disposição para colocar um ponto final na violência⁶⁸. Os confrontos continuaram e alargaram-se a outros pontos do país. A UNITA entrou no conflito em junho de 1975, depois de ter sido expulsa da capital pelo MPLA. A FNLA também foi derrotada em Luanda, retirando-se para norte. Em agosto de 1975, a FNLA e a UNITA fizeram uma aliança em função anti-MPLA. A guerra civil depressa se transformou num conflito internacional entre potências adversas

⁶⁶ O MDA integrou-se no MPLA em 9 de Março de 1975, ao passo que a FUA foi obrigada a dissolver-se. Cf. Fernando Tavares Pimenta, *Angola ...*, cit., p. 410-426.

⁶⁷ *A Província de Angola*, 16 de Janeiro de 1975, p. 1-2.

⁶⁸ General Silva Cardoso, *Angola: anatomia de uma tragédia*, Lisboa, Oficina do Livro, 2001.

no contexto da Guerra Fria. Em Luanda, o MPLA recebeu o apoio maciço de tropas cubanas e o apoio logístico da URSS. No norte de Angola, a FNLA foi apoiada por tropas zairenses e por mercenários de vários países europeus, bem como por instrutores militares dos EUA e da China. No sul de Angola, a UNITA foi apoiada por tropas sul-africanas⁶⁹.

Simultaneamente, a minoria branca passou a ser objeto de vexações, de violências e mesmo de ataques por parte de grupos armados. Portanto, os brancos, que tinham sido impedidos de participar através dos seus próprios representantes no processo de independência, eram agora “constrangidos pelas circunstâncias” a abandonar o país. A violência dos combates acelerou a fuga maciça da população branca. A imprensa angolana descreveu bem os “motivos” do êxodo:

“Essa gente vai porque os privilégios secaram? Não vão por causa disso, não senhor! Umam partem porque se sentem traídas, outras porque se imaginavam na sua terra e agora muitos afirmam e negam, simultaneamente, esse direito; porque se viram de um dia para o outro na pele de tolerados; porque sentiram na carne e no espírito o que é a espoliação, o assassinato, o roubo, a violação; porque o clima de anarquia se alastra a todo o território; abandonam os seus postos não para sabotar a economia, mas porque não têm nas 24 horas do dia homens armados a rodeá-los para garantir, não a prepotência, mas simplesmente o seu trabalho e a defesa das suas vidas”⁷⁰.

Face a isto, as autoridades portuguesas⁷¹ decidiram evacuar por via aérea os “portugueses” residentes na colónia, ou seja os brancos e determinadas franjas da população mestiça que reentravam nos critérios estipulados pela Lei da Nacionalidade de 1975 (Decreto-lei n.º 308-A de 24 de Junho de 1975). A evacuação foi realizada pelos aeroportos de Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira, sendo a população deslocada escoltada pela tropa portuguesa até

⁶⁹ Cf. Witney W. Schneidman, *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*, Lisboa, Tribuna, 2005.

⁷⁰ *A Província de Angola*, 2 de Agosto de 1975, p. 1.

⁷¹ A ponte aérea foi em larga medida organizada pelo tenente-coronel António Gonçalves Ribeiro, Secretário-Geral do Alto Comissariado em Angola, que para o efeito pressionou o Presidente da República, General Costa Gomes. Foram efetuados novecentos e cinco voos, envolvendo a TAP e companhias estrangeiras. Vários países colaboraram na ponte aérea, entre os quais o Brasil, os Estados Unidos da América, a França, a República Federal Alemã, a Noruega e a União Soviética. Cf. Isabel de Sousa Lima Junqueiro Barreto, *Migrantes da Descolonização: portugueses e luso-angolanos no Brasil (1974-1977)*, Niterói (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense), 2014, p. 77-101. Cf. Rita Garcia, *S.O.S. Angola: os dias da ponte aérea*, Alfragide, Oficina do Livro, 2011.

aos locais de embarque, no meio de tiroteios e de violentos confrontos entre as forças em conflito. No sul de Angola, um número considerável de brancos decidiu atravessar a fronteira com a Namíbia, à espera duma resolução rápida do conflito. Nunca foi determinado o número exato de pessoas evacuadas no segundo semestre de 1975. Em 24 de setembro de 1975, o novo Alto-Comissário, Leonel Cardoso, declarou que era necessário “repatriar” cerca de trezentas mil pessoas para Portugal⁷². Nem todos eram brancos. Um número substancial de mestiços e de negros também abandonou o país com a ponte aérea, tanto mais que havia um conjunto considerável de famílias mistas⁷³.

Neste sentido, a guerra civil espoletou o êxodo maciço dos brancos de Angola. Mas a guerra foi apenas o corolário de um complexo e atribulado processo de descolonização, que se saldou na exclusão política da população branca.

Conclusão

Neste contexto, o êxodo das minorias brancas das colónias portuguesas foi o resultado de um conjunto de condicionantes – entre as quais a violência racial – e de opções políticas que não tiveram em devida consideração as especificidades dessas minorias que, pela sua condição de estratos colonizadores, não se situavam no mesmo plano político das maiorias colonizadas. Assim, a forma como foi concretizado o processo de descolonização, por meio de acordos fechados entre Portugal e as guerrilhas africanas, sem a participação dos partidos formados por brancos e à custa da marginalização política das populações brancas, e a transferência dos poderes em regime de exclusividade para essas mesmas guerrilhas criaram as condições para o êxodo das minorias brancas. Abandonados pela potência colonial e despojados de qualquer poder de intervenção, os brancos viram-se na posição de meros tolerados – e muitas das vezes mal tolerados – pelos guerrilheiros. Além disso, os brancos tornaram-se no alvo dos ressentimentos de muitos africanos, ou seja numa espécie de bode expiatório das desigualdades, do racismo e das injustiças produzidas pelo colonialismo português. E os discursos de alguns dirigentes nacionalistas (por exemplo, de Samora Machel), no lugar de serenar os ânimos, contribuíram decisivamente para um extremar de posições, acentuando os receios da

⁷² *A Província de Angola*, 24 de Setembro de 1975, p. 1.

⁷³ João dos Reis, *Malandros. A evacuação aérea dos Portugueses de Angola*, Queluz: Literal, [s. d.]; Rosa Coutinho, “Notas sobre a descolonização de Angola”, in Associação 25 de Abril, *Seminário 25 de Abril. Dez anos depois*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

população branca. Como tal, a eclosão de episódios de violência racial – no caso de Moçambique – e de uma sangrenta guerra civil – no caso de Angola –, associada ao medo de retorsões por parte das maiorias africanas, bem como a adoção de políticas marxistas contrárias aos interesses dos colonos, em especial no caso moçambicano, conduziram ao êxodo maciço das minorias brancas da ex-África Portuguesa.

A comunidade portuguesa de Macau: integração e (re)construção identitária na história recente

The Portuguese community of Macao: integration and identity (re)construction in recent history

INÊS BRANCO

FLUC/DLLC – Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas
branco.ines@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 30/01/2017

Texto aprovado em/Text approved on: 08/06/2017

Resumo:

Este artigo tem como foco a comunidade portuguesa de Macau e procura perceber como se integra atualmente na região, tendo em conta dois acontecimentos marcantes na história recente. Um, na região de acolhimento – a entrega do território à República Popular da China, em 1999; outro, no país de origem – a crise económica iniciada em 2008. Recorrendo a 24 entrevistas em profundidade com posterior análise de conteúdo, o objetivo é fazer, por um lado, uma reflexão sobre o processo migratório que leva novos imigrantes a Macau e que faz regressar ao território outros que já ali tinham vivido. Por outro, entender como se redefine identitariamente uma comunidade em mudança num território que procura, também ele, uma nova identidade.

Palavras-chave:

Emigração portuguesa; identidade; Macau.

Abstract:

This article is based on an investigation carried out in the Portuguese community of Macao, which sought to understand how it is currently integrated in the region, considering two major events in recent history. One in the host region – the handover in 1999; another in the country of origin – the economic crisis that began in 2008. Using 24 in-depth interviews and subsequent content analysis, our objective was to reflect on the migration process that brings new immigrants to Macao and that brings back to the territory others who had already lived there; and to understand how a changing community is redefined in a territory that also seeks a new identity.

Keywords:

Portuguese emigration; identity; Macao.

Introdução

A história recente da imigração em Portugal começa na década de setenta. Até então, era um país, essencialmente, de emigração. Devido à saída de cidadãos nacionais, nomeadamente com destino à Europa e às então províncias ultramarinas, os fluxos migratórios em Portugal registavam um saldo claramente negativo. Este fenómeno alterou-se profundamente com a revolução de 25 de Abril de 1974 e com a subsequente independência dos atuais países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Segundo Baganha¹, o fim do império colonial português provocou o retorno a Portugal de meio milhão de nacionais, dos quais 59 por cento tinham nascido na metrópole. Os restantes incluíam os seus descendentes, bem como pessoas de naturalidade e ancestralidade africana de nacionalidade portuguesa.

Em 1986, com a entrada de Portugal para a Comunidade Económica Europeia (CEE) e com os investimentos em construção de infraestruturas que desde então se verificaram, as oportunidades de trabalho indiferenciado fizeram crescer o mercado de emprego. Estas oportunidades vieram atrair um número crescente de familiares e conterrâneos africanos que tinham permanecido nos seus países após a independência. Como o meio de entrada legal mais expedito e eficaz era o recurso aos vistos de curta duração, isto fez com que um número crescente de imigrantes dos PALOP sem autorizações de residência se radicasse em território nacional, em especial na área metropolitana de Lisboa. Ou seja, formou-se uma bolsa de clandestinos que, desde meados dos anos oitenta, cresceu ininterruptamente e cuja presença era tanto do conhecimento público como das autoridades competentes².

Os anos noventa caracterizam-se pela consolidação e crescimento da população estrangeira residente, com destaque para as comunidades oriundas dos países africanos de expressão portuguesa, do Brasil, que estava a braços com uma crise económica que vinha já dos anos oitenta, e dos países de Leste, pois com a entrada em vigor, em março de 1995, da Convenção da Aplicação de Schengen, deixou de ser necessária a consulta prévia para a concessão de visto aos nacionais da Rússia, Ucrânia, Roménia e outros países do Leste europeu³.

¹ Maria Ioannis Baganha, “Política de imigração: A regulação dos fluxos.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2005, p. 31.

² *Idem*.

³ Maria Ioannis Baganha, “Política de imigração: A regulação dos fluxos.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 2005, p. 33.

No século XXI, segundo o SEF⁴, desde a segunda metade da primeira década, a tendência relativamente ao fluxo migratório alterou-se, com a entrada de menos estrangeiros em Portugal. Os novos fluxos do Leste europeu assumiram um súbito e inesperado destaque, em especial os oriundos da Ucrânia, país que rapidamente se tornou numa das comunidades estrangeiras mais representativas.

A partir de 2008, o pendor do saldo migratório português sofreu variações substanciais. Se em 2009, o número da população estrangeira residente em Portugal era de 459.191 pessoas, em 2015 era de apenas 388.731, vindo sempre a decrescer neste intervalo de tempo⁵. Quanto à emigração, em 2005, o número total de emigrantes portugueses era 1.936.066, crescendo para 2.098.897, em 2010, e, em 2015, era de 2.306.321⁶. Os principais fatores explicativos desta inflexão estão relacionados com o aumento do acesso à nacionalidade portuguesa (ao abrigo da atual Lei da Nacionalidade) por parte de estrangeiros residentes, a alteração dos processos migratórios em alguns países de origem (nomeadamente Brasil e Angola) e os efeitos da atual crise económica e financeira no mercado laboral, que se traduziu numa redução do investimento e do emprego⁷. O início da crise económica em Portugal fez com que muitos portugueses se voltassem para o resto do mundo e decidissem emigrar. Macau foi um dos destinos.

Com base nesta conjuntura, este artigo tem como foco a comunidade portuguesa de Macau, com passaporte português, que nasceu em Portugal e que migrou. Tendo sido feita em Macau, com recurso a entrevistas em profundidade, analisamo-la da perspetiva da sociedade de acolhimento.

Imigrantes portugueses em Macau

Mais de quinhentos anos passaram sobre a chegada dos portugueses à China, em 1513. Macau era então uma península abrigada e ponto de paragem de navegadores.

⁴ SEF. Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, 2011. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2012, p. 15.

⁵ SEFSTAT – Portal de Estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (<https://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>, consultado em 2017.06.13).

⁶ Observatório da Emigração (<http://observatorioemigracao.pt/np4/1315/>, consultado em 2017.01.27)

⁷ SEF. Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo, 2013. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2014, p. 10.

“Em 1553, invocando o pretexto de secar mercadorias alagadas, os portugueses obtiveram autorização das autoridades chinesas locais para permanecerem temporariamente na península de Macau e fazerem comércio, mediante o pagamento de um foro ao Governo chinês, prática que teve início por alturas de 1573”⁸.

A Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) situa-se no sudeste da China, a oeste do delta do Rio das Pérolas, a 60 quilómetros de Hong Kong e a 145 quilómetros de Cantão, ou Guangzhou, capital da província com o mesmo nome, Cantão, ou em cantonês Guangdong⁹.

Mapa 1 – Localização geográfica de Macau



Fonte: Google Maps.

Com uma área de 11,6 quilómetros quadrados no século XIX, o território ocupa atualmente um total de 31,3 quilómetros quadrados, incluindo as ilhas da Taipa e de Coloane. Tal aumento deve-se a aterros feitos na orla marítima, que expandiram a área da península e ligaram a Taipa a Coloane. A norte, a península de Macau está ligada à China continental, fazendo fronteira com a

⁸ Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM, “Macau 2016 – Livro do Ano”, p. 528 (http://yearbook.gcs.gov.mo/uploads/yearbook_pdf/2016/myb2016pPA01CH25.pdf, consultado em 2017.30.01)

⁹ Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM, “Geografia e População” (<http://www.gcs.gov.mo/files/factsheet/geography.php?PageLang=P>, consultado em 2017.01.30)

cidade de Zhuhai, através das Portas do Cerco. A construção inicial, com a data de agosto de 1849 ainda existe, mas já tem por detrás o novo posto fronteiriço, construído em 2004¹⁰.

Em dezembro de 2015, a região de Macau tinha 646.800 habitantes e uma densidade demográfica de 21.100 habitantes por quilómetro quadrado. O movimento de entradas na RAEM (visitantes) registou também um número impressionante, com um total de quase 31 milhões de turistas num ano¹¹.

Os homens representam 49 por cento da população residente e as mulheres 51 por cento. 92,3 por cento da população é de ascendência chinesa, 0,9 por cento de ascendência portuguesa e 2,7 por cento de ascendência filipina. A ascendência relaciona-se com a nacionalidade, o que não quer dizer que seja população nascida obrigatoriamente nos países de origem. No caso dos portugueses, existe uma parte da população que nasceu em Macau durante a administração portuguesa e optou pela nacionalidade portuguesa em vez da nacionalidade chinesa. Se contarmos apenas os portugueses nascidos em Portugal são apenas 0,3 por cento da população¹².

Quinze anos após a transferência de Macau para a República Popular da China, o território procura ser hoje uma ponte entre a China e o mundo lusófono:

“O território retornou à mãe-pátria, mas manteve as suas especificidades lusófonas, um peão embrenhado num jogo de sombras chinesas para alcançar interesses além-mar. Oficialmente designado como plataforma de ligação da China ao mundo lusófono, Macau refugia-se no papel de intermediário que os seus contornos únicos lhe permitem desempenhar.”¹³

Macau nunca foi uma colónia, mas sim um território sob administração portuguesa, um caso de soberania partilhada, nunca tendo sido contemplado pela vaga da descolonização, sendo antes sujeito a um processo de retrocessão, resolvido pela via negocial. Ou seja, foi absorvido pelo país ao qual pertencia antes de ser administrado pela potência colonial, tal como Goa.

¹⁰ *Idem.*

¹¹ Gabinete de Comunicação Social do Governo da RAEM, “Macau 2016 – Livro do Ano”, p.8 (http://yearbook.gcs.gov.mo/uploads/yearbook_pdf/2016/myb2016pPA01CH25.pdf, consultado em 2017.30.01)

¹² *Idem.*

¹³ Carmen Mendes, “Macau 500 Anos Depois: A Plataforma da China para o Mundo Lusófono”, *Revista Oriente*, 22 (2013), p. 44-59.

“A acta das conversações sobre a questão de Macau, assinada em 1979 aquando do restabelecimento de relações diplomáticas luso-chinesas, já dizia que o território sob administração portuguesa seria «restituído à China (...), no momento julgado oportuno pelos governos dos dois países e por meio de negociações». Tal viria a acontecer no rescaldo das negociações sino-britânicas sobre Hong Kong, resultando na assinatura da Declaração Conjunta de Macau em 1987, que estipulou a transferência da administração portuguesa para a República Popular da China (RPC) em 1999.”¹⁴

Em 1999 foi criada a Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), que abrange a península de Macau e as ilhas da Taipa e de Coloane, administrada de acordo com o princípio “um país, dois sistemas”, consagrado na Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau¹⁵, uma espécie de constituição. Pode ler-se no preâmbulo:

“A fim de salvaguardar a unidade nacional e a integridade territorial, bem como favorecer a estabilidade social e o desenvolvimento económico de Macau, tendo em conta o seu passado e as suas realidades, o Estado decide que, ao voltar a assumir o exercício da soberania sobre Macau, cria-se a Região Administrativa Especial de Macau de acordo com as disposições do artigo 31.º da Constituição da República Popular da China e que, de harmonia com o princípio «um país, dois sistemas», não se aplicam em Macau o sistema e as políticas socialistas. As políticas fundamentais que o Estado aplica em relação a Macau são as já expostas pelo Governo Chinês na Declaração Conjunta Sino-Portuguesa.

De harmonia com a Constituição da República Popular da China, a Assembleia Popular Nacional decreta a Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China, definindo o sistema a aplicar na Região Administrativa Especial de Macau, com vista a assegurar a aplicação das políticas fundamentais do Estado em relação a Macau.”¹⁶

De acordo com os artigos 2.º e 5.º da Lei Básica, a China autoriza a RAEM a exercer um alto grau de autonomia e a gozar de poderes executivo, legislativo e judicial independentes, incluindo o de julgamento em última instância, mantendo-se inalterados durante cinquenta anos o sistema capitalista e a maneira

¹⁴ Carmen Mendes, “Macau 500 Anos Depois...”, cit., p. 44.

¹⁵ Governo da RAEM, Imprensa Oficial, “Lei Básica da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China” (<http://bo.io.gov.mo/bo/I/1999/leibasica/index.asp>, consultado em 2017.01.30)

¹⁶ *Idem*.

de viver anteriormente existentes. Pelo mesmo período a língua portuguesa é língua oficial em simultâneo com o mandarim, segundo o artigo 9.º:

“Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivo, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial.”¹⁷

Comunidade portuguesa de Macau

A existência da comunidade portuguesa em Macau remonta ao século XVI. Desde então, como refere João Pina Cabral em “A complexidade étnica de Macau”¹⁸, Macau tem sido coisas muito diferentes, mas uma permaneceu ao longo do tempo – “a confrontação de uma pequena, mas contumaz população de cristãos, súbditos do Rei de Portugal, com o espírito plástico e criativo do povo cantonense”. Ainda nos anos 90, o investigador referia as muitas mudanças que tinham ocorrido nas duas décadas anteriores no território, que surgia “perante os nossos próprios olhos como uma nova cidade”, e previa que as que se seguiriam nas décadas futuras fossem “pelo menos tão profundas quanto as que podemos observar até hoje”. Estava certo.

Quanto à sociedade de Macau, Pina Cabral¹⁹ identificava três categorias étnicas, que tendiam a estruturar-se em torno de duas línguas, o português e o cantonês – os portugueses, os macaenses e os chineses. Como veremos mais à frente, nos resultados do estudo, a estrutura hoje é mais complexa, acrescentando-se uma outra língua que cada vez ganha mais poder em Macau, a língua oficial de toda a China, o mandarim. Por outro lado, a comunidade macaense tem vindo a perder importância e é cada vez mais um resquício histórico.

Nas duas últimas décadas do século XX, a comunidade portuguesa de Macau integrava, sobretudo, o aparelho administrativo e tendia a viver no território por curto período de tempo.

“A grande maioria destas pessoas passa poucos anos em Macau. Alguns deles, porém, criam laços no Território, estabelecendo-se de forma permanente. Neste último caso, trata-se geralmente de pessoas que se encontram em profissões liberais e que se casam com macaenses ou chineses de Macau”.²⁰

¹⁷ *Idem.*

¹⁸ Cabral, João de Pina. “A complexidade étnica de Macau.” *Revista de Cultura*, 1994.

¹⁹ *Idem.*

²⁰ *Idem.*

O número de portugueses que se deslocaram para Macau neste período não é, no entanto, preciso. Segundo a investigadora Inês Costa Pessoa²¹, uma das dificuldades no apuramento dos valores era a nacionalidade, já que uma parte da população chinesa natural de Macau optava pela nacionalidade portuguesa. Hoje, este dado é contemplado nas estatísticas. No nosso estudo incluímos apenas os portugueses nascidos em Portugal.

Segundo os dados do Observatório da Emigração (OE) português²², em 2011, nascidas em Portugal existiam 1.835 pessoas (0,3 por cento da população de Macau). Com nacionalidade portuguesa, o que não implica terem migrado ou nascido em Portugal, existiam 5.020 pessoas (0,9 por cento da população de Macau).

Como se pode observar no quadro 1, o número de estrangeiros nascidos em Portugal, ou seja, de imigrantes portugueses, na perspetiva de Macau, teve uma queda entre 1996 e 2006. A partir de 2006 começou novamente a aumentar.

Quadro 1 – Evolução da População residente em Macau, 1991-2011

	1991	1996	2001	2006	2011
População total	355.693	414.128	435.235	502.113	552.503
População nascida no estrangeiro	212.996	231.652	244.096	288.879	326.376
Percentagem de população nascida no estrangeiro	60%	56%	56%	58%	59%
População nascida em Portugal	3.625	3.852	1.616	1.316	1.835
Percentagem de população nascida em Portugal	1.02%	0.93%	0.37%	0.26%	0.33%
População com nacionalidade portuguesa	101.245	112.706	8.793	8.593	5.020
Percentagem de população com nacionalidade portuguesa	28.46%	27.22%	2.02%	1.71%	0.91%

Fonte: Observatório da emigração português.

²¹ Pessoa, Inês Costa. “A comunidade portuguesa em Macau nos anos 80 e 90.” *Janus*, 2001.

²² Observatório da Emigração. (<http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/paises.html?id=147>, consultado em 2017.01.27)

Relativamente à divisão por sexo e grupo etário, em 2011, dos 1.835 portugueses nascidos em Portugal e a residir em Macau, 1.105 eram homens e 730 eram mulheres. O grupo etário mais representativo era o dos 40 aos 64 anos, com um peso de 43 por cento no total e com mais homens do que mulheres (62,4% de homens). Logo a seguir, o grupo com mais peso é o dos 25 aos 39 anos, representando 36 por cento do total. Neste, a distribuição entre homens e mulheres é mais equilibrada (52% de homens e 48% de mulheres).

Abordagem metodológica

O objetivo da investigação foi perceber o que leva os portugueses a Macau e, sempre na perspetiva de destino (daí a designação de imigrantes), conhecer melhor esta comunidade. Porquê Macau? Que alterações se têm dado na história recente da comunidade? Como se integra?

Começámos por definir o guião da entrevista, dividindo-o em três grupos: 1) Informação biográfica e perfil sociodemográfico; 2) Experiência migratória; 3) Perceção de identidade: integração e cultura. A principal vantagem do uso de entrevistas semiestruturadas foi a possibilidade de alterar a ordem das perguntas consoante o entrevistado e algumas não se colocaram porque não faria sentido perguntá-las ou porque foram, entretanto, respondidas no decurso da conversa; o modo como se perguntou variou consoante os entrevistados.

À semelhança do que é feito em estudos qualitativos com recurso ao método de entrevista semidiretiva, a melhor opção foi a amostragem intencional, ou de conveniência, teoricamente sustentada. Este é, portanto, um estudo estatisticamente indicativo, cujo principal objetivo é contribuir para a estruturação de uma base de investigação que permita a realização de outros estudos, quer sobre a mesma comunidade quer sobre outras.

Procurámos contemplar, na construção da amostra, os critérios que julgámos poderem fazer variar o tipo de respostas e encontrar uma diversidade de perfis suficiente para oferecer diversas perspetivas da comunidade. A partir daqui estabelecemos as combinações únicas possíveis de variáveis, de modo a apurar quantas entrevistas seria necessário realizar. Em primeiro lugar, delimitámos o que se entende nesta pesquisa por comunidade portuguesa, o nosso universo de estudo – pessoas nascidas em Portugal que, de facto emigraram para Macau. Pessoas com nacionalidade portuguesa adquirida ainda durante o período de administração portuguesa, mas naturais de Macau, não foram consideradas. Assim, o nosso universo é constituído, tal como referido atrás, por 1.835 portugueses nascidos em Portugal residentes em Macau.

A nossa amostra foi construída com base neste universo, tendo por base três variáveis: sexo, idade e data de chegada a Macau.

Relativamente à divisão por *sexo*, optámos por dividir a amostra em 50 por cento homens e 50 por cento mulheres. Como utilizámos o método bola de neve, resolvemos não desprezar hipóteses de entrevistas e, embora não tenhamos utilizado exatamente a mesma proporção do universo (60 por cento de homens e 40 por cento de mulheres), julgamos que fazer mais duas entrevistas a homens e menos duas a mulheres não alteraria de forma significativa os resultados.

Quanto à *idade*, focámo-nos em indivíduos adultos e decidimos não alargar demasiado as faixas, optando por dividir os entrevistados por décadas: inferior a 30 anos, entre 30 e 40 anos, 40 a 50 anos e superior a 50 anos. A definição destas faixas foi feita já depois de iniciado o trabalho de campo (entrevistas). Verificámos que, por exemplo, abaixo dos 20 anos, seria difícil encontrar jovens em que fosse possível cruzar os três critérios, nomeadamente o de chegada antes de 1999 e permanência no território até à atualidade.

Por fim, a última variável foi a *data de chegada a Macau*. Tendo em conta os dois acontecimentos da história recente que mais marcaram a comunidade portuguesa de Macau – a entrega do território à China, em 1999, e a crise em Portugal – optámos pela divisão em: “chegada antes de 1999”, “chegada depois de 1999” e “foi e voltou”. Esta última categoria, contempla, sobretudo, pessoas que saíram de Macau por volta de 1999, mas que acabariam por regressar ao território, por razões profissionais e de ligação afetiva ao território.

Considerando então o número de opções por variável – sexo (duas opções), idade (quatro opções), data de chegada (três opções) – chegámos às 24 combinações diferentes possíveis. Para angariação dos entrevistados foi utilizado o método “bola de neve”, em que através de um contacto se conseguiram outros. Embora tenhamos construído uma amostra teoricamente sustentada, com perfis únicos, com a utilização deste método, corremos o risco de a amostra ser enviesada, porque os entrevistados podem possuir histórias algo semelhantes, o que é agravado pelo facto de a comunidade ser pequena e de os grupos, ou redes de contacto dentro dela, se intersectarem. As entrevistas foram realizadas em maio e junho de 2013. Foram gravadas em suporte áudio e tiveram a duração média de 49 minutos.

1. Percurso migratório

1.1. Macau porque...

As principais motivações para a escolha de Macau como destino dividem-se em pessoais e profissionais. Entre as motivações pessoais está a reunificação familiar. Neste caso, encontramos apenas mulheres que o tivessem feito. O companheiro, marido ou namorado já residia ou ia viver em Macau, normalmente por razões profissionais, e a pessoa em causa acompanhou-o. De seguida, a facilidade com que conseguiram encontrar emprego na região, especialmente devido às qualificações, permitiu-lhes permanecer no território.

“Porque casei e a pessoa com quem casei estava cá. Entretanto, arranjei trabalho cá logo passado 15 dias. Na altura não tinha terminado Direito, mas comecei logo a trabalhar numa área relacionada com o Direito. Depois fui a Portugal terminar.” (F.C., mulher, 42 anos. Desde 1991 em Macau, saiu em 1999 e regressou em 2002. Jurista.)

Entre as razões profissionais, estão o facto de a pessoa já ter tido uma experiência internacional e não desejar regressar a Portugal ou ter obtido uma proposta de trabalho em Macau. Para os imigrantes que trabalhavam em Portugal numa instituição pública, a possibilidade de manterem o cargo em Portugal para quando regressassem foi um aliciente forte, já que lhes deu segurança.

“Não tínhamos nada a perder, porque tínhamos lugar no quadro em Portugal e se viéssemos trabalhar para Macau, o tempo de serviço feito em Macau contava para a carreira de Portugal e quando pretendêssemos voltar para Portugal, teríamos assegurado o nosso lugar no quadro e é uma situação muito confortável.” (E.D., homem, 41 anos. Desde 2003 em Macau. Jurista.)

A crise em Portugal marcou em particular os imigrantes mais recentes. Uns estavam desempregados e procuraram uma oportunidade e outros, mesmo estando empregados, receberam uma proposta mais atraente em Macau, quer em termos de desafio profissional quer relativamente a remuneração. Muitas vezes, as motivações profissionais mesclam-se com as pessoais. Além de ser um desafio profissional, trata-se também de uma oportunidade para conhecer uma nova cultura. Em ambos os casos, a escolha da região pode ter sido por já terem vivido anteriormente ali e, conseqüentemente, ser um território em que previsivelmente teriam uma maior facilidade de adaptação; por terem amigos

ou família no território, que lhes facultariam alojamento numa primeira fase; ou por terem sido estes a “abrir-lhes as portas” a uma nova oportunidade profissional.

“Experimentei o que era «não trabalhar» e viver em Portugal e decidi que queria estar cá fora, é a relação com uma cultura totalmente diferente, é estimulante, e também porque em Portugal não conseguia emprego. Portanto, já estava a ser complicado quando eu vim embora, já não estava a conseguir emprego, a expectativa de carreira não era bem aquilo que eu queria, porque era tudo estágios ou contratos de curta duração e não me davam estabilidade e eu estava à procura de uma certa estabilidade, que consegui, mais ou menos, na Ásia.” (B.R., mulher, 27 anos. Desde 2013 em Macau. Gestora de produto.)

Entre os que saíram do território e depois regressaram, há a considerar os que chegaram pela primeira vez após 1999 e os que chegaram antes de 1999 e regressaram após 1999. Nos casos dos imigrantes que chegaram a Macau depois de 1999, as principais razões para uma saída são a saturação ou o cansaço sentidos e o sentimento de claustrofobia que sentiam em Macau. Trata-se de um território com uma pequena dimensão geográfica, em que a comunidade portuguesa, embora tendo crescido nos últimos anos, representa apenas 0,3 por cento da população. O término dos contratos e as saudades de Portugal são outras razões. Depois, após um período fora, as oportunidades profissionais são a principal motivação para o regresso.

“Precisei de sair daqui um bocadinho para «tomar banho», não é, e para me sentir longe de tudo isto e porque é bom sair daqui, porque isto é muito formatador, formata as pessoas, a maneira de agires, de olhares, de reagires, e é doentio nesse sentido.” (P.C., homem, 40 anos. Desde 2003 em Macau, saiu em 2008 e voltou em 2013. Jornalista.)

No caso dos imigrantes que chegaram antes de 1999, o principal motivo para a saída foi o *handover*. O sentimento de instabilidade que se criou no território antes de 1999, mesmo que sem grande fundamento, levou muitos portugueses a regressar a Portugal. Outras das razões foi o facto de muitos dos imigrantes que vieram para Macau antes de 1999 serem ainda crianças na época. Ao terminarem o ensino secundário, optaram por fazer uma licenciatura em Portugal. A crise em Portugal é o principal motivo para um regresso ao território.

“É a segunda vez que estou em Macau, vim para trabalhar. Estive cá entre 1995 e 1999, vim através de um acordo Portugal-China, fui requisitado e vim

para cá trabalhar. Voltei novamente em 2012, devido à crise que estava iminente em Portugal, respondendo a um convite, que me foi endereçado em 2010/2011 pela Ordem dos Médicos.” (S.G., homem, 59 anos. Desde 1995 em Macau, saiu em 1999 e voltou em 2012. Licenciado em medicina, desempregado.)

1.2. Quando cheguei a Macau...

A maioria dos entrevistados não possuía uma ideia clara do que era Macau até desembarcar no território. Os que chegaram antes de 1999 possuíam uma ideia muito remota, construída através dos livros da escola, ou então uma visão quase que romântica de um sítio exótico do Oriente. Com o célebre “caso Melancia”²³ e com a cerimónia de transferência para a China, Macau ganhou mais visibilidade a partir do final dos anos 1990.

“A imagem mais recente que tinha de Macau foi a da transição, porque vi na BBC a cerimónia de transição. Tinha uma imagem da primária (...) e mais tarde, tinha aquela imagem que foi feita nos anos 90, de corrupção, do caso Melancia, do fax, da TDM.” (P.C., homem, 40 anos. Desde 2003 em Macau, saiu em 2008 e voltou em 2013. Jornalista.)

O conhecimento sobre Macau não se revelou importante entre os entrevistados na sua decisão de imigrarem. Alguns chegaram a Macau sem terem procurado informação e conhecendo praticamente nada sobre a região. Para os que procuraram, uma das principais fontes de informação sobre o território foram os amigos e a família já residentes. No entanto, como salienta A.I., essa imagem, por mais detalhada que possa ser, dificilmente consegue abarcar os pormenores que só quem conhece o território pode perceber.

“Vinha com pequenas ideias, porque falava com o meu pai pelo Skype e ele contava, vinha com algumas ideias, mas, lá está, como eu costumo também dizer aos meus colegas portugueses, uma pessoa pode dar mil e um exemplos de Macau, mas só quem cá está é que consegue reparar em tudo o que Macau envolve” (A.I., homem, 28 anos. Desde 2013 em Macau. *Disc Jokey*.)

Os cheiros peculiares, os sons, a dinâmica da cidade e o clima são as principais características de Macau, que tiveram um maior ou menor impacto, mais positivo ou mais negativo, na primeira aproximação ao território. Para

²³ Jornal Público, artigo “Supremo põe fim a caso Melancia”, de 2002.10.03 (<https://www.publico.pt/2002/10/03/sociedade/noticia/supremo-poe-fim-a-caso-melancia-186751>, consultado em 2017.01.29)

alguns a visão romântica de um Macau exótico desmoronou-se logo à chegada. A proximidade com Portugal quer através da arquitetura quer através do número de portugueses, que antes de 1999 era maior, são outros elementos que marcaram logo no início os entrevistados.

“Vim encontrar uma cidade muito engraçada, porque tinha muitos portugueses (...) Ao mesmo tempo tinha um cheiro muito peculiar, porque não havia ainda os tratamentos que existem hoje, esgotos, recolha de lixo.” (F.C., mulher, 42 anos. Desde 1991 em Macau, saiu em 1999 e regressou em 2002. Jurista.)

2. Integração e (re)construção identitária

2.1. Ponte com a família e amigos

A distância em relação à família no país de origem é sentida, sobretudo, quando algum evento especial acontece e em que não se pode estar presente. S. P. (homem de 42 anos, desde 1994 em Macau e jurista) refere o facto de neste tempo todo nunca ter celebrado o aniversário da mãe presencialmente. A relação que se constrói no dia-a-dia com família e amigos não é possível manter quando se está longe. O receio que alguns imigrantes referem é de que estas relações afetivas não resistam à distância.

“As pessoas com quem me dou ou com quem me dava antes de vir, se, entretanto, tiverem passado dez anos, não deixam de ser amigos, não deixamos de ter alguma cumplicidade, mas faz muita diferença, porque há uma vida diária, sobre aquela notícia naquele jornal, aquele café daquela pastelaria, aquele caixote do lixo que não sei o quê, aquele autocarro não sei que mais. Isso escapa. Essas coisinhas também fazem parte da vida, da partilha entre pessoas, de comunidade, e eu acho que, se viver cá muito tempo, há de haver um corte e eu, outro dia, estava a pensar nisso. Isso é uma coisa que me entristece, porque é quase assustador, porque tenho bons amigos”. (G. J., homem, 44 anos. Desde 2007 em Macau, saiu em 2008 e regressou em 2012. Jurista.)

Verificou-se entre os entrevistados que, no que respeita aos afetos, procuram compensar o que perdem com o que ganham. Este balanço foi genericamente positivo. Por exemplo, se não podem estar tantas vezes como gostariam com a família, passam a dar mais valor aos momentos em que podem estar juntos. A solidão que se pode sentir, especialmente no início do processo de adaptação à sociedade de acolhimento, é também compensada pelo crescimento pessoal.

Quando colocados perante uma situação adversa, os imigrantes aprendem a lidar com ela. O facto de serem obrigados a saírem da zona de conforto afetivo que possuíam no país de origem leva a um processo de aprendizagem só possível nestas condições. É o que refere G. J.:

“Sinto que em Macau, e já não é de agora, aprendi a estar sozinho e a não ter medo da solidão (...) ainda que sinta diferença [quando regressar] (...) ainda que não voltemos a estar exatamente no estado em que estávamos, com certeza que continuaremos a ser amigos (...) Os afetos são a coisa mais importante (...) é isso que acho de maravilhoso na vida, e isso é uma das coisas por que não me assusta envelhecer, é que quanto mais velho sou, mais rico sou, porque eu coleciono pessoas.” (G.J., homem, 44 anos. Desde 2007 em Macau, saiu em 2008 e regressou em 2012. Jurista.)

2.2. Relação com Portugal

“Nós temos sempre uma ligação com Portugal, porque no fim de contas tu estás num café, inevitavelmente falamos de política, do que se passa com o governo, sobre um programa que tenha acontecido, sobre um prémio de um poeta ou porque a Joana Vasconcelos vai expor aqui e acolá. Os portugueses aqui nunca perdem contacto, é impossível.” (F.C., mulher, 42 anos. Desde 1991 em Macau, saiu em 1999 e regressou em 2002. Jurista.)

Como faz notar F.C., é difícil perder a ligação a Portugal quando se está em Macau. Porém, por mais que alguns dos imigrantes entrevistados se sintam em Macau quase como se estivessem em Portugal, ao falar do seu país referem elementos ambientais, culturais e afetivos que não são passíveis de ser replicados na região que os acolhe.

Após vários anos de imigração, como acontece no caso de G.D., há 12 anos em Macau, a parte da sua identidade que a liga a Portugal começa a separar-se daquilo que é a sua vida atualmente, fazendo com que sinta ter já duas vidas, uma anterior a Macau e outra que construiu, entretanto.

“Tenho saudades da minha vida lá. Parecem partes da minha vida que está completamente separada, sítios que gostava muito em Portugal, acesso mais fácil a coisas que me identifico, quer locais, coisas tão simples como ir comer uma tosta mista e beber um café, que aqui em Macau não se encontra em cada esquina.” (G.D., mulher, 37 anos. Desde 2002 em Macau. Advogada.)

2.3. Dinâmica comunitária

Entre os principais adjetivos utilizados pelos imigrantes entrevistados para caracterizar a sua comunidade estão “fechada” e “pequena”.

“As pessoas vêm de fora, muitos estão em Macau, mas continuam a viver como se vivessem em Portugal. Quer dizer que as pessoas se juntam num gueto, comem a mesma comida, têm as mesmas conversas, veem os desafios de futebol, ouvem a mesma música (...) É uma comunidade que vive dentro de si própria, porque a maioria não comunica em cantonês, a maioria não entra no mundo cultural chinês, porque não é fácil (...) A princípio, as pessoas têm vontade e tentam entrar, mas deparam-se com enormes dificuldades e então a solução é esta: em vez de tentar ultrapassar, as pessoas recolhem-se.” (A.J., homem, 61 anos. Desde 1959 em Macau, saiu em 1970, regressou em 1982, saiu em 1999 e regressou em 2004. Professor universitário na área de História.)

Como características positivas está o ser “coesa”. Em especial nos primeiros tempos de adaptação a Macau, para alguns imigrantes, o facto de ser uma comunidade pequena é até benéfico:

“A comunidade portuguesa, em geral, do meu ponto de vista, é bastante coesa. Dentro dos diferentes grupos que se formam, tentam um bocadinho manter a sua forma de estar na vida, como eu tinha quando estava de volta em Portugal.” (A.P., homem, 26 anos. Desde 2012. Gestor de “*Food and Beverage*” num hotel.)

A comunidade portuguesa sofreu grandes alterações desde 1999 até à atualidade, quer no número de pessoas quer na sua composição. Após a transição grande parte dos imigrantes portugueses regressou a Portugal, o que fez diminuir drasticamente o número de imigrantes no território e, por consequência, o ambiente da comunidade. A partir de 2002, a abertura ao jogo fez aumentar o custo de vida em Macau, que não foi acompanhado pelo aumento dos salários, refletindo-se também nas dinâmicas sociais dos portugueses. Em contrapartida, a melhoria no nível de vida da comunidade chinesa local fez com que também ela passasse a frequentar locais antigamente apenas ocupados por portugueses. Se no período de administração portuguesa existia uma clivagem entre o nível de vida português e o chinês, hoje essas discrepâncias são mais notórias relativamente às comunidades, normalmente de origem asiática, associadas a atividades menos qualificadas, como a comunidade filipina. A possibilidade de exercer um cargo importante e o acesso a um nível de vida que não possuíam

em Portugal continuaram, ainda depois de 1999, a marcar os comportamentos e sentimentos de alguns imigrantes em relação a outras comunidades.

“Depois também há muitos portugueses que estão aqui e que têm uma atitude autoritária, discriminatória em relação aos filipinos, por exemplo. Há vários tipos de comportamentos dos portugueses aqui em Macau. Tem a ver com a formação das pessoas e da oportunidade que se tem de ter dinheiro e do exercício do poder.” (F. C., mulher, 42 anos. Desde 1991 em Macau, saiu em 1999 e regressou em 2002. Jurista.)

A passagem do governo para mãos chinesas mudou os perfis de qualificações dos imigrantes. Anteriormente a 1999 a comunidade era mais homogénea, com a maioria das pessoas a trabalhar para o governo. A crise económica em Portugal, que se começou a sentir em Macau sensivelmente a partir de 2008, fez com que muitos portugueses regressassem ou escolhessem o território para melhorar as suas condições de vida. Assim, a comunidade está hoje mais diversificada com pessoas a trabalhar em diversas áreas.

“A comunidade portuguesa antes de 1999 estava sobretudo ligada à administração (...) os únicos que trabalhavam na privada eram os advogados. Agora não, temos desde engenheiros, arquitetos, *designers*, há uma série de áreas onde a comunidade portuguesa se está a expandir.” (S. P., homem, 42 anos. Desde 1994 em Macau. Jurista.)

Mas este crescimento cria também divergências dentro da própria comunidade e afeta em particular os imigrantes mais antigos que procuram, eles próprios, redefinir-se quanto a ela.

“Quando eu cheguei a Macau eram só técnicos superiores da administração, quadros superiores, professores ou advogados. Era raro haver outro tipo de pessoas cá, portugueses. Há coisa de dois ou três anos para cá tem vindo outro tipo de emigração. São quadros mais baixos. Por exemplo, eu nunca tinha visto trabalhar num restaurante um empregado de mesa, vindo de Portugal de propósito para ser empregado de restaurante ou de café (...) essas pessoas devem ter um nível de vida que nem os macaenses nem os chineses conseguem perceber, porque nunca tinham visto portugueses a fazer este tipo de tarefas.” (E. D., homem, 41 anos. Desde 2003 em Macau. Jurista.)

Os que chegaram há menos tempo, embora percebam que estão a inserir-se numa comunidade em mudança, consideram que esta partiu deles. Foram eles

que decidiram sair de Portugal. Tudo o que enfrentam em Macau é compensado pela melhoria na sua situação profissional:

“Acho que essa comunidade é um bocadinho fechada, os que já cá estavam. Acho que têm já a sua vida toda muito organizada e acho-os um bocadinho fechados (...) os que chegaram agora estão abertos a tudo, estão abertos a experiências novas, estão abertos a experimentar coisas novas.” (C. M., mulher, 48 anos. Desde 2012 em Macau. Arquitecta.)

Uma falta de identificação com estas características da comunidade faz com que alguns imigrantes procurem uma maior interação com as outras comunidades e com a sociedade local. O desafio está em conseguir ultrapassar as barreiras culturais e linguísticas. É o caso de A. T., que viveu em Macau até aos 12 anos, saiu e regressou aos 28 anos.

“Isto é uma cidade, ainda tem muita população e eu também não estou só com pessoas portuguesas, também tenho amigos chineses, amigos macaenses e às vezes opto por estar com eles, porque estou mais à vontade, não estou sob o olhar de uma pessoa que pode estar a querer observar o meu comportamento e como é que eu faço isto e aquilo, se calhar estou mais à vontade, sinto-me melhor, sinto-me mais em casa.” (A. T., homem, 28 anos. Desde 1985 em Macau, saiu em 1996 e voltou em 2012. Licenciado em design, desempregado.)

Por último, estão os imigrantes que dizem não se sentir integrados, como é o caso de P.C. A principal razão para que tal não aconteça é não desejar integrar-se; para isto, fornece uma série de características de Macau (de notar, que já não é a primeira vez que vive na região) que o fazem não querer sujeitar-se ou render-se a elas.

“Não me sinto integrado, porque não me quero sentir integrado, porque o que existe aqui... isto são relações de poder que se estabelecem em Macau, muito fortes e muito violentas, em que o dinheiro comanda a vida. Apesar de ser um país dois sistemas, apesar do que está escrito na lei, aqui, quem tem dinheiro pode ser rei, quem não tem, não é. E depois não me sinto integrado (...) as pessoas fazem concessões porque têm de viver aqui (...) em termos de carácter, em termos profissionais, familiares e, portanto, todas as relações sociais são condicionadas por essas relações de poder.” (P. C., homem, 40 anos. Desde 2003 em Macau, saiu em 2008 e voltou em 2013. Jornalista.)

Para A. M., mais do que uma dificuldade na adaptação a Macau, não existe a vontade de um envolvimento mais profundo quer com a comunidade portuguesa quer com a sociedade em geral. Como escape a esta restrição à comunidade portuguesa e a uma falta de identificação com Macau em geral, A. M. procura relacionar-se com chineses na China continental (Zhuhai):

“Eu tive uma adaptação que não foi difícil, embora convenhamos que viver em Macau, especialmente quando se vive sozinho, não é fácil (...) porque as pessoas que vêm para Macau têm um certo perfil (...) muitas pessoas vêm com um problema qualquer e pensam vir resolvê-lo para Macau (...) este isolamento e este grupo restrito de pessoas falantes de português, aí vão complicar as coisas, logo o contacto com as pessoas não é fácil. Agora eu tenho mais é contactado com pessoas da China (...) cada vez estou mais na China do que aqui.” (A. M., homem, 55 anos. Desde 2009 em Macau. Médico.)

A maioria dos imigrantes entrevistados procura manter em Macau hábitos culturais que tinha no país de origem. Algumas das festas populares que existem em Portugal são realizadas numa menor dimensão. Um dos exemplos é a festa de São João, realizada no Bairro de São Lázaro, um dos mais antigos de Macau.

“Os Santos Populares ontem. Hoje foi conversa na hora do café lá no emprego, falar dos Santos Populares, a sardinha assada e o cheiro da sardinha assada. São pequeninas coisas que têm a ver connosco e com as nossas raízes.” (P. A., mulher, 48 anos. Desde 1993 em Macau. Economista.)

A presença portuguesa durante quase 500 anos faz com que muitos elementos culturais portugueses tenham sido replicados em Macau. Desde os edifícios e das placas com o nome das ruas ou indicações até ao nome dos restaurantes e das lojas, tudo está escrito em português e chinês. Também o facto de a língua portuguesa ser uma das línguas oficiais faz com que seja possível falar apenas português nas instituições públicas. Tudo isto, como referem alguns dos imigrantes entrevistados, permite que vivam em Macau como se estivessem em Portugal.

“Acho que essa é a grande mais-valia de se estar em Macau, porque estando tão longe de Portugal, consegue-se viver um bocadinho de Portugal aqui, verdadeiramente, porque conseguimos estar a falar em português, a ler português, a comer português, a beber português.” (A. D., mulher, 31 anos. Desde 2013 em Macau. Jurista.)

Ainda assim, alguns dos hábitos vão sendo perdidos, porque não é possível mantê-los em Macau. A tentativa de continuar a viver em Macau como se estivessem em Portugal, ao contrário de ser uma forma de facilitar a vida fora do país de origem, para alguns dos imigrantes, só torna a adaptação mais difícil. É o que explica também C. J.:

“Sinto que há um natural distanciamento, porque se a pessoa tentar manter uma grande colagem ou proximidade com a cultura portuguesa, depois morre de saudades e, portanto, para própria sobrevivência, há um distanciamento que se cria, que tentamos nutrir. Isso não tem que ver com uma falta de solidariedade com o que se passe lá.” (C. J., mulher, 30 anos. Desde 1983 em Macau, saiu em 2000 e regressou em 2004. Advogada.)

2.4. Regresso a Portugal

Os desejos dividem-se quando se fala de um regresso a Portugal, mas em todos os casos o horizonte temporal é indefinido. Existem os imigrantes que, sem qualquer hesitação, dizem pretender voltar, mesmo que gostem de viver em Macau e já residam no território há vários anos. Os entrevistados com menos de 30 anos, que chegaram há pouco tempo à região, mesmo que pretendam regressar para estabelecerem a sua vida familiar em Portugal, querem primeiro progredir profissionalmente e experimentar também outros países. O regresso à Europa é uma das alternativas a um regresso a Portugal, tendo como vantagem a proximidade ao país de origem.

“Eu sinto que gostava de voltar a Portugal pelo país e pelas pessoas que lá estão. Em termos profissionais é mais complicado, mas não fecho a porta a ir para um país que esteja mais próximo de Portugal ou que tenha uma cultura mais aproximada à de Portugal. Eu quero voltar a Portugal, mas não sei quando. Não me importo de continuar a ser imigrante noutra país qualquer europeu.” (O. J., homem, 30 anos. Desde 2010 em Macau. Advogado.)

São sobretudo os que vivem há mais tempo em Macau, que constituíram família no território ou que ali criaram raízes, quem não faz planos a curto ou a longo prazo de regresso a Portugal. Para os mais velhos, com mais de 50 anos, Macau representa uma oportunidade de continuarem a exercer as suas profissões. Alguns veem mesmo Portugal como um país que não lhes oferece quaisquer condições de trabalho, pelo que não têm intenção de regressar.

“[Regressar a Portugal] de férias sim, [em definitivo] não. Eu agora estou aqui, amanhã posso estar na China, sei lá, em África... agora, eu sei que em Portugal não se pode trabalhar, porque eu trabalho em Portugal para pagar impostos, e eu estou farto de pagar impostos e as pessoas cada vez querem mais, em inglês, os chamados *entitlements*, direitos, direito a isto, direito àquilo, basta-me ligar a televisão, fico logo maldispuesto, têm direito àquilo com os meus impostos! Eu não quero mais, já chega!” (A. M., homem, 55 anos. Desde 2009 em Macau. Médico.)

As ligações que estabeleceram com Macau a par das que mantêm com Portugal fazem com que, para alguns, o ideal fosse viver uma parte do tempo num lado e o resto no outro. A solução para o seu dilema estaria precisamente em conseguir esse equilíbrio, o que não é fácil devido às questões profissionais.

“Não, eu quando volto, quer dizer, a ideia é a base ser aqui. A base não é lá, a base é cá. Eu gosto que a base seja cá, isto é um bom sítio geograficamente falando para te movimentares para outros sítios. A nível de qualidade de vida consegue ser melhor, consegues ganhar mais dinheiro, que te permite fazer uma vida cá e lá. Vivendo lá, não conseguia vir cá.” (S. M., mulher, 26 anos. Desde 2004 em Macau, saiu em 2010 e regressou em 2012. Gestora de conteúdos.)

2.5. Integração na sociedade de acolhimento

Na adaptação à sociedade de acolhimento há a considerar a relação que o imigrante estabelece com a sua própria comunidade e a forma como a vê, o nós; mas também a forma como vê a sociedade de acolhimento, quer o país ou a região quer os residentes locais, os outros.

A partir de 2002, o impacto do crescimento descontrolado do número de casinos tem vindo a destruir as características arquitetónicas de Macau e a fazer aumentar o número de pessoas que circulam na região, não só visitantes, mas também residentes. O tráfego aumentou e o comércio tradicional tem sido substituído por grandes cadeias de lojas.

“Hoje Macau está a ser tomado por cadeias e não por negócios individuais, os negócios, o pequeno comércio, individual, familiar, tudo isso tem vindo a ser tragado pela força do dinheiro.” (A. N., mulher, 68 anos. Desde 1982 em Macau. Advogada.)

As ilhas da Taipa e de Coloane, tantas vezes descritas nos livros de Enrique de Senna Fernandes²⁴, também se alteraram radicalmente. Hoje a Taipa é essencialmente constituída por prédios, mantendo-se apenas o bairro da Taipa Velha, com as casas-museu, onde se pode vislumbrar o que seria Macau há umas décadas. Entre a Taipa e Coloane foi construído um aterro (Cotai), onde existem agora casinos e hotéis. Mesmo em Coloane, onde ainda se conserva alguma natureza, as diferenças são visíveis mesmo para os que não residem no território há muito tempo, com a construção de bairros para a designada “habitação económica”. Constituídos por prédios gigantescos, estes bairros vieram descaracterizar uma ilha que já foi um pequeno paraíso para os residentes de Macau.

“É claustrofóbico, uma pessoa dá três voltas e está no mesmo sítio. Eu comparo Macau a uma ilha. Sempre ouvi dizer que os ilhéus têm a síndrome da insularidade, eu tenho síndrome da insularidade em Macau.” (C. P., mulher, 53 anos. Desde 1999 em Macau. Jurista e professora universitária.)

A especulação imobiliária é outro dos problemas mais apontados. Especialmente para os imigrantes que não trabalham na função pública e que, deste modo, não têm direito a uma casa atribuída pelo governo, a procura de habitação é um verdadeiro “quebra-cabeças”. As casas são arrendadas a valores altos, que sobem, no mínimo, a cada dois anos, período de duração mais normal para cada contrato.

“A especulação está descontrolada. Os preços das casas, os arrendamentos também. As pessoas, coisa que a comunidade portuguesa se queixa também, andam com a casa às costas ao fim de dois anos. Não se fazem arrendamentos suficientemente longos e as pessoas, ao fim de dois anos, vão para o meio da rua, porque a renda que o senhorio lhes propõe é elevada.” (S. H., homem, 56 anos. Desde 1982 em Macau. Advogado.)

Entre os principais problemas de Macau, A. N., que reside no território desde os anos 1980, acrescenta a inexistência de uma classe média, com reflexos a vários níveis, nomeadamente na falta de uma massa crítica intelectual e na impreparação técnica dos quadros. Isso abre, no entanto, oportunidades aos imigrantes portugueses, que vêm colmatar essas lacunas.

24 Entre os seus livros mais conhecidos encontram-se “Amor e dedinhos de Pé” e os “Os Dores”. Ambos descrevem uma Macau anterior aos anos 1950, com estórias que permitem entender um pouco como era a sociedade macaense.

“Os ricos estão bem, cada vez melhor, a classe média cresce muito pouco e aí é o grande problema de Macau, porque nesta medida não lhe cresce massa crítica, gente com preparação técnica, com um grau de cultura que leve a cidade a desenvolver certos aspetos da vida artística, social, etc.” (A. N., mulher, 68 anos. Desde 1982 em Macau. Advogada.)

Atualmente, compreender a organização social de Macau não é simples. Como vimos atrás, nos anos 90, Pina Cabral (1994) identificava quatro grupos: os portugueses, os macaenses, os chineses e os outros. “Chinês”, “português” ou “macaense” continuam a não ser conceitos óbvios e ainda existe alguma discussão em relação à sua definição. Na nossa pesquisa, quer através da observação feita no terreno quer pelas entrevistas, verificamos que, quando se fala em “chinês”, há hoje que distinguir entre chinês de Macau, alguém que partilha os valores culturais da região e que fala cantonês, e chinês continental, que possui uma outra cultura, a da sua região de origem, e que poderá ter como língua materna o mandarim ou um dialeto.

Alguém pode declarar-se português porque tem a nacionalidade portuguesa, mas pode ter pais chineses, ter nascido em Macau, nunca ter estado em Portugal e não falar português. Simplesmente adquiriu a nacionalidade por ter nascido num território que foi administrado por Portugal.

O conceito de “macaense” é o mais complexo. Se, para alguns, ser “macaense” significa simplesmente ter nascido em Macau, para outros, o conceito de “macaense” só se aplica a quem tenha origem numa família com história e tradição na região e que resulte de um cruzamento entre portugueses ou luso-descendentes e asiáticos. Por exemplo, alguém nascido atualmente na região, que não pertença a uma destas famílias, mas que seja resultado de um cruzamento entre alguém chinês e alguém português, pode ser considerado português ou chinês, consoante opte por uma das nacionalidades, mas não “macaense”. A noção de “comunidade macaense” tem origens profundas no tempo e que remontam ao passado colonial português.

“O aumento das comunidades crioulas, sobretudo nas Américas, mas também em zonas de África e da Ásia, conduziu inevitavelmente ao aparecimento de euro-asiáticos, euro-africanos e euro-americanos, não como curiosidades de ocasião, mas como grupos sociais visíveis. A sua emergência permitiu o florescimento de um modo de pensamento que prefigurava o racismo moderno. O caso de Portugal, o primeiro dos conquistadores europeus do mundo, ilustra bem este aspeto. Na última década do século XV, D. Manuel I conseguiu ainda «resolver» a sua «questão judaica» pela *conversão* forçada em larga escala (...) Menos de um século mais tarde, contudo, vemos Alexandre

Valignano, o grande reorganizador da missão jesuíta na Ásia entre 1574 e 1606, opor-se veementemente à admissão de indianos e euro-indianos como sacerdotes.²⁵

À medida que os europeus iam chegando e permanecendo noutros continentes foram-se criando comunidades crioulas, que levaram não só ao surgimento de euro-asiáticos, mas também de euro-africanos e de euro-americanos. A existência da comunidade luso-asiática de Macau é, neste sentido, surpreendente porque – ao contrário do que aconteceu em algumas colónias portuguesas em que toda a população se miscigenou, como por exemplo no Brasil – a “comunidade macaense” manteve-se como um resquício histórico. Conseguiu chegar aos nossos dias conservando algumas das suas particularidades: um dialeto próprio, o patuá, ainda que em vias de extinção, e hábitos culturais específicos que resultam das suas influências portuguesas e chinesas²⁶.

Embora poucos entrevistados tenham contacto próximo com esta comunidade, para A. J., historiador, a importância da comunidade é grande, pois é parte do património identitário de Macau.

“Temos uma comunidade macaense, que é muito importante, e que faz parte da comunidade cultural de Macau. É uma comunidade que comunga dos aspetos culturais de Portugal, mas também dos aspetos culturais da China, de Macau, da cultura de Macau, que no fundo é uma cultura chinesa. Tem um lado chinês muito forte (...) fala o português, fala o chinês, sobretudo os mais velhos. Já há muitos jovens, sobretudo depois de 1999, que deixaram de aprender e já não falam português. Embora nesta comunidade um grande número esteja na diáspora.” (A. J., homem, 61 anos. Desde 1959 em Macau, saiu em 1970, regressou em 1982, saiu em 1999 e regressou em 2004. Professor universitário na área de História.)

Os imigrantes que se consideram portugueses, mas não estrangeiros em Macau, identificam-se como *pessoas de Macau*. Ser *pessoa de Macau* é sentir que se pertence a Macau e essa sensação de pertença surge, por um lado, de um sentido de dever, de responsabilidade cívica com Macau, de não estranhar os costumes de Macau e, mais do que isso, de se identificar mesmo com eles. Por outro lado, surge, simultaneamente, dos direitos que Macau confere aos portugueses exatamente por serem portugueses. Este sentimento de pertença,

²⁵ Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas. Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70, 2005, p.90.

²⁶ Isabel Maria Pinto, *A Comunidade Macaense em Portugal*, Almedina e Instituto Cultural do Governo da RAEM, 2011.

de envolvimento pela sociedade e, ao mesmo tempo, de reconhecimento, fazem de Macau uma sociedade culturalmente diversa, mas coesa nessa diversidade. As marcas dos portugueses em Macau ocorrem a todo o momento num modo de viver português, que abrange valores europeus e humanistas, e que foram consagrados na Lei Básica de Macau.

“Sabe por que é que eu não me sinto estrangeiro? Porque eu acho que as pessoas olham para mim e vendo que eu sou português também não me sentem estrangeiro, quer dizer, é «aquele quisto que a gente aqui tem não sei há quantos séculos»”. (S. H., homem, 56 anos. Desde 1982 em Macau. Advogado.)

Considerações finais

Em todos os imigrantes existe um interesse tanto na manutenção da sua cultura original como nas interações diárias com outros grupos; desejam manter um certo grau de integridade cultural, enquanto procuram participar como parte integrante da rede social mais abrangente. A transição necessária, a alteração de comportamentos no repertório de cada um, que envolve tanto o abandono de alguns elementos da sua cultura como a aprendizagem de elementos de outras, não acontece para todos da mesma forma. O grau de manutenção cultural ou de incorporação de elementos culturais existentes na sociedade de acolhimento dita o grau de integração.

Em Macau, pelo facto de a região ter sido administrada por Portugal até muito recentemente, a forma de vida adotada pelos portugueses no território durante o período de administração portuguesa e que procurava ser feita à imagem do que acontecia em Portugal, ainda pode ser mantida em muitas áreas, que vão desde as leis, à utilização do português no funcionalismo público, às tabuletas com indicações em português que se veem no território. A par disto, o poder económico que os elementos desta comunidade conseguem ainda alcançar por trabalharem em Macau permite-lhes, se quiserem, viajar para países onde podem ter mais contacto com elementos da cultura ocidental ou mesmo para Portugal. Alguns dos imigrantes regressam ao país de origem, pelo menos, uma vez por ano.

Trata-se de uma comunidade muito pequena, que perdeu muito membros após 1999, mas que tem vindo a aumentar nos últimos anos. A ida para Macau de muitos portugueses que não pertencem às áreas tradicionais de inserção profissional – funcionalismo público e advocacia – tem-se refletido na identidade da comunidade como um todo. Está a diversificar-se cada vez mais. A própria sociedade de acolhimento tem passado, desde 1999, por transformações que

resultam da nova conjuntura da região – que passou de um governo português a um governo chinês e que liberalizou o negócio do jogo em 2002. Qual a identidade que possui Macau hoje? Cidade do jogo ou plataforma de ligação da China ao mundo lusófono?

A comunidade portuguesa tenta hoje uma nova maneira de estar na sociedade local, visando uma maior integração. É um pilar identitário de Macau e, simultaneamente, a sua identidade tem como fundamento o seu papel histórico no território. O seu papel está ligado à própria manutenção identitária da região, por sua vez ligada a um passado português de onde ainda emanam valores e costumes ligados a essa forma de vida.

A colonização portuguesa na região de Cabo Frio (Rio de Janeiro, Brasil) e o desenvolvimento da atividade piscatória

Portuguese colonization in the Cabo Frio region (Rio de Janeiro, Brazil) and the development of fishing activity

OLEGÁRIO NELSON AZEVEDO PEREIRA¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-MA / UERJ)
Centro de Estudos da População Economia e Sociedade/ FAPERJ/CEPESE
olegario.pereira@hotmail.com

ELZA MARIA NEFFA VIEIRA DE CASTRO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-MA / UERJ)
elzaneffa@gmail.com

MARIA ROSÁRIO BASTOS

Universidade Aberta do Porto
Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória/ CITCEM/FLUP
Maria.Bastos@uab.pt

JOÃO ALVEIRINHO DIAS

CIMA – Centro de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Algarve
jdias@ualg.pt

MARIA ANTONIETA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

Faculdade de Geologia
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ
tutucauerj@gmail.com

LUÍS CANCELA DA FONSECA

MARE/Laboratório Marítimo da Guia, Portugal
Centro de Ciências e Tecnologias da Água
Universidade do Algarve
lcfonseca@fc.ul.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 18/01/2017

Texto aprovado em/Text approved on: 30/03/2017

Resumo:

A região de Cabo Frio, área objeto deste estudo, está localizada na baixada litorânea do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. As

Abstract:

The Cabo Frio region, the object area of this study, is located in the coastal lowlands of the State of Rio de Janeiro, Brazil. The

¹ Agradece-se o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através do projeto UID/MAR/04292/2013 atribuído ao MARE. O primeiro autor agradece à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), a bolsa de estudos concedida através do processo E-26/201.582/14.

suas condições naturais, nomeadamente a existência do sistema lagunar de Araruama e a ocorrência do fenómeno da ressurgência no seu litoral, proporcionaram uma zona favorável à exploração de recursos marinhos, fomentando a fixação humana e o posterior desenvolvimento da pesca lagunar e costeira. Nesse sentido, a atividade apesar de ser praticada pelos povos indígenas estabelecidos na região, no século dezassete, com a efetivação da colonização portuguesa em Cabo Frio observou-se a sua intensificação e desenvolvimento. Tendo em conta as características do meio no propiciar de recursos piscícolas, pretende-se analisar diacronicamente a evolução da prática piscatória na região, por meio da investigação de documentação histórica.

Palavras-chave:

História Ambiental; Sistemas lagunares;
Zonas costeiras; Recursos marinhos.

natural conditions, such as the existence of the Araruama lagoonal system and the occurrence of the resurgence phenomenon on the seashore, provided a rich area for exploitation of marine resources, promoting human settlement and the subsequent development of lagoonal and coastal fishing. Despite the activity was accomplished by indigenous people established in the region, in the seventeen century, with the arrival of Portuguese settlers to Cabo Frio, its development was observed. Taking into account the characteristics of the environment in the provision of fish resources, we intend to analyse diachronically the evolution of the fishing practice, through the investigation of historical documentation.

Keywords:

Environmental History; Lagoon systems;
Coastal areas; Marine resources.

1. Introdução

A região de Cabo Frio, área objeto deste estudo, está localizada na baixada litorânea do Estado do Rio de Janeiro, Brasil (figura 1). As suas condições naturais proporcionaram uma zona favorável à exploração de recursos marinhos, fomentando a fixação humana e o posterior desenvolvimento da pesca lagunar e costeira. Trata-se de uma atividade com uma longa tradição, sendo praticada pelos povos indígenas como meio de subsistência, aplicando técnicas piscatórias mais simples que aquelas posteriormente introduzidas pela colonização portuguesa. Os portugueses chegaram a Cabo Frio no século XVI. A riqueza da região em pau-brasil, produto valioso e cobiçado na Europa, proporcionou o estabelecimento de uma feitoria com o objetivo de controlar a área e de servir como entreposto comercial. Num primeiro momento da colonização, foi impossível a dominação e ocupação territorial por parte dos portugueses. Questões como a falta de efetivos humanos e o constante ambiente de confronto bélico com os indígenas e com os corsários franceses e holandeses que assolavam aquele litoral explorando pau-brasil, traduziram-se em uma colonização temporária da região. Efetivada nos inícios do século XVII, após a expulsão definitiva dos franceses, do controle das investidas dos corsários e da subjugação dos indígenas, fundou-se, oficialmente, a capitania de Cabo Frio². Neste primeiro momento de ocupação portuguesa, a exploração dos recursos naturais voltou-se especialmente para o pau-brasil. No entanto, numa fase subsequente, as condições do meio, nomeadamente devido à existência do sistema lagunar de Araruama e à ocorrência do fenómeno da ressurgência no seu litoral, potenciaram a exploração dos recursos marinhos. Nesse sentido, o pescado foi um recurso essencial para o desenvolvimento da região e, como se verá, é notória a crescente exploração dos recursos pesqueiros. Através da análise de documentação histórica, pretende-se, com este estudo, analisar diacronicamente a evolução da prática piscatória na região de Cabo Frio, levando em consideração as características do meio no propiciar desses recursos.

² Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga*, vol. IV, Rio de Janeiro, IBGE, 1946, p. 75-85. Hilton Massa, *Cabo Frio Histórico-Político*, Cabo Frio, Prefeitura Municipal de Cabo Frio, Inelivro, 1980, p. 23-37.

2. Condições naturais e a potencialidade de exploração dos recursos piscatórios

A área objeto deste estudo localiza-se na região das baixadas litorâneas do estado do Rio de Janeiro (figura 1). Constituída por uma planície sedimentar de baixa altitude, esta região é caracterizada pela presença de vários sistemas lagunares costeiros, cujo confinamento se deveu à formação de um conjunto de restingas duplas³.

Figura 1 – Localização da área de estudo



³ Gilberto T. M. Dias and Björn Kjerfve, “Barrier and Beach Ridge Systems of the Rio de Janeiro Coast” in Sérgio R. Dillenburg and Patrick A. Hesp (ed.) *Geology and Geomorphology of Holocene Coastal Barriers of Brazil – Lecture Notes in Earth Sciences*, 107, Berlin, Springer-Verlag, 2009, p. 225-252.

Entre esses sistemas, destaca-se o de Araruama, o qual apresenta uma extensão de cerca de 220 quilômetros quadrados, perímetro de cerca de 160 quilômetros, uma profundidade média de 2,9 metros com um volume de 636 milhões de metros cúbicos, e tempo estimado de renovação de suas águas de 83,5 dias⁴. O corpo hídrico lagunar de Araruama foi confinado pela restinga de Massambaba. Para Alberto Lamego, esta restinga desenvolveu-se através da acumulação de grandes quantidades de areias, transportadas longitudinalmente na direção de oeste para leste, através das correntes de deriva litorânea⁵. Uma vez depositadas, fomentaram a formação de extensos cordões arenosos, confinando enseadas que existiam na região. Posteriormente, verificou-se que a constituição do sistema lagunar de Araruama era resultado de sucessivas subidas e descidas do nível do mar. A gênese das duas séries de cordões litorâneos encontrar-se-ia nesse avanço marítimo, constituindo-se em idades diferentes, a flandriana e a pós-flandriana⁶. Investigações demonstraram que a formação de Araruama como corpo hídrico lagunar, confinado pela restinga de Massambaba, se deveu a uma complexidade de eventos geológicos e de variações do nível do mar. Esta sucessão de eventos ocorridos entre 123 mil até 5 mil anos BP permitiu a formação de dois cordões arenosos em momentos distintos. Nesse sentido, o cordão arenoso mais interior ter-se-á formado durante o período do Pleistoceno, aquando da ocorrência da transgressão marítima e durante a época do Holocénico do período Quaternário, entre 7 mil a 5 mil anos BP, quando a laguna ficou novamente submersa e o cordão arenoso mais próximo ao mar ter-se-á constituído⁷. Considerado um dos maiores sistemas lagunares hipersalinos do mundo, trata-se de uma laguna oligo-mesotrófica. Apesar de apresentar problemas relacionados com a conservação ambiental, estimava-se,

⁴ Paulo Bidegain, *Plano das Bacias Hidrográficas da Região dos Lagos e do rio São João*, Consórcio Intermunicipal para Gestão das Bacias Hidrográficas da Região dos Lagos, Rio São João e Zona Costeira (2005), (http://www.inea.antigo.rj.gov.br/recursos/downloads/comite_lagos_sao_joao_plano_bacia.pdf, consultado em 21.09.2016).

⁵ Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p. 10-16.

⁶ Ricardo Coe Neto, "Algumas considerações sobre a origem do sistema lagunar de Araruama" in Luiz Drude de Lacerda, Dorothy Sue Dunn de Araujo, Rui Cerqueira e Bruno Turcq (org.) *Restingas: origem, estrutura, processos*, Niterói, CEUFF, 1984, p. 61-63. Dieter Muehe, "Erosão Costeira – Tendência ou Eventos Extremos? O Litoral entre Rio de Janeiro e Cabo Frio, Brasil", *Revista de Gestão Costeira Integrada/Journal of Integrated Coastal Zone Management* (2011), (<http://www.aprh.pt/rgci/rgci282.html>, consultado em 28.09.2016).

⁷ Björn Kjerfve, C. A. F. Schettini, Bastiaan Knoppers, Guilherme Lessa and H. O. Ferreira, "Hydrology and Salt Balance in a Large, Hypersaline Coastal Lagoon: Lagoa de Araruama, Brazil", *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 42 (1996), p. 704. Gilberto T. M. Dias and Björn Kjerfve, *Barrier and Beach Ridge...*, cit., p. 244-248.

no ano de 2005, que tinha uma variada presença e diversidade de organismos, identificando-se 98 espécies de algas, 39 de peixes e mais de 100 espécies de invertebrados bentônicos. Entre os ecossistemas costeiros associados, destacam-se as praias, costões rochosos e os manguezais. A atividade piscatória ainda é exercida neste corpo hídrico lagunar⁸.

Aos recursos piscícolas da laguna, acrescem também os marinhos. No litoral de Cabo Frio ocorre o fenômeno de ressurgência costeira ou afloramento costeiro (*coastal upwelling*), constituído por uma subida de água fria rica em nutrientes, a qual propicia uma produtividade primária elevada e, conseqüentemente, abundância em termos de pescado⁹. Apesar de a ressurgência ocorrer em sete regiões da costa sudoeste e sul do Brasil, a de maior intensidade ocorre neste litoral, atingindo extensões entre os 150 e os 400 quilômetros¹⁰. Entre a ictiofauna presente em Cabo Frio, destaca-se, pelo seu valor comercial e captura mais elevada, a espécie sardinha-verdadeira (*Sardinella brasiliensis*). A esta, associam-se outras, como a savelha (*Brevoortia aurea*), a sardinha-boca-torta (*Cetengraulis edentulus*), a sardinha-lage (*Opisthonema oglinum*), e ainda predadores, como o bonito-barriga-listada (*Katsuwonus pelamis*), a cavalinha (*Scomber japonicus*), o xerelete (*Caranx crysos*) e o bonito-pintado (*Euthynnus alletteratus*). A sardinha-verdadeira ocorre especialmente em zonas de ressurgência, sendo a de Cabo Frio das mais importantes zonas de captura do estado do Rio de Janeiro¹¹. Aliás, o fenômeno contribui para tornar esta área riquíssima em recursos piscícolas, uma vez que estimativas indicam a ocorrência nas suas águas marítimas costeiras de cerca de quatro centenas de

⁸ Paulo Bidegain, *Plano das Bacias Hidrográficas...*, cit., p. 29-32. Paulo Bidegain e Carlos Bizerril, *Lagoa de Araruama – perfil ambiental do maior ecossistema lagunar hipersalino do mundo. Projeto Planágua Semads* (2002), (<http://www.bibliotecaflorestal.ufv.br/handle/123456789/10812>, consultado em 21.09.2016), p. 66-77.

⁹ Eliane Gonzales-Rodriguez, Jean Louis Valentin, Dalmo Lacerda André and Salvador Abdala Jacob, “Upwelling and downwelling at Cabo Frio (Brazil): comparison of biomass and primary production responses”, *Journal of Plankton Research*, 14-2 (1992), p. 289-306. Ruben M. Lopes, Mario Katsuragawa, June F. Dias, Monica A. Montú, José H. Muelbert, Charles Gorri and Frederico P. Brandini, “Zooplankton and ichthyoplankton distribution on the southern Brazilian shelf: an overview”. *Scientia Marina*, 70-2 (2006), p. 189-202.

¹⁰ Sérgio Augusto Coelho-Souza, Maria Soledad López, Jean Remy Davee Guimarães, Ricardo Coutinho and Rogério Nader Candella, “Biophysical interactions in the Cabo Frio upwelling system, southeastern Brazil”. *Brazilian Journal of Oceanography*, 60-3 (2012), p. 354.

¹¹ Melquíades Pinto Paiva e Paulo César Silva da Motta, “Cardumes da sardinha-verdadeira, *Sardinella brasiliensis* (Steindachner), em águas costeiras do estado do Rio de Janeiro, Brasil”. *Revista Brasileira de Zoologia*, 17-2 (2000), p. 339-346.

espécies piscícolas na superfície e meia-água, assim como nos fundos rasos e profundos¹².

Estas condições ambientais revelaram-se fundamentais no que diz respeito à potencialidade para a prática piscatória. Por um lado, um litoral sujeito ao fenómeno aludido e do qual resulta o desenvolvimento de teias tróficas exuberantes, as quais suportam uma numerosa variedade de espécies piscícolas marinhas; por outro, a existência de sistemas lagunares confinados ou semi-confinados é particularmente importante para o desenvolvimento da atividade pois, para além de oferecer proteção ao impacto direto do oceano¹³, tais ambientes permitem uma atividade piscatória abundante e variada, uma vez que as lagunas são normalmente criadouros de espécies piscícolas marinhas¹⁴.

3. A atividade piscatória indígena

A região da baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro, onde predominam extensos areais, devido às valências ofertadas pelo meio, tornou-se local de excelência para a fixação humana¹⁵. Embora haja quem defenda uma ocupação anterior¹⁶, o povoamento do cordão externo holocénico da restinga de Massambaba, que confina a laguna de Araruama, terá ocorrido entre 4500 e 1800 anos antes do presente, quando grupos Sambaquianos, cujo enfoque de exploração se orientava predominantemente para os recursos existentes na área litorânea, em especial os marinhos, se teriam instalado na região¹⁷. A prática piscatória remonta, portanto, às populações autóctones. Diversos estudos arqueológicos comprovam a exploração dos recursos marinhos pelos povos indígenas ao longo dessa faixa litorânea, tanto na restinga arenosa, quanto

¹² Paulo Bidegain, *Plano das Bacias Hidrográficas...*, cit., p. 29-32.

¹³ Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p. 159.

¹⁴ Lísia Maria Cavalcante Bernardes e Nilo Bernardes, "A pesca no litoral do Rio de Janeiro", *Revista Brasileira de Geografia*, ano XII, n.º 1 (1950), p. 17. L. V. Barroso, F. C. C. Fabiano, "Estudo da pesca com artes fixas na laguna de Araruama (RJ), *Oecologia Brasiliensis*, vol. 1 (1995), (www.oads.org.br/livros/26.pdf, consultado em 14.09.2016), p. 569-585.

¹⁵ Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p. 69-72.

¹⁶ Lina Maria Kneip, Luciana Pallestrini, "Restingas do Estado do Rio de Janeiro (Niterói a Cabo Frio): 8 mil anos de ocupação humana" in Luiz Drude de Lacerda, Dorothy Sue Dunn de Araujo, Rui Cerqueira e Bruno Turcq (org.), *Restingas: origem, estrutura, processos*, Niterói, CEUFF, 1984, p. 139-146.

¹⁷ Márcia Barbosa da Costa Guimarães, *A ocupação pré-colonial da região dos Lagos, RJ: sistema de assentamento e relações intersociais entre grupos sambaquianos e grupos ceremistas Tupinambá e da tradição Una*, vol. I, Universidade de São Paulo (2007), (<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/71/71131/tde-05092007-111015/pt-br.php>, consultado em 25.09.2016).

no entorno lagunar¹⁸. No momento da chegada dos portugueses, no início do século XVI, a região encontrava-se povoada por duas “nações” indígenas que se contendiam entre si: a Tamoio¹⁹, ocupando as áreas de lagunas e enseadas, e a Goitacá, ocupando as planícies de restingas²⁰. Os Tamoios (ou Tupinambá) pescavam utilizando linhas feitas com uma planta chamada *tucum*²¹ à qual prendiam espinhas. Os anzóis foram introduzidos posteriormente pelos europeus tal como as redes de maior dimensão, que causavam a admiração dos indígenas devido à quantidade de pescado que permitiam capturar²². Não obstante, o *tucum* também era utilizado no preparo de redes de dimensão reduzida chamadas *puças*, com as quais pescavam sobretudo durante a praia-mar, entre outras espécies, principalmente as tainhas²³. Além da utilização das redes, também aplicavam uma espécie de covos chamados *giquís*. Quando se tratava da captura de pescado de maiores dimensões, os Tupinambá utilizavam arco e flecha²⁴. Já nos cursos

¹⁸ Sheila Maria Ferraz Mendonça de Souza, Alfredo A. C. Mendonça de Souza, “Pescadores e Recoletores do litoral do Rio de Janeiro”, *Arquivos do Museu de História Natural*, vol. VI-VII (1981-1982), p. 109-131. Lina Maria Kneip, Luciana Pallestrini, *Restingas do Estado do Rio de Janeiro...*, cit. p. 139-146. Márcia Barbosa da Costa Guimarães, *A ocupação pré-colonial da região dos Lagos...* cit., p. 22-23, 42, 94-101.

¹⁹ Trata-se de um termo local atribuído aos índios Tupinambá, os quais ocupavam a região costeira entre o atual estado de São Paulo e a cidade de Cabo Frio no estado do Rio de Janeiro: cf. Carlos Fausto, “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá: da Etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico”, in Manuela Carneiro da Cunha (org.) *História dos Índios no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, Secretaria municipal de cultura, Fapesp, 1992, p. 383.

²⁰ Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p.72, 75.

²¹ Segundo Gabriel Soares de Souza, o *Tucum* é uma erva da qual os indígenas retiravam das suas folhas uma espécie de linho comparável a seda, entrelaçando-o, de forma a produzir o fio de pesca. As linhas eram tão resistentes que nenhuma espécie de peixe as quebrava: Gabriel Soares de Souza, *Tratado Discriptivo do Brazil em 1587*, Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1851, p. 222-223.

²² Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1941, p. 148-149. Frei Vicente do Salvador também afirma que os anzóis foram uma introdução dos portugueses, referindo que anteriormente os indígenas usavam um tipo de espinho para pescar: Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil 1500-1627*, Rio de Janeiro, Weiszflog Irmãos, 1918, p. 55.

²³ Talvez por isso Jean de Léry descreva que se os europeus lhes facultassem redes, facilmente as manejavam (Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil...*, cit., p. 149), pois embora de tamanho mais reduzido já recorriam a esse instrumento piscatório. Hans Staden também refere que as redes indígenas eram de pequena dimensão e feitas com *tucum*: Hans Staden, *Duas Viagens ao Brasil: arrojadas aventuras no século XVI entre os Antropófagos do Novo Mundo*, São Paulo, Sociedade Hans Staden, 1942, p. 159.

²⁴ A utilização de flecha, segundo Gabriel Soares de Souza, resultava do facto de não possuírem anzóis. O autor considera estes indígenas grandes mergulhadores e pescadores: Gabriel Soares

fluviais (e provavelmente nas lagoas²⁵), a prática era o envenenamento dos peixes recorrendo à planta *timbó* ou *tinguí*, rendendo a maior quantidade de pescado capturado²⁶. Ao norte de Cabo Frio encontravam-se os Goitacás²⁷ habitando a planície deltaica do Rio Paraíba do Sul, uma região de cordões arenosos intercalados por brejos e lagoas²⁸. Estes indígenas tiravam proveito das condições do terreno²⁹, demonstrando uma perfeita adaptação ao meio em que viviam. Segundo algumas descrições, ao contrário dos Tamoios, não edificavam aldeias. Além disso, não cultivavam a terra, subsistindo através da caça e da pesca³⁰. O seu maior património eram os seus arcos, os quais utilizavam para sua defesa e para a caça e pesca. Quanto à última atividade, exerciam-na tanto nos rios, quanto nas lagoas e no mar, sendo descritos como pescadores exímios³¹. Embora a informação quanto aos seus instrumentos e técnicas de pescar não abunde, como a referente aos Tamoios, conclui-se que os mais utilizados pelos indígenas que habitavam a região de Cabo Frio seriam

de Souza, *Tratado Discriptivo do Brazil em 1587...*, cit., p. 93. Do mesmo modo, Hans Staden descreve que os indígenas procuravam apanhar o peixe no mar, flechando-o e depois mergulhando para o capturar: Hans Staden, *Duas Viagens ao Brasil...*, cit., p. 159.

²⁵ Além da utilização destas ervas nos cursos fluviais, também a aplicavam em “esteiros de água salgada”: Gabriel Soares de Souza, *Tratado Discriptivo do Brazil em 1587...*, cit., p. 320.

²⁶ Francisco Adolpho de Varnhagen, *História Geral do Brazil*, tomo I, Madrid, Imprensa de V. de Dominguez, 1854, p. 117. Gabriel Soares de Souza, *Tratado Discriptivo do Brazil em 1587...*, cit., p. 320. Esta prática seria semelhante aquela realizada em Portugal e chamada de *entroviscada* ou *troviscada*: Sandra Rute Fonseca Gomes, *Territórios Medievais do Pescado do Reino de Portugal*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, (2011), (<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18460>, consultado em 19.09.2016), p. 21.

²⁷ Em 1587, embora fosse a região habitada por este povo, supostamente ter-se-ia afastado do litoral (Gabriel Soares de Souza, *Tratado Discriptivo do Brazil em 1587...*, cit., p. 80). Segundo o capitão-mor do Rio de Janeiro refere em 1624, os Goitacás ainda habitavam a região (Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa) (a seguir citado com a sigla AHU), Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 1, documento 26, fl. 1v.). Alberto Ribeiro Lamego refere a mesma ocupação territorial, embora cogite a possibilidade de estes indígenas estarem distribuídos por um território que se estendia até próximo da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro, Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e o brejo*, Rio de Janeiro: IBGE, 1945, p. 34.

²⁸ Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e o brejo...*, cit., p. 3-23.

²⁹ Por exemplo, Frei Vicente do Salvador explicava a sua difícil subjugação “[...] porque vivem em terras alagadiças mais a modo de homens marinhos que terrestres e, quando se ha de chegar ás mãos com elles, mettem-se dentro das águas, aonde se não pode entrar nem a pé, nem a cavallo.”: Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil 1500-1627...*, cit., p. 622. Como se verá somente em princípio do século XVII se conseguem as pazes com este povo, embora não fossem totalmente respeitadas.

³⁰ Gabriel Soares de Souza, *Tratado Discriptivo do Brazil em 1587...*, cit., p. 99-100.

³¹ Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e o brejo*, Rio de Janeiro: IBGE, 1945, p. 37.

o emprego do arco e flecha, a pesca à linha, as redes de pequena dimensão, a utilização de instrumentos semelhantes a covos e o envenenamento recorrendo à planta *timbó* ou *tinguí*.

4. A colonização portuguesa em Cabo Frio e o desenvolvimento da atividade piscatória

4.1. Os primórdios da ocupação portuguesa

As primeiras incursões portuguesas no território litorâneo do sudeste do Brasil revestem-se de um caráter exploratório e geopolítico, sendo mais tardia a fixação populacional. A instalação de entrepostos servia como pontos de apoio e de exploração. No litoral do estado do Rio de Janeiro, o entreposto de Cabo Frio implementado entre 1503 e 1504 é um exemplo desses primeiros empreendimentos. Durante a maior parte do século XVI, a presença dos europeus no litoral fluminense é marcada por constantes batalhas entre os portugueses e os franceses envolvendo os povos indígenas³². Tais circunstâncias não permitiram o pleno assentamento populacional português em Cabo Frio³³. Distante da cidade do Rio de Janeiro mais intensamente ocupada pelos portugueses, a região era frequentada pelos franceses e corsários de outras nacionalidades que aí se deslocavam para explorar o pau-brasil³⁴. As circunstâncias naturais tornavam este litoral num ponto de paragem para o contrabando dessa madeira, para suprimento de mantimentos e aguada (abastecimento de água doce)³⁵.

³² José de Souza Azevedo Pizarro de Araújo, *Memorias Historicas do Rio de Janeiro e das Provincias Annexas A'Jurisdicção do Vice-Rei do Estado do Brasil, Dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI*, tomo I, Rio de Janeiro, Impressão Régia, 1820. Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p. 75-85. Hilton Massa, *Cabo Frio Histórico-Político...*, cit., p. 23-37.

³³ Embora antes de 1658 já houvesse sido instalada uma povoação que, “[...] pelo clima, ou por outros acidentes, se não conservou.”: Carta para sua magestade acerca dos Guaitacazes, *Documentos Históricos – Correspondência dos governadores geraes: Conde de Castello Melhor, Conde de Athouguaia, Francisco Barreto (1648-1672)*, vol. IV, Bibliotheca Nacional, Rio de Janeiro, 1928, p. 346.

³⁴ José de Souza Azevedo Pizarro de Araújo, *Memorias Historicas do Rio de Janeiro...*, cit., tomo II, p. 131-133.

³⁵ Diversa documentação demonstra as constantes incursões de franceses, bem como de ingleses e holandeses, especialmente durante o século XVII, mesmo após a fundação da cidade de Cabo Frio: e.g. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, São Paulo, Caixa 1, documento 2; AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, caixa 1, documento 13, fl. 1v.; AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 1, documento 14; AHU, Conselho Ultramarino,

A laguna de Araruama, pela sua característica de litoral abrigado e por ter fundos suficientes, permitia a navegação das embarcações de calado superior que podiam aportar ao abrigo das condições marítimas³⁶. Somente em 1615 é fundada oficialmente a povoação de Cabo Frio e tem início o seu povoamento efetivo³⁷. Em 1617, ordens régias emanadas de Portugal procuraram fixar duas aldeias de indígenas em Cabo Frio, designando para o efeito Martim de Sá, capitão-mor do Rio de Janeiro, que pretendia constituí-las com índios oriundos de aldeias da Companhia de Jesus situadas em Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro³⁸. Nesse mesmo ano, no final de Maio, o padre António de Matos, Reitor do Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, adquire terras através de uma sesmária, para fundar uma aldeia indígena³⁹. Em 1619 um padre da Companhia e o capitão-mor de Cabo Frio Estevão Gomes partem em missão para tratar das pazes com os goitacás⁴⁰, enquanto Martim de Sá buscava indígenas do Espírito Santo⁴¹. A missão teve resultado embora, em 1624, Martim de Sá refira que os Goitacás mesmo aceitando as pazes se insurgiam contra os portugueses⁴². De qualquer modo, houve deslocação de goitacás para a missão jesuíta e áreas a norte, nomeadamente na da Ponta de Búzios (figura 1) e campos de Una (na margem do rio Una, localizado entre Tamoios e a Ponta de Búzios – figura 1), embora não tenha sucedido de forma pacífica⁴³. Por essa altura, os jesuítas

Brasil, Rio de Janeiro, caixa 1, documento 15; AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, São Paulo, Caixa 5, documento 487.

³⁶ Tal condição já é referida em 1587 (Gabriel Soares de Souza, *Tratado Descritivo do Brazil em 1587...*, cit., p. 80-81.), mantendo-se em 1663 (Padre Simão de Vasconcellos, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo. Em que se trata da entrada da Companhia de Jesu nas partes do Brasil, dos fundamentos que nellas lançaram e continuaram seus religiosos, e algumas noticias antecedentes, curiosas e necessárias das cousas d'aquelle Estado*, vol. I, Lisboa, A. J. Fernandes Lopes, 1865, p. LII.).

³⁷ José de Souza Azevedo Pizarro de Araújo, *Memorias Historicas do Rio de Janeiro...*, cit., tomo II, p. 131-133. Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p. 84-85.

³⁸ Como se viu, estas áreas geográficas eram ocupadas maioritariamente pelos Tamoios ou Tupinambá entre São Paulo e o Cabo Frio (Carlos Fausto, “Fragmentos de História e Cultura Tupinambá...”, cit., p. 383) e daqui até o sul do Espírito Santo pelos Goitacás (Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e o brejo...*, cit., p. 34).

³⁹ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 18, documento 2038, fol. 17v.-18v. A sesmária foi concedida pelo primeiro capitão-mor de Cabo Frio, Estevão Gomes, tratando-se da localidade de São Pedro da Aldeia (figura 1): Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p. 94.

⁴⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 1, documento 15, fl. 2.

⁴¹ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 1, documento 20.

⁴² AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 1, documento 26, fl. 1v.

⁴³ Em 1721, o Prior da Companhia de Jesus, padre António Cardozo, refere “[...] para tal Aldeia que ha foi necessario no seu principio puxar com grande uiolencia os Indios que estauaõ pellos

também estabeleceram uma fazenda de gados e terrenos de cultivo em Macaé (figura 1)⁴⁴. A missão de São Pedro da Aldeia foi suficientemente povoada, pois considerava-se que crescendo somente dez soldados aos indígenas seria suficiente para a proteção daquele litoral⁴⁵. Com efeito, a localidade fundada pelos jesuítas, tinha em 1684 cerca de 200 habitantes, ao passo que em Cabo Frio (figura 1) eram poucos os moradores, embora não se expresse o seu quantitativo⁴⁶. Outras localidades pontuavam na região. Ao termo de Cabo Frio pertencia a localidade de Saquarema⁴⁷, fundada em 1660 aquando da construção da capela de Nossa Senhora da Nazaré⁴⁸. Em 1726 também estaria estabelecida a localidade de Araruama (figura 1). Apesar de Alberto Ribeiro Lamego considerar ser de fundação mais recente⁴⁹, o mais certo é ser anterior a essa data pois já se encontrava uma guarnição militar controlando a ancoragem de embarcações inimigas⁵⁰. Conclui-se deste modo que a região em análise começou a ser paulatinamente povoada a partir do século XVII, destacando-se os núcleos populacionais de Cabo Frio, de São Pedro da Aldeia cuja ocupação se estendeu para a Ponta de Búzios e proximidades do rio Una, de Macaé, de Saquarema e de Araruama.

Campos dos Guaitazes e para isto he que se concederaõ em Mayo de 1617 os campos de Una e ponta dos Buzios em que os tais Indios tem muito largo districto para suas rossas e fazendas.” (AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 13, documento 1407, fl. 5v.).

⁴⁴ Alegavam os religiosos que os terrenos eram pouco produtivos por serem alagadiços, chamavam-se de Campos Novos. Alguns moradores de Cabo Frio exploravam as terras, embora sem consentimento dos religiosos. Junto dos terrenos havia também outras terras da Companhia, onde descansavam os gados (boiadas) que vinham de Campos de Goitazes para o Rio de Janeiro, sendo habitadas somente por quatro escravos: AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 13, documento 1407, fl. 5v., 9, 9v.

⁴⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 1, documento 26, fl. 1v.-2.

⁴⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 5, documento 503, fl. 1. Em 1727, o capitão-mor do Rio de Janeiro refere que a aldeia da Companhia “[...] he a mais poupoloza e numeroza que tem esta Cappitania [...]” afirmando que inclusive sessenta homens teriam sido enviados à cidade do Rio para trabalhar 3 meses na fortificação da ilha das cobras (AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 18, documento 2038, fl. 4).

⁴⁷ Em 1727, a câmara de Cabo Frio pede que se tribute a água-ardente na cidade e em Saquarema que pertencia ao seu termo (AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 10, documento 1046).

⁴⁸ Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p. 98. Um documento de 1727 refere o lugar de Nossa Senhora da Nazaré, integrando Saquarema, confirmando pertencer ao termo de Cabo Frio (AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 18, documento 2038).

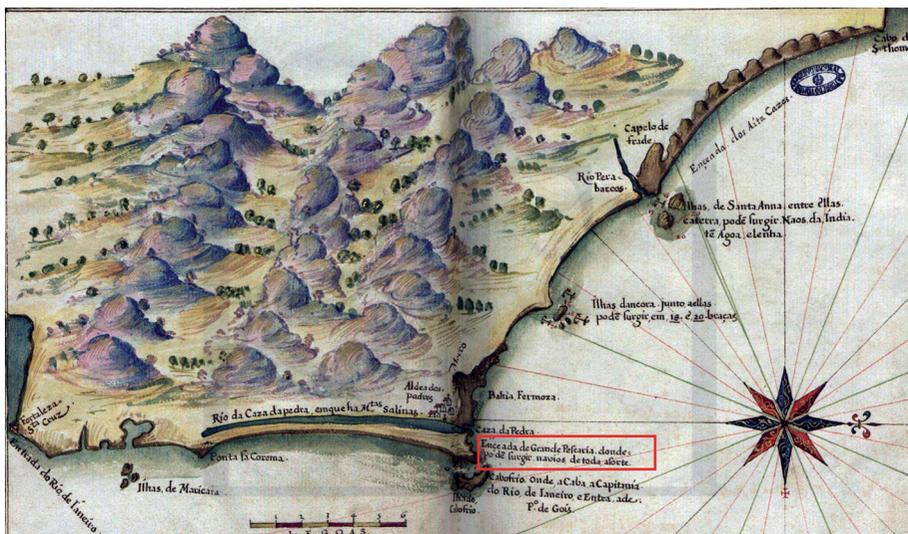
⁴⁹ Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p. 86 *et seq.*

⁵⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 16, documento 1827.

4.2. Locais de pescaria

Com esta ocupação territorial pelos portugueses desenvolvem-se núcleos de povoamento cuja população se voltava para o empreendimento piscatório. Alberto Lamego assevera essa situação quando refere que “Logo após a tomada de Cabo Frio agrupamentos de pescadores nascem nessa costa pródiga de abrigos seguros em suas numerosas enseadas desde a baía Formosa até a Praia Grande na restinga de Massambaba.”⁵¹. Com efeito, no século XVII, as pescarias já estariam estabelecidas. Na Ponta de Búzios, os indígenas desempenhavam essa labuta desde a fundação de São Pedro da Aldeia em 1617⁵². O cartógrafo João Teixeira Albarnaz, ao descrever o litoral brasileiro, em 1640, ressalta uma enseada junto ao Cabo Frio (figura 2) onde havia muitas pescarias⁵³.

Figura 2 – Região litorânea da Capitania de Cabo Frio em 1640, onde se representa a existência de pescarias



⁵¹ Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p. 159.

⁵² Num processo entre a Câmara e a Companhia de Jesus o juiz ordinário refere “[...] que os Índios desta Aldeya do Senhor Saõ Pedro, no dystrito do Cabo Frio, leuantaraõ hũa Pescaria hem hũa Paragem chamada a ponta dos Buzios, depois que esta Aldeya se fundou; e nella pescaraõ sempre.” AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 18, documento 2038, fl. 12.

⁵³ Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), coleção cartográfica, n.º 162, microfílmes 58 e 61 (<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162623>, consultado em 15.09.2016).

Na segunda década do século XVIII, além dos indígenas também os moradores de Cabo Frio pescavam na Ponta de Búzios. Daqui tomando direção à cidade de Cabo Frio até a praia de Però estabeleceram oito “grandes pescarias”⁵⁴. Em 1729, duas descrições apontam algumas das pescarias instaladas entre a restinga de Massambaba e a Ponta dos Búzios, as quais, como se verá, estariam direcionadas para a captura de pelágicos dadas as condições naturais de ressurgência costeira e as artes piscatórias empregues. As descrições são efetuadas por um morador de Cabo Frio e por um morador de Araruama⁵⁵, portanto, conhecedores da sua distribuição por aquele litoral. Segundo a mesma, partindo da restinga de Massambaba, a primeira pescaria era na Praia Grande, seguindo-se na Praia do Anjo. Em frente a esta, localiza-se a ilha do Cabo, a qual era posse da coroa, mas arrendada para a labuta da pesca. Entre a Praia do Anjo e a barra de Cabo Frio (canal de Itajurú) havia pescarias na Praia do Forno, na Prainha, Praia do Canto e Praia do Pontal. Do outro lado da barra, seguiam-se pescarias ao longo da Baía Formosa, na Praia Brava ou Vermelha e na Praia de Però. Ao final desta baía, na Enseada de Búzios, havia pescarias na Praia da Emerência, de Jerubá⁵⁶, da Ferradurinha, da Ferradura Grande, em outra praia chamada de Praia Brava, na praia de João Fernandes, na da Sardinha e na Praia do Maribondo. A estas seguiam-se as praias onde os índios tinham as pescarias. Todas as pescarias eram de particulares⁵⁷ (figura 3).

⁵⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 18, documento 2038, fls. 1, 6, 12,

⁵⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 22, documento 2432, fls. 12-14.

⁵⁶ Embora o morador de Araruama indique que aqui, por ser o mar revolto, não havia pescarias (AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 22, documento 2432, fl. 13v.)

⁵⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 22, documento 2432, fls. 12-14. Os indígenas teriam as suas pescarias na enseada dos Búzios (fl. 16v.-17v.), portanto, as praias da sardinha e do Maribondo; pela descrição, subentende-se localizarem-se nas duas enseadas entre a Praia de João Fernandes e a Praia dos índios.

Figura 3 – Localização de pescarias no litoral entre a restinga de Massambaba e a Ponta de Búzios em 1729



A: Trecho litorâneo entre a Restinga de Massambaba e barra de Cabo Frio (Itajurú)
1 – Praia Grande; 2 – Praia do Anjo; 3 – Ilha do Cabo; 4 – Praia do Forno;
5 – Prainha; 6 – Praia da Canto; 7 – Praia do Pontal



B: Trecho litorâneo entre a barra de Cabo Frio (Itajuru) e a Ponta de Búzios
 8 – Praia Brava ou Vermelha; 9 – Praia do Peró; 10 – Praia da Emerência;
 11 – Praia de Jerubá; 12 – Praia da Ferradurinha; 13 – Praia da Ferradura Grande;
 14 – Praia Brava; 15 – Praia de João Fernandes; 16 – Praia da Sardinha; 17 – Praia
 do Maribondo; 18 – Praia da pescaria dos Índios.

Em Saquarema também se exercia a atividade piscatória. Embora as descrições aludidas não mencionem as pescarias a sul da Praia Grande na restinga de Massambaba, em 1729 vários moradores da localidade tinham como ofício serem pescadores⁵⁸. Como quer que seja, os exemplos demonstram a pesca como uma atividade intensamente exercida. Nos princípios do século XIX, Auguste de Saint-Hilaire percorrendo a região em análise descreve-a, verificando-se que os núcleos populacionais continuavam dedicados à atividade. Em Saquarema

⁵⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 19, documento 2152, fls. 15v., 16. Estes homens provavelmente pescavam tanto na costa, quanto nas lagunas de Araruama ou Saquarema, por lhe serem próximas.

refere que os habitantes das margens da laguna e especialmente os da restinga eram todos pescadores, contornando a laguna por Araruama descreve o arraial de Mataruna cujo ofício dos habitantes era maioritariamente a pesca, passa em São Pedro da Aldeia onde assevera ser a atividade uma das principais ocupações dos indígenas, os quais, embora na pesca marítima costeira utilizassem apetrechos e técnicas mais desenvolvidos e produtivos introduzidos após a colonização, como se verá, na pesca lagunar recorriam a apetrechos mais rudimentares como redes construídas por si, linhas e anzóis⁵⁹. Em Cabo Frio Saint-Hilaire afirma que a população era constituída, em grande parte, por pescadores, os homens mais ricos da cidade, os quais possuíam embarcações próprias e eram coadjuvados nas pescarias por escravos⁶⁰, o que indica o seu rendimento elevado. Além de pescado do mar capturavam-se também camarões na laguna utilizando “[...] longas redes com a forma de coador, que se prendem a duas grandes varas ligadas em suas extremidades.”⁶¹. As praias do Pontal, Prainha, do Anjo, e Praia Grande estavam povoadas por pescadores sendo as espécies mais capturadas a enxova, cavala, franguete⁶², grassuma⁶³, sarda, e principalmente,

⁵⁹ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil com um Resumo Histórico das Revoluções do Brasil, da Chegada de D. João VI à América à Abdicação de D. Pedro*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1941, p. 278, 288, 312, respetivamente. Em meados do século XX, a pesca da tainha e camarão exercia-se com diversas armadilhas fixas como o gancho, a estacada e o trimbobó na canoa, cuja influência seria indígena: Lísia Maria Cavalcante Bernardes e Nilo Bernardes, *A pesca no litoral do Rio de Janeiro...*, cit., p. 18-19, 22.

⁶⁰ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes...*, cit., p. 330-331.

⁶¹ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes...*, cit., p. 333. A captura desta espécie mantinha-se no século XX, sendo utilizada a tarrafa e a rede de dois calões ou de cauda, esta última no canal do Itajurú: Lísia Maria Cavalcante Bernardes, Nilo Bernardes, *A pesca no litoral do Rio de Janeiro...*, cit., p. 20-21. A primeira arte trata-se de uma rede de cerco, que em Portugal, se documenta desde 1434, tomando maiores dimensões a partir do século XVI. No caso da segunda, parece tratar-se da mesma arte chamada em Portugal de rede-pé ou varredoura, documentada desde o século XII, porquanto, em ambos os casos, se aplica manobrada por dois homens caminhando ao longo das margens ou da praia e aplicando-a contra a corrente: Fernando Gomes Pedrosa, “A Evolução das Artes de Pesca em Portugal”, *Anais do Clube Militar Naval*, vol. CXV (1985), p. 294, 304.

⁶² Trata-se do xerelete (*Caranx crysos*), sendo franguete o nome vulgar: Haroldo Travassos e Hermínia de Holanda Lima, “Contribuição ao estudo dos Carangídeos do Brasil”, *Arq. Ciên. Mar.*, 15-1 (1975), (<http://setores.ufc.br/labomar/wp-content/uploads/2017/01/acm-1975-15-1-04.pdf>, consultado em: 02/04/2017), p. 38.

⁶³ Trata-se do nome vulgar aplicado ao chicharro (*Punctatos*): Haroldo Travassos, Hermínia de Holanda Lima, “Contribuição ao estudo dos Carangídeos do Brasil”..., cit., p. 38.

a tainha⁶⁴. Por aqui se depreende que as pescarias particulares, presentes nas praias no século XVIII, bem como as localidades fundadas no entorno lagunar, se tornaram em núcleos piscatórios, os quais, em meados do século XX, ainda subsistiam enquanto localidades ligadas à pesca marítima e lagunar⁶⁵.

4.3. A influência portuguesa no desenvolvimento da pesca em Cabo Frio

A documentação coeva fornece poucos dados no que diz respeito à atividade piscatória, embora expresse a estrita relação entre os habitantes da região e a laguna ou o mar⁶⁶. Não obstante a aparente exiguidade documental, alguma informação demonstra o desenvolvimento da pesca na região de Cabo Frio após a colonização portuguesa, especialmente no que respeita à pesca costeira. A importância desta atividade na área em apreço evidencia-se, num primeiro momento, pela proliferação de pescarias ao longo do seu litoral e concomitante dedicação dos seus habitantes a essa atividade. Com efeito, segundo a documentação, “[...] os moradores de Cabo frio contrataõ e vivem de pescaria, e mais dependem do mar e da sua alagõa, que da terra.”⁶⁷. Essa dependência das pescarias e a entrega à labuta piscatória remontava aos “[...] moradores adventicios de Cabo Frio, ocupados sô nas suas pescarias[...].”⁶⁸. Tal dedicação espoletou várias disputas pela posse de pescarias na Ponta de Búzios, motivo de desavenças num longo processo entre a Companhia de Jesus e a câmara de Cabo Frio⁶⁹. Num primeiro momento, essa zona litorânea não despertou o interesse dos moradores de Cabo Frio por ser afastada da cidade⁷⁰.

⁶⁴ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes...*, cit., p. 336, 338-339, 342.

⁶⁵ Cf. Lísia Maria Cavalcante Bernardes e Nilo Bernardes, *A pesca no litoral do Rio de Janeiro...*, cit.

⁶⁶ Lísia Maria Cavalcante Bernardes e Nilo Bernardes, *A pesca no litoral do Rio de Janeiro...*, cit., p. 24.

⁶⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 22, documento 2432, fl. 19. Lísia Maria Cavalcante Bernardes e Nilo Bernardes, *A pesca no litoral do Rio de Janeiro...*, cit., p. 24.

⁶⁸ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 22, documento 2432, fl. 16v.

⁶⁹ Os pleitos movidos pela câmara contra os jesuítas começaram antes de 1684 (AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 5, documento 503), havendo várias queixas quanto a posse de terras pelos religiosos (AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 8, documento 1555. *Ibidem*, caixa 10, documento 1046, fl. 1v.). A disputa sobre a Ponta de Búzios surge pelo menos desde 1717 (AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 13, documento 1407, fl. 9v.) e perdura até 1756 (AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 50, documento 2956).

⁷⁰ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 18, documento 2038, fls. 1, 12.

Contudo, se tivermos em consideração a referida proliferação das pescarias, ocupando o litoral entre a cidade de Cabo Frio e a Ponta de Búzios, entendemos o ensejo da câmara em tomar as pescarias jesuítas, pois as restantes do litoral eram privadas e o povo não usufruía delas⁷¹. Além disso, em 1729 instalou-se uma armação para captura de baleias, tendo a câmara arrendado os terrenos para sua implantação⁷², nesse sentido, interessava comprovar que os mesmos lhe pertenciam.

Os processos relativos à questão da Ponta de Búzios facultam várias informações quanto à atividade da pesca na região. É comum afirmar-se que os portugueses pouca ou nenhuma influência tiveram na forma como se exerce a atividade piscatória no Brasil. Os apetrechos utilizados e as respectivas técnicas aplicadas na captura do pescado são apontadas como resultado do conhecimento das populações indígenas⁷³. Como se viu os principais métodos e apetrechos piscatórios utilizados pelos indígenas que habitavam a região em apreço eram rudimentares. A documentação referente a esta contenda demonstra a influência que os portugueses tiveram no desenvolvimento da pesca costeira, especialmente através da introdução de técnicas piscatórias mais produtivas. Em 1722, as redes de arrasto já haviam sido introduzidas e eram utilizadas na Ponta de Búzios, onde o sargento-mor Tomás da Costa era detentor de “[...] huma rede grande de pescar, e alguns escrauos, tinha, e ainda tera lá junto á praya huma casinha cuberta de palha, para a fabrica desta rede em certos meses do anno. E rara vez succede ir algum dos mays pescar aquela parage, por lhe ficar longe, e porque he raro o que tem posses para conseruar rede de arrasto.”⁷⁴. Por aqui se denota que o empreendimento, apesar de sazonal, seria vultuoso, uma vez que envolvia mão-de-obra e redes de arrasto cuja posse e manutenção eram dispendiosas. Os indígenas, por seu turno, já recorreriam a técnicas mais desenvolvidas, contrariamente àquelas tradicionalmente utilizadas antes da

⁷¹ *Ibidem*, fl. 22v.

⁷² AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 20, documento 2202. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 22, documento 2432, fl. 10v.

⁷³ E.g. Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p. 157-158. Lísia Maria Cavalcante Bernardes e Nilo Bernardes, *A pesca no litoral do Rio de Janeiro...*, cit., p. 18. Lísia Maria Cavalcante Bernardes, “Pescadores da ponta do Caju – Aspectos da contribuição de Portugêses e Espanhóis para o desenvolvimento da pesca na Guanabara”, *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 20, n.º 2 (1958), p. 181.

⁷⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 13, documento 1407, fl. 9v. Lísia Maria Cavalcante Bernardes, Nilo Bernardes, *A pesca no litoral do Rio de Janeiro...*, cit., p. 24.

chegada dos colonos⁷⁵. Segundo a câmara de Cabo Frio, as pescarias não eram para usufruto dos índios, mas antes para comércio do pescado capturado em benefício dos jesuítas, o qual era expedido em embarcações⁷⁶. Por outro lado, quando se efetuava a repartição do sal das salinas existentes na laguna de Araruama os índios apropriavam-se do mineral⁷⁷. Tais descrições demonstram a elevada produção piscatória pela sua necessidade para conservação do peixe e posterior comércio, subentendendo-se a utilização de utensílios piscatórios de grande envergadura, como as redes de arrasto, por forma a proceder a uma captura elevada. Com efeito, nas suas pescarias os índios possuíam uma “[...]”

⁷⁵ O padre Simão de Vasconcelos refere em 1663 que acrescentando ao uso de flechas e envenenamento dos peixes, os indígenas adotaram dos portugueses os anzóis e os covos, sendo que no mar pescavam ligando linhas e anzóis entre três ou quatro canoas: Padre Simão de Vasconcelos, *Chronica da Companhia de Jesu do Estado do Brasil...*, cit., p. LXXVIII. Como vimos, apesar de terem redes de dimensão pequena, os indígenas, neste litoral, adotaram redes maiores introduzidas pelos europeus: Jean de Léry, *Viagem à terra do Brasil*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1941, p. 148-150.

⁷⁶ Referem os oficiais da câmara que na Ponta de Búzios era “[...]” donde costumam pescar os Índios, ou para melhor dizer os dittos Relligiozos Padres tinhaõ Pescarias, naõ para os Índios senaõ para fazerem negocio, como actualmente o estaõ vendendo a embarcacoẽs, que vem a este porto fazerem negocio, e ainda aos proprios Índios.” AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 18, documento 2038, fl.23. Em Portugal, desde tempos medievos, o clero controlava pescarias e o peixe assumia uma importância acrescida na dieta alimentar devido à regulamentação canónica: António Henrique de Oliveira Marques, *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV, Lisboa, Editorial Presença, 1987, p. 111, 464-465.

⁷⁷ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 18, documento 2038, fl. 23. O sal era importante para a conservação do pescado através da salga, prática utilizada em Portugal (e.g. Rosalina B. da Silva Cunha, Subsídios para a conservação do peixe em Portugal do século XII ao XVI, *Separata do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Vol. XXIX, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1972, p. 5-72). A existência de salinas naturais e a posterior introdução de salinas artificiais em Cabo Frio (vd. Alberto Ribeiro Lamego, *O Homem e a Restinga...*, cit., p. 164-184. Werther Holzer, “O Sabor do Sal: Paisagens Vernaculares da Araruama”, *Geograficidade*, v. 4 (2014), (<http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/issue/archive>, consultado em 25.09.2016), Olegário Nelson Azevedo Pereira, Elza Maria Neffa Vieira de Castro, Maria Rosário Bastos, João Alveirinho Dias e Maria Antonieta da Conceição Rodrigues, “De Aveiro e Figueira da Foz (PT) para Arraial do Cabo (BR): influência de técnicas portuguesas na salicultura da laguna de Araruama, Rio de Janeiro, Brasil” in Sílvia Dias Pereira, Maria Antonieta da Conceição Rodrigues, Ana Catarina Garcia e Luís Cancela da Fonseca (ed.), *Entre Rios e Mares: um Património de Ambientes, História e Saberes/Tomo V da Rede BrasPor*, Rio de Janeiro, FAPERJ, 2016, p. 47-61) supriam a necessidade do mineral para salga do pescado provindo da atividade piscatória efetuada na região.

caza para seu recolhimento nas ocazioens da pesca, e para recolherem as redes, e mais fabrica della.”⁷⁸.

A indicação da tipologia de utensilagem piscatória utilizada não permite descortinar se as redes utilizadas nas pescarias ao longo do litoral em análise eram de arrasto. Contudo, alguns elementos levam a conjecturar tal situação. Nas pescarias descritas em 1731, entre os proprietários encontra-se Tomás da Costa, o mesmo que aplicava redes de arrasto na Ponta de Búzios⁷⁹, o que leva a crer o emprego da mesma técnica e apetrecho. Embora não se indique a tipologia de redes utilizadas nessas pescarias, quase todas tinham instalações para sua produção e manutenção, tal como na Ponta de Búzios, subentendendo-se tratar-se de apetrechos com envergadura elevada. Além disso, os seus proprietários eram indivíduos com cargos militares ou de liderança e ordens religiosas, portanto com posses económicas para tais empreendimentos⁸⁰. Talvez por isso em 1731 os pescadores menos abastados se queixassem dos grandes proprietários, os quais, estabeleciam “caza de redes e toda a fabrica de pescarya”, lançando suas “redes para pescar”, fazendo “cercos ao peixe”, não permitindo que outros utilizassem os terrenos confinantes com o mar para exercerem a atividade, o que na prática era ilegal⁸¹. Tudo isto leva a crer que as técnicas de cerco envolvente, vulgarmente chamadas de arrasto para terra⁸², eram as aplicadas neste litoral para a pesca marítima costeira. Mais ainda, se considerarmos as condições oferecidas pelo meio, com praias extensas e leito marinho arenoso, permitindo as manobras das redes e das embarcações, acrescentando o fenómeno da ressurgência, o qual, como se viu, proporciona especialmente espécies de pelágicos como a sardinha. Mormente com tais condições naturais, este pescado é capturado recorrendo a essa técnica, aplicando-se consequentemente artes envolventes de arrasto pelo fundo, cuja rede é recolhida a partir da praia⁸³.

⁷⁸ AHU (Lisboa), Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 18, documento 2038, fl. 27v.

⁷⁹ Além da pescaria na Ponta de Búzios, localizada na praia da Ferradura Grande, também detinha uma na praia dos Anjos (AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 22, documento 2432, fls. 13-13v.).

⁸⁰ Cf. AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 22, documento 2432, fls. 12-14.

⁸¹ AHU, Conselho Ultramarino, Brasil, Rio de Janeiro, caixa 23, documento 2509.

⁸² Inês Amorim, “Recursos marítimos e tecnologia no séc. XVIII – pesca, sal e moçoço no litoral e ria de Aveiro”, *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI a XVIII)*, Porto, Instituto de História Moderna, 2002, p. 192.

⁸³ Henrique Souto, *Comunidades de pesca artesanal em Portugal*, Lisboa, Academia de Marinha (<http://www.henrique-souto.net/resources/Comunidades%20de%20Pesca%20Artesanal%20em%20Portugal.pdf>, consultado em 07.04.2017), p. 14-16.

As redes de arrasto eram bastante utilizadas em Portugal, especialmente em litorais com tais condições naturais⁸⁴, técnica aparentemente reproduzida em Cabo Frio após a sua colonização. No século XIX, Saint-Hilaire ao visitar a praia do Anjo assegurava ser totalmente habitada por brancos (subentendendo-se descendência europeia, logo, portuguesa), os quais exerciam a pesca com redes, embora não se indique a sua tipologia⁸⁵. Como quer que seja, já em meados do século XX, as redes de arrasto eram o apetrecho mais utilizado no litoral em análise⁸⁶.

5. Conclusão

As condições naturais na região de Cabo Frio, nomeadamente a existência do fenómeno de ressurgência costeira ou afloramento costeiro (*coastal upwelling*) no seu litoral e a formação do sistema lagunar de Araruama, providenciaram variados recursos piscícolas potenciando a atividade piscatória. Antes da colonização portuguesa, os indígenas que habitavam aquele litoral tinham a pesca como atividade de subsistência aplicando técnicas e apetrechos rudimentares. A colonização portuguesa do território ocorreu especialmente no século XVII, num esforço de ocupação territorial através da fundação de núcleos de povoamento constituídos por colonos e indígenas. Com um *modus vivendi* dedicado predominantemente à pesca, surgiram povoações dedicadas à atividade. As pescarias estabelecidas ao longo deste litoral, onde ocorrem especialmente espécies de pelágicos, eram controladas por indivíduos e instituições religiosas, cuja condição económica permitiu a aplicação de apetrechos mais desenvolvidos e conseqüentemente mais dispendiosos. Tudo indica, por isso, que a técnica de cerco envolvente era aquela aplicada na pesca marítima costeira. A sua introdução terá surgido após a colonização e subsistido até ao século XX. Na laguna de Araruama, a pesca era exercida com utensílios como as redes e anzois, aplicados no século XIX pelos índios moradores de São Pedro da Aldeia, e armadilhas fixas de redes, colocadas pelos moradores de Cabo Frio no canal do Itajurú para captura de camarão. No século XX, as artes piscatórias mais utilizadas eram as armadilhas fixas como o gancho,

⁸⁴ Para os diversos apetrechos aplicados nas técnicas de cerco envolvente, entre outros, cf. Fernando Gomes Pedrosa, *A Evolução das Artes de Pesca em Portugal...*, cit., p. 294-299. Nuno Luís Madureira e Inês Amorim, *História do Trabalho e das Ocupações*, vol. II, Oeiras, Celta Editora, 2001, *passim*.

⁸⁵ Auguste de Saint-Hilaire, *Viagem pelo Distrito dos Diamantes...*, cit., p. 339.

⁸⁶ Lísia Maria Cavalcante Bernardes, Nilo Bernardes, *A pesca no litoral do Rio de Janeiro...*, cit., p. 24-25.

estacada ou trimbobó na canoa, e as redes de cerco, como a rede de dois calões ou de cauda e a tarrafa, com as quais se capturavam especialmente as tainhas e o camarão. Conclui-se, portanto, que na pesca costeira, os portugueses introduziram técnicas mais produtivas, enquanto na pesca lagunar parece ter subsistido o emprego de técnicas com influência indígena. Não obstante, torna-se necessário um aprofundamento no estudo destas questões, recorrendo-se a outras tipologias documentais por forma a colmatar a falta de elementos que melhor sustentem esta hipótese.

Passado, presente e futuro da mobilidade no vale do Tua (séculos XIX a XXI)

Past, present and future of mobility in the Tua valley (19th to 21st centuries)

HUGO SILVEIRA PEREIRA

Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT)
Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa
hugojose.pereira@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2017

Texto aprovado em/Text approved on: 11/07/2017

Resumo:

Ao longo de mais de 200 anos, o vale do Tua conheceu diversas evoluções no seu sistema de mobilidade, desde os primitivos carros de bois e barcas de passagem até ao advento do caminho-de-ferro e ao desenvolvimento da locomoção automóvel. Cada uma desses progressos teve determinadas características e respondeu a objetivos ou necessidades diferentes, de acordo com as circunstâncias do momento. Neste artigo analisaremos esta evolução descrevendo os meios e as formas de mobilidade e seus desenvolvimentos, ilustrando, sempre que possível, as tendências de transporte que justificaram o nascimento de novas formas de mobilidade e o ocaso e eventual renascimento de outras. Esperamos com este estudo contribuir para o debate sobre a mobilidade em zonas periféricas no longo prazo, demonstrando em específico como certas formas de mobilidade passaram dum serviço quotidiano para um serviço turístico ou de apoio ao património industrial/paisagístico local. Para tal recorreremos a fontes quantitativas e qualitativas e ainda a um amplo leque de bibliografia recente sobre este assunto.

Palavras-chave:

Mobilidade; periferia; caminhos-de-ferro; património; cultural; desenvolvimento regional.

Abstract:

For over 200 years, the Tua valley's mobility system went through several evolutions, from the primitive oxcarts and riverboats to the coming of the railway and the automobile. Each of these developments had a number of different characteristics and served diverse goals or needs, according with the circumstances of the time. In this paper we will analyse this evolution, by describing the means and ways of mobility and how they developed throughout the years. Whenever possible we will also recreate the transport trends that justified the appearance of new forms of mobility and the decay and hypothetical rebirth of others. With this study we hope to contribute for the debate about mobility in peripheral areas in the long run. In particular we hope to demonstrate how certain instruments of mobility ceased to be a regular commuter service to become a touristic enterprise linked with industrial or landscape heritage. In order to achieve these goals we will rely upon quantitative and qualitative data and upon a broad choice of recent studies about these issues.

Keywords:

Mobility; periphery; Railways; cultural heritage; regional development.

1. Introdução

O Tua é um rio transmontano que resulta da junção do Tuela e do Rabaçal e que desagua no Douro nas proximidades da aldeia de Foz-Tua. No seu trajeto, divide os distritos de Vila Real e Bragança e os concelhos de Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Murça e Alijó. O vale que atravessa é extremamente acidentado, sobretudo nos primeiros 20 km a contar de Foz-Tua, onde o rio se encaixa entre escarpas que atingem 676 m de altitude. Mais para norte, o território torna-se menos irregular e mais amplo até chegar a Mirandela¹.

Durante séculos, o vale do Tua nunca representou um espaço de mobilidade, em virtude das suas características orográficas e da inavegabilidade do rio. Contudo, em finais do século XIX, a construção do caminho-de-ferro entre a estação do Tua (linha do Douro) e Mirandela tornou a região um ponto de passagem obrigatório para milhares de pessoas e de toneladas de mercadorias. Vinte anos depois, a via-férrea foi continuada até Bragança, acabando por atrair ao território uma grande parte do movimento do alto distrito transmontano e ampliar a sua área de ação. Atualmente, novos desafios e paradigmas são colocados e ponderados para a mobilidade local e regional.

Neste artigo, iremos analisar a evolução do modelo de mobilidade no vale do Tua, começando pelas décadas que antecederam a instalação do caminho-de-ferro. Nos períodos seguintes, focaremos sobretudo a implementação e desenvolvimento da via-férrea e o contexto de declínio da sua utilização. Não esqueceremos, naturalmente, o surgimento de outros meios de mobilidade na região, que contribuíram também para a obsolescência da linha. Por fim, examinaremos o processo de ressurgimento do caminho-de-ferro com novos e alternativos objetivos.

A metodologia empregue na análise do primeiro período será eminentemente qualitativa, baseada sobretudo no conceito de representação² e em textos documentais coevos ou trabalhos de síntese mais ou menos atuais.

¹ Lurdes Martins, Graça Vasconcelos e Paulo B. Lourenço, “The engineering design of Tua rail track: evidence from the archives” in Anne McCants, Eduardo Beira, José Manuel Lopes Cordeiro e Paulo B. Lourenço (eds.), *Railroads in Historical Context: construction, costs and consequences*, Porto, UM, MIT Portugal Program, EDP, 2011-2013, vol. 2, p. 273-276. António Vieira, Marta Correia e Eurico Loureiro, “GIS for Tua Valley” in McCants et al., *Railroads in Historical Context...*, cit., vol. 2, p. 16-18. António Vieira, Eduarda Pimenta e António Pedro Lourenço, “Changes in land use in the Tua Valley during the 20th century: a GIS-based approach” in McCants et al., *Railroads in Historical Context...*, cit., vol. 3, p. 109-111.

² Sobre este conceito e sua influência no processo de tomada de decisões, ver: Serge Moscovici, *Representações sociais: investigações em psicologia social*, Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

Figura 1 – Localização do vale do Tua em Portugal Continental³



³ Pedro Venceslau, *O papel estruturador da linha do Tua para a morfologia do território entre Foz-Tua e Mirandela*, Vila Nova de Cerveira, Esc. Sup. Gallaecia, 2014, diss. mestrado, p. 55.

Para o exame da exploração ferroviária entre finais do século XIX e a década de 1970, seguiremos métodos quantitativos, devidamente contextualizados e assentes nas estatísticas de tráfego compiladas pelo Estado (período 1888-1916)⁴, pela Companhia Nacional de Caminhos de Ferro (CN) (1887-1934)⁵ e pela Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (CP) (1948-1968)⁶. Entre 1935 e 1947, existe um hiato nos dados, uma vez que a CN deixou de publicar essa informação nos seus relatórios anuais. O mesmo acontece nas décadas de 1970-1980, período no qual os valores do trânsito ferroviário deixaram de ser agrupados por caminho-de-ferro e passaram a ser apresentados ao nível da totalidade da rede. A partir de 1990, dispomos novamente de dados, compilados em três dissertações de mestrado defendidas entre 2009 e 2015⁷.

O período cronologicamente mais recente será analisado à luz da metodologia empregue no estudo dos processos de abandono de determinados caminhos-de-ferro e sua reaparição com utilidades e intuitos diferentes dos originalmente definidos: como itens de património histórico, promotores de identidades regionais/nacionais ou ao serviço de atividades turísticas, depois duma vida de serviço público ou de investimento privado, atendendo ao transporte de milhões de passageiros e de toneladas de mercadorias⁸.

No final, esperamos contribuir com esta análise de longo prazo para o debate sobre a mobilidade em regiões periféricas e criar assim um modelo de comparação com outras realidades cronológicas e/ou geográficas.

⁴ Ministério do Fomento, *Elementos Estatísticos dos Caminhos de Ferro do Continente de Portugal de 1877-1910*, Lisboa, IN, 1912, p. 24-25 e 38-39. Secretaria de Estado do Comércio, *Elementos Estatísticos dos Caminhos de Ferro do Continente de Portugal, 1877-1916*, Lisboa, IN, 1918, p. 24-25 e 38-39.

⁵ Companhia Nacional de Caminhos de Ferro, *Relatório do Conselho de Administração apresentado à Assembleia-Geral*, Lisboa, vários editores, 1888-1933.

⁶ Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, *Boletim Estatístico*, Lisboa, Oficinas Gráficas da CP, 1949-1969.

⁷ Pedro Miguel Pinto Lampreia, *The Public Choice in the Railway Sector: Case Studies in the Douro Region*, Lisboa, ISCTE, 2015, diss. mestrado, p. 115. André Miguel Rodrigues Aleixo Pires, *Gestão Estratégica Ferroviária e suas Implicações no Desenvolvimento Regional. El Ferrocarril de La Robla e a linha do Tua*, Vila Real, UTAD, 2014, diss. mestrado, p. 66-67. José Pedro Ramalho Veiga Simão, *Turismo como Motor de Desenvolvimento Local: o caso do Vale do Tua*, Lisboa, UNL, 2009, diss. mestrado, p. 63.

⁸ Ellan Fei Spero e Hugo Silveira Pereira, “Introduction: rusty tracks and what to do with them” in Anne McCants, Eduardo Beira, José Manuel Lopes Cordeiro, Paulo B. Lourenço e Hugo Silveira Pereira (eds.), *New Uses for Old Railways*, Porto, IN+, UM, MIT Portugal Program, 2016, p. 9-14.

2. Mobilidade no vale do Tua antes do caminho-de-ferro

Não é tarefa fácil analisar este assunto, devido à falta de dados e de estudos monográficos sobre a região. Contudo, existem fontes e análises contemporâneas sobre a viação em Trás-os-Montes, a partir das quais poderemos inferir algumas características da mobilidade no vale do Tua⁹.

Como é bem conhecido, o sistema nacional de transportes antes da Regeneração era arcaico. Devido à falta de investimento público, à orografia do terreno e ao desconhecimento estatístico e cartográfico do território, praticamente não existiam estradas e as que existiam eram precárias e inseguras. O transporte fluvial era mais viável, mas não desprovido de dificuldades, devido ao regime irregular dos rios (secavam no Verão e tornavam-se revoltos no Inverno), aos obstáculos ao longo do seu percurso e ao assoreamento das suas barras. Além disso, 30-40% do território nacional não tinha acesso a uma via navegável. Em suma, viajar dentro do reino era difícil, perigoso, caro e moroso¹⁰.

Os transmontanos sofriam particularmente as dificuldades de viajar de, para e dentro da sua província, uma das mais acidentadas do país¹¹, com “montes mui altos (...) tão altos, que em muitas tem huma legua de subida de mui aspera terra”¹². A vaguidade desta descrição (de 1844) reflete, na realidade, o nível de (des)conhecimento corográfico da região (figuras 2 e 3), que, por seu lado, catalisava representações de Trás-os-Montes como uma zona dura, agreste, um

⁹ Maria Otilia Pereira Lage, Albano Viseu e Hugo Silveira Pereira, “Viajar em Portugal e no interior transmontano” in Hugo Silveira Pereira (ed.), *A linha do Tua (1851-2008)*, Porto, UM, MIT Portugal Program, EDP, 2015, p. 34-56.

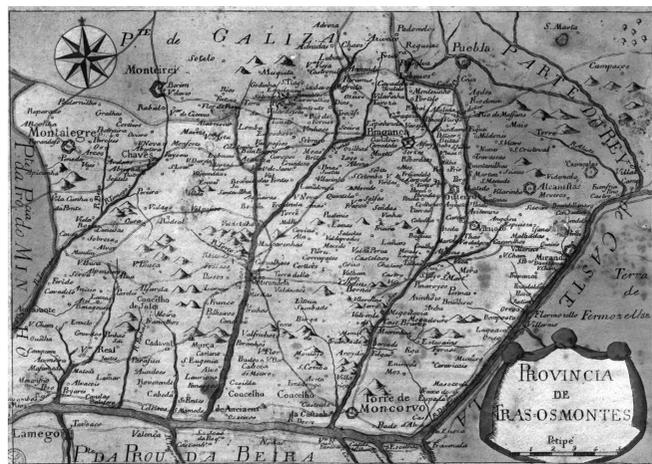
¹⁰ Maria Fernanda Alegria, *A organização dos transportes em Portugal (1850-1910). As vias e o tráfego*, Lisboa, UL, 1990, p. 48. Isabelle Guillemois, *Les transports au Portugal au XIX siècle (de 1843 à 1899) à travers les Viagens na Minha Terra de Almeida Garrett et As Farpas de Ramalho Ortigão, Bordéus, Univ. Michel de Montaigne, 1995.*, mestrado. David Justino, *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, Lisboa, Vega, 1988-1989, p. 189. Artur Teodoro de Matos, *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira: 1750-1850*, Ponta Delgada, UA, 1980, diss. doutoramento.

¹¹ José Viriato Capela, *As Freguesias do Distrito de Bragança nas Memórias Paroquiais de 1758. Memórias, História e Património*, Braga, UM, 2007, p. 121.

¹² João Baptista de Castro, *Roteiro terrestre de Portugal em que se expõem e ensinão por jornadas, e summarios, não só as viagens, e as distancias, que ha de Lisboa para as principaes terras das Provincias deste Reino, mas as derrotas por travessia, de humas a outras povoações dele*, Lisboa, M. J. Coelho, 1844, p. 161.

“sertão desconhecido, um retalho de Portugal segregado da civilização”¹³ por “uma cortina de montanhas [que] fecha o horizonte de todos os lados”¹⁴.

Figuras 2 e 3 – Mapas de Trás-os-Montes e Alto Douro em finais do século XVIII e inícios do século XIX¹⁵



¹³ Segundo escrevia Camilo Castelo Branco. Apud. Susana Margarida Carvalheiro Cabete, *A narrativa de viagem no séc. XIX: alteridade e identidade nacional*, Lisboa; Paris, UNL; Univ. Paris III, 2010, diss. doutoramento, p. 322 (nota 694).

¹⁴ Ramalho Ortigão, *As farpas: o país e a sociedade portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica, 1943-1946.

¹⁵ Biblioteca Nacional Digital, purl.pt/1380, purl.pt/1586.

Estas representações acabavam por desincentivar o investimento em estradas, que já de si era irrelevante em áreas percecionadas como mais remuneradoras¹⁶. Os transmontanos eram assim forçados a percorrer caminhos “tão mal formados [que] oferecem tantos perigos a cada passo, que nos das montanhas, além de não darem passagem em muitas partes a carruagens, não he raro acharem-se homens mortos, por se terem precipitado em despenhadeiros”¹⁷. Em 1790, o corregedor de Torre de Moncorvo, José António de Sá, lamentava que os carreiros

não se tendo concertado em tempo algum estavam cheias de fragas, e penedias com descidas precepitadas denegando tranzito às carroagens, e dando o perigozissimo aos viajantes de cavallo, tudo com grave damno da agricultura, e comercio. Iguualmente havia falta de pontoens para a passagem de rios, e regatos caudellosos; e pontes notáveis que noutro tempo se construirão a grande custo, se hião arruinando por falta de concerto¹⁸.

Seis anos depois, Columbano de Castro, juiz em Trás-os-Montes, descrevia a estrada do Marão (Porto-Vila Real) como “a mais áspera da província e talvez do Reino”, recomendando a construção duma nova rodovia¹⁹. Em vão. Duas décadas passadas, só Bragança e Miranda estavam incluídas no mapa das comunicações postais portuguesas²⁰. A situação era de tal modo gravosa que se considerava mais fácil viajar por mar de Lisboa a vários portos europeus do que até Trás-os-Montes²¹. Até 1850, ainda surgiram novas propostas para melhorar

¹⁶ Matos, *Transportes e comunicações...*, cit., p. 16 e 18.

¹⁷ José Inácio da Costa, “Memória Agronómica relativa ao concelho de Chaves” in *Memórias Económicas*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1789, p. 150 e 396-397.

¹⁸ Apud. Carlos d’Abreu, *A estruturação do território ibérico da raia duriense e as vias de transporte: êxitos e fracassos*, Salamanca, Univ. Salamanca, 2011, diss. doutoramento, p. 91-92 e 98. Ver também Maria Helena Mesquita Pina, “A Região Duriense – alguns apontamentos sobre a sua rede de transportes (sécs. XVII a XIX)” in *III Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa, Colibri, 1999, p. 525-548. *Idem*, “Alguns reflexos da implantação do caminho de ferro no Alto Douro no final do século XIX”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1, 19 (2003), p. 397-414.

¹⁹ José Amado Mendes, *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII. Segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, p. 104.

²⁰ Elsa Pacheco, *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes*, Porto, UP, diss. doutoramento, 2004, p. 98.

²¹ Adrien Balbi, *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et d’Algarve*, Paris, Reyck Gravier, 1822, p. 66.

Bragança atravessava o rio Sabor através duma ponte de pedra, ao qual se seguiam “onze ribeiras, que se passam sem perigo”²⁶. Bragança ligava-se à fronteira em Miranda do Douro, cidade “votada à penúria, não possuindo actualmente senão gloriosas reminiscências da sua antiga grandeza” em virtude da sua “posição (...) fora de estrada alguma”²⁷. Caminhando para oeste, por Valpaços, atravessando três pontes sobre os rios Tuela, Armeiro e Tâmega, chegava-se a Chaves. Daqui, partia-se para Vila Real, a cidade com melhores acessos, incluindo estradas em direção ao Porto e à Régua²⁸.

No vale do Tua, Mirandela era ponto de passagem obrigatório para “todos os comerciantes que vem de Vila Real, Braga, Viana, Chaves, Bragança, Miranda, Castela, Galiza e outras mais terras”²⁹. Mais a sul, o Tua era cruzado em Abreiro pela *ponte do Diabo*, por onde passava a estrada entre Torre de Moncorvo e Vila Real³⁰. Além desta ponte, junto ao Tua, existia um caminho, partindo do Castanheiro do Norte³¹, algumas estradas de segunda ordem, confluindo sobre Carrazeda de Ansiães, e uns quantos quilómetros de percursos mercantes (figura 5).

Estes carreiros eram “feitos a pé, a dorso de animal ou em carro de duas rodas”³² e outros veículos antiquados a tração animal. Em 1820, existiam em Trás-os-Montes cerca de 7,500 animais de tiro e 10,500 carros de bois³³. A travessia dos rios, na ausência de pontes e na impossibilidade de travessias a vau, era feita por barcas de passagem, que se concentravam sobretudo no Douro. Na região do Tua, existiam barcas em Foz-Tua, Ribatua, Amieiro, Frechas, Chelas e Miradeses (estas duas últimas no rio Rabaçal)³⁴.

²⁶ Castro, *Roteiro terrestre de Portugal...*, cit., p. 164.

²⁷ Apud. Aniceto Afonso, “Notas de um reconhecimento militar que passou por Lagoaça em 1845” in Armando Palavras (coord.), *Trás-os-Montes e Alto Douro: Mosaico de Ciência e Cultura*, Lagoaça, Comissão de Festas de Nossa Senhora das Graças, 2011, p. 259-263.

²⁸ Pina, “A Região Duriense...”, cit., p. 525-548. *Idem*, “Alguns reflexos...”, cit., p. 397-414.

²⁹ Apud. Capela, *As Freguesias do Distrito de Bragança...*, cit., p. 127.

³⁰ Venceslau, *O papel estruturador da linha do Tua...*, cit., p. 80.

³¹ Martins et al., “The engineering design of Tua rail track...”, cit., p. 274.

³² Jorge Borges de Macedo, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, UNL, 1963, diss. doutoramento, p. 139.

³³ Matos, *Transportes e comunicações...*, cit., p. 362-374.

³⁴ Carlos d’Abreu, “Das antigas barcas de passagem no Douro Ibérico”, *Douro: estudos e documentos*, 21 (2006), p. 45-75. *Idem*, *A estruturação do território ibérico...*, cit., p. 232-235. Capela, *As Freguesias do Distrito de Bragança...*, cit., p. 127. Matos, *Transportes e comunicações...*, cit., p. 85-90, 252-253 e 430. Mendes, *Trás-os-Montes nos finais do século XVIII...*, cit., p. 107.

Figura 6 – Localização das barcas de passagem no Tua nos séculos XVIII e XIX³⁶



³⁶ Google Maps e elaboração própria, com dados retirados de: Abreu, “Das antigas barcas de passagem...”, cit., p. 59.

A orografia do terreno e o arcaísmo dos veículos e métodos de locomoção fazia com que as velocidades praticadas fossem baixas (na ordem dos 6-7 km/h)³⁷. Cumulativamente, a falta de segurança nos percursos justificava um custo de transporte mais elevado em Trás-os-Montes: em 1785, um serviço de recovagem de Coimbra custava 160 réis para o Porto e 200 para Lisboa, mas para os distritos transmontanos montava a 360 réis³⁸.

Em termos de mobilidade fluvial, só a zona sul de Trás-os-Montes tinha acesso a uma estrada de água navegável, o Douro. O Tua, exceto na aproximação a Mirandela, era “estrada que não andava”, devido a uma sucessão de obstáculos naturais e artificiais³⁹. Porém, a sua confluência com o Douro ganhara alguma predominância como limite do comércio de vinho⁴⁰. Em Foz-Tua, trocavam-se os produtos da região (cereais, vinho, seda, azeite, etc.) por aqueles importados do litoral (arroz, peixe, mobiliário, etc.), que depois eram disseminados pelas rotas da província⁴¹.

A Regeneração introduziu substanciais melhoramentos na rede rodoviária da província, sem, contudo, responder a todas as suas necessidades. Entre 1852 e 1880, Vila Real e Bragança foram os distritos onde menos estradas se construíram: 294,3 km e 226,8 km, respetivamente, contra uma média nacional de 437,7 km. Os rácios de extensão de estradas por superfície e população estavam também abaixo da média nacional (3,4 e 6,7 km/10,000 ha contra 8,3 km/10,000 ha no primeiro caso; 12,7 e 12,9 km/10 mil habitantes contra 17,1 km/10,000 habitantes no segundo caso)⁴². Ao longo da segunda metade de Oitocentos, a prioridade fora investir em estradas de apoio à rede ferroviária em gestação, razão pela qual o interior transmontano foi preterido⁴³.

³⁷ Afonso, “Notas de um reconhecimento militar...”, cit., p. 259-263. Camilo Castelo Branco, *Vinte horas de liteira: romance original*, Porto, Tipografia do Comércio, 1864, p. I-VI. Júlio César Machado, *Em Hespanha. Scenas de viagem*, Lisboa, A. M. Pereira, 1865, p. 6-10.

³⁸ Matos, *Transportes e comunicações...*, cit., p. 413-414.

³⁹ Capela, *As Freguesias do Distrito de Bragança...*, cit., p. 126 e 132. Luís Espinha da Silveira, Nuno Miguel Lima e Ana Alcântara, “The impact of railroad accessibility on the population of Portugal’s Inland North Region (1878-1930). The Tua and the Beira Baixa lines” in McCants et al., *Railroads in Historical Context...*, cit., vol. 1, p. 104.

⁴⁰ Matos, *Transportes e comunicações...*, cit., p. 267.

⁴¹ Cristiano Morais, *Por Terras de Ansiães – Monografia de Castanheiro do Norte*, Carrazeda de Ansiães, Câmara Municipal, 2013, vol. II. Venceslau, *O papel estruturador da linha do Tua...*, cit., p. 66. Albano Viseu, *Memórias históricas de um espaço rural: três aldeias de Trás-os-Montes (Coleja, Cachão e Romeu), ao tempo do Estado Novo*, Porto, UP, 2007, diss. doutoramento, p. 290.

⁴² Abreu, *A estruturação do território ibérico...*, cit., p. 84.

⁴³ Alegria, *A organização dos transportes em Portugal...*, cit., p. 161.

Em 1886, na véspera da chegada do caminho-de-ferro a Mirandela, o bispo de Bragança ainda lamentava que “não há outras vias de comunicação, a não ser por caminhos feitos pela própria natureza: íngremes, tortuosos e estreitíssimos que, de longe em longe, se encontram por felicidade dos transeuntes”⁴⁴. A representação de afastamento e isolamento da província mantinha-se sólida, de tal modo que “o maior terror que póde inspirar-se a um funcionario qualquer, civil ou militar, é ameaçá-lo com uma transferencia para Bragança. Suppõe-se que Bragança é a Siberia” – clamava o deputado brigantino Pires Vilar no parlamento⁴⁵.

3. O caminho-de-ferro, revolução na mobilidade do Tua (1887-década de 1960)

A linha de Foz-Tua a Mirandela foi apresentada em 1883 ao parlamento, como parte duma proposta que incluía a construção de dois caminhos-de-ferro na Beira Baixa e até Viseu. O diploma ainda motivou alguma discussão sobre aspetos jurídicos, financeiros e técnicos (designadamente, a escolha da bitola⁴⁶ métrica, mais curta que a usada na linha do Douro, que era de 1,67 m), mas a ideia de levar a chamada *viação acelerada* ao coração de Trás-os-Montes não foi combatida, pois todos reconheciam a necessidade de melhorar o sistema de transportes do interior norte e de alargar a malha férrea existente⁴⁷. No final, as concessões da linha do Tua e do ramal de Viseu foram entregues ao conde da Foz, que as trespassou à CN, por ele fundada em 1885⁴⁸. As obras no vale do Tua iniciaram-se um ano antes e em 1887 estavam terminadas. Mirandela ligava-se à linha do Douro (na estação do Tua) e por aqui ao Porto, mas de forma indireta, uma vez que a bitola usada nas duas linhas era diferente⁴⁹.

No dia 29 de Setembro, a nova linha era inaugurada na presença do rei, prometendo uma nova era de progresso para a região. Na altura, uma importante barreira psicológica em termos de mobilidade foi quebrada: pela primeira vez

⁴⁴ Apud. Viseu, *Memórias históricas de um espaço rural...*, cit., p. 127-128.

⁴⁵ *Diário da Camara dos Deputados*, 23.2.1880, p. 542.

⁴⁶ Distância entre as faces internas dos carris.

⁴⁷ Hugo Silveira Pereira, *Debates parlamentares sobre a linha do Tua*, Porto, UM, MIT Portugal Program, EDP, 2012, p. 48 e ss.

⁴⁸ Luís Santos, *Tristão Guedes de Queirós Correia Castelo Branco, 1º Marquês da Foz: um capitalista português nos finais do século XIX*, Porto, UM, MIT Portugal Program, EDP, 2014, p. 63.

⁴⁹ Lurdes Martins, Graça Vasconcelos e Paulo B. Lourenço, “A construção e os aspectos laborais” in Pereira, *A linha do Tua...*, cit., p. 95-114.

na História, foi possível ir do coração de Trás-os-Montes ao Porto e regressar no mesmo dia. O rei saiu da estação de Campanhã às 5:30, chegou ao Tua às 9:45 e a Mirandela às 12:50; a viagem de regresso iniciou-se às 15:20 e depois de duas pequenas paragens no Tua e na Régua, a comitiva real chegava ao Porto às 23:30⁵⁰. No entanto, esta prerrogativa manteve-se exclusiva do rei nos anos seguintes, uma vez que os horários praticados nas linhas do Tua e do Douro permitiam de facto ir de Mirandela ao Porto em menos dum dia, mas não o regresso. Em 1905, o viajante saía de Mirandela às 5:00, chegando ao Tua às 8:35; 9 minutos depois, apanhava o comboio para Mosteirô, onde chegava às 14:19. Aqui tinha que esperar pelo serviço que vinha da Régua e que chegava ao Porto somente às 22:25⁵¹.

A inauguração da linha até Mirandela não foi um fim em si, pois o objetivo final passava por servir também Bragança, capital e cidade mais importante do distrito. Em 1888 e 1890, propostas com esse intuito foram apresentadas ao parlamento, mas nunca foram discutidas. A crise da década de 1890 e a má situação financeira da CN (causada pelo reduzido tráfego captado e por uma suborçamentação dos custos da empreitada) adiaram a construção para os primeiros anos do século XX. Em 1903, a linha era adjudicada a João Lopes da Cruz, que, depois de trespassar a concessão à CN, se tornou empreiteiro-geral da obra. Cruz acabou por falir pouco antes da conclusão da empreitada, que foi continuada pela concessionária e inaugurada a 1.12.1906⁵². Apesar de o serviço não ser contínuo (durante anos houve a necessidade de troca de locomotiva em Mirandela⁵³), a distância que separava Bragança do resto do país foi decisivamente encurtada. Ao longo das décadas seguintes, manteve-se ainda o sonho de prolongar a linha até Zamora, mas esse projeto nunca se concretizou⁵⁴.

Obviamente, os veículos colocados à disposição dos viajantes e mercadorias eram incomparavelmente superiores aos usados até então. Ainda no século XIX, para a operação da linha até Mirandela, a CN adquiriu seis locomotivas a vapor

⁵⁰ José Manuel Lopes Cordeiro e Hugo Silveira Pereira, “A inauguração” in Pereira, *A linha do Tua...*, cit., p. 151-166.

⁵¹ *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, n.º 412, 16.3.1905, p. 95.

⁵² Hugo Silveira Pereira, “João Lopes da Cruz, *system builder* da linha de Bragança”, *População e Sociedade*, 26 (2016), p. 133-153.

⁵³ *Idem*, *Máquinas e Homens: o material circulante da linha do Tua*, Porto, IN+, UM, MIT Portugal Program, 2016, p. 23.

⁵⁴ *Idem*, *Os Beças, João da Cruz e Costa Serrão. Protagonistas da Linha de Bragança*, Porto, UM, MIT Portugal Program, EDP, 2015, p. 50-53 e 201-293. Pires, *Gestão Estratégica Ferroviária...*, cit., p. 60.

à fábrica alemã Emil Kessler. Com a abertura do troço até Bragança, quatro novas máquinas (semelhantes às anteriores, embora com algumas inovações) foram encomendadas ao mesmo fornecedor. Na década de 1930, uma nova locomotiva a diesel foi comprada ao fabricante Deutz (Colónia). Era a primeira do género a operar em Portugal, mas rapidamente foi encostada por falta de peças suplentes. O material rebocado tinha construtores e proveniências diversas (França, Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Escócia...). O destinado ao transporte de passageiros era composto por um salão de direção (para transporte da mesma e para eventos especiais) e por um número variável de carruagens de primeira, segunda e terceira classe. A comodidade variava conforme a classe em que se viajava, desde os bancos de madeira de terceira aos compartimentos privados com assentos estofados e aquecimento de primeira. Ao longo do tempo, as carruagens sofreram também alterações que as tornavam mais confortáveis, como a instalação de freios de vácuo ou a substituição dos eixos simples por bogies de quatro rodados. Para as mercadorias, havia vagões-plataformas, vagões de bordas altas, vagões cobertos e furgões fechados, usados conforme o tipo de bens transportados. Os ganhos de velocidade e capacidade de transporte destes novos veículos foram manifestos. Os viajantes ou visitantes do vale do Tua e de Trás-os-Montes passaram a poder deslocar-se a uma média entre 25 e 31 km/h, quando antes tinham que se contentar com velocidades de 6 km/h. De igual modo, a limitada capacidade de transporte oferecida pelos carros de bois e afins foi exponencialmente ampliada até um máximo de 160 t/comboio⁵⁵.

Nos anos imediatos à abertura da linha de Bragança, a CN conheceu um período áureo, graças ao aumento de receita proporcionado pelo novo caminho-de-ferro. Todavia, a implantação da república e a I Grande Guerra trouxeram dificuldades à operação ferroviária, não só da CN mas de todos os outros operadores. A ditadura militar entendeu que o agrupamento da gestão da rede numa só entidade era a solução para aquelas dificuldades. Assim, arrendou à CP todas as ferrovias sob gestão do Estado (Minho, Douro, Sul, Sueste, Tâmega, Corgo e Sabor). Porém, a CP, invocando falta de vocação para a operação de caminhos-de-ferro de via estreita, subarrendou as linhas do Corgo e Sabor à CN. O negócio acabou por se revelar ruinoso, pois os défices de exploração destas duas vias-férreas absorviam todo o lucro da operação da concessão primitiva. A firma ainda procurou obter a concessão da linha de Viseu a Foz-Tua e à Régua, o que lhe permitiria obter uma ligação direta entre Trás-os-Montes e a Beira Alta e beneficiar de sinergias e economias de escala. Contudo, desinteligências com o governo ditatorial (que preferia favorecer a mobilidade rodoviária) impediram

⁵⁵ Hugo Silveira Pereira, *Máquinas e Homens...*, cit., p. 19-48.

a concretização de ambas as linhas⁵⁶. A acumulação de prejuízos acabou por facilitar a fusão da CN na CP em 1947⁵⁷.

Sob gestão da CP, novos melhoramentos foram introduzidos no material circulante. Depois dumas experiências dececionantes com automotoras a gasolinas fabricadas nas oficinas de Santa Apolónia, a CP adquiriu à casa holandesa Allan, em 1955, dez novas automotoras diesel-elétricas, que operaram na linha do Tua a par das antigas composições a vapor. Eram máquinas muito modernas, mais confortáveis, mais velozes (introduziram médias de 50 km/h), mais eficazes em termos de consumo e mais fiáveis do ponto de vista técnico⁵⁸.

Os melhoramentos na mobilidade do vale e o uso generalizado que foi dado ao caminho-de-ferro estão evidenciados nas estatísticas de tráfego do governo e das companhias concessionárias.

Entre 1887 e 1906, enquanto a linha terminava em Mirandela, o número de passageiros transportados oscilou entre os 25,000 e os 42,000 (figura 8). Não é um valor alto (média de pouco mais de 100 passageiros por dia), o que se explica facilmente pelo facto de as vias-férreas servirem apenas 21,65% e 39,82% da população local (após as aberturas até Mirandela e Bragança, respetivamente)⁵⁹. Além do mais, a dificuldade de acesso às estações, problema generalizado do sistema ferroviário nacional, sobretudo no interior⁶⁰, era particularmente premente nos primeiros 20 km da linha de Mirandela, onde as gares ficavam encaixadas no vale, separadas das aldeias mais próximas por caminhos e acessos com muito declividade.

Perante a inexistência de estatísticas de tráfego para o período anterior ao caminho-de-ferro, não é possível fazer uma comparação quantitativa do impacto da sua chegada. Contudo, é de supor que nunca tais volumes de tráfego tenham sido atingidos em épocas passadas. Igualmente se pode imaginar que o caminho-

⁵⁶ Ana Carina Azevedo e Ângela Salgueiro, “A gorada ligação de Foz-Tua a Viseu” in Pereira, *A linha do Tua...*, cit., p. 290-306.

⁵⁷ Eduardo Beira, “Da Companhia Nacional à CP” in Pereira, *A linha do Tua...*, cit., p. 325-350. Gilberto Gomes, “A luz e as sombras no vale do Tua” in Eduardo Beira (coord.), *A linha do Tua, 1887 e as fotografias de E. Biel*. Porto, UM, MIT Portugal Program, EDP, 2013, p. 77. Luís Santos, *Política Ferroviária Ibérica: de principios del siglo XX a la agrupacion de los ferrocarriles (1901-1951)*, Madrid, Univ. Complutense, 2011, diss. doutoramento, caps. 7-8 e partes II e III.

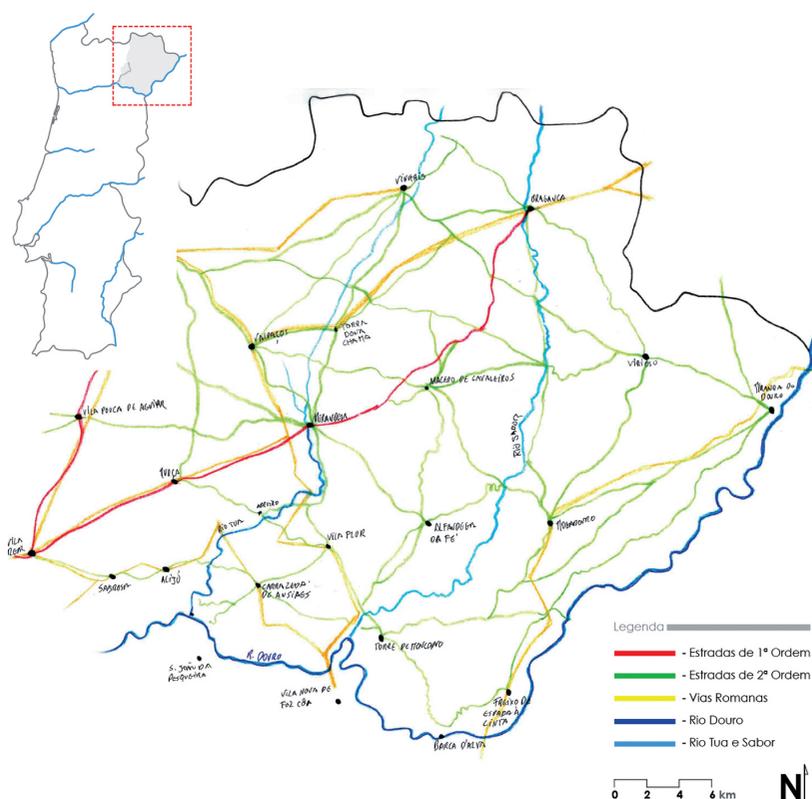
⁵⁸ Pereira, *Máquinas e Homens...*, cit., p. 86-99.

⁵⁹ Luis Espinha da Silveira, Daniel Alves, Nuno Miguel Lima, Ana Alcântara e Josep Puig, “Population and railways in Portugal, 1801-1930”, *Journal of Interdisciplinary History*, 42:1 (2011), p. 44. Silveira et al., “The impact of railroad accessibility...”, cit., p. 110.

⁶⁰ Alegria, *A organização dos transportes em Portugal...*, cit., p. 161.

-de-ferro foi ganhando prevalência como principal meio de mobilidade no vale, pois os demais veículos de transporte não conheceram grandes inovações e o crescimento da rede rodoviária no vale até final do século XIX, embora pífio (710 km em 1892 para 910 km em 1900 ou 5,7% e 6,2% do total da rede rodoviária nacional⁶¹), foi feito na direção da linha (figura 7). A abertura do caminho-de-ferro até Bragança mais do que duplicou o número de passageiros na linha, reforçando assim o seu papel como motor de mobilidade na região.

Figura 7 – Vias de comunicação no distrito de Bragança em finais do século XIX⁶²



⁶¹ *Anuario Estatístico de Portugal*, 1900, p. 466. Fernando de Sousa (coord.), *Bragança na época contemporânea (1820-2012)*, Porto, CEPESE, 2013, vol. 1, p. 122. Maria Luísa de Castro Coelho de Oliveira e Sousa, *A Mobilidade Automóvel em Portugal. A construção do sistema socio-técnico, 1920-1950*, Lisboa, UNL, 2013, diss. doutoramento, p. 168. Nuno Valério (coord.), *Estatísticas Históricas Portuguesas*, Lisboa, INE, 2001, p. 363.

⁶² Venceslau, *O papel estruturador da linha do Tua...*, cit., p. 59.

A evolução destes números acompanhou o movimento emigratório local (sobretudo nas décadas de 1890 e 1910), podendo conjecturar-se que parte dos utilizadores do serviço era composto por emigrantes que abandonavam aquelas paragens⁶³.

Depois duma ligeiríssima quebra durante os primeiros anos da I Guerra Mundial, provocada pelas dificuldades de abastecimento das locomotivas⁶⁴, verificou-se uma retoma no transporte de passageiros, que acompanhou as pressões da procura sobre a rede neste período (o pico de óbitos registado em 1916-1918⁶⁵ parece não ter afetado sobremaneira o movimento). Este movimento já não pode ser justificado pela emigração, que nos anos entre-guerras registou uma franca diminuição⁶⁶. Uma das consequências deste aumento da procura foi o registo de 30 acidentes na linha, causadores de 16 feridos e um morto em 1917 e 1918. Nos anos seguintes, o maior tráfego já foi mais bem acondicionado pela operação, registando-se muitos menos incidentes e vítimas⁶⁷.

A partir de meados dos anos 1920, nota-se uma ligeira quebra no transporte de passageiros, que se agrava nos inícios da década de 1930. É um comportamento semelhante ao verificado na rede geral (figura 9) e que pode ser explicado pela contenção de custos a que a CN foi sujeita (que se traduzia num serviço de pior qualidade)⁶⁸ e também pelo início da concorrência automóvel. Em 1920, existiam entre 5,000-7,000 carros nos registos oficiais, número que subiu, em 1930, para 34,000-37,000⁶⁹. Mesmo no vale do Tua, a realidade do transporte automóvel começou a fazer-se sentir. Nesta época, surgem em Mirandela os primeiros serviços de aluguer, venda e reparação de carros: em 1931, 38 automóveis faziam carreiras regulares complementares (em direção a Murça ou Alijó), mas também concorrentes ao caminho-de-ferro (a rota Cachão-Tua,

⁶³ Silveira et al., “Population and Railways...”, cit., p. 52. Silveira et al., “The impact of railroad accessibility...”, cit., p. 106-110 e 115. Sousa, *Bragança na época contemporânea...*, cit., vol. 1, p. 66-69.

⁶⁴ Gomes, “A luz e as sombras...”, cit., p. 72. Fernanda Rollo e Ana Paula Pires, “Transports Under the First World War: the Case of Portuguese Railways”, in McCants et al., *Railroads in Historical Context...*, cit., vol. 2, p. 140 e 148 (quadro 1). Santos, *Política Ferroviária Ibérica...*, cit., p. 199.

⁶⁵ Sousa, *Bragança na época contemporânea...*, cit., vol. 1, p. 61-62.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 66-69.

⁶⁷ *Anuario Estatístico de Portugal*, 1917, p. 128; 1919, p. 110-111; 1921, p. 276-277; 1923, p. 184-185; 1924, p. 178-179; 1925, p. 206-207; 1926, p. 240-241; 1927, p. 312-313; 1928, p. 334-335.

⁶⁸ Gomes, “A luz e as sombras...”, cit., p. 75-77.

⁶⁹ Valério, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, p. 366.

por exemplo)⁷⁰. As rotas divergentes a média-longa distância passaram também a concorrer com a ferrovia: por exemplo, uma carreira até Chaves ou Vila Real evitava uma viagem de comboio de Mirandela até ao Tua e daqui à Régua para tomar a linha do Corgo.

Os dados compilados até aos anos 1930 permitem analisar a taxa de ocupação das composições, que, sem surpresa, acompanha sensivelmente a evolução do número de passageiros transportados (figura 10). Igualmente expectável é a preferência dos utentes pela terceira classe, mais barata, menos confortável, mas que chegava à mesma hora que as outras classes (figura 11).

O hiato nos dados entre 1934 e 1947 não permite analisar a evolução do transporte de passageiros nem saber se a tendência regressiva de início daquela década se manteve. Sabemos que neste período a CN acumulou prejuízos (a partir de 1929, graças às linhas subarrendadas da CP e, entre 1936 e 1942, também devido às ferrovias próprias), mas nada se pode afirmar sobre em que medida estes comportamentos refletem a evolução do tráfego⁷¹.

Certo é que em 1948 a CP registou 257,000 passageiros na linha do Tua (mais 100,000 que 14 anos antes), o que demonstra que o caminho-de-ferro soube resistir à concorrência automóvel. Por esta razão, as automotoras a gasolina testadas pela CP não funcionaram no Tua, pois eram destinadas sobretudo a linhas de muito baixo trânsito de passageiros⁷². Já com as Allan em funcionamento (em pleno em 1956), a afluência de utentes à ferrovia robusteceu-se, com 40 mil passageiros adicionais em relação aos anos anteriores.

Entre 1963 e 1967, há um enorme pico na utilização da linha, explicado pela mobilização de soldados para a Guerra Colonial e pela vaga de emigração que se verificou em Trás-os-Montes⁷³. No ano seguinte, nota-se um regresso à *normalidade* dos 250 mil passageiros por ano. Esta tendência descendente verificou-se também na rede de via estreita (figura 9), pelo que é de supor que se tratou dum fenómeno que se estendeu a este tipo de locomoção ferroviária. Contudo, a ausência de dados quantitativos impede a (con)infirmiação da (des)continuidade da tendência, embora os eventos dos anos seguintes pareçam confirmar um decréscimo no número de utilizadores da ferrovia, como veremos no capítulo seguinte.

É um facto que neste período se notou em Portugal um incremento na oferta do transporte automóvel de passageiros. Em 1935, cobria uma extensão de

⁷⁰ Gomes, “A luz e as sombras...”, cit., p. 76.

⁷¹ Beira, “Da Companhia Nacional à CP”, p. 334-335.

⁷² Pereira, *Máquinas e Homens...*, cit., p. 91.

⁷³ Sousa, *Bragança na época contemporânea...*, cit., vol. 1, p. 66-69.

8,000 km e transportava 11,00,000 de pessoas; em 1950 esses valores eram de 13,000 km e 31,000,000 passageiros; e, em 1970, de 25,000 e 253,000,000, respetivamente⁷⁴. Esta expansão beneficiou, do aumento da extensão das estradas, duma melhoria dos pavimentos das mesmas⁷⁵ e do agrupamento empresarial no sector rodoviário⁷⁶. Na ferrovia, semelhante investimento só era realizado nos principais eixos. Na via estreita, apostava-se sobretudo no material circulante, que, contudo, não conseguia mostrar todo o seu potencial em virtude da antiguidade da infraestruturas (a linha do Tua, por exemplo, tinha sido concebida para locomotivas de 25 t, mas cada máquina Allan pesava 37 t⁷⁷). Tudo isto fez com que a via estreita fosse perdendo competitividade no sistema de mobilidade nacional⁷⁸.

Em Trás-os-Montes, e em especial no vale do Tua, a concorrência automóvel não foi tão feroz (havia até espaço no mercado para as avoengas barcas de passagem⁷⁹ e para um improvisado teleférico, ligando as duas margens do rio⁸⁰), já que o crescimento da rede rodoviária foi mais tímido (em 1961, considerava-se indispensável construir 11,000 km de estradas e caminhos⁸¹) e as estradas da província ainda eram em grande parte de macadame⁸². Por outro lado, as empresas rodoviárias tinham preferência pelo tráfego das grandes cidades. Contudo, não podemos esquecer que o tráfego gerado na região era também menor e como tal não necessitava duma oferta rodoviária tão grande como nas regiões mais urbanizadas do litoral.

⁷⁴ Valério, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, cit., p. 369.

⁷⁵ Sousa, *A Mobilidade Automóvel em Portugal...*, cit., p. 240.

⁷⁶ António Lopes Vieira, “Algumas questões sobre os transportes públicos da cidade de Lisboa nos finais do século XIX”, *Análise Social*, 16:61-62, p. 71-84.

⁷⁷ Pereira, *Máquinas e Homens...*, cit., p. 58 e 102.

⁷⁸ Gomes, “A luz e as sombras...”, cit., p. 75-76.

⁷⁹ Abreu, “Das antigas barcas de passagem...”, cit., p. 45-75. *Idem*, *A estruturação do território ibérico...*, cit., p. 232-235.

⁸⁰ Arquivo RTP, programa *Pelo Andar da Carruagem*.

⁸¹ Viseu, *Memórias históricas de um espaço rural...*, cit., p. 127.

⁸² Sousa, *A Mobilidade Automóvel em Portugal...*, cit., p. 240.

Figura 8 – Passageiros transportados na linha do Tua, 1888-1934; 1948-1968

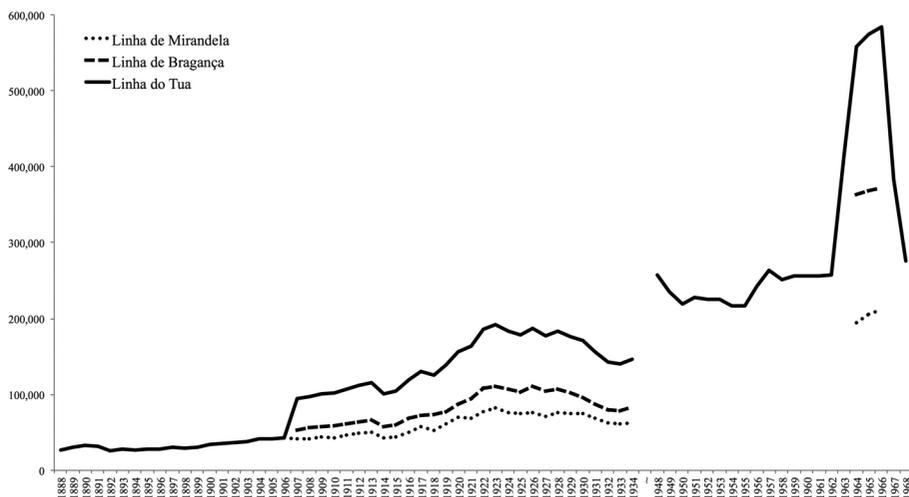
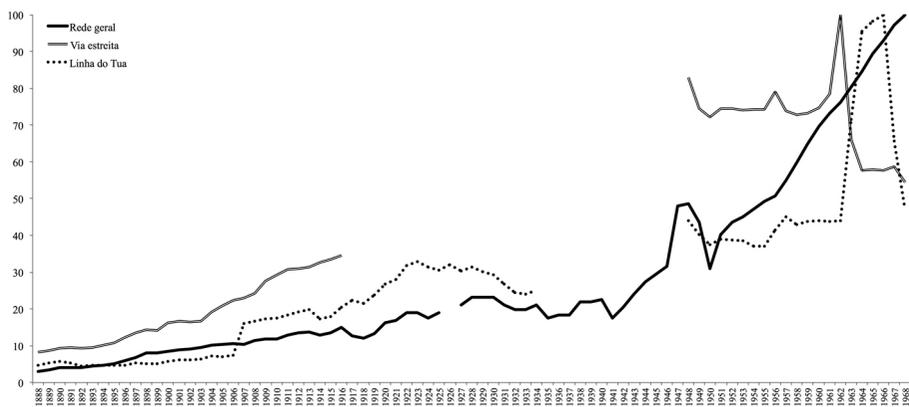


Figura 9 – Evolução do transporte de passageiros na rede geral (índice 100 = 142,000,000 em 1968), na rede de via estreita (índice 100 = 6,139,400 em 1962) e na linha do Tua (índice 100 = 584,600 em 1966), 1888-1968⁸³



⁸³ Além das fontes citadas anteriormente, usamos para este gráfico os dados de Valério, *Estatísticas Históricas Portuguesas*, p. 373-375.

Figura 10 – Taxa de ocupação (%) dos veículos de passageiros na linha do Tua, 1891-1933

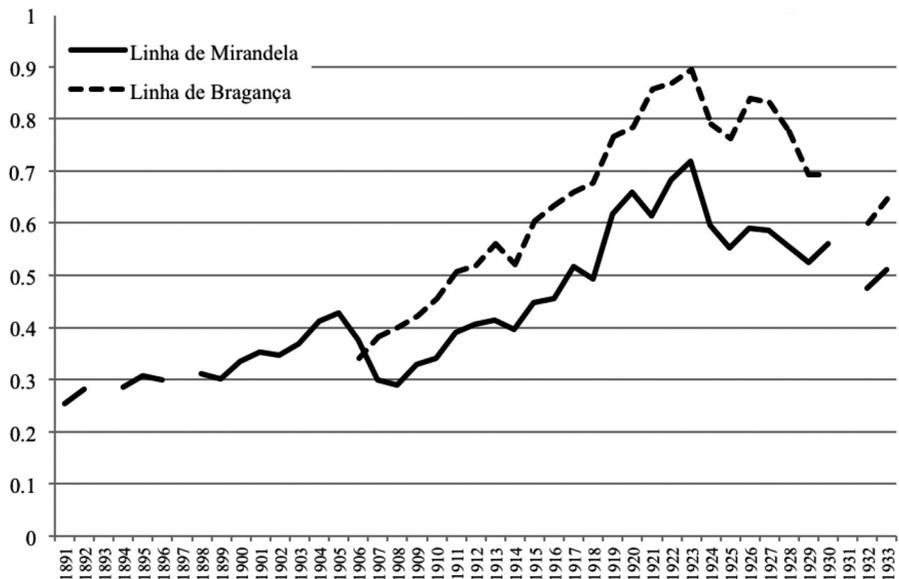
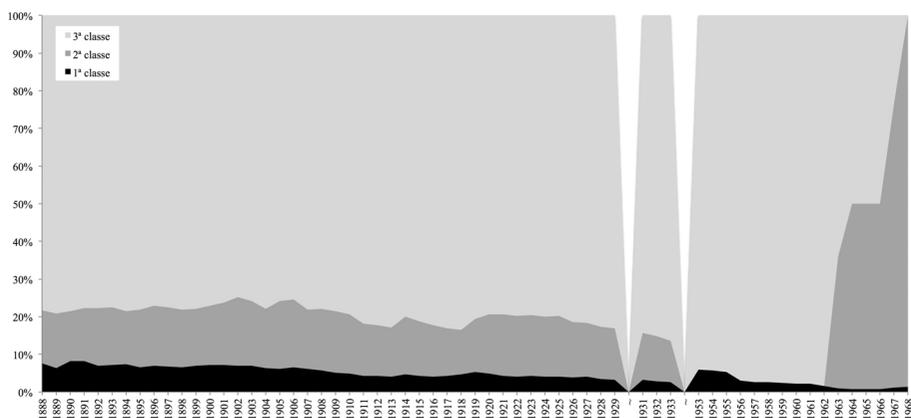


Figura 11 – Distribuição do transporte de passageiros por classes na linha do Tua (%), 1888-1929; 1931-1933; 1953-1968



Quanto ao tráfego de mercadorias, teve comportamento igual ao de passageiros até aos primeiros anos de operação da linha de Bragança, com uma duplicação do volume de tráfego desde 1907 (figura 12). Acompanhou igualmente a evolução do trânsito, quer da rede geral, quer da rede de via estreita (figura 14). Ao longo da década de 1910, e contrariamente ao que aconteceu com os passageiros, o transporte de mercadorias conheceu um período de quebra acentuada (devido à instabilidade provocada pelos golpes e contragolpes políticos da época e ao eclodir da guerra) para depois recuperar fortemente nos dois decénios seguintes.

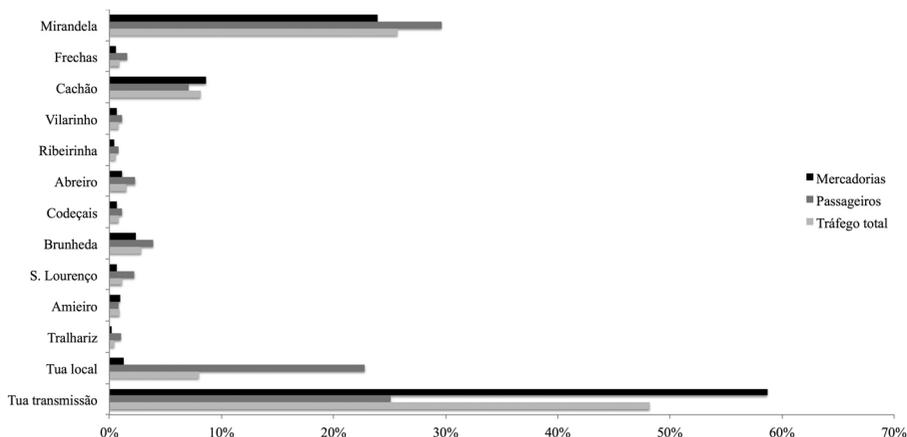
As duas secções do caminho-de-ferro do Tua contribuíram também de forma diferente para o transporte de mercadorias e passageiros. Ao passo que a linha de Bragança se destacava no transporte de passageiros, a linha de Mirandela fazia-o no transporte de mercadorias, sobretudo nas recolhidas nas estações de Tua, Cachão e Mirandela. A primeira recebia os movimentos oriundos e destinados à linha do Douro; a segunda aproveitava o dinamismo económico local, que viria a justificar, mais tarde, um investimento da CUF na constituição dum complexo agroindustrial⁸⁴; Mirandela beneficiava da sua posição central na região e, a partir de 1906, dos fluxos provindos de Bragança (figura 13).

Figura 12 – Mercadorias (t) transportados na linha do Tua em pequena e grande velocidade, 1888-1934; 1948-1968



⁸⁴ Venceslau, *O papel estruturador da linha do Tua...*, cit., p. 111. Viseu, *Memórias históricas de um espaço rural...*, cit., p. 98.

Figura 13 – Contribuição (%) das estações da linha de Mirandela⁸⁵ para o rendimento total da operação (1891, 1908 e 1915)



Os relatórios da CN permitem ainda reconstruir os fluxos das principais mercadorias transportadas. Na figura 15, nota-se que o cereal foi, a par do vinho, o principal bem transportado até meados da década de 1910. A abertura da secção até Bragança reforçou esta predominância. Até meados dos anos 1920, o transporte de cereal foi suplantado pelo de madeira, provavelmente devido a uma quebra da produção cerealífera local motivada pela diminuição do fornecimento de fertilizantes químicos (figura 16). A retoma do fornecimento de adubo a partir de 1923-1925 refletiu-se depois na recuperação do grão como principal produto carregado nos vagões da CN. Outros produtos locais, como a cortiça ou o azeite (produzidos sobretudo pela casa Menéres, principal empresa agrícola da região⁸⁶) beneficiaram igualmente da presença do caminho-de-ferro. Externo à província era o sal, que passou a ser mais facilmente acessível em Trás-os-Montes, e, como já referimos, os adubos químicos, sobretudo após a abertura do troço de Bragança.

⁸⁵ Excetuam-se as estações de Latadas, Castanheiro e Tralhão, devido aos muito reduzidos valores que apresentam.

⁸⁶ Albano Viseu, *Desenvolvimento da Periferia Transmontana: a Linha do Tua e a Casa Menéres*, Porto, UM, MIT Portugal Program, EDP, 2013, p. 48-75.

Figura 14 – Evolução do transporte de mercadorias na rede geral (índice 100 = 8,084,400 em 1930), na rede de via estreita (índice 100 = 347,006 em 1957) e na linha do Tua (índice 100 = 78,168 em 1934), 1888-1968

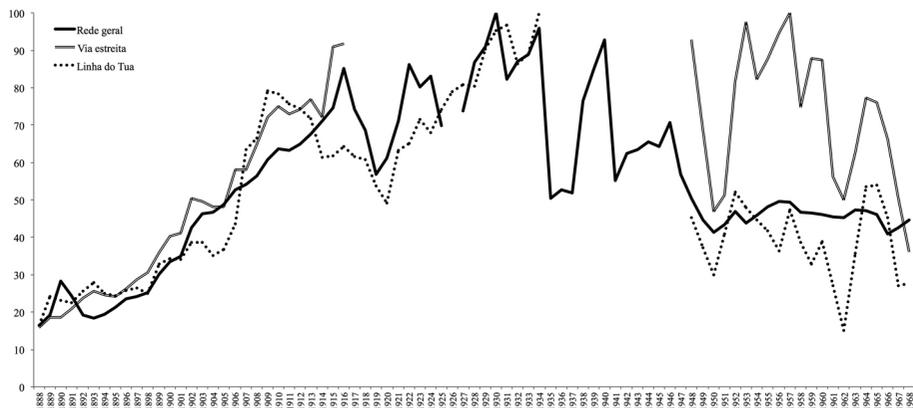


Figura 15 – Principais mercadorias transportadas na linha do Tua (%), 1891-1933

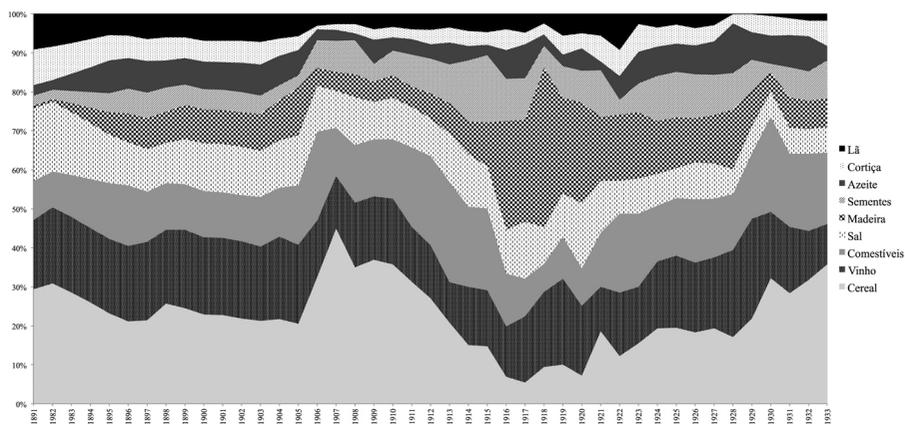


Figura 16 – Evolução do transporte de fertilizantes químicos na linha do Tua (t), 1906-1933



Comparando os valores de 1934 e de 1948, nota-se uma enorme quebra no número de toneladas transportadas, não nos sendo possível identificar, por falta de dados, o ano em que essa quebra efetivamente se inicia. Na rede geral, a diminuição começou a verificar-se a partir de 1940, decaindo ainda mais nos anos a seguir à guerra. Neste período, o comportamento errático do transporte de mercadorias no Tua emula o da rede de via estreita, se bem que esta tenha conhecido na década de 1950 os máximos históricos nos níveis de transporte de mercadorias. Contudo, a década de 1960 assistiria a uma quebra acentuada nos números do transporte, pelas mesmas razões que apontamos para o transporte de passageiros (figura 14).

4. Concorrência automóvel e declínio da linha

É provável que o declínio nos números do transporte tenha continuado depois de 1968, já que, em Janeiro de 1970, um relatório da CP adiantava conclusões pouco abonatórias para o futuro da linha, em virtude do decréscimo populacional e da predominância do sector primário na região (que além de não fomentar um tráfego pendular das populações, acarretava o transporte de mercadorias pouco valiosas). Em termos financeiros, o custo da exploração ascendia a 33,000 contos ao passo que as receitas não ultrapassavam os 12,000 contos. O encerramento da linha era posto em equação, mas afastado, na condição de o Estado assegurar a cobertura do défice e dos custos de melhoramento da infraestruturas (20 mil contos/ano), que, em alguns pontos da secção Mirandela-Bragança, era ainda a original⁸⁷. Em todo o caso, não era aconselhada nenhuma mudança de paradigma da operação, continuando a apostar-se no transporte convencional de passageiros e mercadorias.

Nos anos seguintes, e após o 25 de Abril, a situação da linha agravou-se, devido ao clima de crise económica e instabilidade política e pela manutenção da falta de investimento no sector. No parlamento, as intervenções a favor ou contra o encerramento de linhas sucediam-se: as primeiras representavam as linhas como infraestruturas ineficazes e deficitárias; as segundas percecionavam-nas como elementos de serviço público e integradoras de zonas periféricas do país⁸⁸.

A diminuição do tráfego de passageiros levou à transferência das Allan para outras linhas mais movimentadas (Vouga e rede de via estreita em torno do Porto). Para as substituir, a CP comprou dois lotes de máquinas diesel-elétricas Alstom, que erradicaram definitivamente o vapor no Tua. O material rebocado foi também reforçado com carruagens de fabrico italiano, que, embora contassem já perto de 40 anos, constituíam uma franca melhoria em relação ao material existente. No início da década de 1980, a CP voltou a apostar em automotoras, desta feita compradas aos caminhos-de-ferro jugoslavos. Era material de muito fraca qualidade, que nunca conseguiu satisfazer no transporte de passageiros⁸⁹. Juntamente com o encerramento de estações, a redução do número de viagens e da velocidade dos comboios, a descoordenação de horários e a acumulação

⁸⁷ Ana Carina Azevedo e Ângela Salgueiro, “Evolução do sistema de mobilidade e decadência da linha” in Pereira, *A linha do Tua...*, cit., p. 458-459. Lampreia, *The Public Choice in the Railway Sector...*, cit., p. 52. Pires, *Gestão Estratégica Ferroviária...*, cit., p. 62.

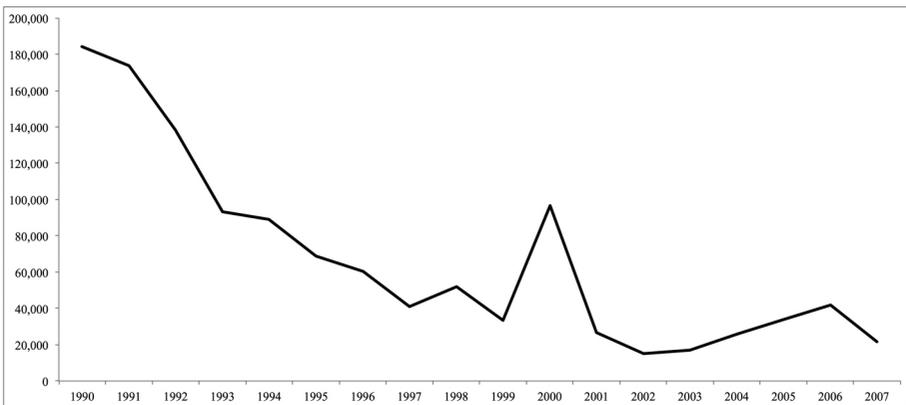
⁸⁸ Azevedo e Salgueiro, “Evolução do sistema de mobilidade...”, cit., p. 460-461 e 463-464.

⁸⁹ Pereira, *Máquinas e Homens...*, cit., p. 101-117 e 125.

de falhas de segurança, contribuiu para a pioria do serviço e para o reforço da argumentação favorável ao seu encerramento⁹⁰.

A entrada de Portugal na CEE (1986) em pouco alterou a situação da linha. O grosso dos investimentos alocados aos transportes foram direcionados para as vias-férreas de maior tráfego e para a requalificação da malha rodoviária, que deveria substituir os caminhos-de-ferro menos utilizados, designadamente, as linhas de via estreita em Trás-os-Montes, que começaram a ser encerradas a partir de 1988. No Tua, em finais de 1991, a secção entre Mirandela e Bragança foi encerrada. Alguns alvites para requalificar a linha foram aventados, mas nenhuma das soluções previa um percurso mais direto entre Bragança e o litoral, nem ultrapassava a necessidade de baldeação em Foz-Tua pela diferença da bitola. O destino da linha acabou por ser selado em Outubro 1992, quando o material circulante preso em Bragança foi retirado por via rodoviária. A mobilidade do alto distrito passou a ser assegurada por autocarros, não sem protestos por parte das populações que preferiam o comboio. Sem a secção de Bragança, o número de passageiros na linha decairia quase continuamente até 2002, ano em que apenas transportou 15 mil viajantes⁹¹.

Figura 17 – Evolução do tráfego de passageiros nos anos finais da linha



⁹⁰ Azevedo e Salgueiro, “Evolução do sistema de mobilidade...”, cit., p. 465-466. Lampreia, *The Public Choice in the Railway Sector...*, cit., p. 23 e 53-54. Pires, *Gestão Estratégica Ferroviária...*, cit., p. 66.

⁹¹ Azevedo e Salgueiro, “Evolução do sistema de mobilidade...”, cit., p. 462-463 e 467. *Idem*, “O encerramento da linha de Bragança na imprensa regional” in Pereira, *A linha do Tua...*, cit., p. 473-483. Lampreia, *The Public Choice in the Railway Sector...*, cit., p. 22-23, 54 e 62. Pires, *Gestão Estratégica Ferroviária...*, cit., p. 62 e 66-67. Simão, *Turismo como Motor de Desenvolvimento Local...*, cit., p. 63.

Em 1995, era aberto o IP4, que ligava o alto distrito transmontano ao Porto através da A4 e a Lisboa pela A1⁹². As novas acessibilidades possibilitavam uma viagem, por automóvel, muito mais rápida. O comboio demorava mais de 7 h entre o Porto e Bragança e quase 11 desde Lisboa, por um percurso menos direto e que impunha uma baldeação a meio. Só a viagem na linha do Tua demorava mais de 4 h⁹³.

Aqui, o único melhoramento foi a introdução dum novo material circulante (os *Light Rail Vehicles*), que deveria operar um sistema de metro ligeiro de superfície no reaberto troço Mirandela-Carvalhais. Em Outubro de 2001, estes veículos passaram a fazer todo o serviço até à estação do Tua. Entre 2003 e 2006, ainda conseguiram inverter a tendência decrescente do tráfego de passageiros na linha, se bem que para um irrisório valor de 41 mil passageiros, semelhante ao atingido em inícios do século. Todavia, três acidentes com estes veículos levaram ao afastamento dos utentes e ao encerramento da linha entre o Tua e o Cachão em 2008. O clima de austeridade e a publicação dos planos da CP para uma gestão mais eficaz da sua rede (que passava pela supressão das linhas de menor rentabilidade) não faziam antever a reabertura da linha, que, em 2012, foi oficialmente desativada⁹⁴. O serviço de transporte local na parte suprimida da linha foi assegurado por uma frota de táxis contratada pela CP que, contudo, não agradou às populações que continuavam a preferir o comboio⁹⁵.

De qualquer modo, a extensão da A4 até Mirandela e depois Bragança (2016)⁹⁶ passou a permitir uma ligação ao Porto em pouco mais de 1,5 ou 2 h, respetivamente⁹⁷. O percurso em comboio só entre o Porto e o Tua demora cerca de 2,5 h a ser percorrido⁹⁸. Mesmo no vale do Tua, o trajeto entre Bragança, Mirandela e Foz-Tua pode ser feito em 1,5 h⁹⁹, tempo que o caminho-de-ferro nunca pôde realizar.

⁹² Venceslau, *O papel estruturador da linha do Tua...*, cit., p. 143, 162 e 172.

⁹³ Lampreia, *The Public Choice in the Railway Sector...*, cit., p. 21, 23 e 53.

⁹⁴ Azevedo e Salgueiro, “Evolução do sistema de mobilidade...”, cit., p. 468-469. Lampreia, *The Public Choice in the Railway Sector...*, cit., p. 23-24, 55-56 e 63. Pereira, *Máquinas e Homens...*, cit., p. 118-120. Pires, *Gestão Estratégica Ferroviária...*, cit., p. 63.

⁹⁵ Azevedo e Salgueiro, “Evolução do sistema de mobilidade...”, cit., p. 469.

⁹⁶ Samuel Silva, “Abre-se o túnel do Marão, quebra-se a «barreira psicológica»”, *Público*, 6.5.2016, disponível em www.publico.pt [consulta em 15.1.2017].

⁹⁷ Dados Google Maps/Transit.

⁹⁸ De acordo com os horários atuais da CP.

⁹⁹ Dados Google Maps/Transit.

Tal como no início do século XX o comboio se tinha sobreposto às diligências transmontanas e ao porto de Foz-Tua¹⁰⁰, a autoestrada sobrepor-se-ia ao caminho-de-ferro no dealbar do século XXI.

5. Futuro com vocação turística?

Quando da contratualização da construção da barragem de Foz-Tua entre o governo e a EDP (entre 2009 e 2011¹⁰¹), cuja albufeira submergiria cerca de 20 km da linha, pensou-se numa nova solução de mobilidade intermodal para o vale do Tua, que combinava um funicular até ao topo da barragem, um serviço de navegação e um comboio na parte não-inundada do caminho-de-ferro (entre Brunheda e Mirandela). Embora o plano devesse assegurar os interesses e a mobilidade das populações locais, a solução proposta tinha em vista sobretudo a vocação turística do vale e da ferrovia, já que a necessidade de fazer três transbordos num trecho de apenas 55 km invalida por completo o seu uso como serviço quotidiano¹⁰².

O aproveitamento turístico da linha era um dos argumentos em favor da sua manutenção ao serviço, uma vez que a maior afluência de passageiros se registava precisamente no Verão¹⁰³. Poderia ainda responder à tendência para o decréscimo demográfico e envelhecimento populacional¹⁰⁴ e iria de facto ao encontro do valor do caminho-de-ferro como património cultural e da mais-valia do vale como paisagem natural e tecnológica¹⁰⁵.

Neste sentido, foram desenvolvidas algumas ideias, que constituíam verdadeiras novas formas de mobilidade no vale. Em 2012, um projeto universitário de alunos de Engenharia propôs a criação duma plataforma que adaptava bicicletas comuns à circulação na linha¹⁰⁶. Era uma inovação que recriava alguns produtos em voga noutros caminhos-de-ferro abandonados,

¹⁰⁰ Venceslau, *O papel estruturador da linha do Tua...*, cit., p. 80 e 93.

¹⁰¹ Tomás Manuel Gaspar Moura Martins, *Avaliação Técnico-Económica de Aproveitamentos Hidroelétricos – Foz Tua*, Porto, UP, 2014, diss. mestrado, p. 23.

¹⁰² Pires, *Gestão Estratégica Ferroviária...*, cit., p. 64.

¹⁰³ Simão, *Turismo como Motor de Desenvolvimento Local...*, cit., p. 63-64.

¹⁰⁴ Pires, *Gestão Estratégica Ferroviária...*, cit., p. 83.

¹⁰⁵ Ellan Fei Spero e Hugo Silveira Pereira, “The Tua Valley In Transition, Symbol And Technological Landscape”, *Cultura, Espaço e Memória*, 7, p. 223-241.

¹⁰⁶ Carlos Barbosa, João Figueiredo, Jorge Marques, Lídia Teixeira, Miguel Oliveira, Eduardo Beira e António Araújo, “Redesigning the Classical Railrider: a Transportable Prototype for Modern Ages” in McCants et al., *Railroads in Historical Context...*, cit., vol. 2, p. 455-470.

sobretudo na Alemanha¹⁰⁷. A própria EDP desenvolveu um veículo motorizado, com cerca de 20 lugares, para apoio aos trabalhos de construção da barragem (iniciados em 2011¹⁰⁸), que circulava na velha ferrovia¹⁰⁹.

No entanto, a escolha para a mobilidade ferroviária acabaria por recair num projeto mais ambicioso (avaliado em 30,000,000 €) que passava pela requalificação da linha antiga e operação de novo material circulante. Depois dum concurso falhado no Verão de 2015¹¹⁰, a solução de mobilidade no Tua foi alterada em 2016, quando uma resolução do conselho de ministros desclassificou a linha da rede ferroviária nacional e determinou que a sua futura exploração fosse feita “para a satisfação das necessidades coletivas”, principalmente “vocationada por razões históricas ou de interesse turístico”, de forma a potenciar “o desenvolvimento socioeconómico e turístico da região”¹¹¹.

Em 2016, o contrato foi adjudicado a Mário Ferreira, empresário ligado à exploração da navegação do Douro. Desde logo ficou bem determinado que “o que está a desenhar no Tua não é um plano de mobilidade, mas sim um projecto [sic] turístico”¹¹², embora ficasse determinado que a componente da mobilidade quotidiana poderia ser assumida em termos a definir entre as partes¹¹³. O pacote, no valor de 15,000,000 €, inclui uma solução rodoviária (em substituição do funicular a jusante da barragem), um percurso de 19 km de barco e um troço de 39 km de comboio¹¹⁴. A exploração deverá ser iniciada ainda no Verão de 2017, se entretanto se resolver o diferendo sobre quem assume a responsabilidade da manutenção da estrutura fixa (túneis, viadutos, muros de suporte)¹¹⁵.

¹⁰⁷ Stefan Brauckmann, “*Exploring cultural landscape with old railway tracks*”, in McCants et al., *New Uses for Old Railways*, p. 133-146. *Idem*, “Draisine tourism in Germany: ideas for the Tua line?”, in McCants et al., *New Uses for Old Railways*, p. 239-250.

¹⁰⁸ Spero e Pereira, “The Tua Valley In Transition...”, cit., p. 227.

¹⁰⁹ Eduardo Beira, Nuno Beira e Hugo Silveira Pereira, documentário *A Linha do Tua III: exploração e impactos*, disponível em vimeo.com/172649707, 00:52.

¹¹⁰ “Aberto concurso para privados executarem e explorarem mobilidade no Tua”, *Público*, 27.7.2015, disponível em www.publico.pt [consulta em 15.1.2017]. Manuel Carvalho, “EDP e autarquias prometem exclusividade a Mário Ferreira no vale do Tua”, *Público*, 15.10.2016, disponível em www.publico.pt [consulta em 15.1.2017].

¹¹¹ *Diário da República*, 1, 166, 30.8.2016, p. 3021.

¹¹² Luísa Pinto, “Plano turístico para o Tua em marcha”, *Público*, 27.8.2016, disponível em www.publico.pt [consulta em 15.1.2017].

¹¹³ Carvalho, “EDP e autarquias prometem...”, cit.

¹¹⁴ Luísa Pinto, “Plano turístico para o Tua...”, cit., quem assume a responsabilidade da manutenção da estrutura fixa (túneis, viadutos, muros de suporte).

¹¹⁵ “Ninguém quer ficar responsável pela segurança da linha do Tua”, *Diário de Notícias*, 4.7.2017, disponível em www.dn.pt [consulta em 16.7.2017].

Aparte a questão da mobilidade quotidiana das populações locais, e sem embargo do mérito que uma iniciativa de ressurgimento ferroviário como esta tem (quanto mais não seja pelo valor simbólico da reabertura duma linha como sinal de confiança no território¹¹⁶), o projeto levanta outros problemas em termos de valia cultural e patrimonial. O que se prevê para a navegação fluvial é o uso duma réplica dum rabelo, barco que nenhuma ligação histórica tem com o Tua. Para a exploração ferroviária, previa-se originalmente o uso duma imitação duma locomotiva típica dos caminhos-de-ferro norte-americanos do século XIX, que, igualmente, nada tinha em comum com a história da linha¹¹⁷. De acordo com um dos canais oficiais de informação do empresário Mário Ferreira, a opção pela locomotiva norte-americana foi abandonada e em seu lugar foi selecionada uma máquina com um desenho mais apropriado ao contexto europeu (se bem que as carruagens sejam também elas construídas de raiz e sem ligação à memória do Tua). Contudo, as imagens divulgadas não permitem fazer uma apreciação global, uma vez que só mostram pormenores dos veículos. O empresário anunciou também o restauro duma das máquinas a vapor que circularam na linha (a E170, antiga MD 410, comprada no início do século XX para os caminhos-de-ferro de via estreita do Estado e que trabalhou no Tua na década de 1970¹¹⁸), não sendo, porém, líquido se o intuito é colocá-la na exploração ou apenas para exibição estática¹¹⁹.

Em todo o caso, o ideal seria manter na operação turística a identidade do caminho-de-ferro, reutilizando o ainda relativamente abundante material circulante que se encontra a metros de distância da barragem e da linha, no parque de via estreita da estação do Tua¹²⁰. Muito embora o recurso a material não-original e que nada tem que ver com a história duma via-férrea não seja incomum e malgrado a conservação e uso de material historicamente autêntico só ser possível, em grande medida, com recurso a voluntariado (algo que não se coaduna com os legítimos intuítos de exploração lucrativa do empresário)¹²¹, a verdade é que neste tipo de operação o utente por norma procura uma

¹¹⁶ Pires, *Gestão Estratégica Ferroviária...*, cit., p. 76.

¹¹⁷ Carlos Cipriano, “Linha do Tua vai ter um comboio dos filmes de índios e *cowboys*”, *Público*, 2.12.2016, disponível em www.publico.pt [consulta em 15.1.2017].

¹¹⁸ Pereira, *Máquinas e Homens...*, cit., p. 55-56.

¹¹⁹ Página oficial no Facebook (www.facebook.com/mario.ferreira1). Tentamos entrar em contacto com Mário Ferreira acerca destas questões, mas não obtivemos resposta.

¹²⁰ Pereira, *Máquinas e Homens...*, cit., p. 67-77 e 122-129.

¹²¹ Dominic Fontana, “A new age of steam? The Tua valley line, Portugal: experience and examples from the technological heritage operations and preserved railways of Britain”, in McCants et al., *New Uses for Old Railways*, p. 61-80.

experiência autêntica e genuína¹²², algo que não irá encontrar nas embarcações, nas locomotivas e nas carruagens previstas para a exploração.

6. Conclusão

Neste artigo propusemo-nos fazer uma análise de tempo longo à mobilidade de uma região periférica: o vale do Tua, na província de Trás-os-Montes. Começamos por examinar um tipo de mobilidade arcaico, baseado em caminhos de terra e veículos a tração animal, que foi completamente abalado pela chegada do ícone do progresso oitocentista: o caminho-de-ferro. Assim que instalada, a ferrovia assumiu um papel central na mobilidade de região e tornou-se um poderoso instrumento de desenvolvimento económico regional (como o atestam os números do trânsito), desde logo pela sua enorme capacidade de locomoção e de tráfego, mas também pelas suas consequências a nível simbólico, plasmadas, por exemplo, na capacidade de poder ir ao litoral e regressar no mesmo dia, quebrando os montes transmontanos que tantos escritores haviam descrito como muralhas que separavam a província do resto do país.

A narrativa aqui tratada permitiu evidenciar vários aspetos fulcrais na análise histórica da mobilidade, desde logo o seu dinamismo e apetência para a mudança (assim que surge uma alternativa mais eficaz), se bem que respigada aqui e além por resistências a essa mesma mudança (como é exemplo a permanência das barcas de passagem a par do caminho-de-ferro e a persistência da própria linha do Tua face aos novos desenvolvimento rodoviários e do automóvel/camionagem).

Por fim, procuramos também ilustrar como certas formas de locomoção podem cair em declínio, mas ser retrazidas à vida com novos usos, novos objetivos e novos utentes.

Muito embora, todas as regiões sejam diferentes, esperamos ter contribuído com este artigo para a construção dum modelo que possa de futuro ser replicado na análise de outras regiões, tanto do ponto de vista da sua evolução histórica, como do ponto de vista da reutilização de sistemas de mobilidade que se tornaram obsoletos com o tempo.

¹²² Günter Dinobl, “Railway Heritage: an overview”, in McCants et al., *New Uses for Old Railways*, p. 17-32. Dominic Fontana, “Railways: industrial and maritime archaeology, geographic information systems, history and culture”, in McCants et al., *New Uses for Old Railways*, p. 53-60. Helaine Silverman, “Heritage and Authenticity”, in Emma Waterton e Steve Watson (eds.), *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*, Nova York, Palgrave MacMillan, 2015, p. 77-78.

Portuguese complementary education in the United Kingdom

O Ensino Português no Estrangeiro no Reino Unido

PEDRO MARQUES
Instituto Camões
pedro.marques@camoes.mne.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 16/11/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 10/05/2017

Abstract:

One of the most visible manifestations of Portuguese language education in the United Kingdom, complementary schooling (Ensino Português no Estrangeiro) is the result of Portuguese immigration from the 1960s to the present day, magnified by the intake of Brazilian migrants in the 1990s and 2000s. Heritage language classes were a grassroots initiative of parents and immigrant associations with a strong component of language maintenance. Just before the 1974 democratic revolution in Portugal, the Portuguese government took over the organisation of classes but the development of the network as a support mechanism of migrant communities happened in the post-revolutionary period. At the turn of the 21st century, the provision of complementary classes had to adapt to new political and legislative discourses. Especially after the 2006-2009 period, when the classes came under the supervision of the Instituto Camões, Portuguese language was assigned a new role, that of an economic asset in a globalised world. Amongst the community, Portuguese language education became an investment in cultural and educational capital.

Keywords:

complementary education, heritage language, Portuguese.

Resumo:

Uma das manifestações mais visíveis do ensino da língua portuguesa no Reino Unido, o Ensino Português no Estrangeiro, resulta da imigração portuguesa entre os anos 60 do século XX e a atualidade, realidade que adquiriu uma nova expressão com a chegada de imigrantes brasileiros entre 1990 e a primeira década de 2000. As aulas de língua portuguesa nasceram como uma iniciativa de base comunitária, promovidas por pais e associações de imigrantes e marcadas por uma política de manutenção de língua. Ainda antes da revolução de 1974, o governo português assumiu a organização dos cursos, tendo a expansão da rede de apoio às comunidades diaspóricas acontecido no período pós-revolucionário. Na viragem para o século XXI, a rede teve de se adaptar a novos discursos políticos e legislativos. Especialmente após o período entre 2006 e 2009, momento em que os cursos transitaram para a tutela do Instituto Camões, a língua portuguesa adquiriu um novo papel, o de recurso económico num mundo globalizado. No seio da comunidade, a aprendizagem de português passou a ser encarada como um investimento em capital cultural e educativo.

Palavras-chave:

Ensino Português no Estrangeiro, língua de herança, português.

From post-revolutionary and multicultural optimism to scepticism

The first complementary education¹ (Ensino Português no Estrangeiro) courses in the United Kingdom (UK) were an initiative of Portuguese immigrant organisations in London. In the late 1960s, Portuguese lessons had become a significant part of community life, backed up by active parents, who recruited teachers, bought materials and books, and arranged the premises where lessons took place, normally churches and community halls².

Just before the 1974 democratic revolution in Portugal, the Portuguese government took up the responsibility for the funding of the language provision and recruitment of instructors working with the Portuguese-speaking diaspora in a number of countries in Europe, Africa, and North America. In 1969, the government laid down the guidelines on which many primary education courses were created in Luxembourg, Germany, France, Belgium, the USA, South Africa, the Netherlands and the UK, prefiguring the geographic configuration of the present network. Aimed at those students who wanted to sit a final exam to complete their elementary education, these courses followed the national curriculum, and were meant to maintain and enhance a “spiritual” link between the migrant and the Portuguese homeland³. Language was here liable to cement an unequivocal national identity in a supposedly homogenous expatriate group⁴, which reflected the ambivalent attitude of Portuguese authorities towards emigration. Under the dictatorial regime, emigration was seen both as a phenomenon disruptive of the country’s sovereignty and identity fabric, and

¹ I use the term *complementary* to designate language schooling set up by minority linguistic communities (Vally Lytra and Peter Martin, “Introduction”, in Vally Lytra and Peter Martin (ed.), *Sites of Multilingualism: Complementary Schools in Britain Today*, Stoke on Trent and Sterling, Trentham Books, 2010, p. xi-xx). The word signals the positive role of this kind of language education in the academic and personal lives of those who attend complementary schools (see Angela Creese, et al., “Multicultural, Heritage and Learner Identities in Complementary Schools”, *Language and Education*, 20:1, 2006, p. 23-43). I use *heritage* and *minority languages* interchangeably but I shall signpost the use of *heritage* as correlative of a language maintenance policy.

² Olga Barradas, “‘A disappearing act’: Portuguese Students – Social Inclusion and Academic Attainment” in Guida de Abreu, Tony Cline and Hanna Lambert (ed.), *The education of Portuguese children in Britain: insights from research and practice in England and overseas*, Luton, Department of Psychology, University of Luton, p. 32-50.

³ Ministério da Educação Nacional, “Decreto-lei 48944, de 28 de Março”, in *Diário do Governo*, n.º 74/1969, Série I de 1969-03-28, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

⁴ Jane Beswick and Mark Dinneen, “Introduction: The Portuguese-Speaking Diaspora in Great Britain and Ireland”, *Portuguese Studies*, 26:1 (2010), p. 5-9.

an unavoidable economic and social outlet, if one was to consider the economic deprivation afflicting a large proportion of the population⁵.

The expansion of both the network and the scope of provision would happen in the post-revolutionary period. Created in 1977, the legal apparatus issued by the new democratic regime had a two-fold aim: to promote the overall educational achievement of Portuguese migrants abroad (namely by securing full access to foreign school systems and the mutual recognition of qualifications), and to facilitate the access to Portuguese language education. The support was to be achieved primarily through the introduction of Portuguese as a subject in foreign curricula, or, as an alternative, through the creation of complementary language courses in countries with a sizeable diasporic community⁶. The 1977 decree, while still adopting a rather restrictive concept of cultural heritage, understood the access to Portuguese language education as a civil right, and acknowledged the migrants' need to fully access the school system of the host country. It also opened up the possibility of creating customised curricula and learning materials, which suggested a willingness to acknowledge the different sociocultural circumstances of specific communities.

The first courses opened in 1972, mainly in France and Germany, as these destinations accounted for more than 50% of Portuguese migration between the 1950s and 1980s⁷. In the 60s and early 70s, London was not a major destination for economic migrants, but there was a small community of political expatriates⁸ and people working in the cleaning, hospitality and catering industries⁹. In 1975, the Portuguese community in London was estimated to be 4,000 and the intake of migrants was reported to slow down after this date¹⁰. The result was a predominantly adult community until the mid-1980s, when there were around

⁵ Victor Pereira, "Ineficiência, fragilização e duplicidade. O Velho Estado Novo perante a emigração para França (1960-1968)", *Ler história*, 59 (2009), p. 43-68.

⁶ Assembleia da República. "Lei 74/77 de 28 de Setembro: Língua e cultura portuguesas no estrangeiro", in *Diário da República*, n.º 225/1977, Série I de 1977-09-28, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

⁷ Maria Ioannis Baganha, "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional", *Análise Social*, XXIX: 128 (1994), p. 959-980.

⁸ Maria Amélia Estrela, Rosa Starr and Maria Lúmen Rodrigues, "The Portuguese Education Department in the United Kingdom", in Guida de Abreu, Tony Cline and Hanna Lambert (ed.), *The education of Portuguese children in Britain...*, cit., p. 198-216.

⁹ Paula Santarita and Marilyn Martin-Jones, "The Portuguese speech community", in Safder Alladina and Viv Edwards, *Multilingualism in the British Isles, Vol. 1: The older mother tongues and Europe*, London and New York, Longman, 1991, p. 231.

¹⁰ Olga Barradas, *Portuguese students in London Schools: patterns of participation in community language classes and patterns of educational achievement*, PhD, Goldsmiths College/University of London, 2004, p. 26.

1,800 Portuguese-speaking school children¹¹. Notwithstanding, the first teachers assigned to work with the community in London were recruited in 1973, still within the framework of the 1969 law¹². In the academic year 1974/1975, there were five teachers running ten courses, and in 1976 the Ministry of Education appointed the first person to supervise the operations in the UK¹³.

There was an institutional optimism in the 1970s. In the UK, the *A Language for Life* report recommended that schools should provide a sympathetic link between the migrants' background and the British culture, while encouraging students to maintain their first language throughout their education¹⁴. The principle of free movement of workers in the European Economic Community (EEC)¹⁵ motivated a 1974 European resolution that advocated a close cooperation between host institutions and country of origin to provide education to migrant children, and a second 1977 directive that gave European Economic Community (EEC) members a five-year timeframe to offer provision in first language learning for migrants¹⁶. The UK, despite some hostility from education professionals and the government¹⁷, responded to the European directives with initiatives such as the *Linguistic Minorities Project* (1979-1983), which aimed at giving visibility to the multilingual reality of the UK, highlighting the potentiality of a bilingual education¹⁸. That same decade, the Inner London

¹¹ Paula Santarita and Marilyn Martin-Jones, "The Portuguese speech community", cit., p. 231.

¹² Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Educação Nacional, "Portaria 784/73, de 12 de Novembro", in *Diário do Governo*, n.º 264/1973, Série I de 1973-11-12, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa.

¹³ Maria Amélia Estrela, Rosa Starr and Maria Lúmen Rodrigues, "The Portuguese Education Department in the United Kingdom", cit., p. 199.

¹⁴ Allan Bullock, *A Language for Life, Report of the Committee of Enquiry appointed by the Secretary of State for Education and Science under the Chairmanship of Sir Alan Bullock F.B.A.*, London, Department of Education and Science, 1975, p. 285-294.

¹⁵ The Council of the European Communities, "Regulation (EEC) No 1612/68 of the Council of 15 October 1968 on freedom of movement for workers within the Community", I-1968(II), *Official Journal of the European Communities*, Brussels, The Council of the European Communities. It establishes that migrants should be admitted to education systems under the same conditions as nationals.

¹⁶ The Council of the European Communities, "Council Resolution of 21 January 1974 concerning a social action programme", C 13, 12 February 1974, and "Directive 77/486 on the schooling of children of migrant workers", L 199, Volume 20, 6 August 1977, *Official Journal of the European Communities*, Brussels, The Council of the European Communities.

¹⁷ Viv Edwards, "Language policy in multicultural Britain", in John Edwards (ed.), *Linguistic minorities, policy and plurilingualism*, London, Academic Press, p. 60-62.

¹⁸ Linguistic Minorities Project, *The Other Languages of England*, London, Boston, Melbourne and Henley, Routledge and Kegan Paul, 1985, p. 376-383.

Education Authority facilitated the use of school premises after school hours for Portuguese language classes¹⁹.

In Portugal, the optimism was partly fuelled by the post-revolutionary period. The support of emigrant communities that had been rehearsed by the previous regime was now a priority, motivated by a similar policy of language maintenance but also by a willingness to redress the political and economic conditions that motivated Portuguese emigration in the 1960s. In 1973, the Ministry of Education formally set up a division to oversee language provision abroad, which developed into an independent team in 1979²⁰. The network expanded to more than 43,000 students in Europe by the end of the decade²¹, and the right to Portuguese language education abroad was consecrated in the 1986 framework law on education (and again in the 1989 amendments to the post-revolutionary constitution²²).

However, this later institutional commitment to heritage language education was accompanied by disillusionment amongst practitioners and students, a degree of scepticism in Portugal, and a shift towards institutional monolingualism in the UK.

A disappearing act: underperformance and criticism

The first ten years of the complementary courses saw the number of students reach 1,000, and the classes extended from London to some southern coastal resort towns and the island of Jersey²³. There seems to have been a steady

¹⁹ See Assembleia da República, *Diário da Assembleia da República*, Série II, 1.ª Legislatura, Sessão legislativa 3, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1978 and Olga Barradas, “Linking community and mainstream schools for primary students and their teachers”, in Vally Lytra and Peter Martin (ed.), *Sites of multilingualism...*, cit., p. 135-148.

²⁰ Ministério da Educação Nacional, “Decreto-lei 45/73, de 12 de Fevereiro”, in *Diário do Governo* n.º 36/1973, Série I de 1973-02-12, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda and Ministério da Educação, “Decreto-lei 541/79, de 31 de Dezembro”, in *Diário da República*, n.º 300/1979, 12.º Suplemento, Série I de 1979-12-31, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

²¹ Assembleia da República, *Diário da Assembleia da República*, Série II, 1.ª Legislatura, Sessão legislativa 3, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1978, p. 28-29.

²² Assembleia da República, “Lei de Bases do Sistema Educativo”, in *Diário da República*, n.º 237/1986, Série I de 1986-10-14, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda and Assembleia da República, “Lei Constitucional 1/89, de 8 de Julho”, in *Diário da República*, n.º 155/1989, 1.º Suplemento, Série I de 1989-07-08, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

²³ Paula Santarita and Marilyn Martin-Jones, “The Portuguese speech community”, cit., p. 238.

growth in the two-decade period between 1975 and 1999, when there were around 2,000 students and 40 teachers²⁴. Students figures grew rapidly in the late 1980s, in line with the increasing number of economic migrants arriving in the UK after the 1986 to 1992 period, when Portugal became part of the EEC, and member states signed the Maastricht Treaty, which established freedom of movement and residence in the newly designated European Union (EU). Between 1981 and 1987, the number of Portuguese migrants doubled, from 30,000 to 60,000²⁵, and during the 1990 decade there was an influx of nearly 20,000 migrants²⁶.

The initial optimism did not translate into a straightforward positive experience for students, teachers and parents throughout the 1980s and 1990s. The Swann report²⁷, an inquiry into the education of children from minority groups, while supportive of a multicultural society, was seen by those interested in promoting a bilingual education as the return to a monolingual educational ethos, legitimated by the premise that heritage languages should be taught as modern foreign languages within the regular curriculum so as to promote equal opportunities and avoid a segregated education. At the time, the National Council for Mother Tongue Teaching criticised the report because it eschewed the potentialities of a robust bilingual education²⁸. The Swann report envisioned the foreign language classroom as a shared space for both the learning of languages (with no distinction between foreign and heritage languages) and the construction of a cohesive British identity, but that did not become a reality. Provision for heritage language education continued to depend on the initiative of each community; and in the few cases where there was indeed curricular integration, classes were attended solely by bilingual students, entailing a “deformation of the official form”²⁹. Furthermore, language

²⁴ Guida de Abreu, Teresa Silva and Hanna Lambert, “Academic achievement of Portuguese children in British schools”, in Guida de Abreu, Tony Cline and Hanna Lambert (ed.), *The education of Portuguese children in Britain...*, cit., p. 8.

²⁵ Olga Barradas, *Portuguese students in London Schools*, cit., p. 26.

²⁶ Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *Relatório da Emigração 2013*, Lisboa, Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, 2013, p. 19.

²⁷ Department of Education and Science, *Education for All: The Report of the Committee of Inquiry into the Education of Children from Ethnic Minority Groups (The Swann Report)*, London, Her Majesty’s Stationery Office, 1985.

²⁸ National Council for Mother Tongue, “The Swann report: Education for all?”, *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, 6:6 (1985), p. 497-508.

²⁹ Hans H. Reich and Ulrike Pörnbacher, “Languages of immigrants as modern foreign languages: a comparative view of the education systems of England, France and (Western)

learning has struggled to acquire a high profile in the UK³⁰, and a culture of local governance and diversity of provision has traditionally favoured localised partnerships rather than nation-wide projects of language learning³¹.

The 1984 report by the Commission of the European Communities on the implementation of the 1977 directive on the education of children of migrant workers provided a circumspect view of the situation in the United Kingdom. It noted that the system of decentralised governance by Local Education Authorities impeded a comprehensive summary of the measures taken to cater for students with mother tongues other than English, but it also mentioned the existence of support to complementary schools, and the fact that examinations in minority languages counted towards students' qualifications certificates³².

In the case of the Portuguese community, heritage language schooling was in a situation of crisis. According to Barradas, a language teacher and researcher in the field of bilingualism and community languages, the needs of students from the Portuguese-speaking community were not being addressed. They were, in her words, "a disappearing act", an invisible population in official documents and statistics³³. Many Portuguese pupils had a track record of academic underachievement, which was being reinforced by low aspirations and a hostile attitude towards Portuguese language and culture. Furthermore, many schools routinely advised pupils' overworked parents to speak English at home³⁴. In her study of the patterns of educational achievement of Portuguese students in Lambeth, Barradas opens the introduction with a personal account

Germany", in *International Conference on Maintenance and Loss of Minority Languages*, Noordwijkerhout (Netherlands), p. 1-14.

³⁰ The 2013 *Languages for the Future* report stresses that the UK lacks the language skills necessary to sustain its economic and cultural position (Teresa Tinsley and Kathryn Board, *Languages for the future: which languages the UK needs most and why*, British Council, 2013, p. 3).

³¹ Philip Woods and Tim Simkins, "Understanding the local: Themes and Issues in the Experience of Structural Reform in England", *Educational Management Administration & Leadership* 42:3 (2014), p. 324-340. The tradition of local governance means that nation-wide agreements such as the recent Franco-Portuguese declaration that Portuguese would become part of the offer of modern foreign languages are unlikely (Lusa, "Alunos franceses vão poder aprender português como língua estrangeira", *Público*, 2016.07.25). See footnote 78.

³² Commission of the European Communities, *Report from the Commission to the Council on the implementation of directive 77/486/EEC on the education of the children of migrant workers*, Brussels, Commission of the European Communities, 1984.

³³ Olga Barradas, "'A disappearing act': Portuguese Students...", cit., p. 33.

³⁴ *Idem, ibidem*; Guida de Abreu, Teresa Silva and Hanna Lambert, "Academic achievement of Portuguese children in British schools", cit.; and Feyisa Demie, "Ethnic and gender differences

of her first impressions as a heritage language teacher in London in the mid-1980s. Teachers worked with mixed proficiency and multi-age classes, did not follow an established curriculum, had little access to classroom resources, and, in most cases, did not have any contact with mainstream schooling teachers. Learners would not progress if teachers considered that their Portuguese was not appropriate, and heritage languages lessons, especially for older learners, “seemed to drain their last drop of energy at the end of the day”³⁵.

In 1978, the syllabus was based on the principle of equivalence to the Portuguese national curriculum and it closely adhered to content drawn from Portuguese (first language), geography and history³⁶. Although it was proving unsuitable, the syllabus was in line with families’ expectations of returning to Portugal and children having to integrate into the school system³⁷. To remedy the situation, the Ministry of Education released experimental documents: a guide on how to explore literary texts for advanced students, a draft of a curriculum for primary pupils, and, in 1994, a syllabus with content for five years of schooling, from age 6 to 10³⁸. The latter claimed to be a flexible instrument underpinned by a commitment to a function-based and communicative language learning approach and a multicultural education. It targeted both heritage language and modern foreign language contexts, took into account multi-age and multi-level classes, and advocated a focus on oracy for young learners. In practice, while teachers welcomed most of the changes, some, such as the exclusive focus on speaking, did not make sense and were not strictly adhered to in the UK, where children start schooling in literacy at the age of five³⁹.

In Portugal, the post-revolutionary promotion of support mechanisms to diasporic communities was followed by criticism of how the expansion of the network was being managed. While the first programmes for government

in educational achievement and implications for school improvement strategies”, *Educational Research*, 43:1 (2001), p. 91-106.

³⁵ Olga Barradas, *Portuguese students in London Schools*, cit., p. 13-15.

³⁶ José Filipe Pinto, *Estratégias da ou para a Lusofonia?*, Lisboa, Prefácio, 2009, p. 164.

³⁷ Olga Barradas, “Learning Portuguese: a tale of two worlds”, in Jean Conteh, Peter Martin and Leena Helavaara Robertson (ed.), *Multilingual learning: stories from schools and communities in Britain*, Stoke on Trent (UK) and Sterling (US), Trentham Books, 2007, p. 89.

³⁸ Serviços de Ensino Básico – Português no Estrangeiro, *Português Ensino Secundário: Apoio Didáctico*, Lisboa, Ministério da Educação e Ciência – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980; idem, *Projecto do programa de Língua e Cultura Portuguesa: 3 primeiras unidades*, Lisboa, Ministério da Educação e Ciência – Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982; and Maria Fernanda Antunes, Marina Ribeiro Silva and Matilde Teixeira, *Programa de Língua e Cultura Portuguesas*, Lisboa, Departamento da Educação Básica, 1994.

³⁹ Olga Barradas, “Learning Portuguese: a tale of two worlds”, cit., p. 90.

were unequivocal in their support of the scheme⁴⁰, later programmes included a general commitment to support emigrant communities and a call for a reform of the system. In 1987, the eleventh constitutional government, the first that would complete a full term of office since the revolution (1987-1991), committed to a continuing support of Portuguese migrants on the assumption that such support should be underpinned by a restructuring of the network and a promotion of the language as curricular option abroad⁴¹. In 1990, Luís Geraldes, a parliament member of the party in government argued that the country should redefine its language policy. The argument was that authorities should strengthen Portuguese as a cultured and historically relevant language spoken by 200 million people, rather than perpetuate its status as an emigrant language. Mr Geraldes called for a re-evaluation of the network of heritage language teaching, which had allegedly been built on good intentions, but was being impaired by poor planning and implementation, and an unbalanced geographical distribution of courses⁴². The qualifications of the teachers and the quality of the pedagogical provision were also under scrutiny, along with the philosophy underlying staff recruitment, whether one of temporary service, privileging an up-to-date knowledge of contemporary Portuguese culture, or one of immersion in local life with a focus on the needs and characteristics of the community⁴³.

Addressing the invisibility of a community

In 2002 there were more than 2,900 students and 35 teachers⁴⁴. By the mid-2010s, the UK had become the main destination for Portuguese migrants, with the arrival of more than 30,000 individuals between 2013 and 2014⁴⁵. The proportion of migrants with higher qualifications increased, and in 2011, 38%

⁴⁰ II Governo Constitucional, *Programa do II Governo Constitucional*, Lisboa, Governo da República Portuguesa, 1978 (<http://www.portugal.gov.pt/media/464015/GC02.pdf>, accessed on 2014.04.20).

⁴¹ XI Governo Constitucional, *Programa do XI Governo Constitucional*, Lisboa, Governo da República Portuguesa, 1987 (<http://www.portugal.gov.pt/media/464039/GC11.pdf>, accessed on 2014.04.20).

⁴² Assembleia da República, *Diário da Assembleia da República*, Série I, V Legislatura, Sessão legislativa 3, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

⁴³ Assembleia da República, *Diário da Assembleia da República*, Série I, V Legislatura, Sessão legislativa 3, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

⁴⁴ Maria Amélia Estrela, Rosa Starr and Maria Lúmen Rodrigues, "The Portuguese Education Department in the United Kingdom", cit., p. 202.

⁴⁵ Rui Pena Pires et al., *Portuguese emigration factbook 2015*, Lisbon, Observatório da Emigração, 2016, p. 16.

of Portuguese-born migrants aged 15 and over were educated at university level⁴⁶. In spite of a different demographics, the introduction of a fee in 2013 and a period of irregularity between the second half of the 2000s and the first half of the 2010s⁴⁷, there was a continued interest in language courses as there were 3,416 students and 23 teachers by the end of the 2015/2016 academic year. Around a third of the students in the 2014-2016 period were accounted for as attending curricular classes. With the exception of a few cases of curricular heritage language classes, the administrative designation implied a strong involvement of the host British school, rather than Portuguese being an actual curricular option. However, it suggested that schools were developing a renewed interest in the promotion of a bilingual education.

In the early 2000s, practitioners, researchers, and authorities looked back on the situation of the previous decades, which prompted remedial action in schools, and a number of scholarly studies.

The call for action was felt in areas where Portuguese migrants settled. The Lambeth authority in South London, an area with a sizeable Portuguese community, acted upon anecdotal evidence that Portuguese students were underachieving and started to monitor the academic performance of newly-arrived Portuguese pupils⁴⁸. The local authority used performance data to identify intervention strategies, provided training to teachers and head teachers, and offered school-based support to families. In addition, it recruited Portuguese advisory teachers and set up links with a Portuguese school⁴⁹. At school level, the commitment of senior management to inclusion, the promotion of targeted support and parental engagement, the recruitment of a diverse workforce, and the celebration of migrants' cultural heritage were deemed instrumental in raising the achievement of Portuguese students⁵⁰.

In 2008, the Lambeth authority released a Portuguese language scheme of work for Key Stage 2 (a lesson-by-lesson programme for the teaching of Portuguese)⁵¹. It was a way to capitalise the existing work with bilingual

⁴⁶ Rui Pena Pires et al., *Portuguese emigration factbook 2015*, cit., p. 11-14.

⁴⁷ In 2005 there were 2,250 students (Mário Filipe da Silva, *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo: Hipótese de Modelo Estratégico*, PhD thesis, Universidade Aberta, 2005).

⁴⁸ Feyisa Demie, "Ethnic and gender differences in educational achievement...", cit.

⁴⁹ Feyisa Demie and Kirstin Lewis, *Raising the Achievement of Portuguese Pupils: Good Practice in Lambeth Schools*, London, Lambeth Research and Statistics Unit and Lambeth Children and Young People's Service, 2008, p. 39-48.

⁵⁰ *Idem, ibidem*, p. 56-58.

⁵¹ Key Stage 1 (Years 1 and 2, pupils aged 5 to 7); Key Stage 2 (Years 3 to 6, pupils aged 7 to 11); Key Stage 3 (Years 7 to 9, pupils aged 11 to 14); Key Stage 4 (Years 10 to 11, pupils aged 14 to 16).

students⁵² in devising a response to the *Independent Review of the Primary Curriculum*'s recommendation that primary pupils learn one or two foreign languages⁵³. A 2016 report by the Lambeth authority, while still pointing out to the underachievement of Portuguese students in the Lambeth area, identified a trend of improvement in performance in Key Stages 1 to 4 between 2009 and 2015⁵⁴.

The study by Barradas⁵⁵ exemplifies the need to understand and act upon the problems felt by young Portuguese migrants. The study examined the patterns of academic achievement of students and established that complementary language education functioned both as an extra-linguistic input benefiting the overall school performance of learners, and as a pivotal point for the development of networks of support and a strong cultural identity that could facilitate social inclusion. The main finding was that pupils attending Portuguese classes achieved higher academic results than those who did not attend classes (41% in the first group achieved top A-C marks in national exams against 8% in the second group)⁵⁶.

Another example is Abreu and Lambert's report on the education of Portuguese students commissioned by the Portuguese Ministry of Education (elementary education division)⁵⁷. According to the report, the proportion of Portuguese-speaking children achieving *National Curriculum* target standards tended to be below local and country-wide averages. The report recommended that British schools and the department of Portuguese education forge close partnerships to develop bilingualism as a way to enhance the students' academic and personal achievements. The same team had organised a conference in

⁵² Luísa Ribeiro and Anne Farren, *The Key Stage 2 Schemes of Work for Portuguese*, London, Children and Young People's Service, London Borough of Lambeth, 2008.

⁵³ Department for Children Schools and Families, *The Independent Review of the Primary Curriculum: Interim report*, London, Department for Children, Schools and Families, 2008.

⁵⁴ Feyisa Demie et al., *The Achievement of Portuguese Pupils in Lambeth Schools – Empirical Evidence 2015*, London, Research and Statistics Unit and Lambeth Children & Young People's Service, 2016. A 2015 study on students attending English as an Additional Language (that is, recently arrived students) argued that lower-achieving minority-background students (including Portuguese-speaking pupils) have high levels of economic deprivation (Steve Strand, Lars Malmberg and James Hall, *English as an Additional Language (EAL) and educational achievement in England: an analysis of the National Pupil Database*, Oxford, University of Oxford, 2015).

⁵⁵ Olga Barradas, *Portuguese students in London Schools*, cit.

⁵⁶ Olga Barradas, *Portuguese students in London Schools*, cit., p. 311.

⁵⁷ Guida de Abreu and Hanna Lambert, *Final Report of the Project: The Education of Portuguese students in England and Channel Islands Schools*, Luton, Department of Psychology, University of Luton, 2003.

2001, bringing together diverse examples of research and good practice. The leitmotif of the conference and the obstacle to overcome was the *invisibility* of the community, whose needs were not being addressed in a systematic way⁵⁸.

The Lambeth project did not reflect the overall situation. The language classroom did not become the shared space for foreign language learning and the construction of a British national identity envisaged by the Swann report. However, the report cemented community languages as part of the range of examinations on offer. The report and the implementation of the *National Curriculum* from 1988 onwards⁵⁹ gave way to the inclusion of Portuguese in an official list of modern foreign languages that could be taught at Key Stage 3 and 4, and incentivised awarding bodies to offer Portuguese language GCSE and A Level examinations to school pupils⁶⁰. Between 1992 and 2015⁶¹, the annual number of pupils sitting Portuguese exams increased eight-fold, from 444 to 3475. Most students taking up Portuguese exams are heritage language speakers⁶² who want to enrich their GCSE and A-Level portfolios, and enhance their chances of entering their desired university degree. This phenomenon has prompted Higher Education institutions to offer modules for advanced and heritage language learners that want to study Portuguese at university level (Cardiff University, Queen's University Belfast, University of Essex, University of Cambridge and, from 2017-18 onwards, Queen Mary University of London).

Hardly half a decade had elapsed since her 2004 study, when Barradas provided a more optimistic overview of the situation, along with the consideration of future challenges⁶³. The picture was now of an established

⁵⁸ Guida de Abreu, Tony Cline and Hanna Lambert (ed.), *The education of Portuguese children in Britain...*, cit., p. 1-6.

⁵⁹ Department of Education and Science, *The Education (National Curriculum) Modern Foreign Languages Order*, London, HMSO, 1989.

⁶⁰ At the end of their compulsory education (Year 11) sit their General Certificate of Secondary Education exams; Advanced Level examination target students completing their post-compulsory education (Years 12 and 13).

⁶¹ Data provided by the House of Commons, the Joint Council for Qualifications, the Office of Qualifications and Examinations Regulation and the Oxford Cambridge and RSA Examinations.

⁶² Teresa Tinsley, *Languages: the state of the nation, demand and supply of language skills*, London, British Academy & Alcantara Communications, 2013, p. 39-40.

⁶³ Olga Barradas, "Learning Portuguese: a tale of two worlds", cit.; *idem*, "Linking community and mainstream schools...", cit.; and Olga Barradas and Yanguang Chen, "How Portuguese and Chinese community schools support educational achievement", in Charmian Kenner and Tina Hickey, *Multilingual Europe: Diversity and Learning*, Stoke on Trent (UK) and Sterling (USA), Trentham Books, 2008.

community renewed by the influx of qualified migrants that held Portuguese complementary classes not just as a way of maintaining a link to their heritage (communications and easier travel made that a daily reality)⁶⁴, but as a cultural and academic investment, which had its roots in the high value first generation migrants with lower qualifications assigned to educational opportunities⁶⁵. However, the needs of these different generations of migrants might not be the same. Indeed, in 2007, Barradas called for a re-evaluation of how education systems respond to the needs of bilingual children in an evolving socio-political landscape⁶⁶.

Malyn Newitt, in his history of Portuguese migration, argues that the Portuguese community in the UK is presently divided into a cultural/economic elite and a larger group of poorer and unskilled workers⁶⁷, which is part of contemporary migration trends, especially in global cities like London⁶⁸. However, the socio-cultural make of the Portuguese community is arguably more complex as it includes long-established residents (usually self-employed or business owners), recently arrived migrants who took up low-wage manual employment (cleaning, catering, building, agriculture and food processing industries), and highly qualified professionals working in management, banking, higher education and the arts⁶⁹. While the latter group does not rely on the informal support networks of established Portuguese-speaking residents⁷⁰, an initiative such as the Native Scientist social enterprise, which promotes Portuguese-language science outreach activities in schools by Portuguese researchers working and studying in the UK, suggests that exchanges between the different groups of migrants might be rather common.

⁶⁴ Indeed, one of the unifying traits of the Portuguese-speaking community is the maintenance of very close cultural and family ties with Portugal. See José Carlos Pina Almeida and David Corkill, "Portuguese Migrant Workers in the UK: A Case Study of Thetford, Norfolk", *Portuguese Studies*, 26:1 (2010), p. 27-40.

⁶⁵ Olga Barradas, "Linking community and mainstream schools...", cit., p. 136-137.

⁶⁶ Olga Barradas, "Learning Portuguese: a tale of two worlds", cit., p. 102.

⁶⁷ Malyn Newitt, *Emigration and the Sea: An Alternative History of Portugal and the Portuguese*, London, Hurst & Company, 2015, p. 167.

⁶⁸ João Peixoto, *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal*, PhD thesis, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão, 1998, p. 195-197.

⁶⁹ José Carlos Pina Almeida, "Migration and Citizenship of the Portuguese in the UK", *Portuguese Studies*, 23:2 (2007), p. 208-229.

⁷⁰ Maria-João Melo Nogueira, David Porteous and Sandra Guerreiro, *The Portuguese-speaking community in Lambeth: a scoping study*, London, London Community Foundation, 2015, p. 5-6.

In 2010, Barradas saw the governmental directive on the responsibility of schools to promote social cohesion⁷¹ as an opportunity to strengthen bilingual identities. She called for the promotion of a richer multicultural curriculum, an outcome-based approach, and the creation of effective links between schools and communities⁷². In her view, the complementary language classes offered by Portuguese authorities had a measurable impact on students' academic success, and had a yet-to-realise potential as effective intermediaries between mainstream schools and families⁷³.

Instituto Camões

In 2009, the government transferred the supervision of the network of complementary education from the Ministry of Education to the Instituto Camões⁷⁴. The organisation had been created in 1992 to enhance the status of Portuguese as an international means of communication, and to promote its adoption as a foreign language in curricula in other countries. The passing on of responsibilities had been rehearsed in 1995 but organisational and funding issues prevented the administrative change⁷⁵, which would happen in 2009, backed up by the 2007/2008 restructuring of the institute. According to the 2007/2008 resolutions, the funding and pedagogical supervision of complementary language courses for children and teenagers and the support to Higher Education courses – the traditional area of actuation of the organisation and its institutional predecessors – were to be supervised by a single organisation under a guiding principle of language promotion abroad⁷⁶.

This had been a goal articulated in both media outlets and academic production. In a 2005 opinion piece, *Público* journalist São José Almeida criticised Durão Barroso's government for abandoning a policy of integration

⁷¹ Department for Children, Skills and Families, *Guidance on the duty to promote community cohesion*, Nottingham, Department for Children, Schools and Families Publications, 2007.

⁷² Olga Barradas, "Linking community and mainstream schools...", cit.

⁷³ Olga Barradas, "Linking community and mainstream schools...", cit., p. 139-147.

⁷⁴ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Decreto-Lei n.º 165-C/2009", in *Diário da República*, 1.ª série, n.º 144, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

⁷⁵ Assembleia da República, "Decreto-Lei n.º 52/95", in *Diário da República*, n.º 67/95, Série I-A de 1995-03-20, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda and Mário Filipe da Silva, *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo...*, cit., p. 158-159.

⁷⁶ Ministério dos Negócios Estrangeiros, "Decreto-Lei n.º 119/2007", in *Diário da República*, 1.ª série, n.º 82, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda and Presidência do Conselho de Ministros, "Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2008", in *Diário da República*, 1.ª série, n.º 231, 27 Nov. 2008, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

of complementary education into educational systems abroad as a modern foreign language, and, implicitly, endorsing a “xenophobe” view of Portuguese language education as the remit of migrant communities⁷⁷. Elsewhere, an attendant view was articulated by Mário Filipe da Silva, who worked with the institute from 1998 onwards, and acted as vice-president from 2010 to 2012. In his 2005 doctorate thesis, he expressed an astringent criticism of the network of complementary education, which he portrayed as a mechanism that circumscribed Portuguese to isolated communities of migrants, preventing its development as a world language⁷⁸.

The 2009 act responded to such criticism by portraying Portuguese as an international language that should be adopted as a subject in educational systems across the world, an expectation that had been in place since 1977. The language was to be the visible face of an underlying cultural, geostrategic, and economic momentum⁷⁹. The network of complementary education was to become an instrument of a far-reaching policy aimed at enhancing the cultural, economic, and geostrategic importance of the Portuguese language⁸⁰, based on the tenets of accountability and efficiency⁸¹.

In some sense, the reform was going in the opposite direction to what was happening in the UK, amidst the community of researchers and educators, where complementary education was being reassessed as an integral part of a thorough bilingual education. For example, Barradas’s 2004 study of the educational achievement of Portuguese-speaking pupils suggested that complementary language schooling had an emancipatory effect in pupils’ lives. According to Barradas, the transference of cognitive skills facilitated the creation of higher academic expectations, and enhanced the opportunities to build up social

⁷⁷ São José Almeida, “Nível zero”, *Público*, 2005.04.09.

⁷⁸ Mário Filipe da Silva, *Promoção da Língua Portuguesa no Mundo...*, cit., p. 126. As recently as 2014, in a meeting with British counterpart Michael Gove, former Portuguese Minister of Education Nuno Crato put forward a governmental partnership for the promotion of Portuguese as a foreign language as a subject in British schools. According to the minister, the move would enhance the profile of the language and help children of Portuguese descent. The meeting was held in the context of the World Education Forum (Lusa, “Nuno Crato quer professores nas escolas inglesas para promover o português”, *Público*, 2014.01.21). See footnote 31.

⁷⁹ Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Decreto-Lei n.º 165-C/2009”, cit., p. 2-12.

⁸⁰ Ministério dos Negócios Estrangeiros, “Decreto-Lei n.º 165-C/2009”, cit., p. 12.

⁸¹ See Clara Keating, Olga Solovova and Olga Barradas, “Migrations, Multilingualism and Language Policies in Portugal and the United Kingdom: A Polycentric Approach”, in Luiz Moita-Lopes, *Global Portuguese: linguistic ideologies in late modernity*, New York and London, Routledge, p. 156-158.

capital⁸². Keating, Solovova and Barradas, in a study that contrasts the values associated with the Portuguese language in two different communities (the sphere of public policy in Portugal and the migrant community in the UK), have argued that the reform of the network of complementary education impacted school life with restrictions on pedagogical practices that could take into account and build upon students' multilingual patterns of behaviour⁸³. The argument was that official policy was replacing the specific cultural and emotional values pertaining to a context-sensitive language education with a generalist foreign language education.

In 2009, the Ministry of Education (which shared the pedagogic supervision of the network with the Ministry of Foreign Affairs) introduced the Common European Framework of Reference for Languages (CEFRL) as the basis for a degree of standardisation oversight over different contexts⁸⁴. The CEFRL had been created in 2001 by the Council of Europe to serve as a basis for the development of syllabi and pedagogical resources. The document described standards of linguistic knowledge and skills for any language or context. 2009 saw the introduction of a statutory specification, the CEFRL-compliant *Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro* (QuAREPE), which aimed at providing guidance to community language courses, modern foreign language classes, and bilingual education contexts⁸⁵. Centrally, the institute supported the publication of course books for young learners, and created an ALTE-certified⁸⁶ examination and qualifications scheme for children and teenagers based on QuAREPE and CEFRL⁸⁷. These resources have been seen as instruments in the realignment of the network of complementary courses, catering to a varied audience of foreign language pupils and heritage

⁸² Olga Barradas, *Portuguese students in London Schools*, cit., p. 326-327.

⁸³ Clara Keating, Olga Solovova and Olga Barradas, "Migrations, Multilingualism...", cit.

⁸⁴ Ministério da Educação, "Portaria n.º 914/2009", in *Diário da República*, 1.ª série, n.º 158, de 17 de Agosto de 2009, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

⁸⁵ Maria José Grosso, António Soares, Fernanda de Sousa and José Pascoal, *Quadro de Referência para o Ensino Português no Estrangeiro*, Ministério da Educação/DGIDC, 2011, p. 6.

⁸⁶ Association of Language Testers in Europe.

⁸⁷ See Instituto Camões, "Certificação EPE – o que deve saber", *Centro Virtual Camões/ Instituto Camões* (2016) (<http://cvc.instituto-camoes.pt/certificacao-epe/certificacao-epe-o-que-deve-saber.htm>, accessed on 2016.09.24), and Mário Filipe da Silva, "Qualificação do ensino português no estrangeiro e difusão da língua portuguesa", in *Seminário/Webinário, Política de Língua, Planeamento Linguístico e Mudança Social, Homenagem a Robert L. Cooper*, Lisboa, Universidade Aberta, 2013, p. 1-9.

learners⁸⁸, who allegedly hold an ever-increasing distant relationship with the Portuguese language⁸⁹.

Whether classroom practice and behaviour in complementary schools provides a counterpoint to official policy is a question open to debate. Barradas and Souza inform that the language maintenance principle of Brazilian complementary schools in the UK replicate a monolingual ethos prevalent in Brazil, which tends to promote a clear separation between Portuguese and English⁹⁰. However, classrooms have been shown to allow learners the exploration of multilingual identities and the rehearsal of purposeful language choices, which suggests that classroom practices devise feasible forms of language policy relative to context and official policy⁹¹. Despite the Brazilian example, Keating, Solovova and Barradas's criticism is valid in that the reform has brought about the need to ensure that the network provided benchmarked outcomes in line with internationally recognised standards drawn from the field of modern foreign language education – and not outcomes grounded in the specific needs of the community.

Conclusion

The network of complementary education supervised by the Instituto Camões began as a grassroots initiative, underpinned by a language maintenance rationale and strong parental involvement. Soon after the 1974 democratic revolution, a conflict ensued between the values endorsed by the community in respect to the network of complementary education and a policy of language spread abroad emanating from the instances of political power in Portugal, the Portuguese government, the Ministry of Education and the Ministry of Foreign Affairs/Instituto Camões.

Amidst the community, the language maintenance policy of the earliest courses gave way to complementary language schooling being considered as an investment in cultural and educational capital. This happened as a result of the historical evolution of the Portuguese community in the UK. In the wake of the problems felt by Portuguese-speaking students in the 1980s and 90s, educators and researchers actively sought to rehabilitate complementary schooling as an

⁸⁸ See Instituto Camões, *Ensino Português no Estrangeiro: Programa Nível A1*, Lisboa, Direção de Serviços de Língua e Cultura, 2012, p. 2.

⁸⁹ Mário Filipe da Silva, “Qualificação do ensino português...”, cit. p. 2-3.

⁹⁰ Olga Barradas and Ana Souza, “Português como Língua de Herança: Políticas Linguísticas na Inglaterra”, *Revista SIPLÉ*, 4, 2014.

⁹¹ Ana Souza, “Language choice and identity negotiations in a Brazilian Portuguese community school”, in Vally Lytra and Peter Martin (ed.), *Sites of Multilingualism...*, cit., p. 97-107.

emancipatory and integral component of the education of bilingual students, and as a key instrument in preventing poor academic achievement. The Portuguese language examinations offered by the British educational system, a legacy of the favourable conditions created by the Swann report and the National Curriculum, offered students a practical way to build upon their skills and academic work.

Elsewhere, Portuguese as a community language threatened the make of a projected instrument of global communication. Political, media and academic discourses in Portugal portrayed complementary education abroad as a parochial constraint on the economic and geopolitical potential of the Portuguese language and Portugal itself, as the country was reinventing its standing in the world stage as a member of the European Union. The principled negative stance on complementary education and the issues of concern about the quality of management and pedagogical provision defaulted into a policy of repurposing the network of complementary education to enhance the profile of Portuguese as a modern foreign language.

The expectation that Portuguese should become part of foreign curricula had been in the works since 1977, but it was in the mid to late 2000s that the Ministry of Education and then the Instituto Camões adopted a more explicit policy for the promotion of Portuguese broad as a modern foreign language. However, where Portuguese is offered as a curricular option, it is mostly taught as a heritage language rather than as a modern foreign language on a par with French or Spanish. The situation is reminiscent of how the Swann report and the National Curriculum failed to combine community language and foreign language learning. Despite their differing aims, managing multiculturalism in the British case, and an attempt to further an agenda of language spread abroad in the Portuguese case, both policies followed a similar approach. The instruments used in combining community and modern language learning (the GCSE/A-Level and CEFRL-inspired examinations schemes, and the official status of curricular option) could not counteract an adverse scenario of lack of demand for foreign languages and a tradition of localised governance.

The community of learners, parents and educators seized the instruments offered by the British education system and the Portuguese policy of language spread abroad to build up social and cultural capital (and the attendant social mobility), undeterred by their foreign language underpinnings and the shift into a generic language education. This suggests that there is scope for ethnographic research investigating how interactions in the complementary school classroom create further layers of Portuguese language policy where the contingency of a multilingual audience gives shape to unscripted forms of articulation between official language policies and viable forms of language education.

O Cinema e a História: compreensão da dinâmica cronotópica das migrações contemporâneas a partir do filme “The Immigrant”, de Charlie Chaplin (1917)

Cinema and History: Understanding the Chronotopic Dynamics of Contemporary Migrations from Charlie Chaplin’s The Immigrant (1917)

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO

Departamento de Geografia e Turismo / CEGOT
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
velezcastro@fl.uc.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2017

Texto aprovado em/Text approved on: 12/06/2017

Resumo:

Neste artigo pretende-se refletir sobre a relação entre o cinema e a história, considerando-se o filme como objeto de análise e instrumento de investigação, assim como construtor de ambientes históricos e de paisagens. Será por isso discutido o papel do cinema como produtor/reprodutor de momentos e de espaços, sendo invocadas e discutidas as posições de autores como Smith (1976), Ferro (1998), Kaes (1990), Moretti (2004), Protat (2009), Reigada (2013), entre outros. Tendo como base esta linha de ideias, assim como tomando em conta a dinâmica das migrações contemporâneas, será apresentado um estudo de caso que contribuirá para a compreensão dos sistemas migratórios transoceânicos do séc. XX. Para isso será realizada a análise de conteúdo do filme “The Immigrant” (1917), de Charlie Chaplin, tendo como foco a relação entre tempo, espaço e imagem fílmica.

Palavras-chave:

cinema; história; migrações; Charlie Chaplin.

Abstract:

In this article it is intended to reflect on the relationship between cinema and history, considering the film as an object of analysis and an instrument of research, as well as a builder of historical environments and landscapes. Therefore, it will be discussed the cinema’s role as the producer/reproducer of moments and spaces, being cited and discussed the positions of authors such as Smith (1976), Ferro (1998), Kaes (1990), Moretti (2004), Protat (2009), Reigada (2013), amongst others. Based on this line of ideas, as well as taking into account the dynamics of contemporary migrations, it will be presented a case study which will contribute towards the understanding of transoceanic migration systems in the 20th century. In order to do that, it will be conducted a content analysis of the movie “The Immigrant” (1917), by Charles Chaplin, being focused the relation between time, space and movie image.

Keywords:

cinema; history; migration; Charlie Chaplin.

1. O Cinema e a História na compreensão do cronotopos

O estudo de fenómenos científicos em Ciências Sociais e Humanas requer a diversificação das fontes de pesquisa, assim como dos instrumentos de trabalho. A ideia é que a aproximação à realidade fatural se faça da forma mais fidedigna possível, gerando a possibilidade de construção de um corpus teórico-prático sólido e passível de ser utilizado noutros contextos académicos e científicos.

A História e a Geografia são duas ciências que trabalham com base neste escopo, dada a própria relação intrínseca entre a dimensão epistemológica e a metodológica. O geógrafo Milton Santos refere-se a esta íntima conexão, ao defender que não há espaço sem tempo, pois considera que “(...) o espaço é, em si mesmo, obrigatoriamente, um conteúdo em tempo...”¹. Desta forma Ana Francisca Azevedo², tendo em conta a perspetiva de Holquist³, considera a associação de ambas dimensões, utilizando para isso o conceito de “cronotope”, o qual se refere à inseparabilidade do espaço-tempo.

A representação deste encadeamento, materializada tanto nos fenómenos históricos como nos geográficos, pode ser analisada a partir do cinema. Juan Lez⁴ invoca Sargent, ao referir que as obras filmicas tendem a se acercar do tempo e do espaço da realidade focada nos enredos. Essa opção está relacionada com uma componente utilitária, pois é uma forma de atrair a atenção do público. A utilidade também se manifesta não apenas na representação de fenómenos, mas na própria produção de contextos específicos. Sobre esta ideia, Fernandes⁵ defende que o cinema permite construir espaços diversos, como é o caso da “cidade-encenação”, onde se viaja pelo tempo e pelo espaço numa lógica paralela à realidade, a qual é construída com base em fragmentos histórico-geográficos. Ainda na relação entre a História a Geografia, Deshpand⁶ enfatiza a importância do cinema para a atual análise e interpretação dos espaços urbanos do final do séc. XIX, princípio do séc. XX, a partir de excertos filmicos que evidenciaram

¹ Milton Santos, *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, S. Paulo Editora da Universidade de S. Paulo, 4.ª edição, 2006, p. 28.

² Ana Francisca Azevedo, *Geografia e Cinema. Representações culturais do espaço, lugar e paisagem na cinematografia Portuguesa*, Braga, Universidade do Minho, 2006, p. 440.

³ Michael Holquist, *Dialogism*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 2002, p. 84.

⁴ Juan A. Hernández Lez, *Cinema e Literatura. A metáfora visual*, Porto, Campo das Letras, 2003, p. 71.

⁵ João Luís Fernandes, “A paisagem urbana simbólica enquanto território efêmero de celebração do marketing territorial – o caso particular das Christmascapes”, *Atas do VII Congresso da Geografia Portuguesa*, (2004), p. 5.

⁶ Anirudh Deshpand, “Films as historical sources or alternative history”, *Economic and Political Weekly*, 2-8 (2004), p. 4458.

tanto os edifícios, como as vias de comunicação, espaços industriais e outros, assim como das comunidades de utilizadores e as suas quotidianidades sociais e territoriais. Neste sentido, considera-se o filme como uma exotopia, no sentido em que se trata de um produto resultante de um olhar externo e condicionado pela visão do realizador. Isto faz do cinema uma representação temporal e espacial de determinados contextos, sendo útil por colocar ao espetador e ao investigador cenários hipotéticos da realidade.

Focando a discussão na especificidade da História, destacam-se os trabalhos de Marc Ferro⁷, sendo que este historiador entende o cinema como um agente histórico, uma vez que o seu uso permitiu apresentar momentos do passado adaptado aos propósitos de regimes políticos vigentes. Protat⁸ invoca o paradigmático exemplo do documentário “Triumph des Willens” (1935), de Leni Riefensthal, como objeto de propaganda do regime nazi.

Anton Kaes⁹ concorda com esta ideia, ao enfatizar o papel dos realizadores de cinema, pois considera-os como agentes de disseminação do conhecimento histórico, já que conseguem atingir um público mais vasto do que o académico, nomeadamente o cidadão comum. Ou seja, entende que as obras fílmicas conseguem passar a mensagem de uma forma socialmente transversal, abarcando setores populacionais mais vastos. Considera que os filmes têm o poder de manipular os telespetadores, pela forma como as histórias são contadas, ou seja, apelando-se às emoções, as quais acabam por ficar impressas na memória individual.

Daqui se depreende que a relação entre o cinema e a História é complexa, e está limitada por duas dimensões: por um lado, apela aos conhecimentos históricos; por outro, dá a liberdade para contar os fatos mediante a interpretação do realizador. É por isso que Moretin vem afirmar que “(...) *um filme pode abrigar leituras opostas acerca de um determinado fato, fazendo desta tensão um dado intrínseco à sua própria estrutura interna. A percepção desse movimento deriva do conhecimento específico do meio (...)*”¹⁰.

Tendo em conta esta perspetiva, defende-se que o papel do historiador é fundamental, tanto a montante como a jusante do processo de produção fílmica: a montante, no sentido de participar na produção e realização dos conteúdos

⁷ Marc Ferro, *Cinema and history*, Detroit, Wayne State University Press, 1998, p. 14.

⁸ Zoé Protat (2009), “Cinéma et histoire: reconstruire les temps, ressentir l’histoire”, *Ciné-Bulles*, 27-2 (2009), p. 44.

⁹ Anton Kaes, “History and Film: public memory in the age of electronic dissemination”, *History and Memory*, 2-1 (1990), p. 112.

¹⁰ Eduardo Victorio Morettin, “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro”, *História: questões e debates*, 38 (2003), p. 15.

audiovisuais, para evitar imprecisões científicas ou distorções fatuais; a jusante, para ajudar o telespetador a entender os conteúdos filmicos, aproximando-o da verdadeira natureza dos acontecimentos.

Atente-se na ideia de Tiago Reigada¹¹, o qual afirma que, do ponto de vista da História cultural, o cinema começou por “imitar”, ou seja, representar uma determinada realidade social. Numa fase posterior, passou a “construir” a realidade através de representações da mesma. Este é um ponto em que podemos considerar que a História e a Geografia se tocam, no que diz respeito à sua relação com o cinema. O filme materializa uma dimensão cronotópica diferenciada do que se considera “real”, seja porque se baseia na construção de cenários (paisagens) e de ambientes (épocas) diferenciados que, segundo Velez de Castro e Almeida¹² tanto podem ser de carácter intencional (reinterpretações) como tendo origem na ausência de consultoria científica (erros). Por isso Sarmiento, Azevedo e Pimentainvocam Latour ao referir que “*todos os ambientes e paisagens são co-produções de natureza-cultura*” e por isso se referem a um determinado tempo¹³.

Neste contexto, invoca-se a visão de Meirelles, ao defender que pelo “(...) *filme, podemos observar nos seus personagens a distribuição dos papéis sociais e os esquemas culturais que identificam os seus lugares na sociedade. As lutas, as reivindicações e desafios presentes no enredo, os diversos grupos envolvidos nessas ações. O modo como aparece representada a organização social, as hierarquias e as relações sociais. Como são percebidos e mostrados pelos cineastas: lugares [e] fatos (...)*”¹⁴. Ou seja, perante a perspetiva destes autores, está justificada a importância do cinema para explicar a cronotopia dos factos, pelo que faz sentido entender o filme como instrumento de trabalho em contexto científico.

¹¹ Tiago Reigada, *Ensinar com a Sétima Arte: o espaço do cinema na ditática da história*, Porto, Universidade do Porto, 2013, p. 37.

¹² Fátima Velez de Castro e António Campar de Almeida (2016). “Anatopias cinematográficas em contexto geográfico. Contributo para a (des)construção de paisagens imaginadas” in Fátima Velez de Castro e João Luís Fernandes, *Territórios do Cinema. Representações e paisagens da pós-modernidade*, Málaga, Eumed-Universidade de Málaga, 2016, p. 168.

¹³ João Sarmiento, Ana Francisca Azevedo, José Ramiro Pimenta, *Ensaio de geografia cultural*, Porto, Figueirinhas, 2006, p. 8.

¹⁴ William Reis Meirelles, “O cinema na história. O uso do filme como recurso didático no ensino da história”, *História e Ensino*, 10 (2004), p. 78.

2. O filme como instrumento de trabalho em História

Protat¹⁵ afirma que desde o início do cinema, os criadores não têm parado de contar, recontar e recriar a História, tanto em dimensões mais ou menos fidedignas, como em versões que causam polêmica junto dos estudiosos. Além deste autor, Smith¹⁶, Carlsten e McGarry¹⁷ destacam os anos 70 do séc. XX, como a década em que o cinema começa a ser usado como instrumento de investigação em história. São marcantes os trabalhos de Marc Ferro e Pierre Sorlin, na medida em que as obras filmicas se passam a entender como um meio de obtenção de imagens, de experiências sensíveis, baseadas na interpretação e por vezes na própria vivência de fatos do passado.

Nesse sentido, o historiador é incitado a questionar e interpretar determinadas linhas historiográficas. É o que Morettin designa, em termos metodológicos, de “novo objeto”¹⁸. Mas não é só a partir dos anos 70 do séc. XX que se reconhece a importância do cinema para a investigação histórica, tanto mais que Schvarzman¹⁹ invoca Seignobos e Langlois, os quais já em 1898 se tinham referido à importância das obras literárias e teatrais para conhecer períodos da história onde a documentação não era abundante. No entanto, entre esta conceção e a nova perspectiva histórico-cinematográfica, há um hiato de mais de meio século. A investigação de Marc Ferro nos anos 60 do séc. XX levou-o a consultar imagens sobre a Primeira Guerra Mundial, de onde surgiu a ideia de que o cinema podia levantar novas pistas de interpretação dos fatos históricos.

A relação entre a História e o cinema é recíproca, pois se, por um lado, o historiador se interessa pelo filme como documento de análise, o cineasta inspira-se em fatos do passado para construir as suas imagens. Protat²⁰ admite que esta dinâmica se gera com o próprio advento do cinema, nas primeiras obras produzidas. Veja-se o caso da curta-metragem “The Execution of Mary Stuart”,

¹⁵ Zoé Protat (2009), “Cinéma et histoire: reconstruire les temps, ressentir l’histoire”, *cit.*, p. 40.

¹⁶ Paul Smith (1976), *The historian and film*, Londres, Cambridge University Press, 1976, p. 3.

¹⁷ Jennie Carlsten and Fearghal McGarry, *Film, History and Memory*, Reino Unido, Palgrave-MacMillan, 2015, p. 4.

¹⁸ Eduardo Victorio Morettin, “O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro”, *cit.*, p. 12.

¹⁹ Sheila Schvarzman, “Construindo a história na televisão: Marc Ferro e os Cinejornais em Histoire Parallèle”, *Revista tempo*, 20 (2014), p. 2.

²⁰ Zoé Protat (2009), “Cinéma et histoire: reconstruire les temps, ressentir l’histoire”, *cit.*, p. 43.

de Alfred Clark (1895), cuja ação se desenrola em torno de um tema histórico. Outros filmes povoam o imaginário do público, como o caso dos clássicos “Ben-Hur” (1925), de Fred Niblo; “Spartacus” (1960), de Stanley Kubrik; “Cleópatra” (1963), de Joseph L. Mankiewicz e Rouben Mamoulian; entre outros. Também Deshpand (2004: 4455)²¹ entende esta relação bidirecional, destacando duas posições: por um lado, considerando o cinema como uma fonte da História; por outro, considerando o cinema como uma forma diferente de abordar a própria História. Tendo em conta a reflexão de ambos os autores sobre visão do “cinema-fato” *versus* “cinema-interpretação”, ainda se pode considerar uma terceira tipologia: a do “cinema-construção”, ou seja, encarando-se como um construtor tempo-espaço.

Além de Ferro²², outros autores como Deshpand²³ defendem que o historiador não pode ignorar o cinema e o filme na análise histórica, sob pena de eliminar um instrumento de trabalho válido e de descartar hipóteses de trabalho.

Também Kaes²⁴ se apresenta como um autor de interesse, pois veio chamar a atenção para o perigo do cinema poder transformar a História numa sequência de imagens com pouco nexos. Este autor previu o fenómeno “zapping”, gerado pela grande oferta de canais televisivos, o qual acaba por criar um efeito negativamente parcial de fatos histórico, vistos pelo telespetador de forma aleatória, sem uma lógica de continuidade ou de contextualização adequada. Na atualidade, todas as gerações, mas em especial os jovens, vivem emersos nas imagens (fixas e em movimento), sendo que enquanto objeto de *pop culture*, o cinema promove o aparente encurtamento das distâncias e o cosmopolitismo. Até fenómenos trágicos como a guerra se “higienizam”, no sentido em que se aproximam e se tornam comuns nas visões da quotidianidade, confundindo-se por vezes com a realidade simulada dos videojogos, entendida como uma outra forma imagética de construir determinadas dinâmicas espaço-temporais.

Neste sentido, é importante que a academia esteja alerta para este fato, pelo que se torna urgente a produção de conteúdos científicos, onde seja realizada a análise fílmica, tanto do ponto de vista histórico e geográfico, como noutras perspetivas disciplinares. A ideia é oferecer ao telespetador-historiador, entre outros (por exemplo, telespetador-professor, telespetador-aluno, telespetador-

²¹ Anirudh Deshpand, “Films as historical sources or alternative history”, *Economic and Political Weekly*, 2-8 (2004), p. 4457.

²² Marc Ferro, *Cinema and history*, *cit.*, p. 23-24.

²³ Anirudh Deshpand, “Films as historical sources or alternative history”, *cit.*, p. 4455-4459.

²⁴ Anton Kaes, “History and Film: public memory in the age of electronic dissemination”, *cit.*, p. 121.

-cidadão, etc), uma base analítico-científica, que permita entender o filme de forma holística, como instrumento complementar para compreensão da História, do espaço e da sociedade.

Reigada defende que “o cinema impõe-se (...) como uma fonte privilegiada para um olhar sobre a História dos sem história (...); assim, a memória assume-se como uma História alternativa que não aspira à objetividade científica, mas que questiona a subjetividade dos intervenientes e das suas ações.”²⁵. Ou seja, este autor apela ao desenvolvimento do sentido crítico face a interpretações fatuais, onde o telespetador possa questionar e questionar-se sobre o grau de confiança sobre os fatos, a forma como ocorreram, como foram apresentados, entre outros aspetos. Só assim poderá compreender a História a partir do cinema, e o cinema enquanto veículo de transmissão da História. É por isso que, no âmbito da dimensão cronotópica das obras filmicas, Rose²⁶ destaca a importância do cinema por “criar-manipular” a dimensão visual, espacial e temporal, gerando novos mundos. Esta ideia é corroborada por Vieira e Velez de Castro²⁷, que encaram esta arte como geradora da possibilidade contrapor e comparar a realidade particular conhecida, com a realidade coletiva desconhecida, ou seja, do(s) indivíduo(s) contactar(em) com o “outro”.

Tendo como base esta ideia, será apresentado um estudo de caso no domínio da História das migrações, tendo como base analítica uma obra filmica, a qual se assume como uma fonte de investigação de interesse, por retratar um cronotopos particular do início do séc. XX, que esteve na base da constituição do cenário migratório transatlântico contemporâneo.

3. Caso de estudo: a compreensão migrações contemporâneas a partir do filme “The Immigrant”, de Charlie Chaplin (1917)

Charlie Chaplin é um dos realizadores-atores mais importantes da História do cinema. Para além de explorar novas vertentes cinematográficas do ponto de vista técnico e estético, deixou-nos um impressionante legado sobre os acontecimentos históricos da sua época, o séc. XX. Através de uma visão

²⁵ Tiago Reigada, *Ensinar com a Sétima Arte: o espaço do cinema na ditática da história*, cit., p. 46.

²⁶ Gilliam Rose, *Visual methodologies. An introduction to researching with visual materials*, Londres, Sage, 2012, p. 15.

²⁷ Rogéria Vieira e Fátima Velez de Castro, “O contributo do cinema para a educação geográfica. Um recurso didático em geografia das migrações”, *GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 9 (2016), p. 314.

acutilante dos fenómenos, aliada a um espírito crítico notável, o telespetador tem ao seu dispor obras filmicas de grande valor social.

Destaque-se o caso do filme “The Immigrant”, de 1917²⁸, o qual é considerado, do ponto de vista histórico, a sua primeira grande obra. Larcher refere que “(...) Chaplin veste de novo o fato de vagabundo e desenvolve um enredo melodramático: (...) parte em auxílio de uma jovem num barco de emigrantes que ia a caminho de Nova Iorque.”²⁹. Mas esta obra é mais do que isso, pois foca três momentos essenciais constituintes do projeto migratório: a viagem e as condições em que se opera; a chegada e o imediato da burocracia; a presença no território de destino e as condições iniciais de estabelecimento. No fundo, poderá ser entendido como um grito de protesto do realizador, no que diz respeito ao fechamento americano, ou melhor dizendo, às políticas migratórias restritivas de entrada nos EUA.

Vance³⁰ refere que Charlie Chaplin tinha um grande apreço por este seu filme, uma vez que se referia à sua própria experiência enquanto e/imigrante, e às dificuldades associadas à presença no país de migração. Veremos que o desenrolar da ação, assim como o desfecho do enredo, assentam numa perspetiva positiva sobre o grupo de imigrantes do filme em concreto, com a aura de “final feliz”. Chaplin projeta-se nesta história/História, integrando-a como “personagem-ficcionalada” e personagem-real”, pois também ele e o irmão eram imigrantes britânicos nos Estados Unidos da América, e por isso vivenciaram o percurso e os obstáculos de muitos dos imigrantes retratados na película. Mas a projeção de si próprio ocorre também enquanto elemento externo ao drama das personagens estrangeiras, isto é, fazendo-se representar no agente que dá emprego a Chaplin e à sua amiga.

Assim, sendo dada a importância deste filme no contexto histórico-temático representado (as migrações transatlânticas do séc. XX), realizar-se-á uma análise de conteúdo das imagens filmicas³¹. O objetivo é o de refletir sobre aspetos teórico-práticos em torno do tema da História e da Geografia das migrações, para facilitar a visualização e a discussão do filme em contexto académico.

²⁸ The immigrant (1917), *Charlie Chaplin* (real.), Dvd “Público”.

²⁹ Jérôme Larcher, *O livro Charlie Chaplin – Cahiers du Cinema*, Lisboa, Público, 2008, p. 31.

³⁰ Jeffrey Vance, *Chaplin, genius of the cinema*, Nova Iorque, Harry N. Abrams, 2003, 39.

³¹ Gilliam Rose, *Visual methodologies. An introduction to researching with visual materials*, cit., p. 10.

Relativamente à dimensão cronotópica, a obra enquadra-se no que Blanco³² designa de “ciclo das migrações transatlânticas”, ocorridas no período moderno dos sistemas migratórios mundiais, onde se destaca o reforço do povoamento de origem europeia dos Estados Unidos da América. Observa-se também que as personagens representam, segundo Papademetriou³³, migrantes legais, com (possível) permanência de longa duração, sendo portadores de documentação válida, ou seja, com autorização de entrada no país em causa. Segundo Martin e Midgley³⁴ e Meissner *et al*³⁵, Chaplin e todos os elementos do filme retratam a terceira fase da imigração para os Estados Unidos da América, que decorreu de 1880 a 1914. Os autores estimam que neste período tenham entrado nos EUA 20 milhões de migrantes oriundos da Europa do Sul e da Europa de Leste.

Fazendo uma análise dos momentos prototípicos do filme, identificam-se três núcleos de conteúdo, os quais são indicativos do percurso realizado pelos migrantes europeus com destino aos EUA.

O primeiro diz respeito à viagem. A cena inicial é a de um navio que, além de outros passageiros migrantes, transporta uma jovem mulher e a sua mãe viúva. Nesse grupo também viaja Chaplin, que aparece feliz e despreocupado a pescar um peixe. A sua atitude contrasta com os outros ocupantes do navio, os quais, visivelmente enjoados, se encontram deitados, numa tentativa de mitigar o incómodo e o mal-estar derivado do forte balanço do barco em mar alto. Os migrantes retratados no filme estão a responder a evidências enfatizadas por Massey *et al*³⁶, ou seja, a circunstâncias decorrentes de alterações sociais e políticas, tanto nas sociedades emissoras como nas recetoras, que os faz empreender uma viagem-migração longa e plena de obstáculos de várias índoles.

Pela visualização do cenário, sobretudo pelo pouco espaço destinado a um conjunto significativo de pessoas, assim como pela cena da refeição, leva-se a crer que se trata de migrantes com baixos recursos económicos, que fazem

³² Cristina Blanco, *Las migraciones contemporaneas*, Madrid, Editora Alianza, 2000, p. 78.

³³ Demetrios Papademetriou, *A Europa e os seus imigrantes no séc. XXI*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2008, p. 21.

³⁴ Philip Martin and Elisabeth Midgley, “Immigration: shaping and reshaping America”, *Population Bulletin*, 58-2 (2003), p. 12.

³⁵ Doris Meissner, Deborah Meyers, Demetrios Papademetriou and Michael Fix, *Immigration and America's future: a new chapter*, Estados Unidos, Migration Policy Institute, 2006, p. 2.

³⁶ Douglas Massey, Joaquín Arango, Graeme Hugo, Ali Kouaouchi, Adela Pellegrino y Taylor J. Edward, “Una evaluación de la teoría de la migración internacional: el caso de América del Norte” in Graciela Malgesini (ed.), *Cruzando fronteras. Migraciones en el sistema mundial*, Barcelona, Icaria, 1998, p. 247.

a travessia num patamar de baixo custo. Focando-se a hora da alimentação, verifica-se que a comida é escassa, sendo servido um caldo que os passageiros comem avidamente. Chaplin aproveita para contar com sentido de humor como são as condições de viagem: com a contingência do balanço do barco, vê-se forçado a partilhar a comida com o passageiro que está na sua frente. O prato desliza entre os dois, num jogo metafórico que representa a escassez e as duras condições a que se submetem os migrantes durante a viagem.

Também é destacada outra cena, em que Chaplin joga com outros passageiros, com o objetivo de passar o tempo e de ganhar algum dinheiro, usando a habilidade e a sorte. Enquanto isso acontece, a viúva é defraudada por outro migrante, que lhe rouba todo o capital que possui para aplica-lo no jogo. Sem perceber o que se passa, Chaplin ganha a partida e arrecada todos os dividendos do viajante que roubou a viúva. Mais tarde, irá devolver esse valor à jovem rapariga, que lhe fica extremamente grata. Esta parte da história retrata o perigo da extorsão e do engano, associado tanto a agentes individuais como a grupos organizados de tráfico, que muitas vezes exploram os migrantes, aproveitando-se das suas fragilidades para lhes usurpar dinheiro. Neste caso, tratou-se de alguém do próprio grupo imigrante a realizar o crime, o que visou representar as dinâmicas transgressoras perpetradas no cerne da própria comunidade.

O segundo núcleo de conteúdo refere-se ao momento da chegada à terra da liberdade. É o instante mais curto deste filme (cerca 0:20), o qual tem, na totalidade, trinta minutos³⁷. O navio faz menção de se dirigir para o porto, sendo que o realizador abre um plano sobre a estátua da liberdade. O grupo de migrantes, visivelmente entusiasmados, exibem rostos deslumbrados pela vista e pela chegada ao território de destino. Vislumbra-se nas suas expressões o sentimento de esperança. Esta reação está associada ao conceito de “imagem territorial”, o qual diz respeito a um conjunto de expectativas sobre o território de destino migratório, e que é construído com base na recolha de informações originárias de diversas fontes, as quais se podem revelar distorcidas e distantes face à realidade. Manifesta-se por uma perceção positiva do território, o que parece estar de acordo com o esperado por este grupo de viajantes, tendo em conta as expressões e reação de satisfação manifestada aquando da chegada ao destino.

Observa-se que os imigrantes são “catalogados” e confinados por uma corda a um local que ainda não se pode considerar como sendo dos EUA. Trata-se do espaço-limbo que dá passagem ao país de destino, o que só poderá ocorrer

³⁷ Fonte da informação: www.imdb.com/title/tt0008133/ (acedido em 31/01/2017)

depois dos trâmites burocráticos de verificação dos documentos. Trata-se da metáfora da fronteira, cujo jogo de aproximação-distância é perpetrado pelo poder das autoridades. É no Neste momento do filme destaca-se a concentração de pessoas num local exíguo do navio, sendo visível vestuário diverso, numa perspectiva comparativa, o qual representa as diversas origens geográficas e culturais dos imigrantes. Neste momento, Chaplin separa-se da jovem rapariga, com a qual travara amizade, e da sua mãe viúva.

O terceiro núcleo de conteúdo identificado é respeitante à vivência inicial no território de chegada. Mais tarde, com fome e sem dinheiro, Chaplin deambula pela rua. É no chão que encontra uma moeda e entra num restaurante para fazer uma refeição. Senta-se ao lado de um cliente que já come e o empregado parece fazer distinção entre ambos, o que levanta a dúvida: a atitude terá a ver com o fato de Chaplin representar um estrangeiro?

É aí que reencontra a sua amiga, que também tem fome e não tem dinheiro para fazer uma refeição. Chaplin pede um prato de feijões e pão para si e para a sua amiga. Nota-se que o vestuário da jovem já é diferente do usado na viagem, pois antes usava lenço na cabeça e roupas que se pareciam estar associadas a uma comunidade rural. Agora usa vestido e chapéu, o que se reflete no ar de sofisticação que transparece. Evidencia-se a presença de elementos da cultura urbana a serem integrados na identidade da jovem, numa lógica de reterritorialização³⁸. Este conceito diz respeito a formas de apropriação realizadas pelos imigrantes nos territórios de chegada, com o propósito de reencontrar o seu equilíbrio identitário. Pode acontecer com base nas quotidianidades, seja através de ritos, práticas ou reproduções simbólicas. Neste caso foi através de um símbolo-externalidade: a roupa.

Chaplin percebe que não tem dinheiro para pagar e aflige-se (perdeu a moeda que tinha, pois, o bolso estava roto), no entanto tenta encontrar uma forma de o fazer. Outro cliente entra e mostra a moeda que irá usar para pagar a refeição (será imigrante?). O empregado guarda a moeda e, como (também) o bolso está roto, esta cai no chão. Chaplin usa-a para pagar a refeição, mas o empregado comprova que é falsa. Tanto ele como a jovem amiga sentem imenso medo da punição eminente, mas eis que surge o salvador: um cavalheiro (artista) paga-lhes a refeição, através da gorjeta. E ainda faz mais, contratando-os para trabalhar com ele no dia seguinte, pelo que lhes providencia alguns dólares de adiantamento.

³⁸ Rogério Haesbaert, *O mito da desterritorialização*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004, p. 38; João Luís Fernandes, “Paisagem cultural: de um espaço de reterritorialização ao recurso turístico”, *The Overarching Issues of European Space*, (2013), p. 270.

Este núcleo de imagens é muito importante por vários motivos. Além de dar pistas sobre o processo de reterritorialização dos migrantes, auxilia na compreensão das dificuldades sentidas pelos indivíduos no momento de chegada. Por um lado, fica a dúvida, se a reação do empregado poderá estar toldada por preconceitos contra estrangeiros; por outro, a dificuldade em ser produtivo numa fase inicial da migração, o que se reflete pela falta de rendimentos, que neste caso se materializou na dificuldade em aceder a bens básicos de caráter alimentar. Por outro lado, a deambulação de Chaplin pela rua não parece ser uma cena ingénuo, mas antes a representação da falta de orientação do projeto migratório em território “desconhecido”. A personagem do empresário-artista, enquanto empregador, é de extrema importância: por um lado revela confiança no “outro”, ao lhe dar trabalho e dinheiro; por outro reconhece o valor da mão-de-obra imigrante. Massey *et al*³⁹ destaca, no sistema migratório americano, a influência atrativa do mercado-de-trabalho e dos ganhos decorrentes, que irão captar bastantes trabalhadores do continente europeu.

No final Charlie Chaplin casa com a jovem amiga. É a representação de um projeto migratório com final feliz, em que as personagens se parecem querer fixar de forma do território, estreitando laços pessoais através dos trâmites matrimoniais, que ocorrem oficialmente no país que os acolheu.

4. Conclusão

Este ano, o filme “The Immigrant”, de Charlie Chaplin celebra o centenário do seu lançamento. Trata-se de uma obra ímpar para a História do cinema e para a História das migrações, ao retratar o fluxo de migrações transatlânticas do início do séc. XX, da Europa em direção aos EUA. As personagens do enredo são projeções das vivências do próprio realizador, que também ele foi imigrante nos EUA.

Tendo em conta a discussão realizada em torno da relação entre a História e o cinema, crê-se que este filme tem bastante interesse por dois motivos: por um lado, a montante do processo de investigação, por poder providenciar pistas sobre o tempo plasmado nas imagens, as quais estão patentes em diversas dimensões, isto é, tanto em termos cenográficos, como de guarda-roupa, passando pela forma como o enredo evolui e as personagens interpretam o seu papel, entre outros aspetos. Por outro, a jusante da dimensão científica, como

³⁹ Douglas Massey, Joaquín Arango, Graeme Hugo; Ali Kouaouchi, Adela Pellegrino and Taylor J. Edward, *Worlds in motion. Understanding international migration at the end of the millennium*, Oxford, Clarendon Press, 1998, p. 70.

objeto analítico a ser explorado em contexto de ensino-aprendizagem, o qual poderá ocorrer em vários níveis de ensino.

Tendo em conta a dinâmica atual da Europa e dos EUA, enquadrados na perspectiva da História do Tempo Presente, urge a discussão em torno do fenómeno das migrações, no sentido de esclarecer tanto os investigadores, como os alunos, assim como a sociedade em geral, sobre a realidade fatural do cenário migratório internacional e da crise dos refugiados, com base em informações fidedignas e posições esclarecidas. Por isso se crê que, mais do que nunca, a História e o cinema têm um papel vital e uma responsabilidade acrescida na elucidação do que foi e do que é o fenómeno migratório na atualidade.

Shanghai: Gueto e diáspora. Documentário, ficção e testemunho

Shanghai: Ghetto and diaspora. Documentary, fiction and testimony

JACQUES FUX

Unicamp/Universidade Estadual de Campinas – Brasil
jacfux@gmail.com

DARLAN ROBERTO DOS SANTOS
Faculdade Santa Rita (FaSaR/CL)

Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete – Brasil
fenixdr@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 15/10/2016

Texto aprovado em/Text approved on: 05/04/2017

Resumo:

Este artigo tem como objetivo discutir a forma cinematográfica, artística e testemunhal dos filmes *Shanghai Ghetto* e *Exil Shanghai*. Apesar de ambos partirem dos testemunhos de ex-habitantes da comunidade judaica de Shanghai, a construção desses filmes/documentários apresenta diversas nuances e trata diretamente com a questão artística e memorialística da representação limitada do testemunho na contemporaneidade.

Palavras-chave:

Shanghai Ghetto; Exil Shanghai;
testemunho; ficção; memória; documentário.

Abstract:

This article discusses the cinematographic, artistic and testimonial form of the films *Shanghai Ghetto* and *Exil Shanghai*. Although both departure from testimonies made by ex-inhabitants of the Shanghai Jewish community, the construction of both present nuances illustrating the limitations to represent testimonies in contemporary times.

Keywords:

Shanghai Ghetto; Exil Shanghai;
testimony; fiction; memory; documentary.

*A fotografia está lá fora, um objeto no mundo, e qualquer um, sempre (pelo menos em princípio),
Pode puxar um de seus fios e rastreá-lo de forma a reabrir a imagem
E renegociar o que ela mostra, e até mesmo remodelando o que foi visto
nela antes..¹*

Introdução

A vida judaica em Shanghai data do início do século XIX. Vinda especialmente de Bombaim, a família Sasson, formada por prósperos comerciantes, enviou um de seus representantes, Elias David Sasson, em 1844, que foi responsável por construir um grande império comercial na cidade. Assim, em 1862, já existia uma pequena comunidade judaica formada principalmente por sefarditas² dessa família. Estes permaneceram por lá até a ascensão do partido comunista na China, quando quase todos judeus partiram.

Logo após a guerra Russo-Japonesa, nos anos de 1904 e 1905, houve a segunda onda migratória de judeus para a China, chegando os primeiros judeus russos em Shangai. A maioria dos asquenazes, no entanto, desembarcou um pouco depois da revolução russa, em 1917.

Assim constituiu-se a comunidade judaica na cidade chinesa, até o fim dos anos 1930. Formada por comerciantes sefardins, que se deram muito bem nos negócios, e por uma comunidade mais religiosa, asquenazis, tal grupo mantinha ótimas relações com os habitantes dessa cidade. Apesar da pobreza e das péssimas condições de vida, em grande parte de Shangai, os judeus que lá viviam tinham muitas regalias e luxos, devido à sua privilegiada condição financeira. Entretanto, essa situação mudaria com a chegada de judeus fugidos da Alemanha e da Áustria, em 1938. Nesta época, Shanghai era o único lugar em que os judeus perseguidos poderiam se refugiar livremente.

¹ “*The photograph is out there, an object in the world, and anyone, always (at least in principle), can pull at one of its threads and trace it in such a way as to reopen the image and renegotiate what it shows, possibly even completely overturning what was seen in it before*”, William T. Vollmann, “Seeing eye to eye”, *BOOKFORUM*, Fev/Mar 2009 (http://www.bookforum.com/inprint/015_05/3246, consultado em 2016.09.20).

² Sefardita vem do hebraico סֵפָרְדִי/sefardi e se refere aos descendentes de Judeus originários de Portugal e da Espanha.

Os dois filmes/documentários aqui trabalhados – *Shanghai Guetto*³ e *Exil Shanghai*⁴ – mostram, através de testemunhos e da utilização de imagens, a história dos judeus em Shanghai, explorando o papel da China no Holocausto. Ambos apresentam as três correntes migratórias que chegaram na China e discutem a visão particular de cada um dos grupos. Mas, talvez, o aspecto mais importante dos filmes seja a abordagem da exótica e salvadora jornada, da qual participaram quase vinte mil judeus da Europa, em busca de um lugar seguro.

O cinema tem a tendência de absorver imagens e sons de outras artes, como a fotografia, pintura, música, literatura, performance etc., mas pode, também, ser responsável por prejudicar o entendimento de todo o ecletismo e a rica polissemia da própria experiência, quando não consegue evidenciar a pluralidade de determinadas questões, deixando de fora toda a complexidade e as implicações de eventos da magnitude do holocausto. Assim mostraremos que *Exil Shanghai* enriquece a experiência, embora mostre limitações, enquanto *Shanghai Ghetto* condensa e banaliza as imagens e a história. Parafraseando Gilles Deleuze, consideramos que essas ‘folhas do passado’, narradas nas produções elencadas, são, de acordo com o autor em questão, “dreams and nightmares, ideas and visions, impetuses and actions of the subjects involved, while the givens of the situation merely contained causes and effects against which one could only struggle”⁵. Dessa forma, as imagens nesses filmes aparecem como tentativa de representação fragmentada de um passado reinventado.

A escolha das duas produções justifica-se pela intenção de fuga à obviedade. Nas últimas décadas, a sétima arte encontrou, em questões judaicas, um filão a ser explorado. Documentários e até filmes mais comerciais (no sentido de serem filmes populares, como os *blockbusters*, de entretenimento mais fugaz) abordaram temas como a *Shoah* (genocídio de judeus, na Segunda Guerra Mundial). Neste artigo, a intenção foi buscar obras que se destacassem não só pela temática, mas, especialmente, pela representação de visões distintas, que fugissem àquelas que, habitualmente, são mobilizadas academicamente.

Ademais, a questão que se coloca aqui é como a composição de dois documentários/filmes/obras de arte sobre o mesmo tema pode caminhar para

³ “Shanghai Ghetto” é um documentário histórico de Dana Janklowicz-Mann e Amir Mann, estreado em 2002. A história é narrada através das lembranças de antigos refugiados, dois dos quais acompanham os diretores por Shanghai, servindo-lhe como guias na cidade.

⁴ “Exil Shanghai” é um documentário de Ulrike Ottinger, de 1997. Constitui-se de seis histórias de judeus alemães, austríacos e russos, todos buscando refúgio em Shanghai. Suas histórias, fotos e documentos, combinados com imagens atuais da metrópole, compõem o filme.

⁵ Gilles Deleuze, *Cinema I: a imagem-movimento*, São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 160.

lados distintos: uma, acreditamos, acata uma linha mais banalizada da imagem; e a outra, apesar de informar menos ou de mostrar somente um ponto de vista (o do testemunho), abre mais as possibilidades artísticas do diálogo e da apresentação de um tema controverso como a memória/testemunho do holocausto.

Shanghai Ghetto: abuso de imagens e faction

Em seu ensaio “What does ‘Coming to Terms with the Past’ Mean?”, Adorno discute o que seria um verdadeiro trabalho psicanalítico de buscar o passado e fazer uma autorreflexão crítica do que simplesmente “turning the page”. Essa ideia de realmente enfrentar o problema, de tentar acessar um passado traumático, tanto para a população alemã quanto para os judeus, é banalizada, acreditamos, no documentário *Shanghai Ghetto*. A repetição, o abuso (entendido como um excesso) de imagens de arquivo (especialmente de reportagens do período histórico em questão), mescladas a gravações atuais, além de dois rasos depoimentos de sobreviventes, parecem ter o intuito de chocar, pois não resultam em uma autorreflexão crítica, nem da Shoah, nem da história dos judeus em Shanghai.

Em um dos depoimentos mobilizados no filme, Harold Janklowicz, pai de um dos cineastas, rememora momentos difíceis. Sempre comedido em sua fala, sr. Janklowicz lembra-se de ter chegado a Shanghai aos oito anos de idade, acompanhado de sua mãe, tendo encontrado um mundo estranho, repleto de pobreza e miséria. Sua mãe encontrou trabalho fazendo chapéus de senhoras, e ele chegou a frequentar escolas mantidas pela comunidade judaica local. O aspecto mais chocante do testemunho advém das lembranças da violência quase diária, sofrida por Janklowicz. Anos depois, Harold se viu novamente frente a frente com seu algoz, um colega de escola russo. No filme, ele revela que, ao final da guerra, retornou ao educandário com dois amigos e quase espancou o russo até a morte.

Quanto às imagens mobilizadas, há uma alternância, entre reportagens antigas e registros realizados pelos cineastas, que, munidos de uma câmera digital, foram até os guetos de Shanghai; muitos deles, inalterados desde a Segunda Guerra Mundial. Essa amálgama de imagens antigas e contemporâneas, depoimentos e fotos aparece no filme de maneira crua, documental, sem reflexões mais aprofundadas, o que reforça o tom de uma produção que não vai muito além do registro de uma época, tornando a reflexão limitada.

Sendo assim, o filme está longe da noção adorniana de que a rememoração e o “working through”, enquanto processos psicanalíticos, são essenciais para construir uma memória e responsabilidade coletiva:

‘Encarar os termos do passado’ não implica em um trabalho sério de enfrentar o passado e nem a quebra de seu feitiço através de um ato de consciência clara. Ele sugere, ao contrário, um desejo de virar a página e, se possível, limpá-la da memória. A atitude de que tudo seria esquecido e perdoado por aqueles que foram injustiçados é expressa por aqueles que cometeram a injustiça ... Um quer se livrar do passado, com razão, uma vez que não se pode viver em suas sombras, e sabendo que não há um fim ao terror se a culpa e a violência só são restituídas, repetidas vezes, com culpa e violência... Mas tão erroneamente, já que o passado que deseja se esvaír ainda está tão intensamente vivo... Deveríamos patologicamente nos queimar com o passado, enquanto uma pessoa saudável e realista está absorvida com o presente e com suas preocupações práticas? Isso seria se apropriar da moral do ‘é tão bom como se nunca tivesse acontecido’, escrito por Goethe, mas proferido pelo diabo em um ponto decisivo de *Fausto* para revelar seu princípio mais íntimo: a destruição da memória. A arte assassinada a ser enganada, mesmo a partir da única coisa que a nossa impotência pode conceder-lhes: a lembrança.⁶

A imagem, repetida e banalizada, dos corpos e campos de extermínio, destrói a tentativa de se acessar a verdadeira história. Vários documentários, com intuito de conduzir sentimentos e exaltar sensações, com o mesmo foco nazista da Propaganda, foram produzidos ao fim da Segunda Guerra. Em 1945, por exemplo, Frank Capra dirigiu o filme *Here is Germany* que teve o objetivo de convencer a população americana e mundial da maldade absoluta e da violência sem precedentes que os alemães empregaram na construção dos Campos de Extermínio. A partir dessa obscenidade de cenas e imagens, muito criticada por Lanzmann em *Shoah*, e usando e abusando do arquivo que estava sendo construído, da visão de corpos, ossos e “muçulmanos”, o filme desconstruiu

⁶ “‘Coming with the terms of the past’ does not imply a serious working through of the past, the breaking of its spell through an act of clear consciousness. It suggests, rather, wishing to turn the page and, if possible, wiping it from memory. The attitude that it would be proper for everything to be forgotten and forgiven by those who were wronged is expressed by the party that committed the injustice... One wants to get free of the past, rightly so, since one cannot live in its shadows, and since there is no end to terror if guilt and violence are only repaid, again and again, with guilt and violence... But wrongly so, since the past one wishes to evade is still so intensely alive... Should we it pathological to burden oneself with the past, while the healthy and the realistic person is absorbed in the present and its practical concerns? That would be to appropriate the moral from ‘And it’s as good as if it never happened’ which is written by Goethe but uttered by the devil at a decisive point in *Faust* to reveal his innermost principle: the destruction of memory. The murdered arte to be cheated even out of the one thing that our powerlessness can grant them: remembrance.” Theodor Adorno, *What does coming to terms with the past mean? Bitburg in moral and political perspective*, ed. Geoffrey H. Hartman, trans. Timothy Bahti and Geoffrey Hartman, Bloomington, Indiana University Press, 1986, p. 114-129, p. 115-117.

a racionalidade e a sabedoria de uma nação com intuito de justificar a Guerra. O mesmo foi feito com a realização do filme *Know your enemy: Japan*, justificando, talvez, as bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki. *Shanghai Ghetto*, apesar de tentar contar a história dos judeus da China e não da *Shoah*, não foge a essa obsessão pela obscenidade da imagem, talvez pela sua aproximação com o cinema mais popular (aquele que se distancia de um cinema de arte mais filosófico e existencial).

Ao fazer referência ao holocausto, flashbacks sempre são resgatados: as imagens do *Here is Germany, Erbkrank/The Hereditary Defective* (Herbert Gerdes, 1936) e *Alles Leben ist Kampf/All life is struggle* (Herbert Gerdes, 1937) criaram um cenário para esse retorno contínuo de imagens/fotos de um passado traumático e mal compreendido. Cineastas e a filosofia popular não conseguem se desvincular mais desses marcos:

Se os flashbacks nos dão imagens de memória – os arquivos pessoais do passado – eles também nos dão imagens da história; do passado compartilhado e gravado. Na verdade, os flashbacks nos filmes muitas vezes fundem dois níveis de lembrança do passado, dando à história social e política o modo subjetivo de uma única experiência memorável de um indivíduo fictício. Esse processo pode ser chamado de ‘memória subjetiva’, o que aqui tem o duplo sentido de tornar a história como uma experiência subjetiva de um personagem na ficção, e a formação do sujeito na história como o espectador do filme identificando-se com personagens ficcionais inseridos em uma realidade social fictícia.⁷

Imagens modelam nosso pensamento, nossa visão do passado e nosso entendimento do que foi retratado através da banalização da imagem. “A close study of the variations in flashback is actually a means of questioning the conceptual foundations of history in relation to narrative and narrative in its relationship to history”⁸. De acordo com Deleuze, o flashback pode consumir o passado através da ação das imagens e isso se torna crucial na divisão entre o pré e o pós Segunda Guerra Mundial.

⁷ If flashbacks give us images of memory, the personal archives of the past, they also give us images of history, the shared and recorded past. In fact, flashbacks in film often merge the two levels of remembering the past, giving large-scale social and political history the subjective mode of a single, fictional individual’s remembered experience. This process can be called the “subjective memory,” which here has the double sense of the rendering of history as a subjective experience of a character in the fiction, and the formation of the Subject in history as the viewer of the film identifying with the fictional characters positioned in a fictive social reality Maureen Turim, *Flashbacks in Film: Memory and History*, New York, Routledge, 1989, p. 2.

⁸ *Ibidem*.

Em Hollywood, esse lugar onde constantemente é forjado o senso comum, a “filosofia popular” de Gramsci, inicialmente, as produções se dividiam entre ficção e documentários. Porém, com a popularização do tema, a indústria televisiva e cinematográfica viu uma possibilidade de misturar fato, fascínio e ficção, ao realizar filmes e séries simplificados (e simplistas) sobre a 2.^a Guerra⁹. Assim “in their reanimation of the past, these films speak in a language that appeals to the broadest possible audiences, thus leaving themselves open to the criticism of at least simplifying and even of falsifying history”¹⁰.

O termo *faction*, que seria a junção dos termos *fact* and *fiction* (fato e ficção), foi publicado pela primeira vez por Antony Beevor na Revista *Debat*, em 2011. A ideia seria discutir e polemizar a questão do fato, relacionado à História, e da ficção, relacionada à qualquer tipo de representação dessa ‘verdade’ histórica. Segundo o pesquisador, existem inúmeros problemas quando a representação, através da literatura ou do cinema, almeja representar ‘fatos reais’, mas exagera na ficção: “à mon sens, la ‘faction’ ne pose problème que lorsque sont introduits de véritables personnages historiques et que l’on place des mots dans leurs bouches”¹¹.

Se, em um dado momento histórico, as produções visavam propagar as ideias dominantes, como foi o caso do cinema nazista e da Propaganda, hoje o grande apelo comercial acaba por enevoar uma tentativa de maior fidelidade aos fatos. Assim, recursos como a repetição de fotos, mostrando a pobreza que se vivia em Shanghai, e a banalização das imagens de arquivos da *Shoah* tornam-se o fio condutor de *Shanghai Ghetto*.

A fronteira entre fato e ficção é uma zona de um grande potencial comercial e não menos de uma grande corrupção potencial, em termos históricos. Nós temos assistido recentemente a um forte ajuntamento de ao que chamarei de «facção rampante» nos documentários como nas ficções. Uma das razões

⁹ Neste sentido, temos, como exemplo paradigmático, *A lista de Schindler* (1993), de Steven Spielberg. Bem sucedida comercialmente, a produção foi acusada, pela argentina Beatriz Sarlo, de esvaziar o tema do Nazismo. A crítica cultural citou, em particular, a cena “de um banheiro com chuveiros em lugar de uma câmara de gás”. A autora afirmou: “Se Spielberg não consegue fazer de sua cenografia algo verdadeiro e, também por isso, desmaterializa o holocausto, tampouco consegue captar minimamente a abundância simbólica do povo que forneceu suas vítimas”. Beatriz Sarlo, *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*, São Paulo, EDUSP, 2005, p. 51.

¹⁰ Marcia Landy, *Cinematic uses of the past*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1996, p. 11.

¹¹ Antony Beevor, “La fiction et les facts: Perils de la “faction” in *Le Débat*, 2011/3, n.º 165, p. 31.

para estarmos envolvidos em um mundo pós-letrado onde a imagem animada é a rainha.¹²

Portanto, a exemplo do que ocorria no período dos filmes nazistas, em que a imagem era o grande destaque das representações e dos fenômenos de massa; no mundo contemporâneo, essa mesma imagem se torna ainda mais representativa e revisitada. Os filmes, desde o período nazista, evoluíram, mas ainda almejam atrair público e crítica, muitas vezes, através do choque e da espetacularização:

A necessidade de imagens impressionantes e de uma narrativa dinâmica tem submetido diretores a fortes tentações. E, claro, para a realização de documentários, a pressão bem das expectativas visuais e dramáticas alimentadas por filmes de ficção. O perigo é que a ‘história do entretenimento’ seja agora a principal fonte de conhecimento supostamente histórico para a maioria da população. A *Histo-entertainment*, como os cínicos dizem, a ‘desviar-histórico’, é superficial e falta conteúdo. Embora deforme o material, argumentam seus defensores, pelo menos dá um gosto da história. Mas uma rápida olhada sobre o legado de Hollywood vai mostrar, é um sofisma da pior espécie¹³.

Difamação, deformação da História, comercialização da imagem, não seriam esses os mesmos termos usados para definir o cinema nazista? Se, por um lado, a Literatura de Testemunho almeja estudar e entender o trauma de uma geração quase perdida, as produções contemporâneas de Hollywood, que se pretendem exercer a “função” de apresentar uma lição moral acerca das atrocidades nazistas, despertam o fetiche e a banalização da imagem de uma geração que não tem conteúdo histórico para questionar e refutar as representações

¹² Idem, *Ibidem*. La frontière entre fait et fiction est une zone d’un immense potentiel commercial, et d’une non moins grande corruption potentielle, en termes historiques. Nous avons assisté dernièrement à un fort accroissement de ce que j’appellerai la «faction rampante» dans les documentaires comme dans les fictions. Une des raisons en est que nous sommes entrés dans un monde post-lettré où l’image animée est reine.

¹³ Le besoin d’images frappantes et d’une dynamique narrative a soumis les réalisateurs à de fortes tentations. Et, bien entendu, pour le tournage de documentaires, la pression vient des attentes visuelles et dramatiques alimentées par les films de fiction. Le danger est que l’«histoire divertissement» soit désormais la principale source de connaissance prétendument historique pour la majeure partie de la population. L’*Histo-tainment*, comme disent les cyniques, la ‘divert-histoire’, est à tout le moins superficielle et manque de tout contexte. Même si elle déforme le matériau, allèguent ses défenseurs, au moins donne-t-elle le goût de l’histoire. Or, un rapide coup d’œil sur l’héritage d’Hollywood le montrera, c’est un sophisme de la pire espèce. Antony Beevor, “La fiction et les facts...”, cit., p. 32.

hollywoodianas¹⁴. Heróis, histórias comoventes, superproduções de Guerra, que misturam documentos históricos, imagens de arquivo e personagens reais e inventados, povoam as salas de cinema e as televisões atualmente. Porém, para atrair maior público, a indústria do cinema e da televisão acaba por simplificar e idealizar o holocausto. Antes, os nazistas se utilizavam da Propaganda para reinventar a verdade; hoje, com essa simplificação, há, também, uma adulteração forçosa da História, característica da contemporaneidade.

As necessidades da indústria só podem perverter qualquer perspectiva histórica útil. A compulsão de fingir que um filme de Hollywood, de uma forma ou de outra, é verdade, mesmo que seja inteiramente uma ficção, é um fenômeno relativamente novo. No passado, os estúdios nunca teriam afirmado que os grandes filmes de guerra foram outra coisa senão uma boa história. Parece que agora o marketing alegando ser necessário essa autenticidade histórica.¹⁵

Usando imagens de arquivo e apresentando uma nota dizendo “baseado em fatos reais”, essa nova linha de produção vende imagens e simplificações banais, recurso antigo e muito utilizado pelos nazistas.

Shanghai Ghetto não é um filme de Hollywood, mas comete os mesmos erros ao banalizar a imagem. A obra apresenta os testemunhos dos habitantes do gueto e de suas vidas em Shanghai, mas, paralelamente, parece tentar, de modo massivo, provar e confirmar o testemunho através das imagens, o que só enfraquece o documentário. A questão que se coloca, ao defendermos a tese do “enfraquecimento”, tem como ponto nevrálgico a exploração excessiva de imagens, tendendo para um tom sensacionalista, e, não, reflexivo. Talvez, se as imagens (de destruição, sofrimento, desespero, pobreza) fossem acompanhadas de narrações reflexivas, se houvesse ponderações mais substanciais ao longo do filme, teríamos outra percepção.

¹⁴ Uma discussão interessante sobre a banalização e o revisionismo histórico: Luis Nazario. “Revisionismo Bastardo em Tecnicolor”, 2009 (<http://escritorluiznazarior.wordpress.com/2009/04/18/revisionismo-bastardo-em-glorioso-tecnicolor>, consultado em 2016.09.12).

¹⁵ Les besoins de l’industrie ne peuvent qu’infléchir toute perspective historique utile. La compulsion hollywoodienne à prétendre qu’un film, d’une façon ou d’une autre, est vrai, quand bien même il s’agit entièrement d’une fiction, est un phénomène relativement nouveau. Dans le passé, jamais les studios n’auraient prétendu que les grands films de guerre étaient autre chose qu’une bonne histoire. Il semble désormais, marketing oblige, qu’il faille revendiquer pour eux un caractère d’authenticité historique. Antony Beevor, “La fiction et les faits...”, *cit.*, p. 31.

***Exil Shanghai*: memória, ficção e testemunhos**

O filme *Exil Shanghai*, de coprodução Alemanha/Israel, ao longo de 275 minutos mostra o testemunho de seis ex-moradores de Shanghai, de diferentes camadas sociais e chegados em épocas e circunstâncias diversas. Estes seriam representantes da exótica comunidade judaico-chinesa, relatando suas experiências vividas na cidade. Reconstrução e recordação do passado, através das memórias ambíguas e vagas, construídas através da escavação derridiana do filme, dirigido por Ottinger.

Subversão seria a pauta da cinematografia dessa judia. Órfã e homossexual engajada, a diretora concentrou seus trabalhos em temas que procuram mostrar vias alternativas de representação. Na obra em questão, ela apresenta a subversão da condição masculina da cinematografia, adota e subverte a questão do documentário e também coloca em xeque a autoridade do testemunho:

Exil Shanghai adota e subverte as estratégias do documentário histórico ortodoxo. Em um aspecto, o filme apresenta um relato inquestionável e sem mediação da experiência de seis sobreviventes judeus que escaparam à perseguição em Xangai. Como argumenta o historiador feminista Joan W. Scott, a dependência da experiência de testemunhas oculares históricas (ou representantes culturais) na historiografia contemporânea (ou etnografia) tem sido uma espada de dois gumes. Por um lado, presume-se que o testemunho original dos sujeitos de textos históricos e etnográficos transmite o tipo de verdade mais autêntico. Tais testemunhos são citados em um esforço para incluir as perspectivas de mulheres, minorias ou representantes de outras culturas ou períodos históricos – e para melhorar os preconceitos e pontos cegos do pesquisador. Por outro lado, entretanto, a aceitação do testemunho ocular como fato, como reflexo de nada além do real, ‘mascara o caráter necessariamente discursivo dessas experiências’.¹⁶

¹⁶ *Exil Shanghai* both adopts and subverts the strategies of orthodox historical documentary. In one respect, the film presents an unquestioned and unmediated account of the experience of six Jewish survivor witnesses who escaped persecution in Shanghai. As feminist historian Joan W. Scott argues, reliance on the experience of historical eyewitnesses (or cultural representatives) in contemporary historiography (or ethnography) has been a double-edged sword. On the one hand, it is assumed that original testimony by the subjects of historical and ethnographic texts conveys the most authentic kind of truth. Such testimonies are cited in an effort to include the perspectives of women, minorities, or representatives of other cultures or historical periods – and to ameliorate the biases and blind spots of the researcher. On the other hand, however, acceptance of eyewitness testimony as hard fact, as a reflection of nothing but the real, ‘masks the necessarily discursive character of these experiences’. Kirsten Harjes Tanja Nusser, “An Authentic Experience

O próprio título do filme é uma subversão dos testemunhos. Ao narrar seus tempos no Ghetto Hongkew, e vivendo antes em bairros e comunidades judaicas, o que estaria em foco seria a Diáspora e não o Exílio. O exílio estaria relacionado a uma saudade, banzo da própria casa, e seria uma questão individual; já diáspora¹⁷ seria essa situação conjunta e permanente da própria condição judaica.

O que Ottinger nos proporciona é o enfraquecimento da autoridade da experiência através da arte visual. Embora Ottinger dê crédito ao testemunho de seus personagens, que narram suas experiências, também evidencia as imagens da atual China, recusando as imagens de arquivo. Assim, encontramos a diferença em relação aos tradicionais filmes sobre testemunhos. Enquanto *Shanghai Ghetto* usa imagens antigas, com o intuito de chocar o espectador, *Exil Shanghai* questiona essa autoridade:

Ao reconfirmar a autoridade da experiência através do uso de testemunhos não comentados, *Exil Xangai* simultaneamente enfraquece esta autoridade, entrelaçando a narrativa histórica do exílio judeu em Xangai durante a primeira metade deste século com um visual de / documentário' na vida cotidiana da rua em Xangai hoje. Esse entrelaçamento do passado e do presente chama a atenção para o caráter discursivo da experiência. Ottinger põe em xeque a autoridade dos depoimentos dos sobreviventes, evitando a técnica tradicional de apoiar as histórias orais com imagens de arquivo. Em vez disso, ela 'distrai' o espectador com um tour exploratório através da atual Shanghai, ocasionalmente mostrando a época do exílio judeu.¹⁸

of History: Tourism" in Ulrike Ottinger's *Exil Shanghai*", *Women in German Yearbook*, Nebraska, University of Nebraska Press, vol. 15 (1999), p. 247-263, p. 249.

¹⁷ O cientista social Robin Cohen (1999), em seu trabalho mais influente *Global Diasporas*, observa quatro fases dos estudos da diáspora numa abordagem histórica, com intuito de interpretar os modos de livre circulação da massa migratória no contexto global e, sobretudo, a relação entre identidade e migração. Primeiramente, o uso clássico do termo diáspora, sempre no singular, designava unicamente a dispersão judaica. Dos anos 1960 aos 1970, o uso clássico foi se expandindo, e passou a designar também a dispersão grega, armênia, africana e irlandesa. Numa segunda fase, nos anos 1980, "diaspora was deployed as 'a metaphoric designation' to describe different categories of people – 'expatriates, expellees, political refugees, alien residents, immigrants and ethnic and racial minorities tout court'" (Cohen, 1999, p. 1). A terceira fase foi influenciada pelo ideário pós-moderno, cuja noção de identidade foi reordenada pela complexidade das concepções de desconstrução e desterritorialização. A quarta fase foi de consolidação "marked by a modified reaffirmation of the diasporic idea, including its core elements, common features and ideal types" (*idem*, p. 2).

¹⁸ While reconfirming the authority of experience through the use of uncommented witness testimonies, *Exil Shanghai* simultaneously undermines this authority by intertwining the historical narrative of Jewish exile in Shanghai during the first half of this century with a visual

Ottinger não é uma sobrevivente da *Shoah*, nem tampouco filha de sobrevivente. Ela se encontra numa categoria diferente, mas que teria talvez a autoridade de falar sobre este evento, uma vez que perdeu sua mãe na Guerra. Esse *entrelugar* – vítima/sobrevivente/órfã, lhe permite realizar esse amálgama de histórias de vida, retratadas através dos testemunhos e de imagens exóticas, capturadas na Shanghai dos dias atuais

Aqui, surge a ideia de que uma experiência autêntica da história é essencialmente uma experiência reflexiva derivada não de um conhecimento experiencial prefigurado por fontes históricas de arquivo, reencenações de eventos históricos ou artefatos e locais históricos ‘intocados’, mas de uma reflexão sobre a própria posição face às apresentações de história.¹⁹

Ao apresentar ao público imagens recentes de Shanghai, Ottinger não usa as técnicas tradicionais de documentários, mas também não as perde completamente, já que, em alguns furtivos momentos, mostra imagens de ruínas de prédios que sustentam as narrativas sobre a diáspora judaica em Shanghai.

Ao sobrepor memória antiga e imagens atuais, o “mal de arquivo” pessoal dos sobreviventes em Shanghai ao “mal de arquivo” da própria diretora, com suas próprias impressões da Shanghai atual, constrói-se “a film of ‘live’ memory in a rhythm of the future’s ground”²⁰. Estaríamos em um espaço *aterritorial*, de acordo com Derrida, que proporciona “the feeling inspired by this excessive and ultimately gratuitous investment in a perhaps useless archive”²¹. Esse encontro entre passado e presente, talvez essa subversão da memória e do arquivo, conduz o espectador: “the viewer sees not as a distant observer, not through the lens of authoritative interpretation or an impealing aestheticism, but rather as the

“documentary” on everyday street life in Shanghai today. This intertwining of past and present draws attention to the discursive character of experience. Ottinger challenges the authority of the survivors’ testimonies by eschewing the traditional technique of supporting the oral histories with archival footage. Instead, she “distracts” the viewer with an exploratory tour through present-day Shanghai, only occasionally zooming in on ruinous building facades that bear evidence of the time of Jewish exile. *Idem*, p. 250.

¹⁹ Here, it appears in the idea that an authentic experience of history is essentially a reflexive experience derived not from an experiential knowledge prefigured by archival historical sources, reenactments of historical events, or ‘untouched’ historical artifacts and sites, but from a reflection on one’s own position vis-à-vis the presentations of history. *Idem*, p. 249.

²⁰ Amy Villarejo, “A Lesbian Impression of/in Ulrike Ottinger’s ‘Exile Shanghai’”, *New German Critique*, Duke University Press, n.º 87, Special Issue on Postwall Cinema (Autumn, 2002), p. 157-191, p. 181.

²¹ Jacques Derrida, *Archive Fever: a Freudian impression*, Trans. Eric Prenowitz, Chicago, University of Chicago Press, 1995, p. 12.

exiles have seen. We reauthorize their misrecognitions in our own”²². Assim nos é mostrado o estranhamento em relação à vida judia na China, o estranhamento da tentativa de entendimento da diáspora e dos próprios limites do testemunho. As limitações da imagem, da fotografia e da palavra.

Ao trabalhar com a questão do turismo, Ottinger nos coloca como espectadores e turistas dessas histórias e testemunhos que nos são estranhas. Passado e presente, testemunho e imagem, ficção e realidade são contrastadas e subvertidas a todo momento. Se por um lado o turismo transforma o genuíno, autêntico e que é capaz de transmitir emoção e experiência sensorial em algo superficial, empobrecedor e estrangeiro, por outro lado esse mesmo turismo, enfatizado por Ottinger, é capaz de demonstrar a passagem do tempo, serve para atestar um artefato histórico como autêntico. Assim é visto *Shanghai*: um artefato histórico, hoje lugar de visita e contemplação, da presença judaica testemunhada pelos personagens do filme.

Shanghai mostrada é a cidade vista pelo olhar do oriente, pelo próprio olhar estrangeiro da diretora, assim como qualquer leitor/receptor de um testemunho é um estranho e um estrangeiro do que um dia aconteceu além dos limites da linguagem. Ao utilizar as técnicas de documentário, esperávamos que as imagens apresentadas fossem corroborar (ou banalizar) com os testemunhos, o que não acontece. Ao fazer essa subversão, acreditamos que Ottinger esteja querendo nos mostrar que tanto as imagens de arquivo, quanto as suas próprias imagens de *Shanghai* dos anos 90, não nos mostram (ou provam) nada da ‘verdadeira’ história. Os limites da linguagem, também, seriam os limites de representação e banalização da imagem. Exotismo, estranhamento, distância, passado inapreensível e presente ininteligível são questões levantadas pelo filme. A diretora nos coloca na posição de espectadores de um mundo exótico e de um tempo distante (e talvez surreal), ao mostrar tanto os testemunhos quanto as paisagens da China.

Ottinger, em outras palavras, recusa a autoridade do passado como convenção (fotografias antigas, mapas), mas também recusa a continuidade do presente como identidade (nós, judeus, então e agora). Um diferente alinhamento ético está em ação, uma codificação diferente do valor afetivo na disjunção que dá testemunho do que não pode ser apreendido e, em vez disso,

²² Amy Villarejo, “A Lesbian Impression of/in Ulrike Ottinger’s ‘Exile Shanghai’”, *New German Critique*, Duke University Press, No. 87, Special Issue on Postwall Cinema (Autumn, 2002), p. 157-191, p. 183.

encontra o reconhecimento através de um desvio. A câmera de Ottinger registra a possibilidade de erro ao invés de endossar a ortodoxia de uma posição.²³

Fotografar turisticamente seria uma forma de sacralização da imagem e pode ser relacionado à figura do sobrevivente. O testemunho, hoje, torna-se um mito, quase uma figura mitológica. Talvez esteja sendo dessacralizada pelo filme de Ottinger, acreditamos, mas ainda continua exaltada por outros documentários e filmes, como é o caso do *Ghetto de Shanghai*. Ao registrar mecanicamente, Ottinger estaria propositalmente desmistificando a figura do testemunho, já que imagem e palavra estão desconectadas.

Considerações finais

A superexposição de imagens de arquivo, em *Shanghai Ghetto*, introduz uma ausência e é capaz de evidenciar a presença da morte na imagem, mas banaliza a questão da *Shoah*. Também, ao transformar o olhar de quem fotografa, aponta diretamente para um mundo novo, e produz o distanciamento desse novo mundo já morto. “O poder fascinante da fotografia tende a certa ausência, à distância que ela introduz na experiência imediata do ambiente onde nada é visível. Ao colocar as coisas à distância, em sua impressionante ausência, a fotografia os faz objetos de desejo e de nostalgia”²⁴. Sadismo, desejo e adulteração: assim é a subversão de filmes que utilizam imagens do arquivo da *Shoah* para modelar um tempo além de qualquer representação e poesia.

Em sentido diverso, as atuais ruínas da vida judia em Shanghai, apresentadas em *Exil Shanghai*, atestariam a passagem do tempo: a imagem como arquitetura de um tempo desgastado pela memória individual e coletiva. As fachadas do gueto judaico, dos prédios e ruas, representam um tempo transitório, falseado pela memória e pelo testemunho. Para Ottinger, uma experiência histórica legítima parece ser uma experiência do próprio tempo que revela a verdade escondida e conserva um passado que esvai. O testemunho tem esse caráter

²³ Ottinger, in other words, refuses the authority of the past as convention (old photographs, maps) but similarly refuses the continuity of the present as identity (we, Jews, then and now). A different ethical alignment is at work, a different coding of affective value, in the disjunction that gives testimony to that which cannot be grasped and instead finds recognition through a swerve. Ottinger’s camera records the possibility of mistake rather than endorsing the orthodoxy of a position. *Ibidem*.

²⁴ Susan Sontag, *Sobre fotografia*, Tradução Rubens Figueiredo, São Paulo, Companhia das Letras, 2004, p. 26.

antagônico de revelar uma experiência individual e coletiva, escondidas, e tentar resgatar um passado que se esvai, não memorável, narrável e apreensível.

O que seria, portanto, uma experiência histórica autêntica? Seria uma tentativa inescrupulosa, espetacularizada, como nos filmes hollywoodianos e documentários sensacionalistas das grandes redes televisivas? Ou uma subversão da autoridade testemunhal e da tentativa de chegar à verdade histórica, conforme ocorre em *Exil Shanghai*?

O questionamento não deve ser sucedido por respostas (dada à impossibilidade das mesmas), mas, por uma reflexão: a de que representações de um mesmo momento são contraditórias, artísticas e perturbadoras. Encantam e abrem possibilidades, mas podem também limitar e modelar o pensamento e a História.

Lusofonia em perspectiva: panlusitanismo, lusobrasileirismo e lusotropicalismo

Lusophony in perspective: panlusitanism, lusobrazilianism and lusotropicalism

MATEUS SILVA SKOLAUDE

Pontifícia Universidade Católica do RS (PUC-RS)
mateusskolaude@yahoo.com.br

MARÇAL DE MENEZES PAREDES

Pontifícia Universidade Católica do RS (PUC-RS)
marcal.paredes@puccrs.br

Texto recebido em/Text submitted on: 31/01/2017

Texto aprovado em/Text approved on: 11/07/2017

Resumo:

Neste artigo circunscrevemos três conceitos debatidos na perspectiva *lusófona* e que foram propagados entre as décadas de 1930 e 1950. O *panlusitanismo* do Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro que buscava a difusão ideológica das tradições lusitanas e a exaltação do vasto império colonial; o *lusobrasileirismo* do intelectual português Nuno Simões que defendia uma aproximação cultural fundamentada nos laços de sangue, língua e história, bem como o *lusotropicalismo* do ensaísta brasileiro Gilberto Freyre, que postulava uma singular capacidade de colonização dos portugueses, por conta da miscigenação e da adapção aos trópicos. Ao compreender a *lusofonia* enquanto perspectiva discursiva de matriz cultural, toma-se com especial interesse a configuração de escala do *panlusitanismo*, do *lusobrasileirismo* e do *lusotropicalismo*, ao passo que a questão central a ser analisada diz respeito a historicidade dos discursos políticos e as redes intelectuais articuladas em torno deles.

Abstract:

This paper is circumscribed within three concepts discussed through the “lusophone” perspective, which were widely propagated along the period between the 1930s and 1950s. The first concept is the “panlusitanism” present in the Luso-African Society of Rio de Janeiro bulletin that pursued the ideological dissemination of Lusitanian traditions and praised the vast colonial empire. The second concept is the “Lusobrazilianism” by the Portuguese Nuno Simões, who defended a cultural approach based on blood ties, language and history. Finally, the third concept refers to the “Lusotropicalism” by the Brazilian essayist Gilberto Freyre, who postulated a peculiar ability of Portuguese people in colonization due to miscegenation and adaptation to the tropics. Understanding “lusophony” as a discursive perspective within a cultural matrix, the configuration of “Panlusitanism”, “Lusobrazilianism” and “Lusotropicalism” is taken with special interest, while the main issue to be analyzed is related to the political discourses historicity as well as the intellectual networks articulated around them.

Palavras-chaves:

Perspectiva lusófona; Panlusitanismo;
Lusobrasileirismo; Lusotropicalismo.

Keywords:

Lusophone Perspective; Panlusitanism;
Lusobrazilianism; Lusotropicalism.

Introdução

O uso do termo *lusofonia* abarca uma variação de significados e seu impacto político, cultural e social é consideravelmente diferenciado nos distintos países que proclamam o português como idioma oficial. Diante do caráter polissêmico, só é possível acolher a lusofonia como debate existente em torno de sua própria noção, uma noção que tem pesos muito diferenciados e que varia conforme os distintos contextos de usos e sentidos da língua portuguesa no Brasil, em Portugal e nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs)¹.

No plano da historiografia, os estudos acerca da *lusofonia* conferem uma certa preeminência ao *lusotropicalismo*², de modo que a partir da década de 1950, o Estado Novo português utilizou-se deste referencial enquanto propaganda e política externa³. Sendo assim, *o escopo lusotropical* tem sido o mote investigativo de parte considerável das pesquisas na área, não obstante esta perspectiva acaba por desdenhar das redes intelectuais e da dimensão hermenêutica⁴ articulada em outras configurações de escala⁵.

Na década de 1930, quando o ensaísta Gilberto Freyre dava os primeiros passos na elaboração epistemológica do arcabouço *lusotropical*, ao mesmo tempo e de forma compatível, outros dois conceitos políticos eram publicizados e, em certa medida, seus articuladores representavam oposição ao regime salazarista, isto é, o *panlusitanismo* difundido através do boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e o *lusobrasileirismo* propalado pelo intelectual Nuno Simões.

¹ Omar Ribeiro Thomaz e Sebastião Nascimento, “Língua” in Livio Sansone e Cláudio Alves Furtado (Ed.), *Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa*, Salvador, Edufba, 2014, p. 280-281.

² Adriano Moreira e José Carlos Venâncio (Ed.), *Luso-Tropicalismo: Uma teoria social em questão*, Lisboa, Vega, 2000.

³ Sobre a utilização do “lusotropicalismo” enquanto instrumento ideológico e de propaganda colonial pelo Estado Novo português, a partir da década de 1950, consultar as obras de Cláudia Castelo. *O modo português de estar no mundo: O luso tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1998; Omar Ribeiro Thomaz, *Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa*, in Bela Feldman-Bianco; Cristiana Bastos; Miguel Vale de Almeida (Ed.), *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa, ICS, 2013, p.47-70.

⁴ Marçal de Menezes Paredes, *A Nação e a Hermenêutica histórica ou os usos da alteridade portuguesa no horizonte de expectativa brasileiro: Da superação à condenação*, in Ruth Maria Chittó Gauer (Ed.), *Tempo e historicidades*, Porto Alegre, Edipucrs, 2016, p. 87-108.

⁵ Jacques Revel, “Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado”, *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez. 2010, p. 434-444.

Neste sentido, é preciso pensarmos a *lusofonia* como acúmulo de camadas discursivas e de práticas sociais de construção subjetiva de uma suposta identidade cultural comum e que ao longo de diferentes temporalidades articulou dispositivos ideológicos ambivalentes. Sob este ponto de vista, os textos possuem valor analítico, no sentido da compreensão de dinâmicas históricas particulares, uma vez que em cada contexto linguístico perpassam institucionalizações discursivas que regulam o que pode ser falado. É no interior de cada contexto que se dá historicidade ao discurso, de modo que as ideias são articuladas na prática ao expressarem a construção de sentido e conhecimento de determinada intelectualidade acerca de uma dada realidade⁶. Valendo-se destes pressupostos, o presente artigo procura analisar a historicidade dos discursos políticos e as redes intelectuais articuladas em torno do *panlusitanismo*, do *lusobrasileirismo* e do *lusotropicalismo*.

1. O *Panlusitanismo* da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro

Na década de 1930, Portugal e Brasil constituíram na esfera diplomática importantes espaços de aproximação política. Se por um lado, em Portugal existia um colonialismo com pretensões nacionalistas e que pensava o exemplo brasileiro como referência às colônias africanas, por outro, no Brasil havia um nacionalismo que mobilizava componentes internacionais para com a África e para com Portugal, de modo que afirmava o contributo africano enquanto fator de civilização e rediscutia a origem portuguesa, uma vez que concebia a singularidade do português enquanto povo propenso à miscigenação⁷.

Neste contexto, o Rio de Janeiro constituía-se no principal centro de emigração portuguesa do mundo e a colônia lusitana organizada na então Capital Federal do Brasil buscava afirmar e recriar sua identidade a partir de duas estratégias principais: o associativismo e a imprensa. Através da publicação de vários periódicos, como jornais, revistas, folhetos e almanaques, os portugueses

⁶ As questões teórico-metodológicas articuladas partem do “contextualismo linguístico” considerando, principalmente, as contribuições de Pocock para a escrita da história intelectual. Neste estudo, adotamos a concepção de “redes intelectuais” que considera o espaço formado por um grupo de letrados que compartilham um “vocabulário”, uma “retórica e um conjunto de usos” que articulam propósitos políticos, identitários e ideológicos. John G. A. Pocock, *Linguagens do Ideário Político*, São Paulo, Edusp, 2003, p. 63-83.

⁷ Mateus Silva Skolaude, *Raça e nação em disputa: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937)*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

conseguiam se comunicar não só com os diversos imigrantes e descendentes espalhados pelo território brasileiro, mas também com seus conterrâneos que permaneceram em Portugal⁸.

A visão do Brasil enquanto obra máxima da ação colonizadora portuguesa refletia-se na representação assumida pelos emigrantes residentes na antiga colônia, ao passo que a constituição da maior comunidade portuguesa fora de Portugal, em pleno século XX, reforçava simbolicamente os laços estabelecidos historicamente de uma predestinação lusitana. No dia 22 de maio de 1930 foi fundada a Sociedade Luso-Africana no Rio de Janeiro por alguns portugueses e descendentes residentes na então Capital Federal do Brasil com o lema: “Pela Raça, Pela Língua”.

A comissão diretora da entidade era formada por António de Souza Amorim, Almiro Andrade e Francisco das Dôres Gonçalves que constituíam o núcleo responsável pela organização de várias ações, entre palestras, atividades culturais, publicação de artigos, produção de materiais didáticos, organização de intercâmbio escolar e, sobretudo, pela divulgação do Boletim da Sociedade Luso-Africana⁹. Em 1934, a tiragem da revista era de 2.000 exemplares que eram gratuitamente distribuídos para intelectuais, políticos, além de escolas, centros culturais e prefeituras.

O periódico buscava ser um veículo articulador de todos os portugueses e descendentes espalhados pelo mundo, em especial pela aproximação política de Portugal e Brasil. Na defesa da perspectiva colonialista, a revista se instrumentalizava da representação brasileira como filho mais velho e emancipado, exemplo notório da capacidade colonizadora de Portugal que estava igualmente habilitado para reproduzir os mesmos ideais civilizatórios nas suas colônias da África, Ásia e Oceânia. Como exemplo desta postura, destaca-se um texto do ator e publicista Carlos Leal:

“O novo Brasil para os portugueses, está declaradamente, amplamente esclarecido nas nossas colônias. É no vasto império colonial português, – classificado como o terceiro do Mundo potencial [...]. Pois que tentem assaltar-nos as Colônias, e verão como é a arrancada lusíada! [...]. Pois as

⁸ Robherta Triches. “A revista *Lusitania* e a colônia portuguesa do Rio de Janeiro: espaços de sociabilidade e estratégias de inserção social”, Rio de Janeiro, Unirio (Trabalho apresentado ao XIV Encontro Nacional da ANPUH-RIO, Memória e Patrimônio), 2010, p. 06. (http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276649501_ARQUIVO_Anpuh2010.pdf)

⁹ O *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro* circulou entre os anos de 1931 e 1938, num total de 24 volumes que foram publicados a partir de uma periodicidade irregular. Alguns exemplares foram consultados junto ao Fundo Geral de Revistas da Biblioteca Nacional de Portugal. Cota R.E. 11291 V.

Colônias Portuguesas, a mercê das várias circunstâncias do seu apreciável desenvolvimento, – formam o novo Brasil. [...] E se a Alemanha e a nobre Itália, se justificam para se assenhoriarem do que é muito nosso, – alegando que ‘*não sabem onde alojar os seus súditos*’, – que escolham outras paragens, – o deserto do Sahara comporta muita gente (...)”¹⁰.

O texto do artista português concebe a colonização brasileira como referência histórica a nova experiência colonial, uma vez que o exemplo positivo implementado na antiga colônia articulava a narrativa nacionalista da tradicional mitologia imperial, mobilizada naquele contexto como defesa frente aos interesses internacionais. Não por acaso, a mesma preocupação imperialista que rondava as colônias portuguesas na África era compartilhada por pensadores brasileiros, de modo que uma futura perda dos territórios ultramarinos por Portugal era interpretada de forma catastrófica aos futuros interesses brasileiros:

“O perigo das guerras reside na urgente expansão de alguns povos europeus. Pois evitemos os conflitos armados, atribuindo à Alemanha e à Itália, em benefício da tranquilidade geral, as partes da África que pertencem a povos impotentes para defendê-las. Com esse raciocínio primário e essa presunção gratuita o mundo estaria salvo das novas catástrofes. Se quisermos lançar os olhos sobre os horizontes do futuro brasileiro, veremos quanto importa para o Brasil que as colônias da costa ocidental do continente africano continuem sob o pavilhão dos conquistadores portugueses. Temos interesse solidário na preservação do império colonial lusitano, através de que se fará um dia a expansão do nosso país, pela identidade das origens étnicas e da língua, mantendo-se as duas margens atlânticas nas mãos de povos integrados pelas mesmas aspirações e ideais. (...) A hipótese de semelhante investida predatória contra o império lusitano na África deve encontrar da nossa parte uma resistência estrêma, pois que ligado ao destino daquelas ribas do continente negro, mais do que poderiam imaginar os espíritos descuidosos, está a projecção futura do Brasil como potência mundial”.¹¹

O texto de Austregésilo de Athayde mobilizava numa leitura essencialista da lusitanidade elementos agregadores de uma identidade histórica com interesses comuns. O mito imperial de perspectiva pluricontinental constituía-se na língua

¹⁰ Carlos Leal, “Alerta!”, *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, n.º 5 (Abril, Maio, Junho) de 1933, p. 69-70.

¹¹ Austregésilo de Athayde, “Vizinhaça Cartaginesa”, *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, n.º 16/17 (Janeiro a Junho) de 1936, p. 128.

e na etnicidade conforme alguns aspectos de elevado simbolismo presentes nos discursos do Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. O editorial da revista publicado em 1934 também reflete esta conduta:

“Realizações”

“Hoje como ontem, a mesma confiança, o mesmo entusiasmo, a mesma vontade de realizar e o mesmo empenho de servir a causa do pan-lusitanismo nos dão o forte alento com que batemos os altos e saudáveis caminhos do optimismo (...) movidos pelo desejo, que é o nosso orgulho, de realizarmos uma propaganda do Império Português (...). Estamos, todavia, muito longe de nos dar por satisfeitos com o que já realizamos, que representa algo para a insignificância dos nossos recursos mas quasi nada para o que temos planeado, e que é, para já, ou seja, para a nossa gestão: um “Boletim” especial, expressamente dedicado a Exposição Colonial do Pôrto, uma série de conferências pelos mais altos expoentes e mais legítimos representantes da inteligência e da cultura portuguesa no Brasil e a edição de uma Cartilha Colonial da autoria do insigne poeta e escritor Capitão Augusto Casimiro destinada a todas as escolas da língua portuguesa, dispersas pelo Mundo!”¹²

O texto assinado por um dos editores chefes da revista, Francisco das Dôres Gonçalves pode ser dividido em duas partes. Na primeira, o autor mobilizou como tema principal o papel desempenhado em quatro anos pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro na propagação do *panlusitanismo*. Esta perspectiva ideológica representava o mote editorial da revista, tendo em vista a instrumentalização pedagógica na defesa de uma tradição secular do grande império e das tradições portuguesas. Na segunda parte do texto, Gonçalves estabeleceu dois projetos para serem realizados em um curto prazo, isto é, a publicação de uma cartilha colonial para ser distribuída em escolas de língua portuguesa e a edição de um número especial da revista que seria referente a 1ª Exposição Colonial Portuguesa. Os dois projetos elaborados por Francisco das Dôres Gonçalves foram concretizados, ou seja, o número especial da revista relacionada a 1.ª Exposição Colonial Portuguesa¹³ e a cartilha pedagógica¹⁴. Poucos meses depois do anúncio oficial, o boletim comemorativo já circulava

¹² Francisco das Dôres Gonçalves, “Realizações”, *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, nº 8 (Janeiro, Fevereiro, Março), 1934, p. 1-2.

¹³ Omar Ribeiro Thomaz, *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Fapesp, 2002, p. 192-271.

¹⁴ *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*. Número Especial Comemorativo da Exposição Colonial Portuguesa realizada no Porto, nº 9, abril-junho de 1934, p. 161. Outra reportagem sobre a Cartilha Colonial encontra-se no *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, nº 10 e 11 segunda série, agosto e dezembro de 1934, p. 64.

como veículo de propaganda no Brasil e em Portugal. Neste número, os responsáveis pela editoração da revista procuravam realçar a exposição enquanto um meio de aproximação política de Portugal e Brasil, o aspecto simbólico estabelecido pelo jogo de cores da capa deixa claro esta tentativa¹⁵.

Na articulação dos boletins era necessário que a Sociedade Luso-Africana mantivesse a colaboração de muitos apoiadores que seriam os responsáveis por prepararem artigos, entrevistas e reportagens que retratassem temas como: história, língua, cultura, política e os domínios ultramarinos. Contudo, se havia comunhão na interpretação e a na projeção lusíada do Império Ultramarino, no que tange à posição política assumida por estes intelectuais, nem sempre se percebe a mesma convergência com a política ideológica implementada pelo Estado Novo português. Em 1936, a Sociedade Luso-Africana é acusada por autoridades consulares de divulgação contrária ao salazarismo por conta do envolvimento político com figuras ligadas ao republicanismo português, tendo, inclusive, recebido resposta negativa a uma solicitação de ajuda para a realização da Semana do Ultramar no Rio de Janeiro¹⁶.

2. O lusobrasileirismo de Nuno Simões

O Brasil sempre foi o destino preferencial da emigração portuguesa e o refúgio de muitos dissidentes dos diversos governos de Portugal. A partir do advento da ditadura em 1926, o território brasileiro passou a receber opositores ao regime que foram acolhidos pelos compatriotas e companheiros políticos¹⁷. A Sociedade Luso-Africana mantinha um forte vínculo com figuras políticas ligadas a Primeira República portuguesa (1910-1926) e que representavam oposição ao regime salazarista.

Entre os letrados correspondentes do boletim destaca-se o papel desempenhado pelo Gen. Norton de Matos (1867-1955), patrono da entidade. Em 1932, a Sociedade Luso-Africana encaminhou um protesto em solidariedade ao militar quando do seu retorno a Portugal¹⁸. Norton de Matos obteve papel de

¹⁵ Mateus Silva Skolaude, *Raça e Nação em disputa*, cit., p. 138.

¹⁶ Heloísa Paulo e Armando B. Malheiro da Silva, “Norton de Matos, o Brasil e as raízes do paraíso: a construção da colônia ideal e o ideal colonialista” in Maria Bernadete Ramos; Élio Serpa e Heloísa Paulo (Ed.). *O beijo através do Atlântico: O lugar do Brasil no Panlusitanismo*, Chapecó, Argos, 2001, p. 322-323.

¹⁷ Heloísa Paulo, “O exílio português no Brasil: Os ‘Budás’ e a oposição antisalazarista”, *Portuguese Studies Review*, 14 (2), 2006/7, p.126-127.

¹⁸ Heloísa Paulo e Armando B. Malheiro da Silva, “Norton de Matos, o Brasil...”, cit., p. 357-422.

destaque durante o período republicano ao ocupar diversos cargos públicos, entre eles foi governador (1912 e 1915) e alto-comissário (1921 a 1924) de Angola, além de Ministro das Colônias (1915) e embaixador em Londres (1924-1926). Adversário político da ditadura salazarista, Norton de Matos apresentou sua candidatura à presidência da República nas eleições de 1948, juntando à sua volta um núcleo de resistência ao regime.

Assim como Norton de Matos, outro importante interlocutor da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro foi Nuno Simões (1894-1976), sócio honorário da entidade, com participação de destaque em muitas edições da revista e que teve sua foto exposta em um quadro na sede da entidade, em homenagem aos inúmeros serviços prestados¹⁹. Jornalista e economista, Simões também ocupou diversos cargos públicos no período republicano, entre eles foi Governador, Deputado e Ministro do Comércio e das Comunicações²⁰.

Norton de Matos e Nuno Simões recebiam em Portugal todos os boletins da Sociedade Luso-Africana publicados no Brasil. Além da revista, os representantes encaminhavam junto alguns livros lançados na ex-colônia, como por exemplo a obra *Raízes do Brasil* do historiador Sérgio Buarque de Holanda que foi enviada ao ex-governador de Angola²¹. O pensamento de Norton de Matos não fugia a regra geral do pensamento colonialista português, uma vez que buscava no passado mítico da colonização brasileira uma experiência positiva para a construção de um império colonial na África.

Nuno Simões era adepto confesso da política de desenvolvimento implementada por Norton de Matos na África e ambos eram responsáveis pela divulgação da Sociedade Luso-Africana em Portugal, de modo que também distribuíam alguns exemplares da revista entre associações, políticos e intelectuais lusitanos²². Nuno Simões escreveu muitos textos em Portugal legitimando o protagonismo militante articulado pela Sociedade Luso-Africana no Brasil:

¹⁹ *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, n.º 10 e 11 segunda série, agosto e dezembro de 1934, p. 253.

²⁰ Arminda Ferreira, *O Luso-Brasileirismo: Na perspectiva de Nuno Simões*, Famalicão, Quasi, 2005.

²¹ Heloísa Paulo e Armando B. Malheiro da Silva, *Norton de Matos, o Brasil...* cit., p. 311-312.

²² Em carta assinada pelo Sr. A. R. Almeida Santos e endereçada ao Diretor da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, o remetente parabenizou a entidade brasileira pelo Boletim especial relacionado a 1.ª Exposição Colonial Portuguesa. No documento, o autor afirmou que recebeu a revista do ilustre amigo e antigo parlamentar Dr. Nuno Simões. *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, n.º 10 e 11 segunda série, agosto e dezembro de 1934, Sessão Depoimentos, p. 234.

“Obreiros da Unidade Portuguesa”

“(…) Abriu a Exposição Colonial do Porto um ciclo propício à relação e à exaltação de toda a nossa obra colonial. Há que lembrar, ao tratar-se desta, todos os que, por pensamentos palavras e obras, a têm servido. Entre os que, nos últimos tempos, se voltaram a esse alto objetivo a Sociedade Luso-Africana tem um lugar primacial. Vivem as pequenas nações continentais europeias que são grandes no mundo um momento difícil. Voltam-se para os domínios de Portugal atenções suspeitas e cobiças que já não sabem dissimular-se. Precisamos como nunca de fortalecer a consciência do nosso destino histórico e de demonstrar o sentido profundo e indestrutível da nossa unidade moral, política e econômica. A isso vem a Exposição Colonial. A isso visa a acção da Sociedade Luso-Africana que precisamos não esquecer que exerce a sua actividade admirável em um país de 42 milhões de habitantes que falam a nossa língua e que justamente reivindicam a sua hegemonia moral e política na América do Sul (...) E esse testemunho não o fará o Brasil apenas servindo a fraternidade que nos une, quando pensar que no litoral do Atlântico Sul, fronteira à sua grandeza e prosperidade, fica uma das porções maiores, mais ricas, mais povoadas e mais portuguesas do nosso Ultramar e que não pode ser-lhe indiferente que nela vivam e se perpetuem povos da mesma origem comum, com a mesma missão civilizadora e pacífica e com o mesmo fraterno anseio de engrandecimento moral da raça e da humanidade”²³

Percebe-se na introdução do excerto anterior que Nuno Simões fez uma breve saudação à 1ª Exposição Colonial Portuguesa enquanto um espaço importante de mobilização da história e de defesa do grande império colonial. A posição assumida foi bastante discreta se comparada a de outros intelectuais, de modo que não houve enaltecimento aos idealizadores e nem mesmo as principais referências políticas do Estado Novo. Esta atitude reflete um rancor de Simões pois teria sido ele o idealizador da exposição – mas que, por sua discordância quanto ao caráter oficial da mesma e de sua oposição ao regime, acabou por ser preterido da coordenação dos trabalhos. Este ressentimento pode ser percebido através de um outro artigo publicado por Nuno Simões no *Primeiro de Janeiro*, um ano após o encerramento da exposição²⁴.

Ao mesmo tempo, verifica-se que Nuno Simões não poupou palavras na legitimação daquilo que considerava ser o mais relevante, isto é, apoiar iniciativas de caráter precursor, como o exemplo proporcionado pela Sociedade

²³ Nuno Simões, “Obreiros da Unidade Portuguesa”, *Primeiro de Janeiro*, 29/06/1934 in Nuno Simões, *Portugueses no mundo: Esboço para um estudo e notas de uma campanha*, Vila Nova de Famalicão, Minerva, 1940, p. 162-163.

²⁴ Nuno Simões, “Exposição da expansão portuguesa”, *Primeiro de Janeiro*, 30 de outubro de 1935 in Nuno Simões, *Portugueses no mundo...cit*, p. 330.

Luso-Africana enquanto promotora de um espírito fraternal²⁵ no Brasil e em Portugal. Diante disso, citou a legitimidade da iniciativa, tendo em vista a origem comum e o destino histórico nas diferentes regiões de uma mesma tradição lusitana.

Numa perspectiva militante, Simões apelou para o fortalecimento desta sociedade enquanto um projeto pioneiro e com grande capacidade de crescimento. Além disso, colocou o Brasil numa posição de protagonista nesta relação civilizadora, levando em conta a propagação da raça numa perspectiva transnacional das regiões de colonização portuguesa. Nuno Simões constituía-se num intelectual com forte penetração política entre os Diretores da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, ao passo que era admirador confesso da perspectiva *panlusitanista* defendida pelos seus ideólogos e na esteira deste pensamento constituiu-se num ferrenho defensor do *lusobrasileirismo* que, nas suas próprias palavras, era definido como: “Um ideário de aproximação cultural, fundamentada nos laços de sangue, de língua, tradições, história e amizade comum dos dois países, de modo que dentro de cada sociedade, brasileira e portuguesa, permaneça uma base de unanimidade, coordenação e motivação perante as relações econômicas, políticas, sociais e culturais”²⁶.

Simões, em diferentes temporalidades e através de diversos meios de comunicação, militou em defesa do *lusobrasileirismo*. Neste caso, destacou-se no engajamento junto a Revista Atlântida no período pós Primeira Guerra Mundial, ao declarar que havia chegado o momento de formatação de uma grande articulação “lusoafrabrasileira”²⁷. Na década de 1930, além de interlocutor da Sociedade Luso-Africana, Nuno Simões representava um importante correspondente de intelectuais brasileiros em Portugal, sobretudo, de Gilberto Freyre.

Além disso, a condição assumida por Nuno Simões de colocar o Brasil numa posição de protagonista nas relações transnacionais junto as colônias portuguesas na África se encaixava perfeitamente ao projeto pessoal que Gilberto Freyre almejava alcançar na década de 1930, haja vista a criação de um instituto de

²⁵ Marçal de Menezes Paredes, *Configurações Luso-Brasileiras: Fronteiras Culturais, Demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910)*, Saarbrücken, Novas Edições Acadêmicas, 2013.

²⁶ Arminda Ferreira, *O luso-brasileirismo...* cit, p. 12-13.

²⁷ Silvio Marcus de Souza Corrêa, “O “perigo alemão” nas fronteiras do ‘mundo luso-afro-brasileiro’” in Marçal de Menezes Paredes (Ed.), *Portugal, Brasil, África: história, identidades e fronteiras*, São Leopoldo, Oikos, 2012, p. 142.

pesquisas na África, projeto articulado pelo ensaísta pernambucano e que foi debatido e encaminhando nos bastidores do 1º Congresso Afro-Brasileiro²⁸.

3. Ensaio *Lusotropical* de Gilberto Freyre

Nuno Simões por duas vezes escreveu no *Primeiro de Janeiro* sobre Gilberto Freyre e o 1º Congresso Afro-Brasileiro, organizado no Recife em novembro de 1934. Na ocasião, nomeou os respectivos artigos conforme o título dos anais publicados respectivamente em 1935 e 1937: *Estudos Afro-Brasileiros*²⁹ e *Novos Estudos Brasileiros*³⁰. O 1º Congresso Afro-Brasileiro também foi objeto de apreciação em duas páginas do boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, organizado três meses após a finalização da exposição portuguesa. Nas páginas da revista foi noticiado que o Presidente Francisco das Dôres Gonçalves emitiu um telegrama louvando a iniciativa e os organizadores do encontro³¹. Gilberto Freyre principal idealizador, assim como outros intelectuais que participaram do congresso, também publicaram textos no boletim da Sociedade Luso-Africana³².

Nas páginas da revista, *Casa Grande & Senzala* foi objeto de uma resenha de três páginas escrita pelo padre português Manuel Alves Correia. O missionário assim adjetivou a obra: “o livro de Gilberto Freyre é notabilíssimo. O público, tanta vez caprichoso, desta vez foi bem advertido e tomou conta da importância da obra: a primeira edição é de 1933; esgotou-se rapidamente; tenho presente a

²⁸ Sobre o 1.º Congresso Afro-Brasileiro e o projeto pessoal de Gilberto Freyre em relação a organização deste evento, ver Mateus Skolaude, *Raça e Nação ...* cit., p. 185-211.

²⁹ Nuno Simões, “Estudos Afro-Brasileiros”, *O Primeiro de Janeiro*, 19/06/1936, capa.

³⁰ Nuno Simões, “Novos Estudos Brasileiros”, *O Primeiro de Janeiro*, 30/04/1937, capa. Este mesmo artigo foi publicado no Brasil, três meses e meio depois, no *Jornal Diário de Pernambuco*, 25/07/1937, p. 3 e 9 da segunda seção.

³¹ “Congresso Afro-Brasileiro”, *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, n.º 10 e 11 segunda série, agosto e dezembro de 1934, p. 250-251.

³² Gilberto Freyre publicou na revista o texto: “Sugestões para o Estudo da Arte Brasileira com a de Portugal e a das Colônias”, p. 7-8. Este artigo é uma síntese de um dos artigos publicado no livro: “*Conferências na Europa*”. Além deste, a revista publicou “Levantes de negros no Brasil” de Arthur Ramos (p.15-16); “O negro e a cultura no Brasil” de Renato Mendonça, p. 34-35. “O problema das raças” de Edison Carneiro, p. 37-38; “A superstição da côr preta” de Mário de Andrade, p. 49-50. Todos os artigos aqui citados encontram-se publicados na última edição da revista *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, n.º 24, dezembro de 1938.

segunda, de 1936. Duas edições em tão curto prazo, neste género de literatura, constituem felicidade rara”³³.

Nas décadas de 1930 e 40, a tese desenvolvida por Gilberto Freyre sobre a plasticidade portuguesa e a influência miscigenada na cultura brasileira foi recebida de forma ambivalente em Portugal. Se por um lado, parte considerável do meio intelectual recebeu de forma positiva as teses gilbertianas, por outro, no campo político, o Estado Novo português sob o prisma do darwinismo social³⁴ rejeitou implicitamente a obra de Freyre, sobretudo, pela importância que o autor conferiu à mestiçagem, à interpenetração de culturas, à herança moura e africana na gênese do povo português e das sociedades criadas pela colonização lusa³⁵.

O posicionamento intelectual assumido por Freyre era objeto constante de correspondências diplomáticas. No dia 13 de agosto de 1942, o Cônsul Português em Pernambuco, Manuel Anselmo endereçou ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Antônio de Oliveira Salazar, um ofício³⁶ criticando a postura “comunista e antilusitana” do escritor, por conta de um artigo publicado no *Diário de Pernambuco* no dia 11 de agosto de 1942 com o título: “A propósito da unificação da ortografia”³⁷.

Nove meses depois, no dia 30 de abril de 1943, o Cônsul enviou um outro ofício ao Embaixador Português no Rio de Janeiro (Sr. Martinho Nobre de Mello) onde manifesta insatisfação com a organização da *I Quinzena do Livro Português* que deveria ter sido realizada no Recife. Neste documento, Anselmo nomeou o escritor Jaime Cortesão de “traidor” e Gilberto Freyre de “nocivo”, ambos “representantes das esquerdas no Brasil e opositores ao Governo de Salazar”³⁸.

Todavia, na década de 1950, no período pós Segunda Guerra Mundial, a necessidade do governo português em afirmar a unidade nacional perante as pressões externas favoráveis a autodeterminação das colônias, condicionou

³³ Manuel Alves Correia (Missionário de Espírito Santo), “Gilberto Freyre – Casa Grande e Senzala”, *Boletim da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro*, nº 22-23, julho a dezembro de 1937, p. 72-74.

³⁴ Ana Leonor Pereira, *Darwin em Portugal: Filosofia, História, Engenharia Social (1865-1914)*, Coimbra, Almedina, 2001.

³⁵ Cláudia Castelo, *O modo português...* cit, p. 80.

³⁶ Arquivo Histórico Diplomático Português, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Repartição dos Negócios Políticos Processo: 38, Assunto: Relações culturais com o Brasil, 2.º Piso, Arm. 48, Maço: 233.

³⁷ Gilberto Freyre, “A propósito da unificação da ortografia”, *Jornal Diário de Pernambuco*, agosto de 1942, p. 04.

³⁸ Arquivo Histórico Diplomático Português... cit.

o *lusotropicalismo* enquanto discurso oficial do governo salazarista. O *lusotropicalismo* caracterizaria uma suposta imunidade dos portugueses ao racismo, a sua predisposição a mestiçagem, diferentemente dos outros povos europeus, assim como sua plasticidade e vocação ecumênica.

Este conceito teria sido elaborado e manifestado primeiramente por Gilberto Freyre no início da década de 1950, em conferências que foram organizadas no livro: *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953). Entretanto, as formulações centrais da teoria lusotropicalista já se encontravam em dois textos estruturais da década de 1930, isto é, *Casa Grande & Senzala* (1933) e *Conferências na Europa* (1938)³⁹.

Conferência na Europa reuniu quatro palestras que foram apresentadas na Inglaterra e em Portugal, sendo que três delas foram lidas em Lisboa, Porto e Coimbra, em setembro de 1937. Naquela ocasião, a viagem de Gilberto Freyre a Portugal foi cancelada pelo governo brasileiro e marcada por um caráter oficial, mas por conta de um problema de saúde familiar, Freyre antecipou o retorno ao Brasil. Em meio a curta estadia na cidade de Lisboa, Gilberto Freyre concedeu uma extensa entrevista ao *Primeiro de Janeiro*. Entre os intelectuais portugueses que Gilberto Freyre mencionou na entrevista destaca “a cooperação do Dr. Nuno Simões, que não tenho ainda o prazer de conhecer pessoalmente, mas a quem devo mais de uma prova de simpatia e mais de um artigo generoso no ‘Primeiro de Janeiro’ e no ‘Diabo’ ”⁴⁰.

Muito provavelmente a própria entrevista de Gilberto Freyre ao Primeiro de Janeiro teria sido articulada por Nuno Simões. Contudo, a curta estadia de Freyre em Portugal não permitiu que os dois realizassem um importante projeto, isto é, escreverem juntos um ensaio sobre o vinho do Porto, estudo semelhante ao que Freyre havia desenvolvido sobre a cana de açúcar no Nordeste Brasileiro⁴¹. A memória de Gilberto Freyre anos mais tarde representa um importante testemunho:

“Nuno Simões – repito – já desejou muito que eu tentasse, com ele, um estudo da região do vinho do Porto: estudo semelhante ao que cheguei a esboçar

³⁹ Cláudia Castelo, “Uma incursão no lusotropicalismo de Gilberto Freyre”, Blogue de História Lusófona, ano VI, 2011a, p. 267-269 (http://www2.iict.pt/archive/doc/bHL_Ano_VI_16_Claudia_Castelo_Uma_incursao_no_lusotropicalismo.pdf)

⁴⁰ *O Primeiro de Janeiro*, 02/08/1937, p. 02.

⁴¹ O livro *Nordeste*, publicado em 1937, apresenta uma ideia geral da civilização açucareira e da sociedade patriarcal, de modo a enfatizar a importância das relações entre a natureza e a sociedade. Gilberto Freyre, *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*, São Paulo, Global Editora, 2013.

da região brasileira mais antiga da cana de açúcar, nas páginas de *Nordeste*. Essa aventura de colaboração até hoje não a conseguimos sequer iniciar. Nem ao menos as vindimas pudemos ver juntos, em 37: o ano marcado para o início do nosso estudo”⁴²

Com o passar dos anos, Freyre e Simões fortaleceram os laços de amizade. De toda a gama de intelectuais portugueses que o brasileiro se contactou, Nuno Simões foi o segundo com quem mais se correspondeu (53 cartas), atrás apenas do crítico literário Luís Forjaz Trigueiros (95 cartas) e a frente do político e sociólogo Adriano Moreira (30 correspondências)⁴³.

Conferências na Europa diferentemente de *Casa Grande & Senzala* estendia o objeto de análise do Brasil para todas as áreas de colonização portuguesa. A partir desta publicação, Gilberto Freyre transpôs o estudo de caso brasileiro ao conjunto de territórios lusófonos, isto é, o Brasil, a África e a Ásia portuguesa constituiriam uma unidade de sentimento e cultura. O caráter atribuído por Freyre na legitimação imaginária do devir *lusotropical* e os pressupostos históricos mobilizados pelo autor na definição deste conceito aparecem de forma categórica no texto: “Aspectos da influencia da mestiçagem sobre as relações sociais e de cultura entre portugueses e luso-descendentes”.

Já no primeiro parágrafo chamou a atenção para o fato de que os portugueses teriam sido colonizadores “mais brandos”, propensos à miscigenação com gentes de cor habitantes dos trópicos, devido a um conjunto de fatores de ordem religiosa, geográfica, histórico e cultural. Estas tendências teriam se disseminado por praticamente todo o império colonial português, constituindo nestas regiões uma democracia social com “unidade de sentimento e cultura”⁴⁴.

A perspectiva assumida por Freyre também carregava no caráter biológico elementos centrais na definição do português, enquanto um povo indefinido em relação aos padrões tradicionais europeus. Neste caso, o escritor entendia a raça do ponto de vista neolamarckista⁴⁵, enquanto concepção baseada na aptidão do homem para se adaptar a diferentes condições ambientais, assim como para incorporar e transmitir as características resultantes da interação com o meio.

⁴² Gilberto Freyre, *Aventura e rotina: Sugestões de uma viagem a procura das constantes portuguesas de caráter e ação*, Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1953, p. 197.

⁴³ Cláudia Castelo, “Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre”, *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios*, vol. 2, Porto, FLUP, 2000, p. 423.

⁴⁴ Gilberto Freyre, *Conferências na Europa*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde, 1938, p. 07.

⁴⁵ Ricardo Benzaquen de Araújo, *Guerra e Paz: Casa Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*, Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.

Esta indefinição étnica do português se apresentava para Freyre como estrutura fundante nos trópicos, tendo em vista a necessidade de contato e mistura com o diferente, no caso especificamente brasileiro, num primeiro momento com o indígena nativo e depois com o negro africano⁴⁶

A miscigenação estabelecida por portugueses com índios e negros teria resolvido um dos impasses centrais para a colonização portuguesa no Brasil, qual seja: a escassez populacional. Tratadas dessa maneira, Freyre justificou que o português teria uma predisposição para a colonização híbrida em decorrência de seu passado de povo indefinido entre a Europa e a África. A forte miscigenação praticada na península Ibérica povoada por judeus, celtas, africanos, mouros, além das próprias populações nativas, aliada à proximidade geográfica e climática com a África teria favorecido o êxito da colonização portuguesa nos trópicos. Com essa tese, o escritor compreendia que não apenas no Brasil haveria a formação de uma nova “raça histórica”⁴⁷ produto da especial adaptação lusitana às terras e às gentes dos trópicos, mas o próprio tronco luso seria uma “raça histórica” para o qual concorreu uma variedade imensa de grupos étnicos culturais.

A partir disto, Freyre compreendia que a ascensão social de elementos culturais provenientes dos mais diferentes grupos só foi possível frente a singular colonização brasileira, ou seja, ao se entregarem à luxúria com índias e negras, os portugueses teriam estabelecido outro aspecto democratizador nas relações étnicas do Brasil. O inverso, por exemplo, do que aconteceu na formação da América espanhola e dos ingleses na colonização da América do Norte. Segundo Freyre, a escravidão africana se diluiu na obra criadora e original portuguesa, uma vez que a miscigenação em larga escala teria suavizado as fronteiras econômicas e raciais entre senhores e escravos⁴⁸

A perspectiva familiar segue para Freyre, o mesmo padrão de entendimento, uma vez que as relações interétnicas e a conseqüente mestiçagem teriam possibilitado o amor incondicional do patriarca com mulheres e filhos, independentemente de questões raciais. Se, por um lado, o escritor considerou que dentro deste universo familiar emergiu um ambiente de abrandamento dos rigores morais, por outro, declarou ser inegável que em alguns casos, estas relações não se deram de forma romântica, mas com marcas da extrema violência do homem branco com mulheres índias e negras⁴⁹.

⁴⁶ Gilberto Freyre, *Conferências ... cit.*, p. 08.

⁴⁷ Omar Ribeiro Thomaz, *Tigres de Papel... cit.*, p. 58-59.

⁴⁸ Gilberto Freyre, *Conferências ... cit.*, p. 08-09

⁴⁹ Gilberto Freyre, *Conferências ... cit.*, p. 09-10.

Para Freyre é no seio da família patriarcal que se estabeleceu o amalgama das culturas, sendo que a raça era enfocada em termos psicológicos e enquanto predisposição capaz de atuar no processo de mestiçagem. Ao mesmo tempo, o escritor celebrava o cruzamento dos três grupos étnico-culturais da formação brasileira, subvertendo a pretensa hierarquia racial de superioridade “branca”. Para ele, a miscigenação estabelecida nas relações entre senhores e escravos teria amolecido o conflito, amortizado o racismo e constituído um processo completamente inovador, mas que até então se constituía enquanto objeto de calúnia⁵⁰.

O valor atribuído por Gilberto Freyre às relações sexuais entre os diferentes grupos étnico-raciais formadores do Brasil explica, em grande parte, o perfil da colonização portuguesa nos trópicos. Se valendo desta ideia, Freyre compreendia que a formação híbrida diluía fronteiras raciais, ao passo que desdenhava do racismo enquanto algo estrutural na sociedade brasileira. Ao justificar positivamente a mestiçagem propagada pelo português, o autor reconhecia neste empreendimento uma conduta civilizadora e eticamente superior a qualquer outra, uma vez que estes fatores conjugados teriam conduzido o Brasil há uma política voltada à assimilação e à democracia social⁵¹.

Valendo-se do conceito elaborado por Giddings, Gilberto Freyre identificava nos povos de colonização portuguesa um sentimento supranacional denominado de “consciência de espécie”⁵². A mestiçagem neste caso era reconhecida pelo autor como um elemento comum em todas as regiões e, ao mesmo tempo, um vetor estrutural de negação do racismo e da pureza étnica. Essa consciência, porém, não anulava as diferenças culturais regionais e essa realidade aparentemente paradoxal entre a parte e o todo tenderia ao equilíbrio⁵³.

Ao tomar a mestiçagem como categoria articuladora de um sentimento comum e transnacional existente nas colônias portuguesas, Gilberto Freyre acreditava que as múltiplas expressões regionais se amalgamavam numa escala mais ampla da cultura nos territórios de colonização portuguesa. A perspectiva assumida por Gilberto buscava afirmar uma posição intelectual do autor em relação à mobilização da história, a partir de pretensos pressupostos culturais que anos mais tarde legitimou-se enquanto um conceito político a serviço ideológico do Estado Novo português e que foi batizado de *lusotropicalismo*.

⁵⁰ Gilberto Freyre, *Conferências ...* cit, p. 11-12.

⁵¹ Gilberto Freyre, *Conferências ...* cit, p. 14.

⁵² Maria Lucia Garcia Pallares-Burke, *Gilberto Freyre: Um vitoriano dos trópicos*, São Paulo, Editora da UNESP, 2005, p. 373.

⁵³ Gilberto Freyre, *Conferências ...* cit, p. 19.

Considerações finais

Depois de cruzadas as três perspectivas relativas à *lusofonia*, se torna claro que as redes intelectuais constituídas em torno da Sociedade Luso-Africana, bem como o caráter relacional e os aspectos intertextuais do *panlusitanismo* e do *lusobrasileirismo* acabavam por determinar em projetos defendidos nos dois lados do atlântico. Não por acaso, nos parece interessante que as posições ideológicas articuladas na década de 1930 por Nuno Simões e pelos ideólogos e colaboradores da Sociedade Luso-Africana, em muitos aspectos, iam ao encontro a perspectiva *lusotropical* ensaiada teoricamente por Gilberto Freyre no mesmo contexto, mas que somente ganhou status político e científico duas décadas mais tarde.

Ao compactuarmos deste entendimento, consideramos que o princípio regulatório do *lusotropicalismo* não pode ser compreendido, única e exclusivamente, pelo marco fronteiro de autoria e temporalidade, ou como sugere Martins: “o que aqui se emancipa pode, ali, num outro contexto, manifestar propriedades de constrangimento, e que o contrário é também possível”⁵⁴.

Colocando em perspectiva as três categorias discutidas neste artigo, fica patente a importância de compreender as nuances contextuais travadas em torno do próprio conceito. A pesquisa histórica e sobretudo, um olhar atento à historicidade dos significados ajudam a desessencializar pensamentos e ter atenção aos desafios políticos que contemporaneamente remobilizam a *lusofonia* como estratégia da política global.

⁵⁴ Rui Cunha Martins, “O paradoxo da demarcação emancipatória: a fronteira na era da sua reprodutibilidade icônica”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 59, fevereiro 2001, p. 50.

**Sobre a utilidade da teoria na historiografia:
mobilidade de conceitos e história comparada
dos regimes políticos no século XX***

***On the usefulness of theory in historiography:
the mobility of concepts and compared history
of 20th century political regimes***

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES
DHEEAA/FLUC e CEIS20/UC
jpavelas@fl.uc.pt

Texto recebido em/Text submitted on: 11/10/2016
Texto aprovado em/Text approved on: 19/05/2017

Resumo:

Procurando contrariar uma tendência de hostilidade ao debate teórico que, em parte, marcaria a historiografia em geral e a historiografia portuguesa em particular, reflete-se, neste texto, sobre o modo como os paradigmas epistemológicos vigentes ao longo da época contemporânea influenciaram as diversas correntes historiográficas; acerca das características da historiografia enquanto ciência e das características das tecnologias derivadas da historiografia; sobre as vantagens de se utilizarem conceitos teóricos, quer para interpretar a evolução da regionalidade política em Portugal e no Brasil ao longo do século XX, quer para comparar essas duas com outras experiências históricas nacionais.

Abstract:

Seeking to run counter the hostility trend against the theoretical discussion that would, in part, mark historiography in general and Portuguese historiography in particular, the present paper addresses how the epistemological paradigms existing in the contemporary era influenced different historiographic currents; the characteristics of historiography as a science and that of the technologies derived from historiography; the advantages of using theoretical concepts, either to interpret the development of political regionality in Portugal and Brazil in the 20th century, or to compare the two with other national historical experiences.

* Artigo resultante da adaptação dos textos da Conferência *O Estado Novo português: solução inevitável?*, do texto da intervenção na Mesa Redonda “Os fascismos e os Estados Novos”, do roteiro do Mini-Curso *Estado Novo, autoritarismo e totalitarismo*, assegurados no âmbito do Colóquio Internacional Brasil/Portugal: ditaduras, transições e democracias (Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, 06/04/15-10/10/15).

Quanto aos fenómenos políticos propriamente ditos, defende-se a operatividade de uma tipologia de regimes – das monarquias absolutas de direito divino e carácter corporativo às democracias – que permitirá abarcar o essencial das realidades empíricas ocorridas ao longo da época contemporânea, tanto em Portugal e no Brasil (na Europa do Sul e na América Latina em geral), como à escala global. Evocam-se, ainda, categorias teóricas potenciadoras da análise, por um lado, dos níveis de privação de direitos de participação política efetiva tendo em conta critérios de natureza étnica e/ou religiosa; por outro, do modo como foram sendo configurados os sistemas de relações internacionais nos quais Portugal e o Brasil estiveram ou estão integrados.

Palavras-chave: Conceitos teóricos; Ciência; Tecnologia; Regimes políticos; História comparada.

As for political phenomena itself, it is argued that the operability of a typology of regimes – from absolute monarchies of divine right and corporate character to democracies – which will make it possible to address the empirical realities in the contemporary era in Portugal and Brazil (in Southern Europe and Latin America overall), and on a global scale. We also evoke theoretical categories that enhance, on the one hand, the analysis of the levels of deprivation of rights of effective political participation taking into account ethnic and/or religious criteria; on the other hand, how the international relations systems in which Portugal and Brazil were or are integrated are being configured.

Keywords: Theoretical concepts; Science; Technology; Political regimes; Compared history.

Introdução¹

Pelo menos em Portugal – e, eventualmente, no Brasil –, a historiografia será, talvez, a ciência social na qual menos relevância se atribui às questões teóricas. Ao contrário da economia e da geografia, da sociologia e da antropologia, da psicologia e da linguística, a historiografia (a história, a arqueologia e a história da arte) procuraria abarcar a totalidade da experiência humana no espaço e no tempo; privilegiaria as transformações em alternativa às permanências, as sequelas das intervenções individuais em alternativa às implicações das ações coletivas. Daí resultaria a inutilidade de aplicar modelos globalizantes, de procurar encontrar continuidades universais numa realidade tida como intrinsecamente fracionada, decorrente de mudanças tantas vezes aleatórias.

Muitos historiadores consideram, mesmo, que um aparato teórico é, quase sempre, um obstáculo ao estabelecimento de relações deontologicamente corretas entre sujeito e objeto de estudo; uma forma encapotada de subordinar a atividade de produção, divulgação e aplicação de conhecimento a uma determinada agenda ideológica. Para serem objetivos e operatórios, os investigadores, professores e outros técnicos com formação em história deveriam focalizar-se, quer nos aspetos metodológicos, quer na reconstituição e análise de dados empíricos; deveriam deixar-se surpreender pelas especificidades diferenciadoras de cada vetor e de cada etapa da realidade em observação.

Face, quer à extrema complexidade das temáticas abordadas pela historiografia, quer ao inultrapassável correlacionamento entre os atores históricos e os investigadores, quaisquer tentativas de interpretar e comparar sociedades humanas partindo de conceitos teóricos tendencialmente universais e intemporais teria resultado e continuaria a implicar a elaboração de discursos sobretudo ideológicos. Ideológicos porque apriorísticos e generalistas ou vagos, ignorando muita da pluralidade e das contradições próprias das sociedades humanas. Ideológicos porque antes de mais empenhados em utilizar vestígios

¹ Cfr., nomeadamente, Guy Bourd é e Hervé Martin, *As escolas históricas* (trad. do francês), Mem Martins, Publicações Europa-América, 1990; Fernando Catroga, *Memória, história e historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001; *Fazer história* (trad. do francês), 3 volumes, Amadora, Livraria Bertrand, 1977-1987; Marc Ferro, *L'histoire sous surveillance. Science et conscience de l'histoire*, Paris, Calman-Lévy, 1985; Adérito Sedas Nunes, “Questões preliminares sobre as ciências sociais”, *Análise Social*, vol. VIII, n.º 30/31, 1970, p. 201-298; *Revista de História Jerónimo Zurita*, n.º 71, 1995, p. 4-345 (“La historiografia en el horizonte del año 2000”); Luís Reis Torgal, *História e ideologia*, Coimbra, Livraria Minerva, 1989; Enzo Traverso, *O passado, modos de usar* (trad. do francês), Lisboa, Edições Unipop, 2012.

avulso da realidade para legitimar certas leituras acerca da e determinadas propostas de intervenção na mesma.

Hegemónicas durante o longo período de predomínio do “paradigma moderno” – consubstanciado em correntes historiográficas como as ‘escolas’ metódica, historicista ou romântica, positivista, marxista, irracionalista providencialista, historicista neo-metódica –, questionadas pelos proponentes do “paradigma neo-moderno” – idealistas críticos, protagonistas da história institucional e política clássica, da história económica e social clássica, da história nova, da história estruturalista, marxistas críticos – e uma vez mais assumidas pelos cultores do “paradigma pós-moderno” – nova história económica, historiografia neo-narrativista –, as ideias em causa mantiveram uma influência ainda maior nos âmbitos do ensino, da formação e da divulgação da história.

Viso, assim, neste artigo, contraditar muitas das conceções antes sintetizadas e, de alguma forma, com influência significativa no Portugal atual (talvez também no Brasil). Adoto os fundamentos do “paradigma neo-moderno”; os pressupostos deontológicos e epistemológicos da história nova. Defendo que, à semelhança de todas as outras ciências, a historiografia pode gerar conhecimento objetivante acerca das temáticas que circunscreve. Deve-se, para o efeito, limitar e/ou mobilizar os componentes ideológicos em presença recorrendo a pressupostos deontológicos e epistemológicos, a conceitos e a metodologias operatórios; concretizando tarefas de reconstituição de dados empíricos e de interpretação. Para além dos historiadores, também os outros cientistas e as sociedades em geral são responsáveis por gerar um ambiente de debate científico, cultural e cívico que promova, em cada momento, o aprofundamento do “máximo de conhecimento possível”.

Dada a importância dos fenómenos político-institucionais, tendo em conta a natureza simultaneamente nacional e global da regionalidade em causa, perante as respetivas implicações ideológicas nos nossos dias, assumo que a história dos regimes políticos no século XX é uma amostra pertinente quando se pretende argumentar acerca das virtualidades da ligação entre reflexão teórica e atividade historiográfica. Focalizo a atenção nos casos português e brasileiro, Estados semiperiféricos ou periféricos marcados pela presença de soluções demoliberais e democráticas, mas, também, de figurinos ditatoriais (autoritários e/ou totalitários) e de processos de transição.

Conceitos teóricos e paradigmas epistemológicos²

Parto do princípio de que, ao longo da época contemporânea e até ao momento, as sociedades ocidentais e ocidentalizadas geraram três modalidades nucleares de produção, caracterização e valoração da cultura erudita: o “paradigma moderno”, o “paradigma pós-moderno” e o “paradigma neo-moderno”. Estruturado ainda no Antigo Regime (entre o Renascimento e os séculos XVII/XVIII) mas tendo atingido a hegemonia nos séculos XIX e XX, o “paradigma moderno” proclamou a especificidade, autonomia e superioridade do conhecimento científico e tecnológico, adjetivado como objetivo, neutro e equivalente à realidade porque baseado numa permanente aferição teórica e metodológica. Afirmou, ainda, a capacidade da ciência e da tecnologia para, no médio prazo, encontrar formas de resolver o essencial dos problemas decorrentes do relacionamento entre os seres humanos e a natureza; as vantagens de pautar a governação das comunidades humanas pela “aplicação das descobertas da ciência”.

Lembro, a este último propósito, que a generalidade das grandes mundividências e correntes ideológicas da época contemporânea se apresentaram como cientismos, ou seja, enquanto propósitos universalmente válidos e verdades indiscutíveis por derivarem diretamente de “conclusões científicas”. Associando maiores ou menores graus de intolerância, detetam-se as citadas características, por exemplo, no darwinismo social, no nacionalismo e no internacionalismo; no liberalismo, no positivismo, no socialismo, na democracia cristã e no fascismo. As derivas autoritárias e totalitárias de muitos destes cientismos, os problemas sociais e ambientais entretanto agravados, as potencialidades reafirmadas por outros saberes contribuíram, precisamente, para a crise do “paradigma moderno” e para o eclodir da “rutura pós-moderna”.

Emergente na segunda metade da década de 1960, o “paradigma pós-moderno” surge, pois, enquanto reação aos bloqueios e insucessos do

² Cfr., entre outros, Maria de Fátima Bonifácio, “O abençoado retorno da velha história”, *Análise Social*, vol. XXVIII, n.º 122, 1993 (3.º), p. 623-630; Fernando Catroga, “Caminhos do fim da história”, *Revista de História das Ideias*, vol. 23, 2002, p. 131-234; António Manuel Hespanha, “História e sistema: interrogações à historiografia pós-moderna”, *Ler História*, n.º 9, 1986, p. 65-84; Frederic Jameson, *Postmodernism or the cultural logic of late capitalism*, Durham, Duke University Press, 1991; João Paulo Avelãs Nunes, “Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do Nuevo Estado”, *População e Sociedade*, n.º 8, 2002, p. 73-101; Boaventura Sousa Santos, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Edições Afrontamento, 1989; Gianni Vattimo, *O fim da modernidade. Nihilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna*, Lisboa, Editorial Presença, 1987.

“paradigma moderno”: insuficiente complexidade epistemológica, arrogância e isolamento face a outros saberes, disponibilidade para a instrumentalização político-ideológica. Seria, aparentemente, uma crítica radical às funções desempenhadas pela cultura erudita no âmbito da economia-mundo capitalista. Estar-se-á, no entanto, provavelmente, face a um fenómeno mais complexo. Quer a vertente mais subjetivista ou irracionalista, quer a componente neo-empirista da pós-modernidade acabam por assumir a inviabilidade ou a ilegitimidade de qualquer tentativa de interpretação e de transformação estrutural da realidade social, o que redundava no aceitar da reprodução do atual equilíbrio civilizacional (predomínio da cultura de massas, do capitalismo pós-keynesiano globalizado, de um sistema de relações internacionais multipolar, mas mais unilateral do que multilateral).

Menos facilmente identificável, o esforço de apresentação do “paradigma neo-moderno” (anos 1990) pretendeu contestar os aspetos encarados como negativos no “paradigma moderno” e, em simultâneo, recusar os excessos subjetivistas e empiristas do “paradigma pós-moderno”. Tem-se pugnado pelo reconhecimento da importância do debate deontológico e epistemológico, teórico e metodológico, cultural e cívico; das potencialidades e das limitações do conhecimento científico e tecnológico, apenas capaz de esforços de objetivação e de operatividade temporária e parcialmente válidos; das identidades próprias e da utilidade social dos outros saberes; das implicações sociais negativas ou dramáticas de muitos dos cientismos; das sequelas mistificadoras, quer do niilismo subjetivista, quer da pretensa neutralidade/objetividade do neo-empirismo.

No que concerne à historiografia, a respetiva periodização difere, em parte, daquela que é proposta, em termos globais, para os paradigmas epistemológicos. Se, por um lado, se verifica uma coincidência temporal quanto ao “paradigma moderno” – o qual esteve na base das correntes metódica, historicista ou romântica, positivista, marxista, irracionalista providencialista e historicista neo-metódica –, o mesmo não aconteceu com a pós-modernidade e com a neo-modernidade. Decorrentes do que viria a ser “paradigma neo-moderno”, o idealismo crítico, o marxismo crítico, a história institucional e política clássica, a história económica e social clássica, a história nova e a história estruturalista surgem a partir da década de 1930. Contestam aspetos nucleares das “historiografias modernas” antes mesmo da “rutura pós-moderna”. Por sua vez, a nova história económica e a historiografia neo-narrativista, tributárias do “paradigma pós-moderno”, opõem-se mais às “historiografias-neomodernas” do que às derivações do “paradigma moderno”.

Complementarmente, parte substancial das ‘escolas’ historiográficas associadas aos vários paradigmas epistemológicos desvalorizou, mais do que

nas outras ciências (da natureza e sociais), a importância dos conceitos teóricos no esforço de produção de discursos objetivantes e operatórios sobre a realidade. Exceção feita ao positivismo, essa mesma tendência é, por definição, bastante marcada nas correntes associadas ao “paradigma moderno” e ao “paradigma pós-moderno”. Mesmo as “historiografias-neomodernas” (salvo as correntes marxista crítica e estruturalista) acabaram por negligenciar a relevância do debate teórico. Salientam-se os exemplos da historiografia marxista – na qual, muitas vezes, a reflexão teórica foi substituída por exercícios retóricos de cariz ideológico – e da história nova, quase sempre timorata ou sincrética no que diz respeito à utilização de modelos abstratos de âmbito geral.

Ciência, ideologia e interesses sociais³

Adotando-se os pressupostos do “paradigma neo-moderno”, o correlacionamento entre ciência e ideologia – na terminologia dos outros paradigmas epistemológicos, o correlacionamento entre “conhecimento objetivo e neutro” e interesses (individuais, grupais, organizacionais, nacionais, etc.) – deixaria de ser encarado como um mal absoluto a limitar tanto quanto possível (“paradigma moderno”) ou, na perspetiva do “paradigma pós-moderno”, enquanto inevitabilidade a aceitar de forma não valorativa e apenas atenuável para determinadas vertentes da realidade, empiricamente acessíveis ou reconstituíveis através de modelos matemáticos. Algo de semelhante se aplicaria às características das e às ligações entre ciências e tecnologias, abandonando-se as perspetivas de que estas últimas seriam saberes indiscutíveis de aplicação necessária ou, em alternativa, instrumentos de controlo geradores de violência,

³ Cfr., nomeadamente, Fernando Martins, “Historiografia, biografia e ética”, *Análise Social*, n.º 171, 2004, p. 391-408; José Mattoso, *A Escrita da História. Teoria e Métodos*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988; João Paulo Avelãs Nunes, “A ‘boa propaganda’, a ‘má propaganda’ e o ensino da História”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXIX, 2007, p. 165-182; João Paulo Avelãs Nunes, “O Estado, a historiografia e outras ciências/tecnologias sociais”, João Paulo Avelãs Nunes e Américo Freire (coord.), *Historiografias portuguesa e brasileira no século XX. Olhares cruzados*, Coimbra, IUC, 2013, p. 53-79; João Paulo Avelãs Nunes, “A memória histórica enquanto tecnologia. Estado Novo, desenvolvimento e democracia”, Irene Flunser Pimentel e Maria Inácia Rezola (coord.), *Democracia, ditadura: memória e justiça política*, Lisboa, Edições Tinta da China, 2013, p. 363-384; João Paulo Avelãs Nunes, “Investigação historiográfica e ensino da História. Reflexões em didática da História a propósito das Metas Curriculares”, *Revista Portuguesa de História*, t. 46, 2015, p. 487-507; Rui Ramos, “A causa da história do ponto de vista político”, *Penélope*, n.º 3, 1991, p. 27-47; Martin Roberts (ed.), *After de wall. History teaching in Europe (1989-2003)*, Hamburgo, Koerber Foundation, 2004; Luís Reis Torgal e outros, *História da história em Portugal (séculos XIX-XX)*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

nomeadamente quando baseados em modelos teóricos globalizantes e de matriz qualitativa.

Defendo, assim, que, por um lado, em termos abstratos, ciência e ideologia são categorias diferentes e quase incompatíveis. Enquanto a primeira visa produzir e divulgar conhecimento acerca da realidade, a segunda pretende conseguir apoio para uma determinada leitura sobre a mesma. Se para a ciência a aproximação ao objeto de estudo é essencial, na perspetiva da ideologia o fundamental está na competência para adquirir e manter apoios. Por outro lado, em todas as áreas científicas, qualquer sujeito de conhecimento só pode atuar se partir da sua visão idiossincrática, ou seja, do somatório das suas experiências, valores e conhecimentos. Reconhece-se, também, que, inúmeras vezes, não só os vetores ideológicos não impedem o conhecimento da realidade como estão na origem de avanços significativos em várias áreas de saber.

Perante um tal acréscimo dos graus de indefinição e de exigência inerentes ao universo da ciência, torna-se decisivo apostar no aprofundar da reflexão deontológica e epistemológica, teórica e metodológica, cultural e cívica, condição necessária para o reforço da capacidade de fazer, em cada momento e para cada problemática, as escolhas mais operatórias. Trata-se de gerar conhecimento o mais objetivante possível, temporariamente válido e adequado para a estruturação de soluções tecnológicas eficazes, fruto da combinação coerente de elementos culturais e ideológicos, de pressupostos deontológicos e epistemológicos, de conceitos e de métodos de investigação com origens mais ou menos diferentes. Implica uma abordagem interdisciplinar e não sistémica nem empirista, socialmente empenhada, mas não sectária. Decorre de um acrescido esforço para produzir aproximações à realidade numa etapa marcada pela implosão da generalidade das certezas herdadas do “paradigma moderno”.

Relativamente às tecnologias de base científica, começo por salientar que podem ser geradas tanto a partir das ciências da natureza como das ciências sociais. Recuso, em seguida, as tentações cientistas, ou seja, quaisquer possibilidades de apresentação de hipóteses de solução para problemas sociais como caminhos únicos e inevitáveis porque baseados em conclusões científicas (absolutas e definitivas, neutras e benignas). Se, mau grado todas as limitações reconhecias e cautelas introduzidas, as ciências continuam a procurar conhecer a realidade, as tecnologias visam transformar o existente em algo diferente. Lidam, pois, intrinsecamente, quer com conhecimento científico estabilizado, quer com opções cívico-ideológicas (concepções, necessidades, interesses, avaliações de custo/benefício).

Evoco, a título ilustrativo, exemplos de tecnologias associadas ou relacionáveis com a historiografia, nomeadamente a didática e a divulgação

da história, o património cultural e a museologia, o planeamento do território e a gestão urbanística, a cultura organizacional e a publicidade/o *marketing*, o turismo e a animação culturais. Em todos estes – e em diversos outros – âmbitos de análise e de intervenção, deparamos com a presença, tanto de resultados da atividade de várias comunidades científicas, tecnológicas e de outros saberes (historiografia, psicologia, ciências da educação, sociologia, antropologia, ciência política, ciência da informação, ciências da comunicação, geografia, economia e gestão, engenharias, arquitetura, turismo, etc.), como de formas diferentes ou alternativas de encarar, nomeadamente, os indivíduos e as sociedades, os sistemas de ensino e o ensino da História, as memórias históricas e as identidades culturais, o património cultural e os museus, a utilização do território e a evolução dos espaços urbanos, as instituições públicas e as organizações privadas.

Em termos gerais e, de forma acrescida, à luz dos princípios do “paradigma neo-moderno”, penso que a historiografia e as tecnologias dela derivadas dependem, para ampliar os respetivos níveis de objetivação e de operatividade, do reforço do debate teórico, isto é, da explicitação de procedimentos de utilização de conceitos e do considerar da relevância de um determinado conjunto de categorias para a análise de cada objeto de estudo. Assumo, finalmente, que um conceito é um instrumento teórico que tem por objetivos ajudar a reconstituir, entender e comparar objetos de estudo complexos – as problemáticas delimitadas e os respetivos enquadramentos –, não uma listagem exaustiva de características empíricas de presença supostamente obrigatória.

Tipologia de regimes políticos⁴

Correndo, embora, o risco de simplificar, adoto a proposta de periodização segundo a qual a época contemporânea teve início, antes de mais por influência da Holanda, da Inglaterra, dos EUA e de França, na segunda metade do

⁴ Cfr., entre outros, Martin Blinkhorn (ed.), *Fascists and conservatives*, Londres, Unwin Hyman, 1990; Boris Fausto e Fernando J. Devoto, *Brasil e Argentina. Um ensaio de história comparada (1850-2002)*, São Paulo, Editora 34, 2005, 2.^a edição; Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), *O Brasil republicano*, 4 volumes, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003; António Manuel Hespanha, “Os modelos jurídicos do liberalismo, do fascismo e do Estado social. Continuidades e rupturas”, *Análise Social*, vol. XXXVII, n.º 165, Inverno de 2003, p. 1285-1302; João Paulo Avelãs Nunes, “Tipologias de regimes políticos. Para uma leitura neo-moderna do Estado Novo e do *Nuevo Estado*”, *População e Sociedade*, n.º 8, 2002, p. 73-101; René Rémond, *Introdução à história do nosso tempo* (trad. do francês), Lisboa, Gradiva, 1994.

século XVIII. Ocorreram, então, transformações profundas nos planos político, cultural, social e económico: emergência do liberalismo, do nacionalismo e do colonialismo; consolidação do domínio do iluminismo e dos cientismos no âmbito da cultura erudita; estruturação de sociedades de classes, de burguesias e classes médias, operários e camponeses; industrialização, urbanização e afirmação da economia-mundo capitalista (com centros, semiperiferias e periferias).

Desde o século XVIII até aos nossos dias, face a condicionamentos nacionais e tendo em conta modalidades de integração em sistemas de relações internacionais, é possível identificar um grande número de situações diferentes no que à história política diz respeito. A tipologia de regimes políticos com a qual concordo viabiliza, precisamente, o agrupamento da enorme variedade inicial de realidades concretas num número limitado de categorias; a comparação dialéctica, não apenas funcional, entre objetos de estudo oriundos de vários espaços nacionais e conjunturas epocais; a elucidação do correlacionamento entre sistemas políticos e interesses sociais, entre equilíbrios nacionais e contextos internacionais.

Partindo dos figurinos políticos existentes nos séculos XV a XVIII, referem-se as monarquias absolutas de direito divino e carácter corporativo, os parlamentarismos plutocráticos e os despotismos esclarecidos. Enquanto o primeiro modelo enquadra a maioria das soluções vigentes durante a época moderna na Europa e na Ásia, o segundo corresponde às primeiras alternativas de cariz protoliberal, verificadas em países como a Holanda e a Inglaterra. Por sua vez, o terceiro conceito corresponde a tentativas de modernização parcelar e de reforço da eficácia dos aparelhos político-administrativos das monarquias absolutas sem alteração das suas próprias fontes de legitimidade e dos equilíbrios essenciais das sociedades de Antigo Regime.

Já em plena época contemporânea, inicialmente para a Europa e para a América, depois, à medida que ocorreram processos de autodeterminação e de independência, também para a Ásia e para África, propõem-se as categorias de liberalismo conservador, monarquia autocrática, demoliberalismo, autoritarismo, democracia e totalitarismo. A quase totalidade dos conceitos em apreço poderá ser cruzada com os modelos de “regime segregacionista” – o qual começou por ser designado como “regime de independência branca” por ter surgido associado ao estudo da República da África do Sul e da República da Rodésia – ou de “regime não segregacionista”. Estas últimas duas categorias permitem considerar as situações em que os direitos de participação política efetiva são, ou não, (informal ou formal, parcial ou integralmente) negados tendo em conta argumentos de natureza étnica e/ou religiosa.

Numa abordagem superficial, dir-se-ia que, por terem origem nos revolucionários princípios liberais, os regimes liberais conservadores, demoliberais e democráticos seriam quase idênticos. Em sentido inverso, a ligação aos valores antiliberais tornaria semelhantes as monarquias autocráticas, os autoritarismos e os totalitarismos. Apesar de operatórios, os raciocínios em causa não devem levar a que se ignorem, quer vectores de diferenciação, quer outros elementos de caracterização, como a competição entre países, correntes e soluções políticas; a radicalização gerada por conflitos militares e por mudanças políticas violentas; as sequelas de crises económicas e sociais e da rivalidade entre grupos nacionais, étnicos e religiosos.

Fruto da aplicação e, ao mesmo tempo, da derrogação de muitos dos valores liberais, os regimes liberais conservadores implicaram, nomeadamente, a separação entre “cidadãos ativos”, “cidadãos passivos” – mulheres, pobres, analfabetos – e “não cidadãos” (escravos e/ou outros seres humanos considerados “inferiores” segundo critérios “rácicos”, “civilizacionais”, médicos ou judiciais); o não reconhecimento de direitos políticos formais à maioria da população de cada país. Teriam, igualmente, acarretado a aparente limitação dos Estados às funções de soberania e de regulação jurídica preventiva ou coerciva; o agravamento dos níveis de precariedade que marcavam a vida dos indivíduos; a ilegalização e a repressão de grande parte das formas de organização socio-laboral das classes populares.

Decorrentes, por um lado, da argumentação e da combatividade dos excluídos pelos regimes liberais conservadores ou por soluções políticas antiliberais; por outro, das cedências negociadas por quem monopolizava o acesso formal ao poder político, os demoliberalismos e as democracias acarretam progressivos alargamentos de direitos, responsabilidades, mecanismos de enquadramento e modalidades de controlo. Ampliou-se ou universalizou-se e viabilizou-se a participação política formal; explicitaram-se mais direitos de cariz jurídico-político, económico, social e cultural; reforçaram-se as competências dos Estados e a dimensão das respetivas estruturas administrativas; reabilitaram-se as “sociedades-providência” e evoluiu-se no sentido da estruturação de “Estados-Providência”; legalizaram-se e integraram-se os sindicatos (no seguimento do que já acontecia com as organizações empresariais/patronais e com as associações de profissionais liberais).

À semelhança dos despotismos esclarecidos, o conceito de monarquia autocrática ajuda a compreender estratégias de transformação social global que, partindo de monarquias absolutas, procuram estruturar Estados-Nação capazes de competir com as novas soluções políticas (liberais conservadoras, demoliberais ou democráticas). Nessas etapas, a adoção de modelos político-

-administrativos contemporâneos – “sociedades civis” e Parlamentos; Governos e Forças Armadas; sistemas judiciais e Forças Policiais; sistemas fiscais e aduaneiros; políticas económico-sociais e, por vezes, administrações coloniais; sistemas de investigação/ensino e políticas de memória/identidade (discursos historiográficos e comemorações histórico-patrióticas, monumentos e museus, estatutária e toponímia, etc.) – coexiste com a legitimação divina da soberania do monarca, com ausência de separação e de limitação constitucional do exercício dos poderes legislativo, executivo e judicial.

Uma vez que assumem uma natureza ditatorial, os regimes autoritários – conservadores ou modernizadores; de direita, centro ou esquerda – pressupõem, explícita e formalmente, a privação de direitos político-jurídicos. Visam promover o regresso à “normalidade”, interrompendo para o efeito situações tidas como massivamente disfuncionais; pretendem garantir a construção de novos equilíbrios, superando resistências encaradas como generalizadas. Impõem, pois, de forma temporária e parcial, tanto a reserva da capacidade de formulação de alternativas e de decisão para determinadas elites ou para segmentos mais amplos das populações dos países em causa, como a utilização de antigas e de novas modalidades de repressão (sobretudo punitiva) e de enquadramento.

Diferentemente, as ditaduras totalitárias – tradicionalistas, conservadoras e/ou modernizadoras; de extrema direita ou de extrema esquerda – implicam um diagnóstico prévio de ameaça total e continuada à sobrevivência das comunidades políticas em causa; a diabolização das concepções e práticas alternativas, apresentadas como sendo de origem estrangeira e maligna mas contando com apoios internos; a certeza quanto à validade absoluta do ideário proclamado, garantida pela ciência, pela filosofia, pela religião e/ou pelo senso comum. Prometem a “regeneração integral” dos Estados em apreço, a alcançar através da recuperação de soluções que no passado já teriam assegurado harmonia e grandeza (“utopias regressivas”) e/ou da antecipação do concretizar de futuros pré-determinados.

Surgem, pois, os totalitarismos como respostas permanentes e definitivas – porque decorrentes da suposta identidade e das necessidades estruturais dos agregados humanos envolvidos (países e/ou nações, grupos étnicos e/ou religiosos, grupos sociais, etc.) – aos fatores de degradação (desagregação, subordinação, implosão) e/ou às potencialidades de realização plena (nos planos do sistema de relações internacionais, das relações interétnicas e inter-religiosas, das relações sociais, etc.) que teriam acompanhado os processos de construção da contemporaneidade. A justificação para o ampliar, qualitativo e quantitativo, dos níveis de enquadramento – neutralizador ou mobilizador – e de

repressão – preventiva e punitiva – decorreria dos graus de violência impostos pelos inimigos internos e externos, do carácter patológico das outras correntes ideológicas e das respectivas consequências, da obrigação e da urgência de fazer evoluir as sociedades no sentido supostamente demonstrado pelos vários saberes evocados.

Reconhecendo-se que as características dos regimes de matriz liberal e das ditaduras são substancialmente diferentes e, muitas vezes, opostas, será eficaz reconhecer as virtualidades de uma abordagem autónoma dos processos de transição e/ou de mudança revolucionária entre soluções políticas associadas a cada um dos referidos subuniversos. No que concerne à mutação de soluções de origem liberal para ditaduras, o conceito de transição deverá integrar, entre outras, variáveis como a cooptação por parte das elites tradicionais ou a intervenção militar; as estratégias de transformação explícitas e rápidas ou subliminares e lentas; a incorporação simultânea de propostas e de modalidades de intervenção de direita, centro e esquerda. Quanto às evoluções em sentido contrário, interessará considerar questões como a memória da violência e a “justiça transicional”; o grau de desmantelamento das estruturas ditatoriais e a sua substituição por figurinos liberais conservadores, demoliberais ou democráticos; a capacidade de os novos regimes se legitimarem e de ampliarem as respectivas bases sociais de apoio.

Os casos português e brasileiro⁵

No último quartel do século XIX e ao longo do século XX, Portugal e o Brasil conheceram sucessivas modalidades de configuração político-institucional, decorrentes dos respectivos equilíbrios sociais e tradições ideológico-organizacionais; das interações com outras Nações, nomeadamente

⁵ Cfr., nomeadamente, Maria das Graças Ataíde de Almeida, *A construção da verdade autoritária (1937-1945)*, São Paulo, USP/Humanidades, 2001; Fernando Catroga, “Transição e ditadura em Portugal nos primórdios do século XX”, Rui Cunha Martins (coord.), *Portugal 1974. Transição política em perspectiva histórica*, Coimbra, IUC, 2011, p. 31-95; Manuel Braga da Cruz, *O partido e o Estado no salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988; Gilvan Veiga Dockhorn, *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2015; Gilvan Veiga Dockhorn, *Saudades do futuro (1974-1985)*, Santa Maria, UFSM, 2015; Roger Griffin, *The nature of fascism*, Londres, Routledge, 1996, 3.^a edição; Roger Griffin, *Modernism and fascism*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2007; Eric Hobsbawm, *A era dos extremos. História breve do século XX (1914-1991)* (trad. do inglês), Lisboa, Editorial Presença, 1996; Stephen J. Lee, *The european dictatorships (1918-1945)*, Londres, Routledge, 1996, 9.^a edição; Juan J. Linz, *Totalitarian and authoritarian regimes*, Londres, Lynne Rienner, 2000; Manuel Loff, “Los regímenes autoritarios”, *Ayer*, n.º 37, 2000, p. 125-162; Manuel Loff,

com os Estados preponderantes no sistema de relações internacionais e com países vizinhos; das sequelas dos grandes conflitos militares (Primeira Grande Guerra, Guerra Civil de Espanha e Segunda Guerra Mundial, “Guerra

“O novo século é fascista!”. *O Mundo visto por Salazar e Franco (1936-1945)*, Porto, Campo das Letras, 2008; Manuel de Lucena, *A evolução do sistema corporativo português*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, vol. 1, 1976; João Madeira e outros, *Vítimas de Salazar: Estado Novo e violência política*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007; Dalila Cabrita Mateus, *A PIDE/DGS na guerra colonial (1961-1974)*, Lisboa, Terramar, 2004; João Paulo Avelãs Nunes, “Funções da legislação no Estado Novo português (1926-1974)”, *Estado, direito e ética. Ensaio sobre questões da nossa época*, Nilson Borges Filho e Fernando Filgueiras (org.), Juiz de Fora, Granbery Edições, 2007, p. 31-50; João Paulo Avelãs Nunes, “Progresso, ordem, crise e regeneração: do Ultimato à Ditadura Militar”, *Biblos*, 2.^a Série, vol. X, 2012, p. 117-130; João Paulo Avelãs Nunes, “A Primeira Grande Guerra, a emergência das massas e a (in)adaptação dos sistemas políticos”, *Revista Portuguesa de História*, t. 45, 2014, p. 39-52; Richard Overy, *Os ditadores. A Alemanha de Hitler e a Rússia de Estaline* (trad. do inglês), Venda Nova, Bertrand Editora, 2005; Stanley G. Payne, *Fascism: comparison and definition*, Madison, University of Wisconsin Press, 1980; Stanley G. Payne, “‘Fascism’ or ‘Bureaucratic authoritarianism’?”, *Estudos de homenagem a A. H. de Oliveira Marques*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, vol. II, p. 523-531; Stanley G. Payne, “Fascismo, modernismo, modernização”, *Penélope*, n.º 11, 1993, p. 85-102; Irene Flunser Pimentel, *A história da PIDE*, Lisboa, Temas & Debates, 2007; António Costa Pinto, *O salazarismo e o fascismo*, Lisboa, Editorial Estampa, 1992; António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994; António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira (coord.), *A Primeira República entre o liberalismo e o autoritarismo*, Lisboa, Edições Colibri, 2000; António Costa Pinto (dir.), *Portugal contemporâneo* (trad. do inglês), Madrid, Edições Sequitur, 2000; António Costa Pinto (coord.), *Rethinking the nature of fascism: comparative perspectives*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan, 2010; António Costa Pinto (org.), *Governar em ditadura. Elites e decisão política nas ditaduras da era do fascismo*, Lisboa, ICS, 2012; Dawn Linda Raby, *Resistência antifascista em Portugal (1941-1974)* (trad. do inglês), Lisboa, Edições Salamandra, 1990; Rui Ramos, *A segunda fundação (1890-1926)*, José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. 6; Rui Ramos, “Foi a Primeira República um regime liberal?”, Manuel Baião (ed.), *Elites e poder: a crise do sistema liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Edições Colibri e CIDEHUS/UE, 2004, p. 185-246; Maria da Conceição Ribeiro, *A polícia política do Estado Novo (1926-1945)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995; Fernando Rosas (coord.), *O Estado Novo (1926-1974)*, José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, vol. 7, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994; Fernando Rosas, “O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo”, *Análise Social*, n.º 157, 2001, p. 1031-1054; Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009; Fernando Rosas, *Salazar e o poder: a arte de saber durar*, Lisboa, Tinta da China, 2012; Henry Rousso (dir.), *Stalinisme et nazisme. Histoire et mémoire comparées*, Bruxelas, Éditions Complexe, 1999; António José Telo e Hipólito de la Torre Gómez, *Portugal e a Espanha nos sistemas internacionais contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000; Luís Reis Torgal, *Estados novos, Estado Novo: ensaios de história política e cultural*, 2 volumes, Coimbra, IUC, 2009; Vasco Pulido Valente, “Revoluções: a «República Velha» (ensaio de interpretação política)”, *Análise Social*, n.º 115, 1992, p. 7-63.

Fria”). As permanências e as transformações verificadas em Portugal, na regionalidade em apreço, decorreram, ainda, do facto de, enquanto “metrópole” com “ilhas adjacentes”, tutelar “territórios não autónomos” (“colónias” ou “províncias ultramarinas”).

Podendo ser classificado como país semiperiférico ou de desenvolvimento intermédio, Portugal foi, no período em apreço, antes de mais influenciado por Espanha, pela Grã-Bretanha/Reino Unido e pela França, pela Alemanha e pelos EUA, pela Itália e pela Rússia/URSS. A Grã-Bretanha/Reino Unido (até 1939) e os EUA (a partir de 1945) desempenharam a função de potência dominante do sistema de relações internacionais e, nomeadamente, das zonas do globo relevantes para Lisboa. No essencial – apesar de algumas exceções –, Londres e Washington condicionaram e apoiaram as opções externas lusas sem interferir nas respetivas escolhas político-institucionais internas. Durante a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha pretendeu substituir o Reino Unido e o Estado Novo de António de Oliveira Salazar procurou adaptar-se a essa possibilidade e/ou ameaça.

Enquanto país vizinho de maior dimensão, Espanha continuou a ser, até à integração de ambos os Estados na CEE/UE, um misto de parceiro cuja estabilidade interessava apoiar – por razões económico-financeiras, mas, essencialmente, para evitar que servisse de espaço de sustentação a organizações políticas portuguesas oposicionistas – e de ameaça de anexação ou de subordinação geoestratégica. A Alemanha (de 1871 a 1939), a Itália (de 1922 a 1943) e a Rússia/URSS (a partir de 1917) foram encarados como exemplos a seguir parcialmente em termos de organização política interna (Alemanha e Itália) ou como arquétipo de regime maligno (Rússia/URSS). Aparentando, embora, constituir a principal referência cultural e político-ideológica para as elites portuguesas, dada a sua posição secundária ao lado da Grã-Bretanha/Reino Unido e dos EUA (“potências marítimas”), face ao seu perfil de “potência continental”, a França adotou sempre um registo de complementaridade.

Após a “Crise de 1890/1891”, no seguimento de décadas de vigência de um regime liberal conservador (depois de 1820, 1834 ou 1850/1851), será operatório considerar que Portugal passou a ter uma monarquia demoliberal com elementos de autoritarismo. As personalidades de D. Carlos I, João Franco e Mouzinho de Albuquerque, o Regicídio de 1908 e a tentativa de criar um partido político monárquico de massas, simbolizariam esse esforço de aumento de direitos de participação política formal, de mecanismos de regulação económica, de responsabilidades sociais do Estado, de possibilidades de organização socio-laboral. Acarretaram, por outro lado, a ampliação de modalidades administrativo-policiais e judiciais de controlo e repressão, a hostilização

sistemática dos sectores republicanos e das correntes socialistas radicais, a recusa da evolução no sentido de um sistema político democrático.

Mau grado os indícios imediatos de modificação profunda – substituição da configuração monárquica pela republicana por intermédio da Revolução de 5 de Outubro de 1910, laicismo e anticatolicismo, retórica política e produção legislativa de cariz democratizante –, a Primeira República (1910-1926) manteve os traços fundamentais que justificam a utilização da categoria de regime demoliberal com vetores de autoritarismo. Assistiu-se, no essencial, ao prolongar de significativas limitações dos direitos de intervenção política formal; de mecanismos públicos e privados de controlo e repressão. Verificou-se, ainda, a segregação dos sectores monárquicos, católicos e socialistas radicais; a consolidação de aspirações, organizações e experiências autoritárias ou proto-totalitárias, com destaque para a radicalização à direita dos projetos de restauração monárquica (1910-1919), para o Integralismo Lusitano, para o “interregno sidonista” (1917-1919), para o emergir de organizações e de um frentismo de direita e de extrema-direita a partir da primeira metade da década de 1920.

Suspensa a Primeira República através do Golpe Militar e Civil de 28 de Maio de 1926, foi anunciada a adoção de uma solução ditatorial temporária e parcelar. O figurino autoritário, marcado pela instabilidade decorrente dos conflitos no interior da “situação” e com as oposições, visaria, apenas, aperfeiçoar o regime anterior: desmantelando a hegemonia da “fação democrática” e promovendo o reforço da posição de sectores conservadores, disciplinando o movimento sindical e normalizando as relações com a Igreja Católica, baixando os níveis da despesa pública e renegociando a dívida externa. Não pretenderia substituir a República demoliberal com traços de autoritarismo por um sistema político alternativo nem acusá-la de violentar o essencial da “identidade nacional”.

Fragilizados pela incapacidade, tanto de alcançar os objetivos financeiros delimitados, como de impedir a eclosão de sublevações reviralthistas, os líderes da Ditadura Militar oriundos da “direita republicana” foram ultrapassados por António de Oliveira Salazar (Ministro das Finanças desde 1928, Presidente do Conselho a partir de 1932). Defensor de um projeto de ditadura permanente e integral, apresentado como regenerador de um Estado-Nação em profunda decadência devido à influência de concepções e de práticas tidas como malignas, patológicas e/ou estrangeiradas, contou com o apoio – ativo ou passivo – de muitos dos oficiais das Forças Armadas e das Forças Policiais; da Igreja e da “ação católica”; das organizações empresariais e das associações de profissionais liberais; do funcionalismo público; do campesinato do centro e norte de Portugal continental, dos Açores e da Madeira.

Estruturado a partir de 1930, institucionalizado em 1933, o Estado Novo pode, assim, ser caracterizado como regime de tipo fascista, tendencialmente totalitário. Apesar dos relativamente baixos níveis de explicitação ideológica e jurídico-política, de violência policial e de irredentismo militar – explicáveis pelas características e escolhas dos chefes da ditadura, pela inexistência prévia de um partido político de massas de extrema-direita, pelos baixos níveis de mobilização política de grande parte da população portuguesa, pelo estatuto de pequeno país com desenvolvimento intermédio, pela integração na “zona de influência” do Reino Unido/França e, depois, dos EUA –, o salazarismo (antes e depois de 1945) e, mesmo, o marcelismo foram projetos sistémicos de controlo, repressão e reorganização do país – da “Metrópole” e das “Colónias” ou “Províncias Ultramarinas”; dos “colonos”, dos “nativos”, dos “assimilados” e dos “indígenas” – a partir do Estado e da “sociedade civil”.

Salientam-se, a este propósito, a centralidade da figura do “Chefe” fundador do Estado Novo – António de Oliveira Salazar – e a natureza sobretudo cenográfica da Constituição de 1933. Destaca-se a importância das Forças Armadas, das Forças Policiais e do sistema de “justiça política”, o qual incluiu a polícia política e os tribunais especiais, prisões especiais e locais de deportação; arbitrariedade e, depois, formalização jurídica da repressão preventiva e punitiva. Evoca-se a abrangência das estruturas envolvidas no esforço de enquadramento material e ideológico da população, antes de mais, os organismos de propaganda e de censura, a “educação nacional” e o património cultural, as obras públicas e a “organização corporativa”. Refere-se a ampliação do grau de fusão entre o Estado e as instituições oficiais do regime (Câmara Corporativa e União Nacional, Legião Portuguesa e Mocidade Portuguesa/Mocidade Portuguesa Feminina, etc.), a Igreja e a Ação Católica Portuguesa – implicando a extinção do partido democrata-cristão e dos sindicatos católicos, a perseguição dos “católicos progressistas” –, a generalidade das organizações da “sociedade civil” (socioprofissionais e assistenciais, culturais e desportivas, etc.).

Lembra-se, também, a prolongada recusa do regime português em aceitar elementos nucleares da evolução das sociedades centrais e semiperiféricas desde a Segunda Guerra Mundial (desde o início do fim da “época do fascismo”). Elencam-se, entre outros, o objetivo de derrotar o Terceiro Reich nacional-socialista e a emergência dos EUA enquanto potência liderante do “Mundo Ocidental”, a promoção do desenvolvimento integrado nos moldes de um capitalismo regulado por “Estados-Providência” e contando com o apoio do “Plano Marshall”/da OEEC, o reforço dos níveis de integração da Europa Ocidental e as virtualidades de regimes demoliberais ou democráticos, o

reconhecimento do direito à autodeterminação das populações dos “territórios não autónomos” e a negociação de processos de independência.

Crescentemente fragilizado pelas más condições de vida nas zonas rurais e por uma emigração massiva, por contestação estudantil e sindical organizada a partir de Associações de Estudantes e de Sindicatos Nacionais até pouco antes apoiantes da ditadura, pelas guerras coloniais e pelo reforço das oposições, o marcelismo acabou por ser derrubado pelo Golpe Militar de 25 de Abril de 1974, o qual se transformou numa Revolução. Assumindo a forma de mudança revolucionária, mas, também, de transição, superada uma fase de radicalização político-ideológica e socioeconómica à extrema-esquerda e à extrema-direita, a referida etapa culminou na implantação de um regime democrático e na aceitação da independência das ex-colónias, na reprodução de um capitalismo semiperiférico e na ampliação de um “Estado-Providência”, na opção de permanecer na NATO e de aderir à CEE (depois UE).

Relativamente ao Brasil, Estado independente desde 1822, será operatório afirmar que continua a tratar-se de uma nação subdesenvolvida, mau grado a evolução verificada nas últimas décadas e o facto de ter passado, quer a ser referenciado como “país emergente”, quer a ocupar uma posição mais relevante no âmbito do sistema de relações internacionais do pós “Guerra Fria”. Dependeu, ao longo da centúria em causa, sobretudo da Grã-Bretanha (até à Primeira Grande Guerra) e dos EUA (a partir da Segunda Guerra Mundial). Na segunda metade da década de 1930, o Terceiro Reich nacional-socialista reivindicou o direito de substituir ou de partilhar com o Reino Unido e com os EUA a função de liderança à escala global, tendo o Estado Novo de Getúlio Vargas encarado essa possibilidade como uma oportunidade de consolidação interna e de reposicionamento externo. A Argentina e o Chile assumiram o estatuto de rivais e/ou de principais parceiros no contexto imediato da América do Sul.

Depois das mais de seis décadas de regime liberal conservador monárquico conciliável com a manutenção da escravatura, partindo do golpe militar e civil de 15 de Novembro de 1889, foi instaurada uma república demoliberal com traços de autoritarismo e de segregação étnica. Sob a liderança de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945 o Brasil adotou soluções ditatoriais de direita de cariz autoritário e/ou totalitário, nacionalistas, modernizadoras e corporativistas. Na terminologia da época, muitas vezes assumida pela historiografia, a “República Velha” foi substituída pela “República Nova” e, nesta, pelo autodesignado Estado Novo. No rescaldo da Segunda Guerra Mundial, em 1945 verificou-se a adoção de um regime demoliberal próximo da democracia. Após o interregno resultante da Presidência de Eurico Gaspar Dutra, o mesmo Getúlio Vargas e os

seus continuadores tardios (João Goulart e, potencialmente, Leonel Brizola) ou outros Chefes de Estado – Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros – simbolizaram a concretização de programas políticos de centro-esquerda, muitas vezes catalogados como “desenvolvimentistas” e “trabalhistas” ou “populistas”.

Ampliados pela lógica da “Guerra Fria”, as dificuldades económico-financeiras e os conflitos de interesses acumulados resultaram, com o apoio e a intervenção direta dos EUA e de outros Estados do “Mundo Livre”, no eclodir do Golpe Militar de 1964 e na consolidação de uma ditadura militar-civil de direita de natureza autoritária e/ou totalitária. Considero, assim, ser operatório comparar a ideologia e outras características dos movimentos e dos regimes de tipo fascista – muitas vezes encarados como existentes apenas nas décadas de 1920 a 1940 – com as concretizações imateriais e institucionais ou organizacionais, em países periféricos ou, mesmo, semiperiféricos (americanos, asiáticos, africanos, do Sul da Europa), da norte-americana “Doutrina de Segurança Nacional”.

Implantada quase duas décadas depois do fim da “Época do fascismo”, enquadrada pelos EUA e por demais países capitalistas desenvolvidos, tendo estabelecido estreitos laços sectoriais de cooperação com outros “regimes de ordem” da América do Sul, a ditadura militar-civil brasileira acarretou diferentes níveis de violência punitiva e preventiva, privação de direitos e aparente pluralismo político; liberalização e crescimento económicos, modernização e aumento das desigualdades sociais; crise económico-financeira e endividamento externo, alienação de apoios internos e externos.

Culminando um multifacetado processo de transição desencadeado em 1974, em 1985 o Brasil configurou um regime democrático que vigora até hoje. Discordo dos estudiosos que põem em causa a natureza no essencial democrática do atual figurino político brasileiro face à reprodução de elevados níveis de desigualdade social e de violência, de corrupção e de nepotismo. Considero que a explicação para tais bloqueios resulta mais de fatores não político-institucionais – os equilíbrios internos e a posição relativa na economia-mundo capitalista, o abstencionismo cívico e o radicalismo ideológico – do que da impossibilidade formal de fazer do sistema político um instrumento de representação proporcional e regulada dos vários interesses sociais e das diversas mundividências.

Diferentemente do sucedido na Europa Ocidental, os projetos de cooperação regional da América do Sul – da América Latina ou do conjunto do continente americano – quase não ultrapassaram, ainda, os níveis superficiais ou da mera retórica política. O predomínio de concepções nacionalistas e, sobretudo, culpabilizadoras do “outro dominador” (Portugal ou Espanha, Grã-Bretanha,

EUA), limitam, pois, a respetiva capacidade de contribuir para novas configurações do sistema de relações internacionais – mais multipolar e com uma governação acrescidamente multilateral –, para o reforço de regimes políticos democráticos e de estratégias de desenvolvimento integrado e sustentável.

Conclusão

Penso ter argumentado com coerência que a análise da história da historiografia e das outras ciências sociais partindo das categorias de “paradigma moderno”, “paradigma pós-moderno” e “paradigma neo-moderno” permite um acréscimo significativo de operatividade no que concerne à compreensão, quer dos processos de evolução endógena dessas áreas de saber, quer do seu correlacionamento com os respetivos contextos sociais globais. Algo de semelhante terá sido feito no que diz respeito à forma como, em ciências e em tecnologias sociais, encaramos os dilemas decorrentes da relação entre ciência e ideologia, entre objetividade e objetivação, entre conhecer e transformar a realidade.

Defendi, igualmente, por um lado, as vantagens para a historiografia de uma utilização operatória dos conceitos teóricos; por outro, a pertinência de uma determinada tipologia de regimes políticos, aplicável ao estudo da época contemporânea. Esbocei, para terminar, uma tentativa de considerar a evolução política de Portugal e do Brasil, ao longo do século XX, à luz dos referidos modelos. Mais do que salientar excecionalidades e aleatoriedades – quase sempre parcelares e temporárias –, deveríamos, partindo de instrumentos teóricos de utilização universal, estabelecer comparações que viabilizam destacar semelhanças e diferenças, permanências e alterações, características próprias e influências de contexto, condicionalismos estruturais e fatores transitórios.

Tanto acerca da história contemporânea de Portugal como do Brasil, continuam, pois, a ser pertinentes projetos de investigação e de transferência de saber, estratégias de ensino e de divulgação, debates culturais e cívicos, abordagens disciplinares e interdisciplinares, leituras monográficas e comparativas que contribuam para um melhor conhecimento destes e de outros fenómenos. Destaco, nomeadamente, a presença de modalidades institucionais e informais de discriminação tendo em conta critérios de ordem étnica, religiosa e/ou nacional; os condicionalismos explicativos do insucesso de experiências políticas demoliberales e democráticas; a natureza da Primeira República e do Estado Novo portugueses, do Estado Novo e da Ditadura

Militar-Civil brasileiros; o âmbito e as implicações de processos de transição entre figurinos ditatoriais e soluções que garantem direitos de participação política; as características diferenciadoras de regimes democráticos face a modelos demoliberais.

O pós “Guerra Fria” e a presente conjuntura de dificuldades económico-sociais, mas, também, político-ideológicas (nos planos nacional, inter-regional e global) voltaram, entretanto, a colocar as questões em apreço no centro da atualidade e das preocupações quotidianas de milhões de indivíduos. Essa centralidade torna, pois, mais visível a relevância da produção, da divulgação e da incorporação de conhecimento tão objetivante quanto possível acerca da evolução das comunidades humanas no espaço e no tempo, sobre as modalidades de organização político-institucional vigentes, tanto em Portugal e no Brasil, como nos respetivos espaços geoestratégicos de enquadramento.

Recensões Críticas

Recensões

Margarita Torremocha Hernández y Alberto Corada Alonso (editores), *La mujer en la balanza de la justicia (Castilla y Portugal, siglos XVII y XVIII)*. Valladolid, Castilla Ediciones, 2017, 221 p.

En los últimos años Margarita Torremocha ha puesto su nombre en la portada de varias publicaciones sobre temas relacionados con las mujeres y la justicia, el “delito en femenino”, entre las que destacan la que editó en 2015 con Isabel Drumond Braga (*As mulheres perante os tribunais do Antigo Régimen na Península Ibérica*, Coimbra, 2015) y el monográfico por ella coordinado de la revista italiana *Historia et ius* de 2016, por solo citar las más recientes. Junto con otras muchas aportaciones propias y de jóvenes investigadores, como Alberto Corada Alonso, co-editor de la que comentamos, se puede decir que en torno a Margarita Torremocha se ha formado un núcleo de investigación innovador y original centrado en los estudios de género desde la perspectiva judicial. Sus señas de identidad son su capacidad de vincular el análisis social más vanguardista –relacionado con la violencia y la judicialización de los conflictos– con el aparato de justicia, las instituciones de poder y de control social y las interpretaciones de la moral pública y social de la Edad Moderna, y por el dominio metodológico de las fuentes judiciales, cuya dificultad es bien conocida, de ahí el retraso de su empleo entre los modernistas.

El libro reúne ocho trabajos que tratan de conflictos de diversa índole, civiles, criminales, eclesiásticos, atendidos en tribunales y jurisdicciones diferentes –Chancillería de Valladolid y otros juzgados reales, concejiles, Inquisitoriales, del fuero de Marina, etc.-, en los que aparecen mujeres del común de Sevilla, León, Ferrol o Valladolid o monjas de potentes monasterios de Castilla –el de las Huelgas de Valladolid– o de Portugal –las del monasterio de San Bento de Cástris–. Todo lo cual da a la obra una diversidad de enfoques y de presencias femeninas, siempre bajo la perspectiva de “la mujer que se defiende y defiende lo suyo ante los tribunales” y de que “la justicia actuó contra ellas sin miramientos”

y a veces con enorme rigor, de modo diferente a los hombres, como señala Margarita Torremocha en la introducción.

El capítulo de Margarita Torremocha es el que aborda más de cerca la dimensión institucional, en este caso “Galeras o cárceles de mujeres: el otro penitenciarismo de la Edad Moderna” (p. 51-74), reflexionando sobre el vacío teórico al respecto en la España moderna y aportando un agudo análisis de aquellos textos que sí se ocuparon de la cuestión femenina: los de la madre Magdalena de San Jerónimo (1608) y los de los juristas Antonio González Yebra (1784) y Luis Marcelino Pereira (1796). Recordemos que la autora lo es también de un libro reciente sobre la galera de Valladolid, en el que se aborda no solo la teoría sino su aplicación en esa institución de reclusión, una obra que consideramos completa y un modelo a seguir en el estudio de otras galeras y casas de reclusión (*De la mancebía a la clausura. La Casa de Aprobación de Magdalena de San Jerónimo y el convento de San Felipe de la Penitencia. Valladolid, siglos XVI-XIX*, ediciones de la universidad de Valladolid, 2014).

Los discursos normativos están presentes también en el capítulo firmado por Juan José Iglesias Rodríguez (“Conflictos y resistencias femeninas. Mujeres y justicia en la España Moderna”, p. 13-50), en el que se presenta un elenco de casos referidos a mujeres andaluzas, inmersas en conflictos surgidos en la intimidad de los espacios familiares o de otros extra-familiares y menos “santos”, que permiten el autor hablar con fundamento del rigor aplicado a las mujeres, pero también de que ellas dieron muestras de disconformidad, disidencia, resistencias, “reafirmaciones personales dentro de un mundo que intentaba ser severamente disciplinado por el poder establecido”. No es una conclusión muy diferente a la que llega el capítulo de Alberto Corada Alonso (“La mujer y el divorcio en la justicia real ordinaria a finales del Antiguo Régimen”, p. 74-109), ya que en la mayoría de los casos que estudia –vistos en la Chancillería de Valladolid, aun tocando los divorcios a los tribunales eclesiásticos– fueron las mujeres quienes iniciaron los procesos ante la justicia, movidas por la necesidad de defender sus intereses económicos; el autor pone a la luz que cuando eran los demandantes eran hombres, les importaban más las cuestiones relacionadas con la defensa de su honra, valorada casi como la vida. Acudir a la justicia del rey era un modo de conseguir la resolución de problemas procesales, asegurar los derechos de los litigantes y dilucidar los aspectos civiles, que solían ser económicos.

Los capítulos en los protagonizados por mujeres encerradas en los claustros religiosos son los de María Herranz Pinacho y de Antónia Fialho Conde. El primero, titulado “Mujeres fuera del coro, las religiosas de las Huelgas de Valladolid en los pleitos de la Real Chancillería” (p. 133-156), se ocupa de la

presencia de este cenobio en la actividad judicial mediante el análisis de cuatro pleitos y once ejecutorias de entre 1555 y 1632 en los que las monjas trataban de defender sus derechos en la herencia de sus familias, a la que en teoría renunciaban al entrar en religión pero de la que recibían dotes y alimentos. El segundo lleva por título “O exercício do poder a partir da clausura: o mosteiro feminino de S. Bento de Cástris (Portugal) no contexto pós-tridentino” (p. 157-180) y aborda también las tensiones entre esa casa y las familias de sus componentes en la gestión de las herencias y bienes vinculares de las religiosas, revelando un comportamiento muy semejante al del caso vallisoletano. Es un tema hasta ahora menos estudiado de lo que debiera, ya que por lo general se estudian los conflictos de las instituciones, no los de sus habitantes.

María José Pérez Álvarez se ocupa de los problemas de competencia judicial en el ámbito leonés y de su encabalgamiento a la hora de arbitrar conflictos en los que las mujeres aparecen como víctimas de ultrajes. Su fuente fundamental son en este caso los poderes notariales, lo que es muy loable por la escasez de trabajos que los empleen, cuando son esenciales para observar las fases previas al inicio de los pleitos. Esto permite a la autora diferenciar la tipología de conflictos según el estado civil de las mujeres y poner de manifiesto que mientras las solteras se ven implicadas en un 74,4% de los casos en problemas por relaciones sexuales ilícitas, las otras litigaban por cuestiones de herencia y de endeudamiento (“Mujeres y conflictividad judicial en el León del siglo XVIII”, p. 111-132). Un planteamiento parecido en su enfoque, esto es, primero el marco competencial y luego los conflictos, es el que sigue Alfredo Martín García (“Transgresiones femeninas, violencia y conflicto en la jurisdicción de Marina del Departamento de Ferrol a finales del Antiguo Régimen”, p. 197-221), un capítulo sobre una villa portuaria convertida en 1726 en capital del Departamento Marítimo del Norte, lo que cambió su composición social y motivó un desaforado crecimiento demográfico a cuenta de una inmigración masculina, sometida en su mayor parte al fuero militar de Marina. La peculiar y dura situación de las mujeres en esa ciudad, muchas de ellas dedicadas a profesiones al borde de la marginalidad cuando no directamente en esta, generó una intensa conflictividad que es estudiada el autor empleando las numerosas demandas presentadas ante el tribunal de Marina ferrolano, analizando su tipología según el estado civil de las mujeres.

Para terminar, Isabel Drumond Braga trata de una cuestión relevante en su capítulo titulado “Género e confisco inquisitorial no Portugal moderno: da legislação à prática” (p. 181-196), en el que se expone la legislación portuguesa sobre los bienes de los presos, en su mayoría cristianos nuevos acusados de judaísmo, comprobando su aplicación a través de varios casos que afectaron a

mujeres, algunas de ellas viudas que habían mantenido las actividades de sus maridos y que eran despojadas de sus bienes.

En la introducción del libro que comentamos, Margarita Torremocha indica que se ha decantado por un método cualitativo y por el análisis pormenorizado de los procesos y de otras fuentes –en especial, las notariales – para acceder a “la figura social de la delincuente en femenino” y detectar si, más allá de “un modelo de ser en lo femenino defendido por la Iglesia tridentina” existieron desviaciones de las identidades asignadas a las mujeres. No faltan cifras, sin embargo, no en vano son estas las que permiten establecer comparaciones y medir impactos. Esta combinación de fuentes, métodos y enfoques sociales diversos es lo que hace de esta obra una valiosa aportación, que se suma a las que ya hemos indicado.

OFELIA REY CASTELAO
Facultad de Geografía e Historia
Universidade de Santiago de Compostela
ofelia.rey@usc.es

Maria Marta Lobo de Araújo, *Oração, penitência e trabalho. O Recolhimento de Santa Maria Madalena e São Gonzalo de Braga (1729-1834)*. Famalicão, Edições Húmus, 2017, 290 p.

El sistema asistencia portugués de la Edad Moderna tenía una serie de peculiaridades que lo diferenciaban claramente del español. En algunos casos, las diferencias son más terminológicas que reales, pero en la mayoría de las instituciones y fórmulas lo son de concepción teórica y de organización práctica. Es lo que nos permite comprobar este libro que comentamos y cuya autora, María Marta Lobo, profesora en la Universidade do Minho (Braga) es bien conocida en ámbitos historiográficos hispanos porque ya ha publicado interesantes trabajos sobre este ámbito temático. En la introducción a la obra, la autora subraya las lagunas existentes todavía en el estudio del sistema asistencial portugués, pero lo cierto es que de sus citas y de la bibliografía final se deduce que Portugal cuenta ya con una bien asentada investigación, cuyo indudable interés explica los esfuerzos que últimamente se están haciendo, a pesar de que la documentación presenta serios problemas de conservación y de dispersión.

Así pues, el libro de Maria Marta Lobo es una nueva pieza en la reconstrucción de aquel sistema al estudiar una institución muy significativa, la casa de recogimiento de María Magdalena de Braga, creada en 1720 por el arzobispo don Rodrigo de Moura Teles, un prelado que sostuvo una amplia actividad de beneficencia de la que este recogimiento fue el elemento fundamental. Un recogimiento, no un convento: la autora insiste en esta aclaración, ya que popularmente – hasta hoy –, se solía llamar convento a lo que no lo era. Lo más parecido que existe en el sistema hispano serían los beaterios, con los que también los *recolhimentos* mantienen diferencias. La profesora Lobo expone en su introducción los problemas terminológicos derivados de ese tipo de confusiones, lo que aprovecha para identificar cada tipo institucional dedicado a la atención de mujeres. Esa misma introducción informa de las dificultades que tuvo para recomponer la documentación de la casa, debido a los avatares políticos del siglo XIX y a cambios de organización archivística que provocaron pérdidas notables y la consiguiente desarticulación de las series. Esto da más valor a la obra, ya que se sustenta sobre un intenso trabajo de archivo y sobre una compleja hilazón de los datos hasta darles la unidad argumental que el libro tiene.

La obra se estructura en torno a seis grandes capítulos entre los cuales algunos obedecen a la tradición de estudios institucionales porque son imprescindibles. Sucede así con el primero, donde se da a conocer la fundación del recogimiento, a su fundador y a la actividad desplegada por este en la diócesis bracarense

y su preocupación especial por la custodia de las mujeres para evitarles los peligros del siglo y “convertirlas”. La entrada en la institución, sus fórmulas y los cambios en el tiempo, sirven para desarrollar los capítulos sobre el perfil social de las recogidas. Se revela así la existencia de una casa cuyas ocupantes responden a un amplio abanico de situaciones: no se trataba solo de mujeres de mala vida o mala conducta, sino solteras, que en más de un tercio de los casos eran huérfanas, otras eran jóvenes a la espera de casarse o habían huido de sus casas para evitarlo; un 17,7% eran mujeres casadas cuyos maridos las ingresaban antes de emigrar o que se escondían de esposos maltratados, y el resto (2,8%) eran viudas de variadas condiciones; es muy interesante la localización de varias mujeres emparentadas que llegaron a crear pequeñas redes de poder e influencia dentro de la casa. Unas recogidas eran pobres, otras tenían algunos bienes, unas eran urbanas, otras rurales, unas nobles y otras plebeyas: las unía la procedencia, ya que en su mayoría pertenecían al territorio diocesano, pero todo lo demás rompe con una idea estereotipada de las ocupantes de los recogimientos. Esto se explica en parte porque había dos tipos de internas, las numerarias, que no pagaban dote, y las supernumerarias; que sí la pagaban, pero lo cierto es que compartían un espacio que les daba amparo y las mantenía protegidas de una sociedad temerosa de las desviaciones de conducta protagonizadas por mujeres.

Las normas de vida de la institución, redactadas inicialmente por el arzobispo fundador en forma de estatutos que apenas cambiaron en el período estudiado, abren el segundo capítulo, en el que se describe y explica la estructura de poder, encabezada por la regente; Marta Lobo logró elaborar la serie de mujeres que ocuparon este cargo, no en vano su personalidad influía mucho en el gobierno de la casa. Estudia también el programa de conversión destinado a “dominar el cuerpo y el alma” de las recogidas, para dar paso en el capítulo siguiente a los espacios en los que se distribuía y organizaba el edificio del recogimiento –que se conserva todavía–; acoger, adoctrinar, educar, trabajar, y sobre todo vigilar, controlar y castigar, eran los objetivos que se fijaban para cada habitación; la comunicación con el exterior estaba reducida al mínimo y en todo tenía parecidos con los conventos. La autora aporta una interesante información sobre el mobiliario y sobre los elementos simbólicos que en cada espacio dejaban claro cuál era el sentido que la casa tenía y cómo eran vistas las mujeres desde la perspectiva pos-tridentina, sin asomo de los cambios que en otros aspectos se fueron produciendo en el siglo XVIII.

El soporte financiero de la institución ocupa el capítulo segundo. La casa tuvo su primera base económica en la fundación del arzobispo don Rodrigo de Moura, quien dejó establecido que sus sucesores siguieran pagando un

tanto por recogida para asegurar su manutención. Con el paso del tiempo el recogimiento de La Magdalena recibió diferentes legados, limosnas, dotes de supernumerarias, pagos por “alimentos” de algunas de estas, y en ciertos momentos tuvo excedentes, modestos pero suficientes para poder hacer préstamos –algunos a las propias internas– que generaban intereses, de modo que la verdadera aportación de los arzobispos era del 31% a fines del siglo XVIII y los “alimentos” llegaban al 27%. Los gastos se componían de la alimentación –un tercio del total, con el pan como elemento capital–, salarios de médico, cirujano, sangrador y otros oficiales, de actos litúrgicos y fiestas religiosas, y otros típicos de este tipo de instituciones.

Al inicio del libro, la autora expone su interés en la existencia cotidiana dentro del recogimiento y, en efecto, una extensa parte se dedica a la vida comunitaria en dos facetas, el alimento del cuerpo y el del espíritu. Lo primero se analiza en el capítulo quinto, vinculando las prácticas alimentarias –sus componentes básicos diarios, los extraordinarios impuestos por el calendario litúrgico o arreglados a las fiestas– con las prácticas del refectorio, incluida la lectura en voz alta, para lo que había una pequeña biblioteca. Lo otro se observa desde dos ángulos, el de la fiesta y el de la conflictividad interna; este aspecto tiene un especial interés, ya que revela las tensiones que se producían en la clausura a la que las mujeres estaban sometidas y que en algunas ocasiones produjeron huidas de las internas, y en otras, expedientes de expulsión. Estos expedientes y otras soluciones duras se tomaron después de momentos de especial virulencia, como los vividos en 1743, 1759 o 1816, en los que fue precisa la intervención de los prelados para poner orden. Eran conflictos y luchas de poder entre mujeres, muchas de ellas de edad avanzada que llevaban largo tiempo encerradas.

El capítulo final continúa la observación de lo cotidiano del recogimiento de María Magdalena, pero incide en la limpieza y en el abastecimiento de agua para mantener la higiene de las internas, en su asistencia en caso de enfermedad, y sobre todo en la muerte dentro de la clausura. Este aspecto se fundamenta en los estatutos pero también en los testamentos de las recogidas que la autora pudo reunir, lo que le permite ver el tipo de mortaja que preferían –el de la Orden Tercera Franciscana–, el acompañamiento en las ceremonias fúnebres –familia, sacerdotes, cofradías–, los actos litúrgicos posteriores, así como el escenario donde transcurrían, la capilla del centro. Es importante señalar que el recogimiento tenía su vida diaria regida por la regla de la mencionada Orden Tercera, pero en 1755 pasó a regirse por la de la Congregación del Sagrado Corazón de Jesús –instituida por el jesuita español Pedro de Calatayud cuando visitó Braga en 1743 –, y así continuó hasta el final.

El libro concluye con la transcripción de los estatutos antiguos de la institución y con una extensa y actualizada bibliografía, que nos permite localizar las más recientes aportaciones de la bibliografía portuguesa. A lo largo del libro, la autora revela su interés en comparar el caso estudiado con otros, para subrayar su carácter y para ponerlo en el contexto católico postridentino de tratamiento dado a las mujeres que por su soledad, su pobreza o su comportamiento generaban temores a la sociedad –orientada por el clero– y el tratamiento dado a esos temores, basado en el encierro para lograr su “conversión”. Sin embargo, el encierro terminó siendo un modo de vida al que se acogieron voluntariamente otras mujeres, aquellas que buscaban protección temporal o, en un gran número de casos, definitiva. El estudio de Marta Lobo, reconstruye de forma clara y fundamentada esa dimensión social del recogimiento de María Magdalena durante un largo siglo en el que fuera de los muros de la casa, la sociedad bracarense iba cambiando, contribuyendo a la historia de las mujeres del Portugal moderno.

OFELIA REY CASTELAO

Universidad de Santiago de Compostela

ofelia.rey@usc.es

Francisco Carlos Palomanes Martinho, *Marcello Caetano: uma biografia (1906-1980)*. Lisboa, Objectiva, 2016, 589 p.

Informação pessoal e institucional

Graduado em História (1989) e Mestre em História Contemporânea (1994) pela Universidade Federal Fluminense (Rio de Janeiro, Brasil), Doutor em História Social (2000) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil), Francisco Martinho é hoje Professor de História Ibérica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Brasil). Para além de Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Brasil), tem, também, participado em projectos de investigação concretizados no âmbito do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro, Brasil), em colaboração com Angela de Castro Gomes; no âmbito do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, em colaboração com António Costa Pinto.

Tem trabalhado problemáticas de história política do século XX – ditaduras autoritárias ou totalitárias de direita e transições para regimes demoliberais ou democráticos –, de história do corporativismo (vertentes cultural e ideológica, socio-económica e político-institucional), de história de correntes intelectuais de direita e de extrema-direita – nomeadamente no Brasil e na Argentina, em Portugal e Espanha, em Itália e noutros países –, de história da historiografia dos fascismos e de outros regimes ditatoriais de direita. A presente biografia de Marcello Caetano integra-se, pois, plenamente, nos vários universos temáticos referenciados.

Contexto historiográfico

Quando identifica Angela de Castro Gomes e António Costa Pinto como influências marcantes para a estruturação do seu próprio discurso historiográfico, Francisco Martinho anuncia implicitamente as características nucleares do mesmo. Defende a relevância do estudo comparativo da história política do século XX (das ideias e das elites, das organizações e das instituições). Opta por considerar preferencialmente os sectores da direita e da extra-direita, com destaque para as correntes que se inspiram nas concepções organicistas e corporativistas, nacionalistas e soberanistas. Valoriza as abordagens interdisciplinares, antes de mais as que resultam no cruzamento entre a história e a ciência política, a sociologia e a antropologia políticas.

Ao utilizar conceitos de cariz tipológico – focados na referenciação e na medição do grau de concretização de vectores de caracterização descontextualizados –, é levado a destacar mais as diferenças do que as similitudes entre os percursos de cada país. No que concerne aos regimes ditatoriais de direita, Francisco Martinho tende a advogar a adopção de uma utilização restritiva das categorias teóricas de fascismo e de totalitarismo. Mesmo durante a chamada “Época do fascismo” (1919 ou 1933 a 1945), a generalidade das ditaduras de direita teriam, assim, sido autoritarismos e não totalitarismos de natureza fascista.

Se, por um lado, os líderes – dirigentes políticos e/ou intelectuais – do fascismo italiano (o Movimento e a ideologia totalitários mais do que o Partido/Estado autoritário ou, quando muito, misto) influenciaram inúmeros indivíduos, organizações e instituições em diversos países; por outro, cada experiência nacional teria sido substancialmente diferente da evolução italiana e, de forma acrescida, da situação na Alemanha depois da instauração do Terceiro Reich nacional-socialista. O Estado Novo de António de Oliveira Salazar e, depois, de Marcello Caetano, consubstanciaria essa mesma dualidade. O Estado Novo de Getúlio Vargas afastar-se-ia, ampliadamente, da referida matriz totalitária e fascista.

Estratégia discursiva e síntese dos conteúdos fundamentais

Correndo, embora, o risco de simplificar os objetivos do autor desta obra, diria que Francisco Martinho procurou elaborar um texto que, em simultâneo, aparentasse alguma naturalidade ou simplicidade narrativa, tornando o discurso acessível e interessante para o grande público; que integrasse numa segunda camada conceitos, problemáticas e interpretações atuais e especializados, detetáveis por leitores mais diferenciados. Salientando, embora, as questões estritamente biográficas, propõe, quase sempre, vectores de contextualização de âmbito nacional e internacional. Penso que conseguiu atingir um equilíbrio operatório entre dois registos por vezes tidos e apresentados como inconciliáveis.

A presente biografia de Marcello Caetano integra, ainda, a capa com uma fotografia de Marcello Caetano na primeira metade dos anos 1940 e uma dedicatória a Angela de Castro Gomes, um prefácio de António Costa Pinto e Agradecimentos do autor, um siglário e uma Apresentação, a Introdução e um pequeno anexo de fotografias, notas de rodapé e listas de documentação/de bibliografia. Trata-se, de certo modo, de um roteiro dos bastidores do texto publicado. Justificar-se-ia, talvez, ter incluído, também, uma cronologia

detalhada do percurso do biografado, bem como informação acerca das principais individualidades com as quais Marcello Caetano interagiu.

Visou, também, construir um discurso que contrariasse a tendência, dominante entre nós, para considerar sobretudo – quando não exclusivamente – o Marcello Caetano dos anos de 1968 a 1974, ignorando grande parte do período durante o qual o líder da ditadura que substituiu António de Oliveira Salazar (fundador e chefe do Estado Novo português entre 1933 e 1968) se posicionou e interveio pessoal e profissionalmente, ideológica e politicamente (1922-1980). Destacou, para o efeito, tanto as décadas de 1920 a 1950 – durante a Primeira República, a Ditadura Militar e o Estado Novo –, como os anos que se seguiram ao Golpe de Estado e à Revolução de 25 de Abril de 1974 (com o Processo Revolucionário em Curso e com a consolidação do regime democrático).

Para além de viabilizar um conhecimento mais multifacetado do conjunto do percurso e da influência de Marcello Caetano em Portugal, a referida abrangência facilitará a compreensão das próprias incidências do seu consulado como dirigente máximo do Estado Novo. Talvez as aparentes ou as efetivas contradições – entre tolerância no plano pessoal e intransigência ideológica no plano cívico, entre modernização e conservadorismo, entre abertura política e autoritarismo ou totalitarismo – e indefinições (quanto à integração de Portugal na CEE, quanto ao futuro do regime, quanto à evolução dos “territórios não autónomos”) do marcelismo tenham, afinal, decorrido, também, da permanência dos valores e propósitos assumidos pelo biografado desde as décadas de 1920 e de 1930.

Será, igualmente, pertinente, salientar, numa perspetiva de ego-história, que a presente obra resulta, ao mesmo tempo, de um olhar distanciado e de uma observação próxima face a Portugal e a Marcello Caetano. Olhar distanciado porque mediado pelos instrumentos deontológico-epistemológicos e teórico-metodológicos da historiografia, porque da autoria de um cidadão brasileiro com atividade profissional no Rio de Janeiro e em São Paulo, porque marcado pela vigência em Brasília e em Lisboa de regimes democráticos num Mundo de pós-“Guerra Fria”. Observação próxima tendo em conta o contexto familiar de Francisco Martinho, de origem portuguesa e espanhola; tendo em conta o empenhamento cívico de Francisco Martinho face à Ditadura Militar brasileira, ao Estado Novo português e ao *Nuevo Estado* espanhol; tendo em conta as mais recentes evoluções da regionalidade política no Brasil e em outros países da América Latina, nos EUA e na Europa, na Rússia e no Médio Oriente.

Depois de comentar e de enquadrar documentação fundamental, produção historiográfica relevante e discursos memorialísticos sobre o Estado Novo e acerca do sucessor de António de Oliveira Salazar, Francisco Martinho começa

por abordar os contextos familiar e sócio-ideológico de Marcello Caetano. Evidencia, depois, os antecedentes imediatos e o percurso do biografado, convergentemente rurais e urbanos, da classe média baixa mas com capacidade de acesso a sociabilidades e a mundividências das elites, conservadores e modernizadores. Originário da Pampilhosa da Serra, o pai de Marcello Caetano migrou para Lisboa aos 12 anos. Alfabetizado, começou como marçano num estabelecimento comercial e, depois de adulto, pertenceu aos quadros das Forças Armadas, da Guarda Fiscal e da Alfândega de Lisboa; foi militante da “acção católica” e colaborador do *Comarca de Arganil*, monárquico e democrata-cristão conservador.

Nascido em Lisboa a 17 de Agosto de 1906, tendo crescido durante a Primeira República e estudado em escolas públicas, Marcello Caetano militou na “acção católica” e no Grupo n.º 11 da Associação dos Escuteiros de Portugal (não confessional), construiu e manteve laços de amizade com individualidades de centro/esquerda e de direita (antes de mais, Henrique de Barros e João de Barros, Pedro Teotónio Pereira e João Ameal). Estudante-trabalhador e publicista, licenciou-se em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e afirmou-se no seio das elites da capital do país, aderiu ao Integralismo Lusitano mas preferiu a “via salazarista” ao Movimento Nacional-Sindicalista. Oriundo da extrema-direita monárquica e católica porque tradicionalista, tornou-se um dos líderes da ala republicana e modernizadora do Estado Novo.

Inicialmente nacionalista e católico, corporativista e colonialista, adepto de ditaduras totalitárias de direita e de um sistema de relações internacionais baseado no poder de grandes potências ocidentais, o biografado acabou por defender a aproximação aos EUA e a participação de Portugal em processos multilaterais de integração europeia; alguma separação entre o Estado e a Igreja Católica; um “corporativismo de associação” ou liberalizado; a modernização, o “branqueamento da população” e a progressiva autonomização das “Províncias Ultramarinas”; a compatibilização entre a reprodução de um regime autoritário e níveis significativos de abertura em áreas como o associativismo sociolaboral e o âmbito dos “costumes”, a comunicação social e a cultura, o ensino e a investigação.

Quando, em 1929, no seguimento de uma sugestão por parte de Pedro Teotónio Pereira, Marcello Caetano passou a colaborar com o Ministério das Finanças, estabeleceu uma relação de confiança pessoal, profissional e política com António de Oliveira Salazar (Ministro das Finanças desde 1928) que se manteve, apesar de todos os incidentes, durante décadas. Ao contrário do sucedido, por exemplo, com Armindo Monteiro e com Pedro Teotónio Pereira – também potenciais substitutos do Chefe fundador –, o biografado não recebeu

convites para ou não aceitou desempenhar funções de representação diplomática no estrangeiro. Integrou o núcleo restrito que elaborou a Constituição de 1933 e o Estatuto do Trabalho Nacional; foi Comissário Nacional da Mocidade Portuguesa (1940-1944) e criticou, quer o “excesso de burocratização” da economia durante a Segunda Guerra Mundial, quer o “insuficiente nível de mobilização” das organizações políticas do regime.

Na fase final daquele conflito militar global, visando assegurar a sobrevivência da ditadura, Oliveira Salazar escolheu um novo Governo. Marcello Caetano torna-se responsável pela pasta das Colónias (1944-1947) e contesta, por um lado, o sector germanófilo e radical do regime; por outro, a precariedade das condições vigentes nas Colónias portuguesas. Face ao agudizar das tensões, o Chefe do Estado Novo transfere Marcello Caetano da função de Ministro das Colónias para a de Presidente da Comissão Executiva da União Nacional. Insatisfeito com os limites que lhe eram impostos e com a incapacidade de influenciar mais as políticas governamentais, acaba por demitir-se em 1949. Regressado à docência na FDUC, aceitara, entretanto, convites para os cargos de Procurador à Câmara Corporativa e de Administrador do Banco Nacional Ultramarino.

Provavelmente no âmbito de uma nova iniciativa de recomposição da base de apoio do regime, tendo em conta a perspectiva do General Francisco Craveiro Lopes (Presidente da República), em Julho de 1955 António de Oliveira Salazar nomeou Marcello Caetano Ministro da Presidência do Conselho de Ministros. Substituiu João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), conotado com os sectores mais conservadores da ditadura. Culminando um período marcado, tanto por alterações substanciais na situação nacional, como por discordâncias políticas fundamentais, em Agosto de 1958 o biografado foi demitido do segundo cargo mais importante do Executivo. Pedro Teotónio Pereira surgiu como o novo Ministro da Presidência e Fernando Santos Costa deixou, também, o Governo (era Ministro da Defesa Nacional e o expoente máximo da “corrente radical”, ou salazarista, do regime).

Entre 1958 e 1968, Marcelo Caetano realizou o que Francisco Martinho designa como uma “travessia do deserto”. Foi nomeado pelo Ministro da Educação Nacional para o cargo de Reitor da Universidade de Lisboa, mas demitiu-se por discordar da forma como António de Oliveira Salazar geriu a “Crise Académica de 1962”. Liderou, desta vez, informal mas efetivamente, um grupo de quadros intermédios do regime, modernizadores e mais ou menos adeptos da liberalização do mesmo. Manteve contactos com sectores desafetos ao Estado Novo e com correntes oposicionistas moderadas. No dia 27 de Setembro de 1968, face ao agravamento dos problemas de saúde de António

de Oliveira Salazar, foi nomeado Presidente do Conselho de Ministros pelo Almirante Américo Thomaz (Presidente da República de 1958 ao Golpe Militar de 25 de Abril de 1974).

Apreciações críticas

Reconhecendo, embora, que a generalidade das categorias teóricas adotadas no âmbito da historiografia e de outras ciências sociais apresenta virtualidades e limitações, que os conceitos escolhidos por Francisco Martinho correspondem aos mais elevados padrões de exigência, não deixo de considerar que maior objetivação e operatividade decorreriam da mobilização de categorias teóricas de natureza dialética. Isto é, de conceitos que permitam, ao mesmo tempo, identificar características estruturantes, contextualizar – nos planos nacional e internacional – a respetiva aplicação e comparar com fenómenos similares ocorridos em diferentes países e épocas. Partir-se-ia, pois, de uma interpretação abrangente das categorias teóricas de fascismo e de totalitarismo.

Justifica-se, do mesmo modo, referenciar problemáticas às quais o autor poderia ter prestado maior atenção dada a importância que assumiram no percurso de Marcello Caetano e/ou na evolução de Portugal ao longo do século XX. Chamamos, em primeiro lugar, a atenção para a possibilidade de aprofundamento da temática das relações pessoais – intelectuais e políticas – estabelecidas pelo biografado com outras personalidades nacionais (por exemplo, Óscar Fragoso Carmona e Francisco Craveiro Lopes, Américo Thomaz e Pedro Teotónio Pereira, Manuel Gonçalves Cerejeira e Armindo Monteiro, Duarte Pacheco e José Ferreira Dias Júnior, João Pinto da Costa Leite e Fernando Santos Costa) e estrangeiras. Evocamos, em segundo lugar, durante o conflito militar global de 1939 a 1945 e no imediato pós-guerra, o esforço de reconfiguração da Organização Nacional Mocidade Portuguesa e as tensões entre anglofilia e germanofilia, aliadofilia e continuidade do Estado Novo.

Salientamos, em terceiro lugar, a participação de Marcello Caetano nos intrincados processos político-institucionais verificados no seio das elites da ditadura portuguesa (mas com significativo envolvimento, nomeadamente, do Reino Unido e dos EUA) desde a morte do Marechal Óscar Fragoso Carmona (Abril de 1951) até à “Abrilada” de 1961. Na referida conjuntura estiveram em aberto opções potencial ou efetivamente tão fraturantes como a continuação do figurino republicano ou a readoção do sistema monárquico, o maior ou menor grau de explicitação da natureza católica do regime, a aceitação ou a recusa da preparação da futura independência das “Províncias Ultramarinas”,

a continuidade ou não de António de Oliveira Salazar enquanto Chefe do Estado Novo.

Destacamos, em quarto lugar, o protagonismo do biografado nos processos associados à participação de Lisboa na Organização Europeia de Cooperação Económica e à recusa – depois à solicitação – de apoio dos EUA no âmbito do “Plano Marshall”, à elaboração e rejeição da primeira versão do I Plano de Fomento, à reforma do sistema de investigação e ensino protagonizada por José Veiga Simão. Interessaria, finalmente, reconstituir e analisar mais aprofundadamente as perspetivas, as reações e a intervenção de Marcello Caetano face ao Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 e ao processo revolucionário que se lhe seguiu, à presença de correntes reacionárias e contra-revolucionárias na situação política portuguesa, ao reconhecimento das independências das ex-Colónias e às vagas de refugiados resultantes de situações de guerra civil ou dos processos de estruturação dos novos Estados.

JOÃO PAULO AVELÃS NUNES
DHEEAA/FLUC e CEIS20/UC
jpavelas@fl.uc.pt

Rubén Castro Redondo, *Entre colmos, rebolas e dobres varas de medir: conflitos por medidas na Galicia moderna (séculos XVI-XIX)*. Concello de Valga, Departamento de Cultura, Valga, 2017, 266 p.

El libro que comentamos es obra de un joven doctor en Historia, circunstancia que subrayamos, que ya cuenta con algunas publicaciones de gran interés sobre un tema muy original e innovador, las medidas y los conflictos metrológicos, que se encuentra a medio camino entre la historia económica y la social. Además, se alinea con la realidad de la Galicia actual, ya que la diversidad de las medidas de peso, superficie y longitud, permanece en vigor, resistiendo férreamente al sistema métrico, como antes resistió a los patrones impuestos por la monarquía desde tiempos de los Reyes Católicos.

Así pues, el libro de Rubén Castro tiene un objetivo claro: el análisis de la conflictividad que el sistema metrológico tradicional generó en la Galicia de la época moderna. Este objetivo se aborda desde una doble perspectiva, en función de los dos grandes protagonistas que interactuaban esa conflictividad: la administración monárquica, por una parte, con una intervención *in crescendo* en la regulación y en el control de las medidas, de los patrones de medición y de los comportamientos metrológicos; y la sociedad, por otra, como el conjunto de individuos que en última instancia se servían de las diferentes unidades de medida para relacionarse económicamente entre sí.

Si a las fuentes nos referimos, no puede extrañar que el fundamento de este estudio sea la documentación judicial, básicamente, la que se conserva en la Real Audiencia de Galicia, tribunal real de apelación para toda la conflictividad no resuelta por las justicias señoriales del antiguo reino. Efectivamente, los litigios de aquella instancia judicial representan el mejor testigo de los conflictos que se originaron en la sociedad gallega del Antiguo Régimen, si bien no tanto por su volumen, sí por su representatividad en todo el territorio. Pero la documentación judicial no muestra más que los problemas que afectan a los administrados. Desde la segunda perspectiva de análisis, el compendio de leyes – por parte de la monarquía – y de ordenanzas y actas metrológicas – por parte de los concejos locales – muestran el comportamiento de los administradores públicos, cada cual en el ámbito de su dominio.

Esta última cuestión no es baladí; de hecho, quizás es el mejor o más original aporte de la investigación llevada a cabo por Rubén Castro: más que un caos metrológico, como anteriormente se pensaba, la configuración de los numerosísimos sistemas de medición existentes en Galicia responde a su vez al complejísimo y muy atomizado mapa jurisdiccional. A través del ejemplo de la provincia de Tui a mediados del siglo XVIII, el condicionante señorial

parece irrefutable: ni la configuración física del territorio, ni las unidades parroquiales, ni mucho menos la inercia de los comportamientos en función de la continuidad espacial, parecen explicar la multiplicidad de singularidades metrológicas en el reino de Galicia, a no ser el igualmente atomizado espacio jurisdiccional. Si el conjunto de singularidades metrológicas se mide a nivel provincial – desde arriba – o a nivel parroquial – desde abajo –, no hay más alternativa que “la teoría del caos”; por el contrario, si se compara cada una de aquellas con la jurisdicción en la que rige, el caos deviene en orden: así, por ejemplo, más del 94% de las 219 parroquias de Tui utilizaban unidades de medida idénticas a las que utilizaban las demás parroquias de cada jurisdicción, y si a las jurisdicciones nos referimos, 42 de las 47 que conforman esa provincia responden al mismo cometido.

Por encima de los poderes locales, también la Corona comenzó a regular en materia de pesos y medidas, obviamente porque significaban un aspecto clave para el abastecimiento de las ciudades – a través del comercio – y para el pago de rentas en el rural. Lo hizo como solamente pudo: eligiendo las medidas de una única ciudad para que esas unidades se convirtiesen en las únicas reconocibles como patrones legales en toda la Corona de Castilla. Pero ni siempre fueron los mismos patrones – cambiaron a lo largo del tiempo, quizás porque esta elección evidenciaba una lucha política de las ciudades para hacerse con el favor real – ni, lo que es más importante, tampoco se articuló un sistema para distribuir los *potes reales* (medidas) por todo su dominio. Así las cosas, la responsabilidad recayó sobre los poderes locales, y aquí volvemos al punto de partida: si cada unidad de jurisdicción ordenó sus pesos y medidas de manera uniforme pero sin coordinación alguna con otras jurisdicciones, ni siquiera con sus contiguas, el puzle metrológico resultante fue inevitable.

Los litigios que caracterizaron a la sociedad gallega del Antiguo Régimen son agrupados por Rubén Castro en tres grandes categorías: los que responden a un fraude manifiesto sobre las unidades de medida, los que evidencian la lucha entre los patrones tradicionales de cada comunidad vecinal y los que el poder real defendía por ley y, finalmente, aquellos que enfrentaban a las distintas administraciones locales – tanto alcaldes y regimientos como titulares de dominio – por el ejercicio del control y sobre todo por el cobro de los derechos de pesos y medidas.

Aunque el autor revela inercias que se mantuvieron en el tiempo, dos cosas parecen probadas. Una, la conflictividad derivada del fraude metrológico parece estar relacionada de alguna manera con los cambios legislativos y normativos que trataban de uniformar los patrones legales, pues si la última gran reforma metrológica de la Corona se produjo en tiempos de Felipe II, los litigios de esta

categoría fueron más numerosos en el último tercio del siglo XVI que en los tres siglos siguientes. El argumento parece razonable: muchas de las medidas que se utilizaban en el comercio resultaban fraudulentas a cada cambio normativo. Y dos, que la simple pero no inocente intervención legislativa de la monarquía a través de la elección de patrones metrológicos de curso forzoso, liquidó la paz social que en muchas comunidades vecinales se guardaba desde hacía siglos y que sus escrituras de pago de rentas – en especie, claro – ejemplificaban. Si ese pago inmemorial debía hacerse ahora obligatoriamente a través de otra medida de capacidad y esta era diferente a la que antes se utilizaba – como efectivamente era, porque si no, no tendría razón de ser la intervención de la Corona –, la renta final también variaba su cuantía y, por tanto, su carga. Solo así se entiende buena parte de la conflictividad metrológica contenida en la segunda de las categorías mencionadas: la que enfrentó a rentistas y vecinos, no por el pago de dichas rentas, pues no se discutían jamás, sino por el modo de satisfacerlas.

El interés de la obra de Rubén Castro queda así de manifiesto, pero queremos terminar subrayando que este texto recibió el XVII premio de investigación Ferro Couselo en su edición de 2016. Después de un período de suspensión debido a la crisis económica, ese premio se ha recuperado, lo que servirá a más investigadores jóvenes como un incentivo para ahondar con rigor el pasado y en el presente de Galicia; la institución que financia el premio asume también la edición, algo muy de agradecer en los tiempos que corren, como lo es su publicación en gallego, colaborando a la normalización académica de esta lengua.

ANA SIXTO BARCIA
Universidad de Vigo
asixto@uvigo.es

Fernando Cortés Cortés, *La escuela en la extremadura meridional del siglo XIX*. Badajoz, Imprenta Diputación de Badajoz, 2016, 385 p.

Fernando Cortés Cortés é professor catedrático do *Bachillerato* (ensino básico espanhol), Inspetor de Educação do *Ministerio de Educación y de la Consejería de Educación de la Junta de Extremadura*, jubilado, doutorado em história e também em pedagogia e ainda cronista da cidade de Badajoz, diretor da *Revista de Estudios Extremeños de la Diputación de Badajoz*.

A obra de grande fôlego aqui apresentada resulta da profunda investigação realizada pelo autor a propósito da educação primária na região da Extremadura espanhola, durante o século XIX, começando o autor por realizar, no capítulo “a modo de prólogo” (p. 5-12), uma exaustiva descrição dos trabalhos parcelares que já havia realizado e que agora, em conjunto com novas fontes documentais, colige num só trabalho. Assim, vem este livro cumprir o objetivo de “*análisis y de estudio de aquellas fuentes documentales que possibilitaban la aproximación a visiones globales de la situación educativa que en el marco geográfico se podía detectar*” (p. 12).

Divide o autor o trabalho em capítulos balizados temporalmente a partir de fontes documentais de importância elevada e que vêm permitir, por um lado, uma visão global e, por outro, uma análise detalhada da instrução primária na região da Extremadura, quer ao nível da instrução pública quer também um pouco da instrução feita pelas escolas privadas.

Desta forma, encontramos nesta obra seis capítulos que percorrem a situação educativa na Extremadura, entre finais do século XVIII e inícios do século XX, assentes em diferentes fontes de entre as quais se destacam: a visão dos informantes de Tomás López, “geógrafo de los Dominios de Su Magestad”, de 1798, e dos interrogatórios da *Real Audiencia de Extremadura*; as *Diligencias correspondientes al examen de Maestros de primeras letras de Don...*; o *Reglamento general de instrucción pública de 1821*; o *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar*; a circular n.º 36 de Badajoz; o *Estado de la instrucción primaria de esta provincia en el presente año... maestros que ejercen con título ó sin él...*, incluído no *Boletín Oficial de la Provincia* de 8 de janeiro de 1842; a *relación de las cantidades devengadas y abonadas por descuentos de las Escuelas de la Provincia*, de 1897; o *discurso del inspector de 1.ª enseñanza de la provincia de Badajoz Don Pedro Redondo y Población en el acto de la distribución de premios á los alumnos de las escuelas municipales de la capital*, de 1895.

Ora, se no capítulo introdutório o autor se queixava da ausência de estudos que proporcionassem uma visão global do tema em análise, no capítulo 2

(pp. 13-16) apresenta dois documentos que vão permitir conhecer, em primeira mão, a realidade material da região da Extremadura, no final ainda do século XVIII, e também da sua população. Neste ponto o autor explica também como era reduzida a frequência da educação primária naquela região e associada ao ensino particular, justificando-se, desta forma, o esforço que irá ser empreendido no século XIX no sentido de alargar a instrução primária, da sua universalização e gratuidade.

Já no capítulo 3 (pp. 17-54), sobre as ações desenvolvidas no dealbar do século XIX, percebemos, através das análises realizadas pelo autor, que uma das primeiras preocupações foi para com a formação de Mestres, pretendendo-se contudo profissionais submissos quer à Igreja, quer ao Estado, pois desejava-se que fossem “<buenos cristianos> y politicamente vinculados, defensores y sumisos a las estructuras gubernamentales imperantes y que, después de 1812, no ayan ni compartido ni participado en la revolucionaria ideología del invasor francés” (pp. 24-25).

Dificuldades várias existiram para proporcionar uma boa educação nesta região (como financeiras, políticas ou mesmo qualitativas), apesar dos esforços empreendidos, e pouco ou nada se fala sobre a instrução feminina mas, de acordo com o autor, “*existen síntomas inequívocos de que algo se está modificando, y de que la intensificación de la educación y el mejoramiento de las estructuras educacionales comienzan a interesar tanto a los responsables familiares como a los municipales*” (p. 46).

O capítulo 4 (pp. 55-94) trata a educação pública da década de 1820, referindo-se que, com os alvares do liberalismo em Espanha, houve, entre 1820 e 1823, um grande impulso na instrução primária, sob grande influência da França “*enciclopédica y revolucionária*” (p. 55), concebendo-se um ensino público, gratuito e universal, de acordo com o estabelecido no Regulamento de 1821.

Sobre este período cronológico o autor apresenta um conjunto de tabelas que nos fornecem detalhada informação a propósito dos tipos de escolas existentes, seus financiamentos, instalações, professores, objetivos educativos, proporcionando ao leitor um detalhe minucioso da situação qualitativa na Extremadura espanhola na década de 1820.

O mesmo acontece a propósito da instrução primária na década de 40, já no capítulo 5 (pp. 95-176), possibilitando, pelas informações provenientes do *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus Posesiones de Ultramar*, de Pascual Madoz, a apresentação de variadas tabelas onde constam a população da região estremenha, pressupostos municipais, salário do secretário da educação e valores destinados à dotação de cada escola (pp. 99-105).

A análise feita pelo autor vai permitir perceber, em relação ao volume populacional, não só a quantidade de escolas públicas existentes na década de 40 do século XIX, como também o valor com que cada escola podia contar e também se eram escolas apenas para rapazes, exclusivas para raparigas ou mistas.

Ficamos então com a percepção de que houve 9 localidades que aparentam ter tido uma maior preocupação com as necessidades educacionais dos seus jovens habitantes, mostrando “*una vez más la discriminación que en estos momentos padece la educación femenina*” (p. 112), sendo que as dotações médias das escolas masculinas são superiores às das femininas.

Constata ainda Cortés Cortés que, em algumas (raras) ocasiões, para além da dotação municipal, existe um sistema de financiamento misto da escola, proveniente de fundos concelhios ou de obras pias administradas pelo município (p. 113).

Através da análise da obra *Estado de la instrucción primaria de esta provincia en el presente año... maestros que ejercen con título ó sin él...*, incluído no *Boletín Oficial de la Provincia* de 8 de janeiro de 1842, o autor conclui que existe alguma semelhança entre os dados provenientes deste texto e os do trabalho de Pascual Madoz, para além de que existia ainda alguma debilidade das estruturas públicas da instrução provincial e consequente importância quantitativa das escolas privadas.

Em seguida são apresentados os locais mais favorecidos e os mais desfavorecidos do conjunto provincial, questionando-se, e respondendo devidamente, sobre os motivos que causariam essa mesma distribuição.

Quando, ainda no mesmo capítulo, o autor tenta fazer uma análise individual das realidades educativas locais, constata as dificuldades encontradas, uma vez que não existem muitos estudos sobre as essas estruturas, justificando por isso a sua escolha em fazer uma aproximação a este tema limitada à cidade de Badajoz e Jerez de los Caballeros (neste caso resultado de obra já publicada pelo autor), recorrendo novamente ao *Diccionario* de Pascual Madoz.

Neste ponto voltamos a receber informações acerca dos estudos femininos, mas também relativas ao material escolar, aos professores existentes e à situação educativa em Badajoz em 1844, bem como propostas de melhoria da situação educativa, que passaria pela criação de uma “*escuela pública de párvulos*” (p. 155), ou seja, do ensino pré-escolar e também uma análise da situação escolar dos alunos das escolas privadas.

Quando chegamos ao capítulo 6 (pp. 177-197), a propósito da situação educativa em 1859 e em 1870, encontramos uma análise relativa ao primeiro ano indicado, juntamente com uma abordagem comparativa entre estes dados e os de 1841 mas a este ponto seguem-se apenas um conjunto de tabelas relativas a 1870 sem qualquer análise feita pelo autor.

Chegamos então aos anos finais do século XIX, tratados a partir da análise, entre outras fontes, das *Quantificaciones de 1897*, no capítulo 7 (pp. 197-285). Essas informações são provenientes da *Relación de las cantidades devengadas y abonadas por descuentos de las Escuelas de esta provincia* e que foram publicados em vários números do *Boletín Oficial de la Provincia de 1898*. Entende o autor que a riqueza deste documento proporciona um amplo conhecimento da situação educativa provincial dos finais do século XIX e, depois de uma análise e articulação com outras fontes, o autor chega à conclusão, mais uma vez, de que também aqui se manifesta uma infraestrutura pública educativa em melhores condições do que aquela encontrada em 1841, demonstrando-o nas tabelas apresentadas nas páginas 213 a 215.

Destina ainda o autor alguns parágrafos a propósito das dificuldades de instalação de escolas pré-primárias (*escuelas de párvulos*), na região, situação ultrapassada com algum sucesso no final do século XIX.

Contudo, de acordo com as análises finais do autor, apesar de alguma legislação aprovada ao longo do século XIX tentar melhorar a situação educativa da região, verifica-se que, por um lado, se encontram municípios onde não existe o número mínimo de escolas elementares de rapazes e de raparigas e que, por outro lado, outros *Ayuntamientos* dispõem de mais escolas do que as definidas.

Para além disso, conclui também o autor que “*parece que los habitantes de las localidades más pobladas son los que padecen mayores carencias en sus dotaciones educativas de instrucción primaria pública*” (p. 231), o que reduz as possibilidades de os seus habitantes terem todos o mesmo acesso à educação.

Mesmo assim, apesar de o Real Decreto de 23 de fevereiro de 1893, prever que o distrito faça o necessário para ter escolas em número suficiente em relação à população que dele faz parte, Cortés Cortés refere que desde os anos 80 que esta situação se afigura complexa e, apesar de não ser bem entendido por muitos, são feitas subvenções a escolas privadas para que recebam todos os alunos necessários.

Cortés Cortés aponta ainda uma situação que nos parece importante para entender as dicotomias entre o que são as diretivas gerais e as ações particulares dos Distritos: “*por lo general, las actuaciones municipales entrevistas, los acuerdos y la toma de decisiones ligadas a la instrucción primaria de cada localidad, se mueven entre, por un lado, los que parecen propósitos municipales de fomentarla y extenderla, incidiendo e intentando profundizar en la que a finales de siglo era una específica responsabilidad de ya dilatada tradición, y, por otro, las dificultades económicas inherentes a esa obligación legal. Dificultades económicas acentuadas por la generalizada situación de crisis que en los momentos finales del siglo XIX parece se registra, cuando menos, en la provincia de Badajoz y de la que se hacen eco los acuerdos municipales*” (p. 249).

Segue-se então uma análise relativa às causas para as dificuldades financeiras e consequentes dívidas dos Distritos às instituições educativas ou aos próprios professores, situação essa que se encontra já nos anos 70 e que vai piorando até ao final do século.

A este propósito referem-se ainda as ideias deixadas por D. Pedro Redondo y Población, Inspetor de Instrução Primária, o qual, no seu discurso na entrega de prémios aos alunos das escolas municipais de Badajoz, em 1892, apresenta o estado da educação naquela cidade. Sobre este assunto ficam algumas notas, nomeadamente o facto de que esta situação não espelhava o que de facto acontecia na generalidade da província, e que vai mais tarde ser incluído em novo texto de Redondo y Población, datado de 1895, e onde é indicado que é necessário aumentar o número de escolas primárias e pagar com maior pontualidade os seus encargos, fazendo cumprir a Lei (p. 268). Afigura-se-nos importante destacar (apesar de Cortés Cortés assinalar o facto de Redondo y Población não citar as suas fontes) que, em 1895, 97,03% dos homens e 95,78% das mulheres não sabiam ler e que 72,09% dos homens e 84,40% das mulheres não sabiam escrever (p. 269).

Finaliza o autor o seu trabalho reconhecendo que, apesar da evolução positiva na província de Badajoz, esta não acompanhava a evolução nacional, reflexo provável de que as melhorias operadas não foram as suficientes.

Apesar de todas as referências documentais, de grande volume e importância, este último capítulo leva o autor a avançar e recuar no tempo, para justificar a situação em que se encontrava a província de Badajoz no final do século XIX (apresentando ainda alguns dados relativos já à primeira década do século XX). Contudo, esta fluência de texto escolhida torna difícil ter uma ideia clara dos dados que nos pretende apresentar.

Entre as palavras finais, lugar para o sentimento de obediência ao que havia planeado inicialmente apresentar: uma *“panorámica global de la educación en la província de Badajoz del siglo XIX. Realidad brillante y panorámica sombría. Porque ligeramente sombrío aparece el cuadro resultante, radiografía del estado de la educación y de las instituciones educativas primarias. Y porque brillante se manifiesta el desvelo del conjunto de los maestros y de las maestras, de sus auxiliares”* (pp. 282-283).

SARA MARISA DA GRAÇA DIAS DO CARMO TRINDADE

CEIS 20/ UC

sara.trindade@uc.pt

Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, *História da Inquisição Portuguesa 1536-1821*. Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016. 608 p.

A primeira edição do livro *História da Inquisição Portuguesa*, escrito por Giuseppe Marcocci e José Pedro Paiva, foi publicado em Lisboa no ano de 2013 pela editora A Esfera dos Livros e em outubro de 2016 foi lançada a segunda edição revista.

Marcocci é historiador e professor na Università degli Studi della Toscana na Itália, especializado em História Política, Cultural e Religiosa da Península Ibérica, autor do livro *A consciência de um império: Portugal e o seu mundo, sécs. XV-XVII*, publicado em 2012 em Coimbra. Paiva é historiador e professor na Universidade de Coimbra e investigador no Centro de Estudos de História Religiosa; concentra-se na área de História Religiosa e Cultural em Portugal. Entre suas produções bibliográficas, destacam-se os livros *Bruxaria e superstição num país sem “caça às bruxas”*, lançado em Lisboa em 1997; *Os bispos de Portugal e do império (1495-1777)* lançado em Coimbra em 2006; *Baluartes da Fé e da disciplina. O enlace entre a Inquisição e os bispos em Portugal (1536-1750)*, publicado em Coimbra, em 2011.

A *História da Inquisição Portuguesa* é uma obra de fôlego e uma referência importante para os estudos sobre a Inquisição portuguesa. Os autores, à luz de farta documentação sobre todo o período de existência da Inquisição, analisam temas recorrentes nos estudos historiográficos sobre o tema, ampliando o sentido e o alcance acadêmicos de suas discussões. Ao imbricar aspetos econômicos, culturais, sociais, políticos e religiosos, o livro leva o leitor a compreender a Inquisição como um fenômeno histórico complexo e, por isso, arredio a explicações monocausais. Mas há um aspeto que se destaca na obra, o delineamento da instituição como sistema jurídico, como um aparato administrativo regido por normas e controles sociais cuja originalidade estava na sua organização em rede.

Esse delineamento institucional concebeu estratégias de dominação social e política que configuraram a unidade identitária nacional portuguesa a partir da religião. No entanto, essa busca de uma unidade religiosa é uma obviedade que não daria conta, por si só, de explicar a continuidade do Tribunal do Santo Ofício, sua influência política e legitimidade social que possibilitaram sua longa existência. Para compreender esse sistema de dominação, os autores trilham um caminho pouco tratado na historiografia que é o modo pelo qual a poderosa instituição se estruturou: como um sistema constituído por normas, regras, cargos, salários e uma tessitura organizacional com autonomia financeira e administração rotineiros. Sem a estruturação de um sistema com entrada de

recursos financeiros, de processos acusatórios e com condenações juridicamente embasadas, a Inquisição portuguesa não teria conseguido sobreviver por quase três séculos.

Com essa intenção, Marocci e Paiva explicitam que a síntese histórica que eles empreenderam está centrada no Tribunal, isto é, na compreensão de sua evolução desde sua instalação; no seu desenvolvimento até a sua consolidação com a implementação de seus vários regimentos; e, também, na compreensão de seus contornos ideológicos que configuraram o sistema jurídico-religioso como uma instituição poliédrica “com impactos enormes na sociedade portuguesa, na qual assumiu uma vocação hegemônica que respondia à ordem religiosa e cultural em transformação, com repercussões em todos os âmbitos” (p. 15).

Mas o estabelecimento da Inquisição, como se pode ler nas páginas iniciais do livro, não era consensual antes de seu estabelecimento. Os jogos de poder entre os atores políticos, a coroa e os bispos, deixam entrever um processo marcado por posições antagônicas quanto à instalação do Tribunal do Santo Ofício em território português. A tensão se explicita na existência de duas tendências na corte, uma humanista influenciada por Erasmo de Roterdão, contrária à existência do Tribunal, e outra conservadora, que reagia às novidades que se introduziam no mundo renascentista trazidas pelo pensamento científico e pela reforma e que via no estabelecimento de uma nova forma de pensar as relações humanas e a religião uma ameaça ao dogma católico e à centralidade espiritual no domínio social, cultural e político em Portugal.

Fosse ou não possível outro o caminho histórico a percorrer, o resultado da tensão foi a instalação do Tribunal em Portugal no reinado de D. João III, em pleno Renascimento Português, na cidade de Évora, com a bula *Cum ad nil magis* do Papa Clemente VII. Seus tribunais acabaram se estabelecendo no território português em três regiões geograficamente estratégicas, Lisboa, Coimbra e Évora, além de sua forte atuação em Goa, na Índia, e estender seu controle na África e Brasil através de visitas inquisitoriais.

A instituição inicialmente se organizou em torno de um Conselho de Deputados, cujos membros eram ligados aos teólogos da Corte. O Conselho se responsabilizava por arrolar os delitos a serem julgados pelo Santo Ofício. Entre eles, além da preocupação com a ameaça da disseminação de crenças luteranas, estavam previstas heresias como bigamia, bruxaria, elementos da religiosidade popular e toda sorte de transgressões privadas pecaminosas, de ordem íntima e mesmo espiritual dos habitantes do reino, revelando sua face totalitária. Mais tarde, essa forma deliberativa coletiva foi substituída pela centralização de poder no inquisidor geral, com a nomeação do D. Henrique em 1539.

O Tribunal era, sobretudo, uma instituição eclesiástica com participação da coroa, ainda que esta fosse concorrente à hegemonia religiosa alcançada no interior da correlação de forças políticas do Estado. Assim a instituição adquiriu uma certa autonomia como sistema punitivo em relação ao poder régio, e às outras justiças, que tendia a sobrepô-lo. Essa assimetria política seria revertida, dois séculos depois da instalação do tribunal do Santo Ofício, em favor da monarquia com as reformas do Marquês de Pombal, no século XVIII, ao subordinar o Tribunal ao Estado, depois de proibir a discriminação entre cristãos-novos e cristãos-velhos, removendo assim o motivo primordial de sua existência.

A política inquisitorial era persecutória contra as minorias em geral, mas teve como alvo privilegiado, como o coração mesmo da Inquisição, a perseguição aos cristãos-novos. O estabelecimento da Inquisição foi o desfecho de uma situação social que se arrastava desde 1496 quando os judeus foram expulsos do território português e, no ano seguinte, quando foram batizados à força. A partir daí se estabeleceram, no corpo da sociedade portuguesa, dois tipos de habitantes do reino os chamados cristãos-novos e os cristãos-velhos. Os primeiros foram estigmatizados por sua antiga religião que, na verdade, não parecia ter sido abandonada, uma vez que muitos continuavam a professar a antiga fé como cripto-judeus. Acrescenta-se a isso outro motivo de desconfiança aos olhos da população. Além das razões de ordem religiosa, havia um sentimento de ódio e de antipatia aos arrendadores de impostos e aos ricos comerciantes, ocupações exercidas maioritariamente de judeus.

A imensa maioria de cristãos-velhos tinha pouca ou nenhuma instrução e ficou submetida aos sermões populares e a prédicas dominicais de nítida judeofobia, que já se verificavam em Portugal e na Espanha desde o século XV ou ainda anteriormente, desde o século XIII, em toda a Europa desde a publicação dos cânones antijudaicos do Concílio de Latrão. A transformação de judeus em cristãos-novos passou a ser um motivo de discriminação social no país lusitano talvez pelo fato da política de integração imposta por D. Manuel, nos tempos da conversão forçada, ter sido grandemente rejeitada por parte do clero e pela população submetida às influências dos predicadores. Os cristãos-novos se tornariam, por esse motivo, alvos privilegiados como inimigos da fé católica, como aconteceu em 1506 num episódio sangrento conhecido como Massacre de Lisboa que levou milhares deles à morte por linchamento.

No sentido teológico, propriamente dito, para a Igreja os judeus eram uma ameaça contra o dogma maior da Igreja Católica, a Santíssima Trindade. A maior oração judaica, o Shema, é uma declaração da unicidade e indivisibilidade de Deus e o conteúdo de um de seus livros mais importantes, uma mistura de texto

sagrado e guia de orientação para a vida, o Talmud, reforçava a ideia de uma religião contrária à idolatria, o que afrontava o costume católico de cultuar santos e a Virgem Maria.

Mas o clero não atingia a mente popular com disputas de natureza teológica, tão comuns no século XV. As disputas eram esotéricas pois o acompanhamento e julgamento dos embates entre estudiosos cristãos e judeus dependiam de um nível intelectual elevado. O antijudaísmo da população foi construído discursivamente por meio da demonização de comportamentos judaicos estereotipados de que eram acusados como o sacrifício de crianças para o Shabbat e a profanação de hóstias em igrejas, crenças já disseminadas em toda a Europa durante a Idade Média e que iriam perdurar ainda por séculos na literatura e propaganda antisemitas.

A organização jurídica e organizacional sob a qual o Tribunal realizou a sua função persecutória deveu-se ao Cardeal-Rei D. Henrique, com seu forte sentimento antijudaico. Como inquisidor-geral, logo no início da atuação do Tribunal do Santo Ofício, foi de vital importância para a organização e consolidação da Inquisição como um sistema jurídico essencialmente cristão, cujas condenações se amparavam na confissão e no segredo processual. Isto é, a confissão “sincera” dos acusados dependia que a acusação do delito, geralmente feita por um delator que também havia sido delatado por outra pessoa, não fosse conhecida pelo herético. Além disso, a prática de quebra de sigilo sacramental da confissão tornou-se comum nesse sistema de delação, o que reforçava mais ainda o segredo processual. O inquisidor partia do pressuposto de que a culpa era certa e que a delação era verdadeira. Portanto, a confissão era um bem para o acusado que teria a oportunidade de se arrepender de suas heresias e garantir o perdão eterno.

Os meios de obtenção da confissão variavam segundo a predisposição do acusado em confessar, isto é, em acertar a acusação do delator e, também, se e o quanto se arrependia. De qualquer forma, a pena era certa, já que se partia sempre da presunção da culpa. Esta poderia ser leve ou grave, indo de penitências, como rezas de arrependimento, ao degredo ou o uso de hábitos perpétuos, até o relaxamento ao braço secular. A condenação e a pena estavam sempre intimamente ligadas à delação, à confissão e ao arrependimento. Em suma, o inquisidor, concentrando e conjugando em si o papel de investigar e o poder de julgar, conduzia o processo de modo a confirmar uma acusação desconhecida pelo réu, fruto de delação.

Ainda que aos olhos do direito racional e natural, já discutida pela filosofia política do século XVI, essa penalização fosse injusta, seus aspetos formais foram regulamentados por regimentos que conferiam ao sistema, contraditoriamente,

sua face instrumental-legal. O primeiro regimento da Inquisição foi em 1552, a cargo de religiosos da confiança do inquisidor geral, D. Henrique, que fixou as penas e as regras de funcionamento do Tribunal. Esse regimento, regulamentou as competências dos ministros, dos fiscais e dos deputados e, também, a ascensão ao cargo de inquisidor e seu perfil, constituindo soldos, carreiras e promoções. As visitas inquisitoriais foram regulamentadas proporcionalmente ao tamanho das localidades a serem visitadas. Também foram estipuladas normas processuais judiciais quanto à prisão do acusado com base no depoimento de uma só testemunha e no uso do já referido segredo processual. Estas seriam posteriormente criticadas pelos opositores do regime, como normatização que levavam a práticas desumanas e afronta a ideais humanistas. Essa ordenação jurídica também foi objeto constante de reclamações de cristãos-novos à Santa Sé durante os séculos de existência do Tribunal, gerando perdões gerais que atendiam mais à conveniência da coroa para obter receita em tempos críticos, por isso, foram esporádicos, embora esse não tenha sido, segundo os autores o motivo do estabelecimento da Inquisição em Portugal. Também havia uma previsão regimental do recrutamento de confessores intencionou a formação de uma rede de controle espiritual sobre a população, que era central no sistema punitivo inquisitorial baseado na confissão e na delação.

O livro foi organizado em cinco partes, que correspondem aos principais períodos da Inquisição Portuguesa, com o objetivo de abranger todo o período de vida do Tribunal do Santo Ofício, de 1536 a 1821. A primeira parte abarca o período de 1536 a 1605 que aborda o seu surgimento, seu desenvolvimento bem como a regulamentação e organização administrativa iniciais até a sua primeira grande crise com o perdão geral aos cristãos-novos em 1605. O regimento de 1552 já considerado anteriormente, no que se refere à especificação dos crimes, arrolou os vários tipos de heresia como bigamia, bruxaria, elementos da religiosidade popular e toda sorte de transgressões privadas pecaminosas, de ordem íntima e mesmo espiritual dos habitantes do reino, revelando sua face totalitária. Já o regimento de 1570 regulamentou o confisco de bens e o uso da receita. O confisco não visava dar suporte financeiro ao Tribunal, muitas vezes os bens de condenados, quando havia, eram utilizados para sustentar os próprios presos nos cárceres e tantos outros foram assistidos pelas Misericórdias.

A segunda parte corresponde ao período de 1605 a 1681, ao tempo em que a Inquisição foi mais brutal contra os cristãos-novos acusados de judaísmo, logo após o perdão geral. Os regimentos de 1613 e 1640 regulamentaram ainda com mais precisão os aspetos processuais da Inquisição, a sua organização mais consolidada, as suas praxes que são analisadas e compreendidas a partir do processo do padre jesuíta António Vieira. Por fim, os autores abordam a

segunda grande crise da Inquisição portuguesa que porá um termo provisório ao Tribunal entre 1674 e 1681.

A terceira parte do livro aborda o período de transformação da Inquisição em sua fase barroca entre 1681, quando o Tribunal é restabelecido depois de sua suspensão de dois anos, e 1755, quando o terremoto de Lisboa danificou seriamente o Palácio da Inquisição. Os autores se propõem a dar ênfase aos “jogos de luz e sombra”, isto é, à correlação de poder e de prestígio entre os atores envolvidos na legitimação da Inquisição.

Destaca-se nessa parte um capítulo sobre a espetacularização da condenação e da execução da pena representada nos Autos de Fé, o principal cerimonial da Inquisição. Este refletia a estrutura rígida da instituição e de uma sociedade submetida ao dogma, a uma pedagogia das tradições católicas de maneira exemplar: a punição à heresia.

Os sermões, que também são abordados na terceira parte, são a expressão da violência simbólica promovida pelo clero sobre a sociedade. Como um grande rio com seus afluentes, os discursos religiosos irrigavam toda a sociedade inculcando modos de ser e de pensar na população que retroativamente se nutria do ódio que sustentava o próprio sistema inquisitorial: “O Santo Ofício era um corpo aberto ao contexto político, social e religioso em que atuava, manipulando-o e sendo por ele manipulado” (p. 287). Com o gradual arrefecimento da perseguição aos cristãos-novos, a Inquisição voltou-se para outras heresias como o molinismo, o sigilismo e a maçonaria e para o controle da vida espiritual mais íntima das pessoas e também para práticas religiosas populares. Mas o Tribunal já não agia com a mesma força e nem as condenações com morte aconteciam do modo público, foram se restringindo a salas para pequenas audiências. Em sua, já a instituição já não tinha a mesma importância.

A quarta parte trata da Inquisição no período das reformas pombalinas, entre 1755 e 1820, quando a instituição chega a seu termo. Se a Inquisição submeteu muitas vezes o poder temporal ao religioso, será nesse período que Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, promoverá a sua adaptação a mera instância judiciária do Estado. Além desse poderoso peso contrário às forças do Santo Ofício sobre o poder temporal, outro fator de desestabilização tardia da Inquisição foram os ideais da Revolução Francesa. Portugal amargou uma péssima reputação em razão do anacronismo e crueldade de suas instituições que sobreviviam às duras penas nos primeiros anos do século XIX, já submetida ao poder temporal. O regimento de 1774, por fim, descaracterizou a instituição pré-anunciando o seu fim ao abolir institutos jurídicos importantes como o segredo processual, o testemunho de uma só pessoa contra o condenado e a prática da tortura, além de, e o que é mais importante, a proibição de sequer

chamar alguém de cristão-novo, eliminando assim seu alvo, principal inimigo e razão de existência da Inquisição.

A quinta e última parte trata da historiografia sobre a Inquisição e de questões relativas às razões de seu estabelecimento e de sua longa duração à revelia das transformações mundiais. Essa parte ressalta duas tendências acadêmicas, uma para a explicação sociocultural, que acentua os contornos religiosos da existência da instituição, e outra tendência que aponta para o interesse meramente monetário e financeiro da coroa e do clero, dado o perfil socioeconômico de judeus e cristãos-novos na sociedade portuguesa. Por fim, as últimas páginas do livro refletem sobre o papel da revolução liberal e de seu secularismo para o fim da Inquisição.

Em síntese, o Tribunal do Santo Ofício foi um sistema jurídico de delação-condenação-punição com capacidade financeira e administrativa e um enorme poder religioso, que se sustentou sobre os seguintes alicerces: 1) hegemonia – confere uma relativa autonomia na gestão administrativa e, ao longo do tempo, financeira; 2) normatização do cotidiano – estabelece cargos, salários e funções; 3) ordenação legal – punição aos hereges, em sua grande maioria cristãos-novos, com base no segredo processual, no testemunho de uma só pessoa e na quebra do segredo sacramental da confissão; 4) rede de confessores para o controle espiritual; 5) de rede de familiares com cargos honoríficos para o controle social; 6) censura e censores – para o controle intelectual, do pensamento e da produção acadêmica.

Assim alicerçado, o Tribunal controlou a totalidade da vida portuguesa, como uma máquina burocrática com entrada de processos e de condenações que visava nutrir e manter sua engrenagem e, ao mesmo tempo, como protetor da vida religiosa, como doutrinador e único balizador da vida dos portugueses. Pode-se dizer, ainda, a partir da leitura da obra, que o Tribunal foi um sistema híbrido, estruturalmente racional em seus aspectos formais-legais e irracional por sua motivação dogmática e modo cruel de dominação da vida social, política e cultural portuguesa, cujas marcas e inspiração se fizeram sentir mesmo depois de sua extinção.

RITA RIBEIRO VOSS

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

ritaribeirovoss@uc.pt

Francisco Bethencourt, *Racismos: Das Cruzadas ao Século XX*. Temas e Debates, Lisboa, Círculo de Leitores, 2015, 582 p.

A presente obra da autoria de Francisco Bethencourt, professor titular da cátedra Charles Boxer de História no King's College de Londres, é o produto de nove anos de trabalho do historiador. Iniciada em 2004/5 foi dada à estampa em 2013, pela Princeton University Press com o título original *Racisms – From the Crusades to the Twentieth Century*.

Foi trazida a público com o intuito de esclarecer as origens do conceito de racismo, as diferentes formas que este adquiriu ao longo do tempo (nos diversos contextos sociais, políticos e económicos), e demonstrar que o racismo não é uma prática linear instalada na cultura das sociedades ocidentais. Pretende ainda comprovar que “o racismo enquanto preconceito étnico associado a ações discriminatórias foi motivado por projetos políticos” (p. 18). Como âmbito cronológico deste estudo o autor definiu a época das Cruzadas (século XI) até ao século XX, explicando que a geografia do estudo se centra no mundo ocidental atendendo ao facto de a Europa possuir um registo mais consistente, não dispensando contudo a comparação com outras partes do mundo.

O livro compreende, além da introdução e da conclusão, dezanove capítulos (cronologicamente organizados, desde a Grécia Antiga até à Ásia contemporânea), contendo ainda ilustrações e mapas. O autor optou por agrupar os dezanove capítulos da obra em cinco grandes partes que intitula: a primeira “As Cruzadas”; a segunda a “Exploração Oceânica”; a terceira as “Sociedades Coloniais”; a quarta “Teoria das Raças”, e a quinta “Nacionalismo e Mais Além”.

Na “Introdução” da obra o autor informa, detalhadamente, o leitor sobre o objeto de estudo e os problemas (os iniciais e os que se foram levantando ao longo da pesquisa), as fontes que suportam as suas teses, bem como as metodologias, critérios e conceitos utilizados ao longo do estudo. Deixando antever o constante diálogo, quer com as fontes, quer com a bibliografia. No que respeita às fontes, refere a utilização de fontes primárias, tanto escritas, como iconográficas, recorrendo ao seu confronto para sustentar a sua tese. Quanto à bibliografia, apresenta as opiniões de diversos autores manifestando a sua, devidamente argumentada e sustentada.

A primeira parte da obra dedica-se à expansão da Europa latina através do fenómeno das Cruzadas, destacando a complexidade e o impacto das mesmas a vários níveis, nomeadamente o geográfico, com os processos de conquista e integração de territórios, e social, através de migrações bem como da inclusão ou segregação e discriminação das populações autóctones, salientado que este último aspeto acarretou o implantar de “novas e velhas perceções de diferentes

povos, as quais viriam a dar forma às classificações e às hierarquias” (p. 28). É, essencialmente, este o cerne do presente capítulo: tratar o contexto e o impacto das Cruzadas na sociedade e as suas percepções, desde a Grécia Antiga, passando pelas invasões bárbaras e pelo expansionismo muçulmano, uma vez que o autor considera que a origem de muitos dos preconceitos radica em tempos remotos. Ainda nesta parte, destaca um importante conflito ideológico entre a vertente universalista da Igreja e os conflitos de interesses locais, resultando no subjugar das populações e no acentuar dos preconceitos étnicos com base na religião.

A segunda parte, servindo-se “da personificação quincentista das quatro partes do mundo” (p.99) para estruturar os capítulos aqui inseridos, tem como fim analisar as percepções europeias relativamente aos povos asiáticos, americanos e africanos, norteando-se pela linha dos estereótipos que os caracterizam de modo a perceber a dinâmica dos preconceitos associados à descendência étnica. O autor pretende, através de vários exemplos, elucidar o leitor sobre a visão europeia dos povos e da humanidade nos primórdios da Época Moderna. Esta parte do estudo tem, ainda, como finalidade apurar três aspetos: o primeiro prende-se com a necessidade, ocorrida no século XVI, de classificação da diversidade humana existente nas várias partes do mundo, de modo a conferir uma “organização” ao caos decorrente dos novos contactos civilizacionais promovidos pela expansão marítima; o segundo ponto centra-se na análise da evolução dos critérios que presidiram à identificação dos povos das várias partes do mundo; e o terceiro foca-se em perceber o papel da descendência e da divisão entre castas, tendo como ponto de partida a importância atribuída à questão da descendência dentro da comunidade cristã. Salienta-se a interessante e útil utilização do frontispício do primeiro atlas impresso, *Theatrum Orbis Terrarum* (A. Ortélio, 1570), para explicar o início da história da personificação das quatro partes do mundo e, por conseguinte, dos seus povos, estabelecendo uma hierarquia muito explícita dos continentes, que se percebe desde logo pela análise da iconografia (de destacar que o autor incluiu um apêndice com as fontes iconográficas para as quais remete durante o estudo).

“Sociedades Coloniais” é o título da terceira parte da obra onde o autor discorre sobre as sociedades coloniais, desde o século XVI até ao século XIX, partindo da análise dos processos de “conquista, transferência de populações e construção de novas sociedades, definidos pela supremacia branca” (p. 29). Neste ponto o autor investiga o percurso da classificação dos povos, partindo das condições de cada contexto, referindo os projetos políticos que lhes estão associados, através das políticas de segregação e discriminação, adotadas pelas principais potências coloniais europeias, nomeadamente Portugal, Espanha, França, Holanda e Grã-Bretanha, tratando ainda a questão do abolicionismo.

Na quarta parte da obra dedica-se ao estudo das “Teorias de Raça”, analisando as mesmas em articulação com o seu impacto na sociedade e nas políticas adotadas nos séculos XVIII e XIX. Neste ponto do estudo, o autor debruça-se sobre a ligação entre a história da ciência, com as referências aos grandes pensadores (e suas teses da teoria das raças) iniciando-se com os estudos de Lineu sobre a taxonomia e referindo as grandes dificuldades sentidas na definição de cada raça. Seguidamente, aborda o racionalismo científico que caracterizou o século XIX, um aspeto que, no seu entender, permite perceber a estreita ligação entre as formas de classificação e os projetos políticos. Para tal recorre ao evolucionismo de Charles Darwin que quebrou com a anterior discussão entre poligenistas e monogenistas, relativamente à criação, salientando, todavia que, a tese de Darwin acabou por ser convertida “num sistema de ideias acerca da evolução social e numa visão hierárquica das diferentes fases da humanidade” (p. 30).

Através da leitura da derradeira parte do estudo, “Nacionalismo e Mais Além”, o leitor fica ciente da real influência das teorias raciais na construção de projetos nacionais, nomeadamente através da criação de políticas raciais, por parte de alguns países (como Alemanha e Itália), como forma de se afirmarem perante os grandes impérios da época, como o Império Otomano, Russo e Austríaco. Com a emergência dos nacionalismos surgiram novos projetos políticos que conduziram à formação de novas identidades, construídas com base na divisão de Estados já existentes (ou não), mas que, anteriormente, se regiam por uma lógica imperial. Toda esta dinâmica de reorganização, tanto a nível político, como social, teve as suas repercussões sobre os preconceitos étnicos, o que promoveu a implementação de políticas de exclusão. É ainda de salientar que a vertente nacionalista teve o seu impacto fora da Europa, sendo de notar os casos da América ibérica, do continente africano e da Ásia.

Em jeito de conclusão, diria que se trata de uma obra altamente recomendada para qualquer tipo de leitor, académico ou não. Além de inovadora, muito bem documentada, e estruturada e com um grande alcance temático e cronológico é reveladora de uma notável capacidade de relacionar acontecimentos e fontes, bem como de colocar questões a estas últimas, de fácil leitura e que cativa o público e o esclarece sobre esta grande, e atual, questão que é o racismo.

MARIANA RAMOS FONSECA

Mestranda em História Moderna
na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

mariana613@sapo.pt

Eugénia Rodrigues, *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena: os Prazos da Coroa em Moçambique nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013, 1050 p.

Eugénia Rodrigues, doutorada em História, ramo de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, pela Universidade Nova de Lisboa, publica este livro que tem por base a sua tese de doutoramento.

Trata-se do estudo das relações entre portugueses e africanos em Moçambique, no grande vale do Rio Zambeze. A autora propôs-se a identificar e interpretar os prazos da Coroa, o que implica um estudo não só da presença portuguesa, mas também dos africanos que viveram em território controlado por portugueses. A cronologia escolhida compreende os séculos XVII e XVIII e corresponde a um período de algum expansionismo territorial na região e ao aparecimento dos primeiros prazos, na viragem para o séc. XVII.

A obra está dividida em quatro grandes partes, compreendendo um total de dezasseis capítulos. Na primeira parte, a autora oferece uma visão geral das relações entre portugueses e africanos nos sécs. XVI a XVIII. Começa por caracterizar o território, essencialmente na sua vertente geográfica, referindo algumas tribos que lá viviam. De seguida, a autora dá ênfase às empresas portuguesas realizadas entre o período de 1570 e 1637. A expedição de Barreto-Homem merece uma menção especial por ter permitido a instauração de um governo no território. As ações portuguesas desse período demonstram a capacidade de negociação de então, jogando sempre com os atores locais de acordo com as conveniências. No capítulo 3 alude-se à concorrência estrangeira na região. É referida a importância dos mercadores ou missionários, especialmente quando o controlo da Coroa não estava tão presente. O quarto e último capítulo incide sobre a expansão para norte, depois da expulsão dos portugueses do planalto o que implicou um novo tipo de relacionamento com os *Mutapa*.

A segunda parte pretende analisar todo o processo de construção do território que estava sob administração e jurisdição portuguesas. É assim analisada a geografia das Terras da Coroa e as suas formas de aquisição. A incorporação de territórios africanos resultou tanto de iniciativa particular, como do poder central. Mas o domínio territorial estabelecido por súbditos da Coroa portuguesa não significou necessariamente o alargamento da soberania portuguesa devido aos condicionalismos decorrentes da disparidade de forças entre portugueses e africanos. Os capítulos 5 e 6 focam-se assim na construção do território e nas formas de domínio, e os capítulos 7 e 8 incidem sobre os avanços e recuos territoriais entre 1640-1807, tendo sempre no horizonte os prazos da Coroa.

A terceira parte é constituída por seis capítulos que a autora dedicou às questões jurídicas. Foca o regime de propriedade da terra nas colónias, tanto no Atlântico como no Índico, ficando evidentes as diferenças entre ambos. Aborda a instituição dos aforamentos, assim como as suas características e clausulas. Avalia a evolução do regime jurídico dos prazos, desde o documento da doação de terras, a duração e renovação dos contratos, as formas de transmissão dos prazos e o pagamento dos foros. Acentua, de forma particular, as diferenças entre o ordenamento jurídico e as práticas administrativas. E, por fim, apresenta as elites dos senhores dos prazos, constituídas essencialmente por “casados”, solteiros e missionários.

Na quarta e última parte são definidas as relações sociais e de poder, onde a autora tem especial cuidado em avaliar os sistemas políticos africanos sob domínio português. Começa por indicar o processo de aquisição do foro, a sua administração, as escolhas das chefias, as taxas e serviços, os poderes judiciais e os deveres dos senhores. A partir de alguns dados demográficos, abordou a questão dos colonos de origem africana, e dos escravos, ou seja, a sua aquisição, coerção e utilidade, assim como as formas de resistência usadas por eles. Por fim, aborda o regime jurídico que se aplicava a estes dois tipos de africanos e os laços de parentesco.

De realçar ainda que os apêndices são constituídos por uma grande diversidade de informação relevante: um glossário de termos usados na região à época, tabelas de capitães, governadores, tenentes-gerais e Secretários de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos.

A metodologia usada pela autora partiu do estudo da evolução do território e dos poderes presentes no mesmo, passando depois para uma análise exaustiva dos prazos e das relações entre os portugueses e africanos, feita a dois níveis: o estudo dos contratos, das suas implicações e a evolução do regime jurídico; e os grupos de indivíduos, ou seja, as elites e o seu perfil, as suas relações com os poderes e as elites africanas. É de realçar o facto de este estudo incidir não só sobre a presença portuguesa naquela região, mas também sobre as populações nativas nas suas articulações com os poderes e as instituições portuguesas, por ser um aspeto descuido em muitos trabalhos sobre o império. A Parte I e a Parte IV são bons exemplos desse tipo de abordagem e de articulação.

Esta obra apoia-se num grande número de fontes, muitas delas inéditas. As fontes históricas de Moçambique encontram-se divididas por vários fundos documentais, espalhados por diversos arquivos e bibliotecas: Arquivo Histórico Ultramarino, Biblioteca Nacional, Biblioteca da Ajuda e Arquivo Histórico de Goa, entre outros. Ao reunir as fontes sobre Moçambique dos diversos arquivos, assim como outras fontes publicadas, esta obra torna-se de consulta

obrigatória para quem pretende investigar a História de Moçambique. Quanto à bibliografia, podemos considerar que foi bem escolhida, consultando mais de duzentas obras, tanto nacionais como estrangeiras, de caráter geral, ou mais específicas sobre o tema. Sendo esta uma publicação de dezembro de 2013, só identificamos a não citação da obra *Portugal: a missão da conquista no Sudeste de África: história das missões da Zambézia e do Reino Monomotapa 1560-1920*, de Paul Schebesta (2011).

Elenco agora algumas das conclusões a que a autora chegou e que merecem ser referidas: os mercadores foram os primeiros a penetrar no território e a importância da prata levou a projetos de conquista. O território crescia com interferência da coroa, mas também por iniciativa dos governadores e conquistadores. Os prazos do Vale do Zambeze não se reportam sempre à mesma realidade geográfica. As concessões foram realizadas a partir de Goa, com a extensão da administração do Estado da Índia ao Vale do Zambeze – este regime jurídico já estava em vigor noutros territórios do Estado e tudo indica que a coroa não interferiu diretamente na sua introdução nos prazos do Rio Sena.

A instauração do regime dos prazos ocorreu antes do que se pensava, geralmente entre 1630-1640, mas sim a partir de 1608. Os prazos eram concessões do domínio útil da terra, em troca do pagamento de um foro à coroa. Estes aforamentos tinham a duração de três vidas, sendo que a atribuição de terras estava sujeitas à confirmação régia. Esperava-se dos foreiros o enquadramento político das populações locais e a defesa desses territórios. Depois da autonomia de Moçambique face a Goa, a concessão de terras toma cada vez mais por modelo as sesmarias. No final do séc. XVIII os governadores promovem o princípio de um prazo por pessoa, para atrair mais moradores ao território.

Os prazos dos Rios de Sena foram a base do poder, da riqueza e identidade de uma elite recrutada no reino e no Estado da Índia, devido à falta de mulheres europeias e indianas, promoveu-se a miscigenação, que levou à mestiçagem. Os mestiços integravam o grupo de pessoas que tinham direito de sucessão dos prazos.

No séc. XVII, os mercadores estabelecidos em terras nas feiras do planalto *karanga* foram tão influentes como os senhores dos prazos. No século seguinte, a elite identifica-se mais com os senhores dos prazos, pois eram estes que desempenhavam a maioria dos cargos de administração, ou começavam como funcionários que conseguiam obter prazos.

As “donas”, na sua maioria mulheres mestiças descendentes dos senhores dos prazos, vão ter grande preponderância: a administração de Goa titulóu várias terras em nome das mulheres que assim transmitiam o título pelo casamento.

O regime de prazos adquiriu em cada território particularidades decorrentes das normas construídas nas sociedades locais e da dinâmica da evolução dos grupos sociais existentes. Estes constituíram um modelo de estruturação da sociedade, assim como um instrumento de administração do território, que conferia aos senhores o poder para administrar as populações africanas.

A riqueza dos senhores baseou-se no comércio e mineração. Mas para tal foi necessário o controlo da terra e das populações africanas. De um modo geral os senhores dispuseram também de uma considerável mão-de-obra escrava, que assegurava o funcionamento da maioria das diversas atividades económicas.

O exercício da autoridade por parte dos senhores dos prazos acolheu-se ao abrigo dos padrões sociais e políticos africanos. Podia refletir-se na oferta de presentes, ou no uso de violentas formas de coerção, o que podia levar à fuga de pessoas dos prazos.

As relações entre os africanos dos prazos iam além da oposição homens livres e escravos. Houve laços de parentesco entre indivíduos de ambos os grupos, o que podia frustrar as intentadas ações de violência.

Por tudo o que foi exposto, considero que estamos perante uma grande investigação, que resultou numa obra muito relevante para a historiografia.

JOSÉ LUÍS DOS SANTOS BARBOSA

Mestrando em História Moderna
na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
jlsb101088@gmail.com

José Augusto dos Santos Alves, *A opinião pública em Portugal: da praça pública à revolução (1780-1829)*. Porto, Mediaxxi, 2015, 618 p.

A opinião pública em Portugal: da praça pública à revolução (1780-1820) é uma obra de José Augusto dos Santos Alves, investigador do Centro de História da Cultura, Doutor e agregado em História e Teoria das Ideias na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Universidade Nova de Lisboa.

Pretende-se com esta recensão crítica chamar a atenção para a pertinência da obra em destaque nos âmbitos da História da Imprensa e da opinião pública em Portugal, num momento em que todos os caminhos direcionavam o país para um pronunciamento liberal, que teve o seu auge nos dias 24 de Agosto (adesão do Porto à Regeneração) e 15 de Setembro de 1820 (chegada da Revolução a Lisboa).

A obra encontra-se organizada em três partes, além da introdução (que, considerando a quantidade de informação disponibilizada pelo autor, é já por si uma parte considerável da obra). A primeira parte prende-se com o fenómeno da Oralidade, e tem por subtítulo «Da praça pública ao limiar das Cortes Constituintes». A segunda parte tem por mote «O “milagre” da multiplicação da palavra» e, por fim, a terceira recebe o nome de «A escrituralidade: do “novelismo” às vésperas da “explosão” do periodismo».

Iniciando a apresentação da obra, destaca-se a densa introdução composta pelo autor, extensa tanto pelo tamanho como pela vasta informação que disponibiliza ao leitor: apresenta os principais objectivos do seu estudo, bem como as problemáticas inerentes à investigação de tópicos como os que irá abordar. Declara ao leitor que irá dedicar a presente obra ao exame da opinião pública que sobressaiu em Portugal entre 1780 e 1820, imbuída de um desígnio liberal que conduziu o país à Revolta Liberal de 1820. Esta opinião pública pautou-se pela interação entre os fenómenos da escrituralidade e da oralidade, ambos instigadores da disseminação cultural e ideológica, mas também pela interferência do espectro da clandestinidade, necessária num espaço de repressão e perseguição da Intendência Geral da Polícia aos ecos das revoluções que assolavam um pouco por toda a Europa.

A primeira parte, dedicada à oralidade, mergulha o leitor na complexa órbita do “despertar do espaço público liberal” (p. 59), questionando a contribuição do fenómeno oral na constituição do mesmo. A oralidade irá atuar no emergente espaço da opinião pública de forma estruturante, considerando a importância que o falar e o escutar exercem sobre a aprendizagem e a divulgação de conhecimentos, mas também por ser um modo de transmitir ideias que provoca maiores dificuldades de ser censurado. Seja nos salões, cafés, tertúlias, e outros, a oralidade empreende, ainda hoje, um peso considerável na manifestação da

opinião pública. 1780-1820 é um período marcado pela desconfiança esgotante da Intendência Geral da Polícia que vê em qualquer estrangeiro um potencial revolucionário, um possível maçom, um adepto do liberalismo. O cerco apertou ao mesmo tempo que o clima conspiratório sofreu um claro adensamento sobre todo e qualquer foco de interrogações e missivas pró-revolucionárias, de que Coimbra e Lisboa são protagonistas. Por sua vez, o poder repressivo adoptou meios de ação mais possantes e uma postura mais vigilante, ao mesmo tempo que os murmúrios da opinião se alargavam a outros meios, nomeadamente prisões e mosteiros.

A segunda parte, «O “milagre” da multiplicação da palavra», apresenta o impresso enquanto mecanismo de comunicação fulcral neste ambiente agitado de ideias e opiniões, da realização do descontentamento generalizado e do impacto que a crítica exercia sobre as gentes do país. Neste capítulo encontramos também um forte destaque à ação policial sobre a “civilização do impresso” (p. 159) e sobre qualquer mecanismo de comunicação ideológica, ação repressiva motivada pela tentativa de controlar qualquer foco de insurreição contra o poder vigente. Deparamo-nos ainda com a relevância do incremento no interesse pela instrução pública como guia para uma maior participação e atração pela política; o Rossio e a Praça do Comércio enquanto difusores particulares da praça pública; a caricatura pelo seu papel crítico e satírico, potenciador de uma observação mais reflectida e analítica do quotidiano e da sociedade; o papel da estampa, da poesia, dos espaços de convivialidade, das arbitrariedades cometidas contra Gomes Freire de Andrade (motivadas pelo receio e pela incapacidade cada vez mais palpável da Coroa em travar a fluência de ideias), e de outros mecanismos de divulgação de informação que, em constante articulação, instigaram a eclosão de um sentimento de resistência ao poder e à repressão, e de uma vontade de firmar novos caminhos para o país, mais liberais e aliados da justiça.

A terceira parte, «A escrituralidade: do “novelismo” às vésperas da “explosão do periodismo»», é dedicada à figura do novelista, “figura institucionalizada no campo da informação e da contrainformação”, que mediava a “articulação entre a palavra oral e a escrita, entre o alfabeto, o escolarizado e o analfabeto, na adequação entre uma forma de comunicação dominante, a oralidade, e a nova emergente, o impresso” (p. 265). Os novelistas foram personagens que operaram um papel importante no emergente espaço liberal, sobretudo enquanto divulgadores e mercadores de notícias e novidades, por entre várias franjas da sociedade portuguesa.

Considera, ainda, esta obra o papel da crítica popular, revolucionária e contrarrevolucionária, entre as últimas décadas do século XVIII, século das

Luzes, e as primeiras do século XIX, século das revoluções e mudanças drásticas nos paradigmas antigos. Marcam estas décadas um período de intensas mudanças aos níveis político, sociológico e intelectual; um período que, acalentado pelos ecos das revoluções e discursos liberais, marcou a viragem de um Portugal absolutista para um Portugal adepto e aspirante de uma Regeneração profunda. Nesta recensão procurou-se dar, em traços gerais, os primários fundamentos da obra. Todavia, considerando a extensão da obra e o cariz informativo de que está imbuída, só se disponibilizou uma ínfima parcela daquilo que pode ser encontrado em *A opinião pública em Portugal: da praça pública à revolução (1780-1820)*.

Em mote de conclusão, destacaria o rigor e a clara apresentação da informação, numa manifesta harmonia entre exposição e diálogo com o leitor. Os argumentos que fornece para justificar as suas teses apresentam-se sempre corroborados por uma série de excertos das fontes que consultou, e a partir das quais teceu as suas próprias conclusões. Apesar de ser uma obra cronologicamente balizada (1780-1820), penso ser um estudo adequado a quem se debruça sobre outras cronologias, uma vez que *A Opinião Pública em Portugal* insere o leitor no fenómeno da comunicabilidade e da flexibilidade que a opinião pública tece em seu torno, pelo que pode de facto permitir a um vasto grupo de investigadores da História Moderna inserir-se nesta temática e horizonte historiográfico. Para quem investiga sobretudo sobre a História da Imprensa, esta é, na minha óptica, uma obra que não deve ser ignorada.

JOANA COSTA

Mestranda em História Moderna
na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
joanafcg@hotmail.com

Referees 2017

Referees

Amélia Polónia (U. Porto), Ana Sofia Ribeiro (CIDHEUS-U. Évora), Ángel Rodríguez Gallardo (U. Vigo), António Campar de Almeida (FLUC), Cristina Martins (FLUC), Domingo Luis González Lopo (U. Santiago de Compostela), Elsa Lechner (CES-UC), Elsa Peralta (CEC-FLUL), Fernando Martins (U. Évora), Gilvan Veiga Dockhorn (U. Federal de Santa Maria), Inês Amorim (U. Porto), Joana Brites (FLUC), João Luís Fernandes (FLUC), João Marinho dos Santos (FLUC), João Nuno Corrêa-Cardoso (FLUC), José Damião Rodrigues (U. Lisboa), Luís Miguel Duarte (U. Porto), Manuel Loff (U. Porto), Manuela Penafria (U. beira Interior), Manuela Tavares Ribeiro (FLUC), Márcia Motta (U. Federal Fluminense), Margarida Brito Alves (U. Nova de Lisboa), Maria do Rosário Morujão (FLUC), Maria João Guia (FDUC), Maria Teresa Nobre Veloso (FLUC), Marina Monteiro Machado (U. Federal Fluminense), Miguel Cardina (CES-UC), Osvaldo Silvestre (FLUC), Saul António Gomes (FLUC), Sérgio Dias Branco (FLUC)

Sumário

Editorial	
MARGARIDA SOBRAL NETO.....	5
Nota Introdutória	
ANA ISABEL RIBEIRO.....	11
 Dossier temático “Mobilidade e migrações”	
Migraciones y movilidad en el interior de la península ibérica: trujillo y su partido en el primer cuarto del siglo XIX <i>Migrations and Mobility in the Interior of the Iberian Peninsula: Trujillo and its Partido in the First Fourth Century of the Nineteenth Century</i>	
RAQUEL TOVAR PULIDO.....	17
Descobrimdo fortunas, contando histórias: panorama patrimonial de portugueses no Brasil (Belém, 1870 e 1909) <i>Discovering fortunes, telling stories: patrimonial panorama of portuguese in Brazil (Belém, 1870-1909)</i>	
ANNDREA TAVARES	39
Refugiados em Portugal. Fronteira e vigilância no tempo da Guerra Civil de Espanha (1936-1939) <i>Refugees in Portugal. Frontier and vigilance at the time of Spanish Civil War (1936-1939)</i>	
FABIO FARIA	61
Migrações e exílios: identidades e nacionalismo <i>Migrations and exiles: identities and nationalism</i>	
HELOÍSA PAULO	85

Causas do Êxodo das Minorias Brancas da África Portuguesa: Angola e Moçambique (1974/1975) <i>The Exodus of White Settler Minorities from Portuguese Africa: Causes and Driving Forces (1974/1975)</i> FERNANDO TAVARES PIMENTA	99
A comunidade portuguesa de Macau: integração e (re)construção identitária na história recente <i>The Portuguese community of Macao: integration and identity (re)construction in recent history</i> INÊS BRANCO	125
Influência da colonização portuguesa nas técnicas de pesca na região lagunar de Araruama, Rio de Janeiro, Brasil <i>Portuguese colonization in the Cabo Frio region (Rio de Janeiro, Brazil) and the development of fishing activity</i> OLEGÁRIO NELSON AZEVEDO PEREIRA, ELZA MARIA NEFFA VIEIRA DE CASTRO, MARIA ROSÁRIO BASTOS, JOÃO ALVEIRINHO DIAS, MARIA ANTONIETA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES, LUÍS CANCELA DA FONSECA	151
Passado, presente e futuro da mobilidade no vale do Tua (séculos XIX a XXI) <i>Past, present and future of mobility in the Tua valley (19th to 21st centuries)</i> HUGO PEREIRA	175
Portuguese complementary education in the United Kingdom <i>O Ensino Português no Estrangeiro no Reino Unido</i> PEDRO MARQUES	209
O Cinema e a História: compreensão da dinâmica cronotópica das migrações contemporâneas a partir do filme “The Immigrant”, de Charlie Chaplin (1917) <i>The Cinema and History: Understanding the Chronotopic Dynamics of Contemporary Migrations from Charlie Chaplin’s The Immigrant (1917)</i> FÁTIMA VELEZ DE CASTRO	227
Shanghai: Gueto e diáspora. Documentário, ficção e testemunho <i>Shanghai: Ghetto and diaspora. Documentary, fiction and testimony</i> JACQUES FUX, DARLAN ROBERTO DOS SANTOS	241

Lusofonia em perspectiva: “pan-lusitanismo, luso-brasileirismo e luso-tropicalismo” <i>Lusophony in perspective: panlusitanism, lusobrazilianism and lusotropicalism</i> MATEUS SILVA SKOLAUDE, MARÇAL DE MENEZES PAREDES.....	257
--	-----

Sobre a utilidade da teoria na historiografia: mobilidade de conceitos e história comparada dos regimes políticos no século XX <i>On the usefulness of theory in historiography: the mobility of concepts and compared history of 20th century political regimes</i> JOÃO PAULO AVELÃS NUNES	275
--	-----

Recensões críticas

Ofélia Rey Castelao	299
Ofélia Rey Castelao	303
João Paulo Avelãs Nunes	307
Ana Sixto Barcia	314
Sara Marisa da Graça Dias do Carmo Trindade.....	317
Rita Ribeiro Voss	322
Mariana Ramos Fonseca.....	329
José Luís dos Santos Barbosa	332
Joana Costa	336

Lista de Referees 2017	341
-------------------------------------	-----

